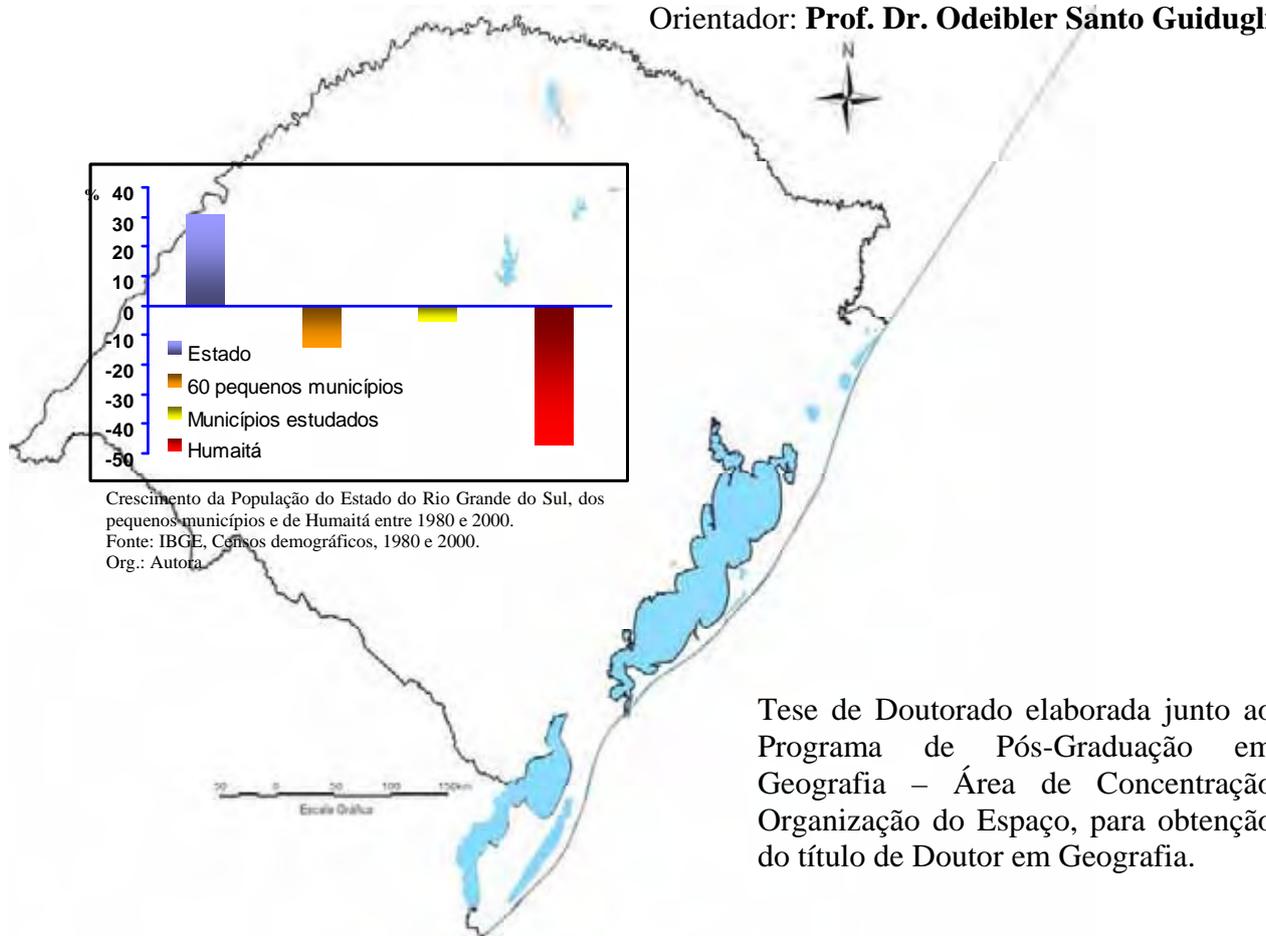


**PEQUENOS MUNICÍPIOS E PEQUENAS CIDADES DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL: CONTRASTES, PERFIL DO DESENVOLVIMENTO E DE
QUALIDADE DE VIDA, 1980–2000**

Vilma Dominga Monfardini Figueiredo

Orientador: Prof. Dr. Odeibler Santo Guidugli



Vilma Dominga Monfardini Figueiredo

**PEQUENOS MUNICÍPIOS E PEQUENAS CIDADES DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL: CONTRASTES, PERFIL DO DESENVOLVIMENTO E DE
QUALIDADE DE VIDA, 1980–2000**

Orientador: Prof. Dr. ODEIBLER SANTO GUIDUGLI

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Área de Concentração Organização do Espaço, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

**Rio Claro, SP
2008**

910h.1 Figueiredo, Vilma Dominga Monfardini
F475p Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul : contrastes, perfil do desenvolvimento e de qualidade de vida, 1980-2000 / Vilma Dominga Monfardini Figueiredo. – Rio Claro : [s.n.], 2008
265 f. : il., figs., gráfs., tabs., mapas

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Odeibler Santo Guidugli

1. Geografia da população. 2. Dinâmica demográfica
3. Administrações locais . 4. Partilha territorial. 5. Economia.
I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI – Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

**Ao meu esposo Alberto,
aos meus filhos, Patrícia, Diogo e Leonardo,
e ao meu neto Pedro Otávio,
com muito amor,
dedico este trabalho.**

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida e pela oportunidade de vivenciar mais este momento.

Ao professor Dr. Odeibler Santo Guidugli, pela valiosa contribuição para a elaboração deste trabalho, por meio de uma orientação séria, segura e competente, desempenhando o papel de um verdadeiro mestre para que alcançássemos mais este objetivo.

À minha família, pelo incentivo, carinho e compreensão em todos os momentos. Em especial ao meu esposo, companheiro de todas as horas, que compartilhou das minhas angústias, não permitindo que eu esmorecesse. Aos meus filhos por compreenderem a minha ausência, mesmo quando presente. Ao meu neto muito amado, com a certeza de que iremos recuperar o nosso tempo.

Ao curso de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, Campus de Rio Claro (SP), aos professores e funcionários, pela acolhida.

À UNIFRA, instituição de cujo quadro de professores tenho o privilégio de fazer parte, atuando no Curso de Geografia, pelas liberações para que eu pudesse finalizar esta etapa.

Aos meus colegas, professores do curso de Geografia da UNIFRA, Mestres: Valdemar Valente, Lia M. Viero, Deina Farencena, Ail C. M. Ortiz, Elsbeth L. S. Becker, Gislaine Auzani e Valmir Vieira, pelo apoio recebido para que chegássemos até aqui.

Aos funcionários da biblioteca da UNESP, pela cordialidade com que sempre nos trataram.

Aos funcionários das agências do IBGE de Rio Claro (SP), especialmente a Aurora Kita e, aos de Santa Maria (RS), em especial a Mário de Ávila e Homero Pompeu, pela presteza no atendimento.

A Elaine Ferreira, funcionária da biblioteca da FEE-RS, pelo excelente atendimento quando das solicitações de dados.

A Magali L. Falcão, funcionária do DEPLAN, pela atenção e auxílio técnico prestado.

A Carla G. Morelli, pelas vezes que colaborou na busca e na devolução de material junto ao IBGE.

Às Prefeituras Municipais de Braga, Cambará do Sul, Chiapetta, Formigueiro, Humaitá, Lavras do Sul, Miraguaí, Paraí, Roca Sales e Selbach, que, com o fornecimento de informações, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

A Guilherme Ivanov, pela disponibilidade e auxílio na confecção de gráficos; a Rafael Gonçalves, pelo auxílio na confecção de mapas e gráficos.

Aos meus colegas de casa Amanda R. Gonçalves, Mirlei F. Pereira, Rosane Balsan, Adriano Rodrigues e Dante Reis, pela cordialidade com que sempre me receberam, e em especial a Amanda e Mirlei, que foram muito mais do que colegas de casa, sempre solícitos, colaborando em todos os aspectos.

A Adriana Monfardini, pela revisão do português e pela contribuição na montagem final deste trabalho.

Aos meus alunos do Curso de Geografia da UNIFRA, que tiveram paciência e compreenderam minhas ausências.

A todos os que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa, o meu sincero agradecimento.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE FIGURAS	11
RESUMO	13
ABSTRACT	14
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I: A TEMÁTICA DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS E CIDADES E SUAS QUALIDADES DE VIDA: REVISÃO DE LITERATURA	21
Os resultados	23
Revisão da literatura: a concepção teórica e metodológica para estudos sobre qualidade de vida, pequenos municípios e cidades	30
Reflexões sobre o conceito de cidade	30
Pequenas cidades: conceitos e critérios de classificação	36
Estudos sobre pequenas cidades	44
Questões que permeiam a temática da qualidade de vida.....	55
Estudos teóricos e aplicados de qualidade de vida urbana.....	65
Análise dos textos teóricos	66
Análise dos textos aplicados	74
CAPÍTULO II: OS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL COMO GERADORES DE DIFERENCIAÇÕES INTERNAS	94
Rio Grande do Sul e suas transformações históricas e político-administrativas	96
Evolução econômica do estado do Rio Grande do Sul	109
A população do estado do Rio Grande do Sul: dinâmica demográfica, atributos e distribuição espacial (1970-2000)	123
Dinâmica demográfica da população do estado do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios	124
Migrações	133
Estrutura etária e por sexo	140
Escolaridade	150
População economicamente ativa.....	157
Distribuição espacial da população do estado e dos pequenos municípios gaúchos..	164

CAPÍTULO III: PEQUENOS MUNICÍPIOS E PEQUENAS CIDADES: AS DICOTOMIAS DO DESENVOLVIMENTO.....	177
A escolha dos municípios pesquisados	184
Pequenos municípios: resgate histórico	189
Os contrastes demográficos dos pequenos municípios	192
Totais populacionais	192
Espacialização rural-urbana	196
Os migrantes	200
Mais homens ou mais mulheres, mais crianças ou mais idosos?	202
Educação como componente do desenvolvimento	211
Trabalho e renda	216
IDH-M	225
Participação política.....	228
Produto Interno Bruto – PIB.....	229
Desenvolvimento dos pequenos municípios: o papel das administrações locais.....	233
Orçamentos municipais: insuficiências e problemas.....	237
O saneamento básico como indicador de qualidade de vida.....	241
CONSIDERAÇÕES FINAIS	248
BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	255

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Textos inventariados nos periódicos selecionados, produzidos no período compreendido entre 1970 e 2004, que fazem referência à qualidade de vida	24
Tabela 2 – Textos inventariados referentes às pequenas cidades publicados no período compreendido entre 1970 e 2004.....	26
Tabela 3 – Livros consultados que envolveram o estudo das cidades e da temática da qualidade de vida.....	29
Tabela 4 – Teses e dissertações de mestrado consultadas.....	29
Tabela 5 – Diversidade de valores em termos de escala mundial e européia para definir cidades médias.....	40
Tabela 6 – Operacionalización del concepto de calidad de vida.....	70
Tabela 7 – Evolução histórica do número absoluto e relativo de municípios no estado do Rio Grande do Sul, entre 1900 e 2000.....	99
Tabela 8 – Total de população registrada em alguns municípios no censo pós-criação e em 2000.....	101
Tabela 9 – Distribuição e número dos municípios gaúchos, segundo as classes de população em 1980 e 2000, seus valores relativos e aqueles referentes às mudanças.....	105
Tabela 10 – Distribuição das cidades do Rio Grande do Sul, segundo as classes de população urbana, e suas mudanças entre 1980 e 2000.....	106
Tabela 11 – Área média dos municípios gaúchos no período de 1950 a 2000.....	108
Tabela 12 – População absoluta do estado e dos pequenos municípios, participação relativa e taxas geométricas de crescimento médio anual para os períodos de 1970-1980, 1980-1991, 1991-2000.....	125
Tabela 13 – Taxas de natalidade, mortalidade geral e de crescimento da população em grupos de 1000 pessoas no estado do Rio Grande do Sul, e em vinte pequenos municípios entre 1974 a 2000.....	127
Tabela 14 – Taxa de fecundidade urbana e rural no Rio Grande do Sul, 1970-2000.....	129
Tabela 15 – Evolução relativa da mortalidade, por grupo de causas, no Rio Grande do Sul em 1970, 1980, 1990, 2000 e 2003.....	130
Tabela 16 – Taxas de mortalidade infantil em pequenos municípios e no estado, em 1989, 1990, 1994 e 1998.....	132
Tabela 17 – Totais da população natural e não-natural do estado e participação relativa	

dos não-naturais no estado do Rio Grande do Sul e nos pequenos municípios, segundo os censos de 1970, 1980, 1991 e 2000.....	133
Tabela 18 – Não naturais, segundo as unidades da federação no Rio Grande do Sul e pequenos municípios, em 1970, 1980, 1991 e 2000.....	135
Tabela 19 – Totais relativos dos não-naturais segundo o sexo na composição da população do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios em 1970 e 2000.....	136
Tabela 20 – Totais de população natural do Rio Grande do Sul e participação e crescimento relativo, por região de residência, no Brasil, em 1970, 1980, 1991 e 2000 e entre 1970-2000.....	137
Tabela 21 – Evolução relativa da estrutura sexo-idade da população total do estado em 1970, 1980, 1991 e 2000.....	141
Tabela 22 – Evolução relativa da estrutura sexo-idade da população dos pequenos municípios em 1970, 1980, 1991 e 2000.....	142
Tabela 23 – Índice de envelhecimento do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios do estado, em 1970, 1980, 1991 e 2000.....	144
Tabela 24 – População total do estado do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios, segundo sexo e faixas etárias, em 1970 e 2000.....	146
Tabela 25 – Pessoas de 5 anos ou mais, por grupo de anos de estudo, no estado do Rio Grande do Sul e nos pequenos municípios, em 1970, 1980, 1991 e 2000.....	151
Tabela 26 – Pessoas de 10 anos ou mais com curso completo por grau de curso no Rio Grande do Sul e nos pequenos municípios, em 1970, 1980, 1991 e 2000.....	156
Tabela 27 – Crescimento relativo das diferentes categorias de ensino e da população do estado e dos pequenos municípios, entre 1970 e 2000.....	156
Tabela 28 – Pessoas de 10 anos ou mais que trabalhavam em 1970, 1980, 1991 e 2000, no estado do Rio Grande do Sul e nos pequenos municípios, e o número relativo das mesmas em relação à PIA.....	158
Tabela 29 – População economicamente ativa ocupada do estado do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios, segundo o setor de atividade, em 1970, 1980, 1991 e 2000.....	160
Tabela 30 – Compatibilização das seções de atividades entre os censos demográficos de 1980, 1991 e 2000.....	162
Tabela 31 – Pessoas de 10 anos e mais que trabalharam no ano de referência, por setor de atividade, no estado do Rio Grande do Sul e nos pequenos municípios em 1980 e 2000.....	162
Tabela 32 – Total da população, número de empregos no setor público, número de servidores públicos por mil habitantes, e relação entre número de empregos	

e total da população no estado e nos pequenos municípios em 1980 e 2000.	164
Tabela 33 – Distribuição espacial da população do estado do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios que fazem parte do universo do estudo, segundo as microrregiões homogêneas em 1970.....	166
Tabela 34 – Distribuição espacial da população do estado do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios que fazem parte do universo do estudo, segundo as meso e microrregiões geográficas em 2000.....	167
Tabela 35 – Distribuição dos pequenos municípios do estado que apresentaram crescimento da população entre 1980 e 2000, segundo as mesorregiões geográficas.....	170
Tabela 36 – Evolução absoluta e relativa da população total, urbana e rural do estado do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios entre 1970 e 2000.....	170
Tabela 37 – Valores relativos das mudanças na evolução da população total, urbana e rural do estado do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios entre 1970 e 2000.....	171
Tabela 38 – Distribuição dos municípios segundo os critérios considerados para o estabelecimento da amostra.....	185
Tabela 39 – Distribuição dos pequenos municípios conforme a origem, o ano de criação e de instalação, a população e a extensão territorial pós-criação e em 2000, segundo o tipo de economia inicial e atual.....	189
Tabela 40 – Crescimento da população total, crescimento relativo e taxas geométricas médias anuais para o estado e pequenos municípios, entre 1980 e 2000.....	193
Tabela 41 – Crescimento total, relativo, e taxa geométrica de crescimento médio anual da população urbana e rural para o estado e pequenos municípios, entre 1980 e 2000.....	196
Tabela 42 – Participação relativa da população urbana e da rural no estado e nos pequenos municípios em 1980, 1991 e 2000.....	198
Tabela 43 – Migrantes originários de estados diversos, presentes nos municípios de Braga e Humaitá em 1980 e 2000, segundo as regiões de origem.....	200
Tabela 44 – Totais de não-naturais, crescimento absoluto e relativo do estado e dos pequenos municípios em 1980 e 2000.....	201
Tabela 45 – Valores absolutos da composição por sexo da população dos pequenos municípios em 1980 e em 2000.....	203
Tabela 46 – Valores absolutos da estrutura etária da população total dos pequenos municípios entre 1980 e 2000.....	203
Tabela 47 – Índice de Masculinidade e de Envelhecimento da população total e dos	

pequenos municípios em 1980 e 2000.....	205
Tabela 48 – Distribuição por sexo da população urbana e rural em pequenos municípios e no estado, em 1980 e 2000.....	206
Tabela 49 – Valores absolutos da população total e da população idosa, e taxas de crescimento geométrico médio anual entre 1980 e 2000.....	207
Tabela 50 – População total dos pequenos municípios, segundo sexo-idade, em 1980 e 2000.....	209
Tabela 51 – Totais de pessoas com 5 anos ou mais de idade sem instrução, segundo o sexo, no estado e nos pequenos municípios, em 1980 e 2000.....	212
Tabela 52 – Valores relativos, segundo o sexo, de pessoas com 5 anos ou mais de idade, sem instrução para 1980 e 2000.....	214
Tabela 53 – Total da população de 10 anos e mais e aquelas que freqüentavam escola, por nível de ensino segundo os municípios e o estado em 2000.....	215
Tabela 54 – Totais de pessoas que faziam parte da PEA ocupada e da PIA e seu crescimento, no estado e nos municípios estudados, em 1980 e 2000.....	217
Tabela 55 – Total de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal, segundo o município, em 1980.....	221
Tabela 56 – Total de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal, segundo o município em 2000.....	221
Tabela 57 – Totais relativos de pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal (salários mínimo) em 1980.....	223
Tabela 58 – Totais relativos de pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal (salários mínimo) em 2000.....	224
Tabela 59 – Valores do IDH-M, posição no estado em 2000 e crescimento relativo entre 1991 e 2000.....	225
Tabela 60 – Total de eleitores e percentual de abstenções nas eleições municipais de 1996, 2000 e 2004.....	228
Tabela 61 – Distribuição do Produto Interno Bruto a preços correntes (1.000 R\$) e o produto interno bruto <i>per capita</i> (R\$), segundo o estado e os pequenos municípios, em 2000 e 2003.....	230
Tabela 62 – Totais do Valor Adicionado Bruto (VAB) total e relativo da agropecuária, indústria e serviços, a preço básico dos pequenos municípios e do estado em 2000.....	232
Tabela 63 – Totais do Valor Adicionado Bruto (VAB) total e relativo da agropecuária,	

indústria e serviços, a preço básico dos pequenos municípios e do estado em 2003.....	232
Tabela 64 – Partido do prefeito eleito e composição partidária da câmara de vereadores em 1996, 2000 e 2004.....	234
Tabela 65 – Quantidade e natureza de Secretarias Municipais, dos municípios, em 2006	236
Tabela 66 – Distribuição total (em reais) e proporcional das receitas de pequenos municípios do estado do Rio Grande do Sul em 2000 em relação a receita total.....	238
Tabela 67 – Distribuição total (em reais) e proporcional das receitas de pequenos municípios do estado do Rio Grande do Sul em 2003 em relação a receita total.....	239
Tabela 68 – Receitas e despesas dos pequenos municípios, em 2000 e 2003.....	240
Tabela 69 – Total de domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo, no estado e nos pequenos municípios, em 1980 e 2000.....	241
Tabela 70 – Percentual de domicílios ligados à rede geral de água, esgoto e com coleta de lixo, e crescimento relativo no abastecimento de água, em 1980 e 2000..	244
Tabela 71 – Domicílios particulares permanentes por serviços e alguns bens duráveis existentes segundo os municípios em 1980 e 2000.....	245
Tabela 72 – Número de municípios e as classes de população no estado do Rio Grande do Sul, em 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000.....	249

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Divisão política-administrativa do estado do Rio Grande do Sul em 2000..	97
Figura 2 – Regiões sócio-econômicas do Rio Grande do Sul, segundo Heidrich (2000).....	113
Figura 3 – Crescimento relativo da população do estado e dos pequenos municípios entre 1970 e 2000.....	126
Figura 4 – Taxas de fecundidade no estado do Rio Grande do Sul em 1970, 1980, 1991, 2000 e projeções para 2010 e 2020.....	128
Figura 5 – População total e dos não-naturais no estado e nos pequenos municípios em 1970, 1980, 1991 e 2000.....	134
Figura 6 – Pessoas não-naturais no estado e nos pequenos municípios que tinham menos de 10 anos de residência, em 1970 e 2000.....	138
Figura 7 – Pirâmide Etária da população do Rio Grande do Sul em 1970.....	147
Figura 8 – Pirâmide Etária da população do Rio Grande do Sul em 2000.....	147
Figura 9 – Pirâmide Etária da população dos pequenos municípios em 1970.....	148
Figura 10 – Pirâmide Etária da população dos pequenos municípios em 2000.....	148
Figura 11 – Participação relativa de pessoas de 5 anos e mais, por grupo de anos de estudo, no estado do Rio Grande do Sul, em 1970 e em 2000, respectivamente.....	152
Figura 12 – Participação relativa de pessoas de 5 anos e mais, por grupo de anos de estudo, nos pequenos municípios, em 1970 e em 2000, respectivamente.....	152
Figura 13 – Distribuição espacial dos pequenos municípios (60) que fazem parte do universo do estudo segundo as mesorregiões geográficas do estado do Rio Grande do Sul.....	169
Figura 14 – População residente, segundo a situação do domicílio no Rio Grande do Sul, em 2000.....	176
Figura 15 – Municípios do Rio Grande do Sul com população de até 10.000 habitantes, em 1980 e 2000, segundo as mesorregiões geográficas do estado.....	186
Figura 16 – Crescimento relativo das taxas geométricas de crescimento médio anual da população total, nos pequenos municípios estudados, entre 1980 e 2000	195

Figura 17 – Crescimento relativo das taxas geométricas de crescimento médio anual da população rural, nos pequenos municípios estudados, entre 1980 e 2000.....	199
Figura 18 – Crescimento relativo dos não-naturais no estado e nos pequenos municípios, entre 1980 e 2000.....	201
Figura 19 – Valores relativos da estrutura etária da população total dos pequenos municípios em 1980 e 2000.....	204
Figura 20 – Crescimento relativo do Índice de Envelhecimento (IE) da população dos pequenos municípios, entre 1980 e 2000.....	208
Figura 21 – Pirâmide etária da população dos municípios estudados em 1980.....	210
Figura 22 – Pirâmide etária da população dos municípios estudados em 2000.....	210
Figura 23 – Evolução relativa das taxas de analfabetismo no estado e nos pequenos municípios em 1980 e 2000.....	213
Figura 24 – Crescimento relativo da PEA no estado e nos pequenos municípios, entre 1980 e 2000.....	219
Figura 25 – Distribuição das pessoas ocupadas por setor de atividade nos pequenos municípios, em 1980 e 2000.....	220
Figura 26 – Crescimento relativo do IDH-M dos pequenos municípios estudados, entre 1991 e 2000.....	227
Figura 27 – Percentual de domicílios ligados a rede geral de água, nos pequenos municípios estudados, em 2000.....	243

RESUMO

Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul: contrastes, perfil do desenvolvimento e da qualidade de vida, 1980-2000

Esta tese é o resultado da pesquisa efetuada em um conjunto amostral de pequenos municípios e pequenas cidades (inferiores a 10.000 habitantes) do estado gaúcho. O estudo identifica e explora o referencial bibliográfico sobre pequenas cidades e pequenos municípios, como uma categoria marginalizada em muitas ciências, inclusive na Geografia. Em seguida centra-se nos contrastes do perfil do desenvolvimento econômico e da qualidade de vida do conjunto face ao estado e, às vezes, às cidades principais das mesorregiões. Buscou-se verificar de forma detalhada o perfil demográfico, bem como as características das administrações locais e os resultados configurados em renda *per capita*, IDH, PIB. Complementarmente, um questionário foi elaborado e remetido aos chefes dos governos locais. Os resultados do conjunto estudado permitiram constatar que entre estes municípios existem diferenciações marcadas pelas desigualdades dos indicadores demográficos, sociais, políticos e econômicos, as quais se refletem na qualidade de vida de seus residentes. A pesquisa também assume relevância pelo fato de, além de exibir uma dimensão histórica, conter elementos para reflexões sobre o futuro.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul; Pequenos municípios; Pequenas cidades; Desenvolvimento; Qualidade de vida; População.

ABSTRACT

Small municipalities and small cities of Rio Grande do Sul state: contrasts, profile of the development and the quality of life, 1980-2000

The thesis is the result of a research carried through a amostral set of small municipalities and small cities (inferior 10.000 inhabitants) in the referred state. The study identifies and explores the bibliographical referential on small municipalities and small cities, as a category marginalized in many sciences, mainly in Geography. Afterwards the text is centered in the contrasts of the economic development profile and the quality of life conjunct face the state situation and, sometimes, the main cities of the sub-regions. The thesis sought to verify thourouly the demographic profile, as well as the local administration characteristics and the figured results for *per capita* income, HDI, GDP. Complementarily, a questionnaire was elaborated and sent to the heads of the local governments. The studied conjunct results had allowed to evidence that between these cities exist differentiations indicated by different demographic, social, economic and political indexes, which reflect in the quality of life of their residents. The research analysis also assumes relevance for the fact of, besides showing a historical dimension, containing elements for reflections on the future.

Keywords: Rio Grande do Sul; Small municipalities; Small cities; Development; Life quality; Population.

INTRODUÇÃO

Os estudos de qualidade de vida vêm assumindo relevada importância, principalmente quando se trata da vida nas cidades. Pensadas como espaço de uma vida ideal, na atualidade, estas aglomerações humanas representam um desafio. No entendimento de Guidugli (1991, p. 125), são também “espaços que vêm apresentando situações as mais dramáticas” devido ao volume populacional que abrigam, oferecendo “situações de problemas e crises”, as quais, na maioria das vezes, impedem que se formem as condições necessárias para a melhoria das condições de vida da população, especialmente nas médias e nas grandes cidades. Recentemente, os processos que levam a esta situação têm-se verificado também nas pequenas.

A existência destes dramas urbanos foi manifestada em 1976, através do “Habitat I”, realizado em Vancouver, no Canadá. Naquele momento, acreditava-se que o desenvolvimento científico e tecnológico solucionaria problemas desta natureza e que todos os Estados-Nação se encarregariam de promover o bem-estar social de suas populações (RODRIGUES, 1997). De fato, nas últimas décadas, o modo de vida urbano sofreu profundas alterações, com significativos benefícios, como as ações coletivas em saúde pública, ou a capacidade de tornar a vida fisicamente menos perversa. Contudo, também surgiram malefícios, como a intensificação da poluição ambiental, as várias formas de insegurança e violência e a desvalorização do verdadeiro significado da vida humana. A ampliação da desigualdade e da exclusão é uma das conseqüências destes processos. Assim, os problemas, ao invés de serem sanados, intensificam-se ainda mais. Como um resultado da vida na cidade, Oliven (1987) aponta, por exemplo, a criação de uma cultura urbana caracterizada pela desorganização social e cultural, a qual é responsável pelo surgimento, num contexto mais amplo, de atitudes individualistas e competitivas e pelo afrouxamento dos laços familiares.

É importante salientar que, nas últimas décadas, não só no Brasil, mas em todo o mundo, têm sido desenvolvidos numerosos estudos referentes à qualidade de vida em médias e grandes cidades. A profusão destes estudos decorre, em parte, do grande número de problemas que afloram nestas categorias de espaços, pois, à medida que a população cresce, cria-se um aumento das demandas já existentes, ao mesmo tempo em que outras são introduzidas.

Quando a economia não mostra um bom desempenho, não se formam as condições necessárias para atender às demandas das populações que crescem. Em consequência, começam a surgir problemas, que passam a interferir na qualidade de vida das pessoas, tais como: desemprego, violência, marginalidade, pobreza, carência de infra-estrutura, não participação política, dentre outros. Um elemento presente nas cidades com este perfil é o grande número de pessoas vivendo em situação informal, inclusive quanto ao trabalho, morando em favelas, cortiços ou loteamentos clandestinos, desprovidos de benfeitorias básicas, que constituem os primeiros e elementares componentes da qualidade de vida. Entretanto, a vida e as questões de sua qualidade não estão presentes só nas metrópoles ou grandes cidades, mas, sim, em toda e qualquer aglomeração humana. Além das imensas e médias cidades, tem-se as pequenas que não desaparecem, revelando estagnação sem se converterem em aglomerados maiores. Em resumo, a partir desta situação gera-se um não pertencimento ou uma verdadeira exclusão em relação ao espaço maior.

Neste contexto, se de um lado tem-se a multiplicação dos estudos sobre as meso ou macrocidades, de outro se observa uma escassa preocupação, por parte dos pesquisadores, no que tange a pequenas cidades e, em especial, à sua qualidade de vida. Isto sugere que a má qualidade de vida seja atributo apenas das médias ou das grandes cidades. A prova disto está na dificuldade na coleta de material bibliográfico e de análises sobre o referido tema, certamente decorrente da escassez de publicações por parte dos pesquisadores, especialmente dos geógrafos. Portanto, quanto aos dados para as pesquisas, existem vários desafios. Assim, há que se indagar: pequenas cidades não teriam significância, quer num contexto local quer no regional?

Outro fato que vem reforçar o que foi afirmado acima é indicado por Fresca (2001). A autora, ao discutir a importância das pequenas cidades no ensino de geografia (no Brasil), destaca a falta de interesse pelo estudo desta categoria de cidades, especialmente nos livros didáticos. Isto a levou a fazer alguns questionamentos: “Por que isto ocorre? Será que elas não são significativas?” Como explicar o fato de que esta categoria, mesmo representando, em termos numéricos, a maioria das cidades brasileiras, é ignorada?

No estado do Rio Grande do Sul elas também são ignoradas, embora representem a maioria, do ponto de vista quantitativo. É com base nestas cidades que se desenvolveu a presente pesquisa, visto que há uma necessidade urgente de inseri-las como objeto de reflexão científica. Para tanto, foram consideradas aquelas cuja população era inferior a 10.000 habitantes, uma vez que este foi o limite máximo estabelecido para os municípios estudados, tomando-se como referência a permanência nesta categoria, no intervalo entre 1980 a 2000.

Como as cidades com este perfil demográfico representam a maioria no estado, ou seja, mais de 60,0% do total, entende-se que elas merecem a mesma atenção que é dada às de maior porte, ou seja, que elas devem ser mais atentamente consideradas pelos pesquisadores em estudos urbanos. Além disto, deve-se considerar que elas concentram uma parcela da população que, em alguns casos, vivencia problemas semelhantes aos das cidades maiores. Desta maneira, o fato de uma cidade ser pequena, quanto ao seu total populacional, não significa que ela esteja livre de problemas ou que não tenha atributos positivos. Nelas, dificuldades também estão presentes, embora geralmente de natureza e intensidade diferentes daquelas verificadas nas grandes e médias cidades. Isto decorre do fato de que os processos globalizadores deixam de ter limites em seus processos de difusão espacial. Destaque-se ainda que, apesar de estas cidades possuírem pequenos volumes de população, todos os seus habitantes são cidadãos, e a Constituição Federal determina que todo o cidadão deva ter o mesmo tipo de tratamento, independente de viver numa grande ou numa pequena cidade. Ademais, ainda que seja pequena, uma população ocupa um lugar no espaço, o que, dependendo da situação, determina a descontinuidade do próprio processo de desenvolvimento. Assim, estes aspectos justificam a importância de se estudar pequenas cidades e, nelas, sua qualidade de vida.

Dentre os problemas que afetam a qualidade de vida, conforme entendido nesta pesquisa, destacam-se: deficiência de infra-estrutura (água potável, energia elétrica, rede de esgoto, coleta de lixo, pavimentação de ruas); inadequação das soluções para as questões da educação, saúde, cultura; além de outras dimensões como desemprego, violência, desagregação social, individualismo, falta de participação coletiva, etc. De uma maneira geral um número significativo destas cidades convive com graves carências, tanto na qualidade quanto na quantidade de seus serviços.

Neste cenário, uma importante questão que enfrentam as administrações locais está no fato de que, via de regra, os recursos orçamentários próprios de que dispõem são insuficientes. A maioria delas depende das chamadas transferências constitucionais, o que gera graves problemas pelos valores, burocracia, questões políticas, etc. Este aspecto se traduz na insuficiência de recursos, o que cria vários empecilhos para o desenvolvimento destes municípios.

Considerando-se estas questões, a pesquisa desenvolvida teve como objetivo principal avaliar municípios do estado do Rio Grande do Sul, estando a questão fundamental voltada para a avaliação de seus papéis no contexto do desenvolvimento estadual com ênfase nos aspectos relacionados à qualidade de vida.

Como objetivos específicos, procurou-se: identificar as dinâmicas demográficas desses municípios; relacionar estas dinâmicas com as transformações sociais, econômicas e políticas; avaliar as mudanças ocorridas na qualidade de vida da população no período, considerando suas direções, natureza e intensidade; avaliar, especialmente, a qualidade de vida da população nesta categoria de municípios; correlacionar o desenvolvimento econômico dos municípios estudados com a qualidade de vida que apresentam; e verificar até que ponto a partilha municipal com a emancipação de distritos foi um processo válido. As respostas para estas questões passam também pela avaliação da qualidade das administrações locais. É importante destacar que, apesar de termos um número expressivo de objetivos específicos, eles estão relacionados entre si, não podendo ser analisados de forma unilateral.

Recentemente o IBGE divulgou um estudo sobre os municípios brasileiros envolvendo a questão da partilha territorial. Os informes dão conta da gravidade das conseqüências deste processo. O estado do Rio Grande do Sul, onde a fragmentação territorial foi a maior dos últimos 20 anos e onde 61,3% dos municípios possuem população com até 10.000 habitantes, não fugiu a estas conseqüências. Conforme dados oriundos do IBGE (2000) envolvendo a questão das finanças públicas municipais, havia, em 2000, 95 municípios gaúchos que sobreviviam basicamente dos repasses da União e do estado. Neles mais de 90,0% da receita era proveniente das transferências constitucionais. Isso decorria de várias situações: o problema do volume da população tributável do município e a respectiva renda; a natureza das atividades econômicas desenvolvidas e sua especialização; as competências tributárias dos municípios; e, finalmente, a falta de uma estrutura administrativa adequada que permitisse a arrecadação tributária de forma eficiente.

Por outro lado, observa-se que a maioria das pequenas cidades, além de apresentarem uma economia frágil devido, principalmente, à falta de integração com centros econômicos mais relevantes, são pouco representativas do ponto de vista populacional. Em 2000, elas abrigavam uma parcela pequena da população total do país e do estado: respectivamente 8,2% e 12,5%. Isto justifica, de certa forma, a falta de interesse pelo seu estudo. Este desinteresse é denominado por Almeida Bacelar (2003, p. 1) de “preconceito’ e até mesmo falta de entendimento acerca da realidade das pequenas cidades”. Em vista disso, acredita-se que esta categoria também merece ser estudada da mesma forma como as demais, até porque o número de cidades com este perfil demográfico (até 10.000 habitantes) é bastante significativo no país e, em especial, no estado do Rio Grande do Sul. De acordo com dados provenientes do IBGE, em 2000 havia no Brasil 5.561 municípios. Destes, 48,8% se inseriam nesta categoria populacional. Já o estado do Rio Grande do Sul, para os mesmos dados registrava um total de

496 municípios, dos quais 67,7% tinham até 10.000 habitantes. Este diferencial dá mais importância ao estudo no caso do estado gaúcho.

Cabe destacar, aqui, que a existência de pequenas cidades (que no seu surgimento são, via de regra, pequenas) não é uma especificidade do estado do Rio Grande do Sul. Em escala nacional este fato também se verifica, ainda que apresentando contornos diferenciados. Pequenas cidades dos estados do Maranhão, do Rio de Janeiro ou de São Paulo, por exemplo, apresentam perfis similares, principalmente, quanto ao tamanho demográfico, mas revelam uma diversidade em muitos outros aspectos, como os sociais e econômicos. Mesmo assim, há ainda uma preocupação muito maior em realizar estudos sobre médias e grandes cidades.

Nesta pesquisa, a opção pelo estudo das pequenas cidades decorreu da importância que elas assumem no contexto do estado. Levou-se em conta também o fato de elas, apesar da intensa urbanização e do crescimento das grandes cidades, continuarem a existir, como resultado de partilha territorial, ou ainda como espaços estagnados, que não conseguiram crescer por não serem atrativos do ponto de vista econômico. Em sentido aplicado, a pesquisa visa também fornecer subsídios aos governos municipais para que melhor conheçam suas realidades e, assim, possam implementar mecanismos de mudanças e melhorias que venham a beneficiar suas populações. Já a escolha da temática – qualidade de vida – relaciona-se não só com a importância que vem sendo dada à questão pela literatura corrente, mas, especialmente, com o fato de que, entre as populações aglomeradas, independentemente de suas densidades, não deveriam existir diferenças significativas quanto a este aspecto. Este é o grande desafio do mundo atual.

É igualmente relevante considerar que as cidades pequenas têm uma importante função na estruturação do espaço, ao servir como ponto de apoio para atividades produtivas que geram bens de consumo para grandes áreas do território. Como um grande número destas cidades tem sua economia centrada nas atividades agrárias, elas são fonte de abastecimento das populações urbanas, uma vez que a maioria dos gêneros produzidos se destina ao consumo interno.

Para a totalidade da pesquisa, o referencial básico tem como pressuposto fundamental a afirmação de que as pequenas cidades também enfrentam problemas de má qualidade de vida, embora em alguns aspectos em menor dimensão do que as grandes e médias, a despeito das imagens “bucólicas” ou “poéticas” que muitas vezes são criadas para as mesmas. Além disto, pressupõe-se que elas são mais importantes do que aparentam. Isto porque, apesar de pequenas, elas desenvolvem em seu território atividades econômicas que beneficiam de forma direta e/ou indireta suas populações, podendo, dependendo da intensidade e da amplitude

destas atividades, estender seu raio de ação para outras áreas do estado e até mesmo do país. Neste contexto, entende-se que o desenvolvimento adequado do território estadual está condicionado à consideração e importância dos pequenos municípios, especialmente numa leitura prospectiva.

Face ao que foi exposto, entende-se que é de suma importância estudar a qualidade de vida em pequenas cidades, no caso do estado do Rio Grande do Sul, bem como seus papéis para o desenvolvimento. Além disto, há que se considerar que as mesmas não têm sido objeto de muitas análises por parte dos pesquisadores que tratam das questões urbanas. Esta falta de interesse se justifica pela importância que as cidades grandes e médias têm assumido para o conjunto da sociedade brasileira, quer pelo seu desenvolvimento econômico, quer pelo seu tamanho populacional e, especialmente, pelo número de graves problemas que apresentam, o que faz com que naturalmente se convertam em temas de pesquisa. Neste sentido, Bridi e Soares (2003, p. 1) destacam que “as grandes aglomerações despertam mais a atenção pela concentração de pessoas, condições sociais, atividades modernas e meios difusores de idéias e ideologias”.

A pesquisa, em sua totalidade, está apresentada em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro tem natureza teórica e envolve a avaliação da literatura e do estado da arte sobre as questões que envolvem pequenas cidades e qualidade de vida. O segundo capítulo apresenta uma análise abrangente sobre o estado do Rio Grande do Sul, como espaço de pequenos municípios e suas diferenciações sócio-espaciais, tendo como referência fundamental a dinâmica demográfica. Por fim, no último, apresenta-se o estudo de caso compreendendo a avaliação detalhada dos municípios selecionados em termos de suas similaridades e diferenciações.

CAPÍTULO I

A TEMÁTICA DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS E CIDADES E SUA QUALIDADE DE VIDA: REVISÃO DE LITERATURA

Com o crescente processo de urbanização verificado no mundo atual, o estudo sobre as cidades bem como o de seus significados tem adquirido relevada importância no novo contexto econômico e social. As cidades, independentemente de seus tamanhos, são os lugares onde vivem, de forma diferenciada, parcelas significativas da população. São também os espaços onde afloram inúmeros problemas de ordem social, política, econômica e ambiental que afetam a qualidade de vida de seus habitantes.

Como estes problemas se multiplicam em quantidade e se diversificam em qualidade, isto gera um referencial muito variado e muito significativo que leva pesquisadores e a sociedade, por razões diferenciadas, a voltar-se para o assunto. É justamente este aumento em quantidade e variação na qualidade e tipologia das questões que instiga a pesquisa.

Todas as questões relacionadas à urbanização interessam aos governos e, em particular, às administrações locais, ao setor empresarial, às universidades e à própria sociedade. Muitas administrações locais têm enfrentado sérios problemas de corrupção, ou falta de recursos e de preparo para compreender esta questão, o que as impede de promover uma melhor qualidade de vida da população. No setor privado, as indústrias têm grandes desafios, pois, na atualidade, não se admite mais empresas que não levem em conta a dimensão social (preocupação com os empregados, atuação em relação à sociedade em geral, etc.) e ambiental. A academia, na busca da solução de problemas, identifica com relativa facilidade uma quantidade muito grande de temas e questões que podem ser analisadas neste âmbito.

Isto faz com que estudiosos dos mais variados campos do conhecimento busquem pesquisar e tentar compreender estes fatos. Se isso conduz os pesquisadores a produzir, esta produção leva a publicações, que, por sua vez, constitui-se na literatura acumulada. Esta é de grande importância, tanto por fornecer estudos de caso das mais diversas áreas quanto por gerar os fundamentos teórico-metodológicos para estudos posteriores.

Para a realização da revisão dessa literatura foi efetuado um inventário bibliográfico tanto em material impresso quanto em sistema *on-line*. Com relação ao material impresso,

consultaram-se, predominantemente, aqueles disponíveis nas bibliotecas das universidades: UNESP (Universidade Estadual Paulista), USP (Universidade de São Paulo), UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e UFSM (Universidade Federal de Santa Maria). Nessas bibliotecas foram inventariadas obras de referência como: o **Geographical Abstracts**, revistas nacionais e estrangeiras, resenhas bibliográficas, livros, anais de congressos, de encontros, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Do material *on-line* avaliaram-se aqueles originários da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), Docpal (Documentos de Población de América Latina) do CELADE (Chile), Population Index (EUA), PAA (Population Association of American), Center For Demography and Ecology (Wisconsin), ABEP (Associação Brasileira de Estudo de População), Ministério das Cidades (Brasil), FEE (Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul), Fundação SEADE (SP), NEPO (Núcleo de Estudos de População da Unicamp), NEPP (Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp), Portal Humboldt e Portal da CAPES. No Portal Humboldt tem-se acesso a assuntos variados em forma de resumo ou de texto completo. O da CAPES é um portal brasileiro que oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 9.640 revistas internacionais e nacionais e mais de 90 bases de dados com resumo de documentos em todas as áreas do conhecimento, proporcionando acesso gratuito a informações científicas. Em ambos os portais a pesquisa foi centrada nos dois principais temas da mesma, ou seja, ‘qualidade de vida’ e ‘pequenas cidades’. Os textos relativos ao primeiro tema tiveram número mais significativo do que os relativos ao segundo, sendo estes bastante escassos. Dentre as revistas geográficas relevantes, destacam-se: **Applied Geography, Political Geography, Journal of Geography, Annals of the Association of American Geographers**, entre outras.

A análise da literatura consultada teve dois objetivos principais: um de natureza histórica, buscando estabelecer uma trajetória desta temática no contexto de uma ampla literatura; outro de natureza metodológica, voltado para a identificação das variáveis e formas de mensuração utilizadas no sentido de subsidiar a identificação de quais variáveis e como poderiam ser consideradas para o estudo das pequenas cidades no Rio Grande do Sul.

Os resultados

Mediante a análise da literatura, constatou-se que uma prática bastante comum entre os pesquisadores é a realização de estudos sobre as grandes e médias cidades, que, conforme o já referido, parecem ser as únicas a apresentar problemas e relevância. Os problemas dessas categorias de cidades decorrem de complexos processos aglomerativos. Entretanto, pequenas cidades, que apresentam um nível mais baixo de aglomeração, não estão livres de problemas, e por isto merecem ser estudadas da mesma forma que as demais. Deste modo, os temas relacionados à qualidade de vida e às pequenas cidades têm suscitado questões que se refletem na produção literária aqui abordada.

Dentre as obras de referência consultadas mereceram destaque o **Geo Abstract**, o **Bibliographique Geographique Internationale** e o **Docpal**. O **Geo Abstract** (inglês), série Human Geography, é uma publicação mensal de Elsevier Science B. V. (Amsterdan e New York), de caráter multidisciplinar. Ela contempla temas relativos à geografia econômica e social, bem como aos estudos sobre planejamento urbano e regional. O **Bibliographique Geographique Internationale** (francês) é uma publicação mensal de L' Union Geographique Internationale (UGI) que apresenta temas de geografia geral, histórica, humana, física e dos continentes. No momento, não se dispõe no idioma francês de outra publicação similar para pesquisas desta natureza. O **Docpal** (espanhol), publicado pelo CELADE, tem como objetivo principal sistematizar informações sobre estudos demográficos, em geral, desenvolvidos na e sobre a América Latina.

Outra importante fonte de consulta foi a representada pelos periódicos. Esta fonte literária teve relevância para o desenvolvimento da pesquisa em função da quantidade existente, diversidade de origem, variedade dos temas abordados e possibilidade que oferece de se obterem textos mais recentes. Cabe ressaltar que esta consulta foi realizada especialmente junto à biblioteca da UNESP, Campus de Rio Claro, em virtude do acervo de periódicos que a mesma apresenta. As Tabelas 1 e 2 mostram os resultados do levantamento efetuado, apresentando título do periódico, idioma, anos consultados, fascículos utilizados, artigos identificados e autores. Inicialmente são apresentados os textos que tratam da temática da qualidade de vida e de cidades de uma maneira geral e, posteriormente, aqueles que tratam de pequenas cidades.

Além dos periódicos nacionais e internacionais consultados foram realizadas consultas em livros, anais de congressos, encontros, dissertações de mestrado e teses de doutorado. A

busca nestas fontes foi efetuada com base em termos que remetessem às questões relativas a qualidade de vida e pequenas cidades. No primeiro caso, consideraram-se expressões como: qualidade de vida, condições de vida, nível de vida, bem-estar, etc.; enquanto no segundo, consideraram-se: pequenas cidades, cidades de pequeno porte, cidades locais e administrações locais.

Tabela 1 – Textos inventariados nos periódicos selecionados, produzidos no período compreendido entre 1970 e 2004, que fazem referência à qualidade de vida

Título do periódico	Idioma da revista	Anos consultados	Fascículos utilizados	Artigos identificados, autor e ano
Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro (IBGE)	Português	1970/1990	v. 41, n. 4 v. 49, n. 2	- Condições de vida da população de baixa renda nas áreas metropolitanas do RJ e Porto Alegre. OLIVEIRA (1979) - O processo de urbanização brasileiro. FAISSOL et al. (1987)
Revista de Geografia. UNESP	Português	1983/1999	n. 2, 4, 5/6, 10, 12, 13, 14	- Análise espacial de população. GUIDUGLI (1983) - Crescimento populacional e desigualdades nas áreas urbanas. PAES (1985) - Condicionantes objetivos y percepción subjetiva da calidad de vida en areas centrales y barrios o vecindarios. ABALERON (1986/87) - Espacialização do crescimento urbano como fator gerador de problemas. GUIDUGLI (1991) - Percepção da população suburbana de Ahmedabad. SEM GUPTA (1993) Trad. Guidugli. - Calidad de vida y vivienda precaria en clima frío. ABALERON et al (1996) - Habitat II: Futuro das cidades brasileiras. RODRIGUES (1997)
São Paulo em Perspectiva (Fundação SEADE)	Português	1990/1999	v. 4, n. 2 v. 4, n. 3/4 v. 5, n. 2 v. 6, n. 4 v. 7, n. 3	- Pobreza e precariedade. COMEGNO (1990) - Habitat e saúde. JACOBI (1990) - Pesquisa de condições de vida na RMSP. (1991) - Descentralização e saúde. COHN (1992) - Saneamento e mortalidade infantil. FERREIRA (1992) - O transporte e a segregação urbana. FORNECK (1993)
Revista Administração Pública – RJ (FGV)	Português	1970/1980	v. 6, n 1	- O uso do tempo como medida da qualidade de vida urbana. SOUZA (1972)
Revista de Ciências Sociais.(Iuperj. RJ)	Português	1993	v. 36, n. 1	- Qualidade de vida e desenvolvimento. CROCKER (1993)
Revista Departamento de Geografia (UERJ)	Português	2000/2004	n. 9	- A contribuição do geoprocessamento à análise da qualidade de vida em escala local. RIBEIRO (2001)
Revista GEOSUL – SC (UFSC)	Português	1990/2000	n. 17	- Geografia e qualidade de vida: repensando as redes técnicas. DIAS (1994)
Revista GEOUSP (FFLCH-USP)	Português	2000/2002	n. 7	- Qualidade de vida urbana e desenvolvimento em São Carlos. DOZENA (2000)
Ciência & Saúde Coletiva – BA (UEFS)	Português	2004	v. 9, n. 2	- Qualidade de vida e políticas públicas no município de Feira de Santana. QUEIROZ et al. (2004)
Revista EURE. Santiago (Universidad Católica de Chile)	Espanhol	1980/1999	v. 7, n. 24 v. 25, n. 76	- Problemas metodológicos y teóricos del concepto de calidad de vida. BARBOSA (1982) - Quão grande e exagerado? Dinâmica populacional e eficiência econômica e qualidade de vida. AZZONI (1999)
Revista Geográfica. México (Instituto Panamericano de Geografía y Historia)	Espanhol	1980/1999	v. 34, n. 32	- Los estudios sobre la calidad de vida en Venezuela. DIÁZ (1985)

Revista de Geografía Norte Grande, Chile. Pontificia Universidad Católica de Chile)	Espanhol	1980/1999	v. 23 v. 26	- Reflexiones en torno de los conceptos de “medio” y “calidad de vida” desde la percepción de la ciencia geográfica. GEISSE & ARENAS (1996) - El medio ambiente y la calidad de vida en la comuna de San José de Maipo. SANTIS et al. (1999)
Revista Geográfica de Valparaiso, Chile (Instituto de Geografía. Facultad de Recursos Naturales- PUC)	Espanhol	1980/1999	n. 28	- La percepción del lugar, en tanto espacio de vida de la población en la comuna de los Andes. GEISSE (1997)
Revista Geográfica Venezolana (Universidad de Los Andes)	Espanhol	1980/1999	v. 34, n. 1,2 v. 37, n. 1 v. 38, n. 2 v. 40, n. 2	- Consideraciones metodológicas: una operacionalización del concepto de calidad de vida. DELGADO DE BRAVO & VERA (1993) - El concepto de calidad de vida: una revisión de su alcance y contenido. BRAVO & VERA (1993) - De la pobreza a la calidad de vida. CALDERÓN & JIMÉNEZ (1996) - Ciudades medias, planificación urbana y calidad de vida. DELGADO DE BRAVO (1997) - Calidad de vida y capacidades humanas. MORA (1999) - La educación: Instrumento para mejorar la calidad de vida? JIMÉNEZ (1999)
Revista Interamericana de Planificación. (SIAP)	Espanhol	1980/1999	v. 10, n. 78 v. 27, n. 107-108 v. 28, n. 112 v. 29, n. 114 v. 30, n. 120	- La participación comunitaria en programas sociales. SILVA (1986) - La gestión urbana: estrategias, dilemas y retos. CARRION (1994) - La diferenciación socio espacial y funcional de las ciudades intermedias Latino Americanas. MERTINS (1995) - Querer y poder. MASSOLO (1997) - Políticas públicas y población. GUIDUGLI & PAULA (1997) - Los conjuntos habitacionales, condiciones de vida y calidad habitacional. AGUIRRE (1998)
Cuadernos de Geografía. (Universidad de Valencia)	Espanhol	1980/1999	n. 58	- La generalit Valenciana y las políticas de bienestar social. PISTARCH GARRIDO (1995)
Regional Studies (GB: Reg. Studies Association)	Inglês	1975/1985	n. 12	- Quality of life, an objective and subjective variable analysis. KUZ (1978)
Annals of the Association of American Geographers (US: Assoc. of Am. Geographers)	Inglês	1980/1995	v. 72, n. 4	- Geography and the quality of life. HELBURN (1982)
Social Indicators Research (NL: Reidel Publishing)	Inglês	1970/1990	n. 12	- Environmental effects on perception of life quality in Korea. SHIN et al (1982)
Latin American Research Review. (US: Latin Am. Studies Association)	Inglês	1980/1990	v. 18, n. 2	- Income distribution and the quality of life in Latin America. FELIX (1983)
Population Geography (GB: Wiley)	Inglês	1980/1990	v. 14, n. 1-2	- Housing and health in Varanasi urban agglomeration. RAI (1992) - Process of change, urbanization and physical quality of life in North-Western Region: an empirical study. JULKA & CHANDIGARH. (1990)
Urban Studies (University of Glasgow)	Inglês	1980/199	v. 29, n. 5 v. 30, n. 8 v. 35, n. 12	- Methodological issues in determination of the quality life in urban areas. STOVER & LEVEN (1992) - Quality of life measurements na urban size: an empirical note. BURNELL & GALSTER (1992) - A multivariate analisis of the determinants of urban quality of life in the World's Largest Metropolitan Areas. SUFIAN (1993) - A quality of life based ranking of Canadian Cities. GIANNIAS (1998)
Environment and	Inglês	1980/ 1995	v. 21	- Indicators of quality of life: some methodological

Planning A. (GB: Pion)				issues. ROGERSON, FINDLAY & MORRIS (1989)
Revue de Géographie Alpine (Institut. de Géographie Alpine – Grenoble)	Francês	1990/1999	n. 1	- Quality of life in alpine town with examples from Innsbruck and Bregens. BORSDORF (1999)
GÉOCARREFOUR – Revue de Geo de Lyon	Francês	1980/1999	v. 76	- L'environnement, support de l'autonomie des territoires périurbans.
Espace, populations, sociétés (l' Université des Sciences e Technologies de Lile UFR de Géographie	Francês	1980/1999	n. 1 n. 1	- Qualité de vie et habitat précaire dans quelques pays du monde arabe. EL KADI (1997) - La violence d' Etat comme mode de régulation de la croissance urbaine. LAVERGENE (1997)

Fonte: Periódicos de instituições diversas

Org.: Autora

Tabela 2 – Textos inventariados referentes às pequenas cidades publicados no período compreendido entre 1970 e 2004

Título do periódico	Idioma	Anos consultados	Fascículos utilizados	Artigos identificados, autor e ano
Boletim Gaúcho de Geografia (UFRGS)	Português	1970/1990	n. 9	- As pequenas cidades coloniais no norte do Rio Grande do Sul. RÜCKERT (1981)
Boletim Geográfico – (IBGE)	Português	1970/1990	n. 252 n. 250	- O desenvolvimento de pequenas cidades no Terceiro Mundo. JUANICO (1977) - Mudanças de população: um estudo de pequenas cidades nos estados do MA, PE e SP no Brasil. SILVA (1976)
Revista do Departamento de História e Geografia - ÁGORA-RS (UNISC)	Português	2000/2004	v. 6, n. 1	- El comportamiento demográfico y funcional de ciudades pequeñas chilenas, estudio de caso: La Unión, Región de los Lagos, Chile. VARELA (2001)
Revista Departamento Geociências – Londrina (UEL)	Português	2000/2004	v. 10, n. 1 v. 5	- Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia. FRESCA (2001) - Estratégias de crescimento local. FERGUSON (1988/89)
Revista Território – (UFRJ)	Português	1999	n. 6	- Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre pequenas cidades. CORRÊA (1999)
São Paulo em Perspectiva (Fundação SEADE)	Português	1980/1998	v. 10, n. 3 v. 5, n. 2 v. 3, n. 1/2	- Desenvolvimento local uma alternativa para a crise social. BAVA (1996) - Os municípios e os desafios da Federação no Brasil. AFFONSO (1996) - Reinventando o poder local. SOUZA (1996). - Participação popular, poder local e conselhos. WANDERLEY (1991) - Políticas públicas: uma agenda de questões e JACOBI (1989)
Revista de Administração Municipal (IBAM-RJ)	Português	1970/2004	v. 46, n. 232 v. 43, n. 219 v. 42, n. 217 v. 41, n. 213 v. 40, n. 206	- Administrando cidades no século XXI – novos desafios para a capacitação. FREIRE (2001) - Criação de novos municípios: o processo ameaçado. NORONHA (1996) - Experiências municipais e desenvolvimento local. COSTA SALGADO (1996) - Planejamento da oferta de redes de infraestrutura em pequenos municípios. SILVA (1995) - Perfil das receitas municipais. BREMAEKER (1999) - Os novos municípios: surgimento, problemas e soluções. BREMAEKER (1993)

			v. 39, n. 203	- A multiplicação dos municípios no Brasil. MELLO (1992)
Finisterra (Universidade de Lisboa)	Português	2000/2004	v. XXXVII, n. 74	- Cidades Médias. Contributos para a sua definição. COSTA (2002)
Revista Interamericana de Planificación (SIAP)	Espanhol	1970/1998	v. XXX, n. 119/120 v. XXVI, n. 101/102 v. XVIII, n. 71 v. VII, n. 32 v. VI, n. 24	- Panificación y gestión municipal. CUEVA (1998) - Desarrollo local: entre la realidad y la utopía. SILI (1993) - Las pequeñas y medianas ciudades e el desarrollo socioeconómico de América Latina. ELBA (1984) La planificación de la estructura urbana. BLUMENFELD (1974) - Algunos problemas de estimación y proyección de la Población urbana. ELIZAGA (1972)
Estudios Geográficos (Inst. Economía y Geografía de Madrid)	Espanhol	1990/2000	v. LVIII, n. 229	- Población y tamaño municipal: reflexiones a partir del Censo de 1991. COLL (1997)
Boletín de estudios geográficos (Universidad Nac. de Cuyo. Inst. Geografía)	Espanhol	1990/2004	n. 96	- Ciudades medianas en América Latina: criterios, indicadores y el intento de un modelo de su diferenciación socio espacial y funcional. MERTINS (2000)
Rivista Geografica Italiana (Societa di Studi Geografici di Firenze)	Italiano	1970/2002	v. CVII, n. 2 v. VC, n. 2	- Centri minori tra geografia, urbanistica, beni culturali ed ambiente. Spunti per una ricerca e un dibattito. MANZI (2000) - Le piccole città italiane fra crisi e crescita. Note e Ressegne (1988) - Il caso do Porretta Terme (Bologna). CAPINERE (1988) - Il caso di Follonica (Grosseto). MARENKA (1988)
Bulletin de l'Association de Geographes Français (Centre National des Geographes Français)	Francês	1970/1990	n. 382/383	- Colloque sur le role des villes dans la formation des Regions em Amérique Latina. DOLLFUS (1970) - Roles et caractères des petites villes. BATAILLON (1970)
Revue de Géographie Alpine (Institut de Géographie Alpine – Grenoble)	Francês	1970/2003	v. 99, n. 2 n. 2 v. LVIII, n. 3	- Quel role pour les villes petites et moyennes des Régions périphériques? PUMAIN (2000) - Les Alpes, les villes petites et moyennes et l' Europe. PERLIK (2000) - CREST: quelques aspects actuels d'une petite cité aux vieilles traditions marchandes et industrielles. ROUSSIN (1997) - Essai de definition et de classification des petites villes: leur insertion dans un réseau urbain. VEYRET-VERNER (1970)
Revue Tunisienne de Géographie (Faculte des Lettres et Sciences Humaines)	Francês	1978/2002	n. 30	- RAF- RAF: Nouvelle dynamique spatiale d'une petite ville du Sahel de Bizert. JELLOUL (1996)
Urban Studies (Univ. of Glasgow)	Inglês	1980/2004	v. 39, n. 3	- Small Towns and regional development: major findings and... HINDERINK & TITUS (2002)
The Professional Geographer (US: Association of Am. Geographers)	Inglês	1980/2003	v. 46, n. 3	- Telecommunications and the large city-small city divide: evidence from Indiana Cities. LUCAS (1994)
Cities (GB: Bitterworth Scientific)	Inglês	1980/2004	v. 20, n. 3 v. 18, n. 1	- Are South Africa's cities too Small? NAUDE (2003) - The relationship between quality of life and local economic development: an empirical study of local authority areas in England. WONG (2001)

Fonte: Periódicos de instituições diversas.

Org.: Autora

Os livros consultados são tanto de natureza geral quanto específica e foram produzidos tanto por geógrafos quanto por não geógrafos. Os autores de livros consultados cuja natureza do tema é geral foram: Monbeig (1957), Azevedo (1970), Pred (1979), Santos (1979), Amorim Filho (1984), Singer (1985), Santos (1988), Santos (1994), Vallega (1995), Sposito (1997), Jordan e Simioni (1998), Jacobi (1999), Andrade e Serra (2001), dentre outros. Já os autores consultados cujos temas tratam mais especificamente da temática da qualidade de vida foram: Souza (1984), Guimarães (1984), Cordeiro (1984), Acosta-Hoyos (1985), Almeida (1997), Caiado (1997), Fernandes (1998) e Herculano (2000). Enquanto no primeiro caso os autores são na maioria geógrafos, no segundo são, na maioria, sociólogos. Isto não significa que os geógrafos não desenvolvam estudos voltados à temática da qualidade de vida – o que ocorre é que a produção de livros por parte deles sobre o tema é menor.

Os autores de dissertações e teses destacados foram: Paula (1993), Mazetto (1996), Carvalho (1997) e Figueiredo (2001). Cabe ressaltar que estes pesquisadores desenvolveram seus trabalhos junto ao Curso de Pós-Graduação em Geografia na UNESP, Campus de Rio Claro.

Destaque-se aqui que uma busca realizada, via Internet, junto aos programas de Pós-Graduação em Geografia de algumas universidades, como Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), evidenciou que a produção científica sobre a temática da qualidade de vida, no período de 1990 a 2003, ainda era pequena. Na UNESP foi encontrado o maior número de trabalhos: cinco dissertações de mestrado e uma tese de doutorado. Na UFRJ encontraram-se duas dissertações de mestrado; na USP, uma tese de doutorado. Além disso, na USP, localizaram-se quatro dissertações e cinco teses desenvolvidas em programas de Pós-Graduação ligados a outras áreas do conhecimento, o que demonstra o crescente interesse pelo tema e sua interdisciplinaridade. Na UFRGS, as dissertações não estavam disponíveis no sistema *on-line*, e na UFSM não havia trabalhos sobre este tema.

A Tabela 3 apresenta os livros que foram consultados e que fazem referência à temática das cidades e da qualidade de vida. A Tabela 4 mostra as teses e dissertações de mestrado consultadas e que abordaram o tema da qualidade de vida.

Tabela 3 – Livros consultados que envolveram o estudo das cidades e a temática da qualidade de vida

Autor	Ano	Título
MOMBEIG, P.	1957	O estudo geográfico das cidades. Novos estudos de geografia
PRED, A.	1979	Sistemas de cidades em economias adiantadas: crescimento
SANTOS, M.	1979	As cidades locais do Terceiro Mundo: o caso da América Latina
AMORIM FILHO, O. B.	1984	Cidades médias e organização do espaço no Brasil
SINGER, P.	1985	Economia política da urbanização
SANTOS,	1994	Por uma economia política da cidade
VALLEGA, A.	1995	A geografia degli anni novanta
SPOSITO, M. E. B.	1977	Capitalismo e urbanização
JORDAM, M. L.; SIMIONI, D.	1998	Ciudades intermedias en América Latina y el Caribe
JACOBI, P.	1999	Cidade e meio ambiente
ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V.	2001	Cidades médias brasileiras
SOUZA, A	1984	Qualidade de vida urbana
GUIMARÃES, R. P.	1984	In: Qualidade de vida urbana
ACOSTA-HOYOS, L. E.	1985	Tecnologia e qualidade de vida
ALMEIDA, C. A. A.	1997	A qualidade de vida no estado do Rio de Janeiro
CAIADO, A. S. C.	1997	Metrópoles, cidades médias e pequenos municípios: estudo....
FERNANDES, M. A.	1998	Indicadores de qualidade de vida: um estudo de caso em
HERCULANO, S. C. et al	2000	Qualidade de vida e riscos ambientais

Fonte: Livros de instituições diversas

Org.: Autora

Tabela 4 – Teses e dissertações de mestrado consultadas

Autor	Ano	Instituição	Título
PAULA, J.C.M.	1993	UNESP	População, poder local e qualidade de vida no contexto urbano de Ponta Grossa, PR.
MAZETTO, F. de A. P.	1966	UNESP	Análise da qualidade de vida urbana através do indicador saúde (Doenças Transmissíveis): O exemplo de Rio Claro, SP.
CARVALHO,	1997	UNESP	Meio ambiente urbano e saúde no município de Salvador.
FIGUEIREDO, V. D. M.	2001	UNESP	População e qualidade de vida urbana em Santa Maria – RS. Estudo de caso: Bairro Urlândia

Fonte: Teses e dissertações pesquisadas na biblioteca da UNESP, Rio Claro

Org.: Autora

A partir daqui e com base nos textos inventariados, passa-se a efetuar a revisão da literatura sobre as temáticas em questão.

Revisão da literatura: a concepção teórica e metodológica para estudos sobre qualidade de vida, pequenos municípios e cidades

A essência deste capítulo consiste em uma revisão da literatura baseada na produção acadêmica de universidades ou de instituições especializadas visando a avaliar o estado da arte destes temas. O exame de textos extraídos de livros, periódicos, anais de congressos, sistema *on-line*, dentre outros, permite observar o passado e o momento atual desta literatura, bem como identificar algumas tendências. Na seleção dos trabalhos produzidos sobre a temática, procurou-se contemplar estudos desenvolvidos por pesquisadores com diferentes formações científicas, dando-se destaque àqueles produzidos por geógrafos.

Esta revisão da literatura está organizada em cinco partes. Na primeira, efetua-se uma reflexão sobre o conceito de cidades. Na segunda, discutem-se os conceitos e os critérios utilizados na identificação das pequenas cidades. Na terceira, são mostrados alguns estudos aplicados sobre pequenas cidades. Na quarta, são destacadas algumas questões que permeiam a temática da qualidade de vida, como, por exemplo, as diferentes abordagens do tema. Por último, com base na literatura consultada, faz-se uma avaliação sobre qualidade de vida urbana com destaque para estudos aplicados, salientando-se as diferentes metodologias bem como os indicadores utilizados para estudar o tema. No conjunto, a análise desta bibliografia específica norteou os procedimentos operacionais para a realização do estudo da qualidade de vida em pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul.

Reflexões sobre o conceito de cidade

Quando se pretende estudar qualidade de vida em pequenas cidades, é necessário inicialmente entender o que é cidade dentro de um campo teórico-metodológico bastante amplo. Não se pode esquecer que este assunto também é objeto de interesse dos economistas, sociólogos, demógrafos, urbanistas etc., e não só dos geógrafos. Dentro deste contexto, o que é uma cidade e, ainda, quais são os critérios utilizados para a sua classificação? Considerando-se que, na atualidade, a maior parcela da população mundial vive nas cidades, busca-se compreender o que elas são, como nelas deve ser caracterizada a qualidade de vida e

quais as variáveis que podem ser utilizadas para a sua mensuração. Também é preciso considerar suas especificidades quando se avaliam estas referências para pequenas cidades.

Diante da diversidade dos textos que fazem alusão às cidades, a questão conceitual adquire relevância. Alguns estão centrados em idéias como aglomerações humanas, concentrações demográficas, concentração de atividades, etc., enquanto outros dão um sentido diferente às cidades, como lugar de trocas, de contradições, de disseminação de informações, de conflitos, dentre outros. Por conseguinte, ao se analisar o conceito de cidade, constata-se que existem diferentes concepções sobre o tema. Estas diferenciações derivam da época em que o conceito foi formulado, da formação do pesquisador, das transformações que vêm ocorrendo no âmbito das cidades, do significado das cidades para a sociedade e da própria evolução da organização do espaço.

Os textos reunidos e analisados serão apresentados conforme duas abordagens. Uma, dentro de uma perspectiva mais tradicional, é uma visão material da cidade do ponto de vista de seus níveis de concentração, adensamento, aglomeração, aspectos que constituem a preocupação principal desse tipo de abordagem. A outra, independentemente do perfil anterior, com idéias mais recentes, considera a cidade do ponto de vista de suas funções, sua dinâmica e suas contradições, levando em conta dados relativos ao comércio, à disseminação de informações e ao seu papel na qualidade de vida dos moradores. Assim, enquanto uns percebem a cidade como forma, outros a percebem de acordo com as suas funções, entre as quais permitir uma melhor qualidade vida humana se destaca como função principal. No entanto, a cidade deve ser vista e analisada não só como forma e estrutura, mas também como função e processo. Neste sentido, Santos (1985) destaca que nenhum destes componentes deve ser negligenciado, uma vez que eles atuam de forma integrada na criação e moldagem dos espaços urbanos. Desta forma a cidade é vista como um organismo dinâmico e em contínuo processo de funcionamento e transformação.

Conforme Azevedo (1970, p. 254), por força de lei, “a sede do Município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome”. Por conseguinte, no Brasil, é o critério político-administrativo que caracteriza a cidade e isto explica a existência de aglomerados com população bastante reduzida incluídos nesta categoria. Este fato pode ser comprovado no estado do Rio Grande do Sul, onde se tem um número bastante expressivo de cidades com população inferior a 10 mil habitantes.

Desta forma, na definição de população urbana, é encontrada uma ampla série de tamanhos populacionais, o que se expressa em todo o território nacional, embora, para cada estado ou região, cidades e municípios de mesmo porte apresentem diferenciações sociais,

econômicas, espaciais, etc. de grande significância. No estado do Rio Grande do Sul, objeto deste estudo, estes tamanhos variam muito, pois compreendem aglomerações com desde 21 habitantes (sede do município de Santa Margarida do Sul) até 333.391 habitantes (sede municipal de Caxias do Sul), excluindo-se a capital Porto Alegre, que tem população superior a um milhão de habitantes.

Singer (1973, p. 137) destaca que, por mais variadas que sejam as definições de cidade, existe entre elas um ponto em comum: “trata-se de uma aglomeração humana, de um conjunto de pessoas vivendo próximas umas das outras. As discussões giram em torno do tamanho mínimo desta aglomeração: alguns pretendem que seja de 2.000, outros propõem 5.000 e assim por diante”. Porém, hoje existem cidades com população inferior a estes números, o que demonstra a inconsistência deste fator na identificação da cidade. Assim, uma característica marcante da cidade é o fato de a população viver concentrada num pequeno território.

Centrada nos papéis das cidades, Beaujeu-Garnier (1980, p. 16-19) destaca que “o quadro que se reúne sob a designação de “cidade” é multiforme pela sua situação, tamanho, arquitetura, organização interna, papel na vida regional ou nacional” e se constitui no elemento fundamental da organização do espaço. Salienta ainda que a cidade, “concentração de homens, de necessidades, de possibilidades de toda a espécie, com uma capacidade de organização e transmissão, é ao mesmo tempo sujeito (papel de intervenção) e objeto (existe materialmente)”. Para a autora, a cidade se torna um centro receptor de pessoas, fornecendo seus serviços com a finalidade de suprir suas necessidades, procurando também, com seu poder, manter ligações com o exterior a fim de tornar mais dinâmica sua economia.

Para Andrade (1981, p. 277), a cidade “é um centro de relações de pessoas de outras áreas – do campo e de outras cidades – e que vêm a ela a fim de adquirir bens expostos à comercialização e usar serviços que nela são fornecidos”. Assim, a cidade, pela natureza e diversidade dos serviços prestados, passa a tornar-se um centro de relações. Estas relações se manifestam através do fluxo de veículos e de pessoas associado aos diferentes deslocamentos de mercadorias e de indivíduos, com finalidades diversas. A intensidade destas relações será tanto maior quanto maior for a diversificação e qualificação dos serviços prestados. Isto explica porque muitas cidades se tornam pólos de atração populacional.

George (1983, p. 137) considera que “a cidade constitui uma unidade demográfica e, como tal, deve ser definida e analisada”. O autor destaca, também, que o estudo demográfico das cidades permite revelar dados interessantes que possibilitam analisar a força de trabalho, o mercado de consumo, as necessidades de infra-estrutura e de serviços. Na concepção deste

autor, a população assume fundamental importância quando se estuda a cidade, devido ao fato de estar, cada vez mais, residindo nestas áreas e ao fato de toda a economia se desenvolver e se transformar em função disso. A população se constitui num importante elemento do espaço urbano, tanto na condição de produtores (fornecedores de força de trabalho), quanto na de consumidores. Isto porque todas as pessoas, independentemente da idade, consomem algum tipo de serviço e produto fornecido por aqueles indivíduos que estão inseridos no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal. É através do conhecimento dos dados demográficos que se tem condições de avaliar estas questões.

Ao fazer alusão à questão dos espaços urbanos, Clark (1985, p. 37) destaca que, “para o geógrafo, a cidade é uma unidade de análise consistindo em um conjunto de edifícios, atividades e população conjuntamente reunidos no espaço”. Na sua concepção, o que distingue a cidade de outras formas de assentamento é a densidade de concentração de seus atributos. Assim, a cidade expressa uma forma de utilização do solo que se solidifica através da ação da sociedade, que organiza e reorganiza o espaço, ao longo do tempo, em função de suas necessidades.

Prosseguindo nesta mesma linha de argumentação, Dollfus (1982, p. 80), ao fazer a distinção entre assentamento rural e assentamento urbano, destaca que este último “caracteriza-se pela concentração do *habitat* numa área limitada e com freqüente acúmulo em imóveis de diversos andares”. Neste espaço há também uma grande concentração de atividades altamente produtivas. Desse modo, a cidade, pelo papel que desempenha, necessita estar adequadamente equipada para atender às necessidades crescentes das populações que nela se concentram.

Segundo Carlos (1994), a cidade é um aglomerado de pessoas e de objetos (prédios, casas, ruas). Deve-se destacar, no entanto, que a cidade não pode ser pensada somente por esse ângulo, pois ela encerra dentro de si um conteúdo social que vai muito além disto. A cidade, em seu conjunto, envolve várias dimensões, como a econômica, a social, a política, a cultural e a ambiental, que devem estar ligadas entre si.

Abandonando a visão mais tradicional sobre a cidade e ordenando um ponto de vista mais moderno, alguns autores se destacam, entre eles Oliven (1987, p. 13), para quem “as cidades se constituem nos centros mais dinâmicos de sociedades complexas e, portanto, representam também espaços nos quais as contradições deste tipo de sociedade se tornam mais evidentes”. Estas contradições se manifestam no espaço urbano através das desigualdades sociais, como: riqueza e pobreza, fartura e escassez, bairro residencial nobre e favela, dentre outras.

Uma característica visível e que expressa bem estas contradições é a questão da segregação residencial que se observa no interior de muitas cidades. Castells (1983) enfatiza que ela é um produto da existência de classes sociais que se espacializam em áreas urbanas. Na concepção de Corrêa (1989, p. 64), esta segregação é provocada em parte pela classe dominante, e sua atuação se faz através da “auto-segregação”, tendo em vista que ela pode escolher para si as melhores áreas, pois é detentora do capital. Assim, aos mais pobres restam poucas opções para morar. A isto o autor denomina “segregação imposta”, que decorre da falta de oportunidades condicionada pela carência de capital das classes sociais menos favorecidas. Partindo destas considerações, podem-se caracterizar as cidades como espaços de contradições.

Outro enfoque que confere à cidade a conotação de espaço dinâmico e diferenciado é aquele proposto por Silva (2004, p. 56), para quem esta dinamicidade “resulta da atuação constante dos agentes produtores do espaço urbano, sendo o local que possibilita a maximização da reprodução capitalista”. A diferenciação se dá através do poder aquisitivo das pessoas que, por sua vez, determinam a existência de espaços bastante heterogêneos.

De acordo com São Martino (1995, p. 99), “a cidade pode ser definida como sendo a forma, a materialidade, ou seja, os prédios e construções, as ruas, os postes, etc... Já o urbano como sendo o conteúdo, as relações que se passam em tal materialidade”. Através da população, de forma indireta, podem-se medir estas relações, as quais diferem de uma cidade para outra, em função não só da população, mas também do nível de desenvolvimento econômico.

Scarlato (1995, p. 400) assinala que “a cidade é um lugar de trocas”, não apenas as ligadas aos bens materiais, mas também as “trocas de espírito”: é na cidade que se estabelece o poder administrativo, que representa o sistema econômico, social e político. Além disto, é “o espaço privilegiado da função educadora e de um grande número de lazeres”. Desta forma, observa-se que a cidade concentra determinadas atividades que são mais específicas a ela e não ao campo. Isto justifica, em parte, a fuga da população do campo em direção à cidade.

Ao fazer referência à urbanização de hoje, Sposito (1997, p. 64) destaca que:

a cidade é o lugar onde se concentra a força de trabalho e os meios necessários à produção em larga escala – a industrial –, e, portanto, é o lugar da gestão, das decisões que orientam o desenvolvimento do próprio modo de produção, comandando a divisão territorial do trabalho e articulando a ligação entre as cidades da rede urbana e entre as cidades e o campo.

Este enfoque encontra-se bastante voltado para a dimensão econômica da cidade e suas relações com outras cidades ou com o próprio campo.

Uma abordagem que vem recebendo destaque na definição de cidade é a de sua relação com a qualidade de vida da população. Neste sentido destacam-se os trabalhos de Lopes (1998) e Cavalcanti (1999). Lopes (1998, p. 45), ao abordar a questão da gestão das cidades, salienta que “poderia ser argumentado que as cidades são a forma mais eficiente de prover a sociedade de uma qualidade de vida melhor, exatamente pela gama de serviços públicos oferecidos, sem falar na riqueza e variedade de sua oferta cultural”. Constatase, porém, que, em um número bastante significativo de cidades, isto não ocorre, principalmente, quando a questão recai na oferta de infra-estrutura de serviços públicos, que se tornam mais onerosos e, por isto, mais escassos.

Já Cavalcanti (1999) considera que a cidade é uma forma de organização da sociedade. Nesta forma de organização, a sociedade procura sempre buscar o atendimento de suas necessidades fundamentais e secundárias e, com isto, melhorar a sua qualidade de vida. É no interior desta sociedade que se processam as ações sociais, políticas e econômicas que a norteiam.

Numa perspectiva diferenciada, Castells (1999, p. 423) enfatiza que “a era da informação está introduzindo uma nova forma urbana, a cidade informacional”. Esta resulta do fato de a nova sociedade estar baseada em conhecimento, organizada em torno de redes e parcialmente formada de fluxos. Observa-se que, na atualidade, as cidades são também espaços de fluxos de informações e de relações econômicas. Isto contribui para a condução da dinâmica da vida urbana.

Esta multiplicidade conceitual revela a complexidade existente nos estudos do mundo urbano. Cada cidade apresenta não apenas uma dimensão isolada, mas uma superposição de várias delas, que intervêm de forma positiva ou negativa, gerando uma diversidade de aspectos materiais e imateriais. Estas diferenças decorrem da inserção de cada uma dessas dimensões, de suas relações e da sua intensidade.

As cidades tendem também a formar identidades diferentes. Com base nisso, Cidade e Morais (2004, p. 22) destacam que: “algumas se caracterizam por seu papel na produção de bens e serviços, outras por seus atributos naturais e culturais, outras ainda por seu papel político”.

De uma maneira geral, dentre as características que permitem melhor caracterizar a cidade, destacam-se: a presença de atividades terciárias públicas ou privadas, a continuidade

dos espaços edificados (imóveis comerciais e residenciais, praças, ruas, etc.), a concentração do *habitat* numa área limitada, a população aglomerada, etc.

Assim, uma característica bastante visível nas cidades é a forma como ela se apresenta em termos de organização espacial e seu tamanho demográfico. Daí resulta a divisão das cidades em diferentes categorias ou estruturas urbanas, e dentre elas estão as pequenas cidades. Contudo, é importante destacar também o lado menos visível das cidades, ou seja, o das suas funções, da necessidade de coesão econômica e social, da capacidade de resolver os problemas sociais e ambientais, da qualidade que elas oferecem à vida de seus moradores.

Neste sentido, as pequenas cidades, tanto quanto as de maior dimensão, também possuem forma e função, que devem ser igualmente analisadas. Elas não se diferenciam apenas em decorrência do seu tamanho demográfico, mas também do ponto de vista funcional, que varia quanti e qualitativamente. Por menor que seja uma cidade, ela também desempenha uma função, embora muitas vezes voltada exclusivamente para a sua população. Cabe ressaltar, no entanto, que os enfoques sobre as pequenas cidades variam de um país para outro, mas variam principalmente conforme as concepções do autor. É isto que se procurará mostrar a seguir.

Pequenas cidades: conceitos e critérios de classificação

Considerando que o objetivo deste estudo prende-se ao universo das pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul, busca-se resgatar, na literatura que trata das questões urbanas, o que se considera uma pequena cidade, quais são os critérios adotados pelos pesquisadores na sua identificação e quais são as metodologias utilizadas em seus estudos. Apesar de a literatura ser escassa, pelo reduzido número de estudos nesta categoria de cidades, foi possível selecionar alguns textos para a análise e compreensão do tema. Os textos utilizados foram obtidos a partir de livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado, periódicos, revistas *on-line*, anais, CD ROOM e *sites* da Internet. A partir deste conjunto, discute-se aqui o conceito e os critérios de classificação das pequenas cidades, sendo também referenciadas algumas experiências de estudos neste âmbito, em diferentes escalas.

Não existe ainda, entre os pesquisadores, um consenso sobre o que seria uma pequena cidade e que critérios deveriam ser utilizados para a sua classificação. Sabe-se, entretanto, que o tamanho de uma cidade tem importância fundamental, não só para diferenciar uma cidade de outra, mas também para explicar tais diferenciações, “tanto no contexto de uma cidade

tomada isoladamente, como tomada no contexto de um sistema de cidades” (FAISSOL, 1972, p. 27). Faissol salienta ainda que o tamanho de uma cidade deve ser medido não apenas estritamente em termos de sua população, mas também em termos do seu tamanho funcional. Contudo, a literatura que trata do tamanho das cidades mostra que o critério demográfico tem assumido especial importância, embora varie muito conforme o pesquisador, a época e o lugar onde os estudos são realizados. Isto é de fácil compreensão, pois este é um critério que oferece a oportunidade de melhor estabelecer limites, além do fato de ser relevante para a compreensão das demais variáveis.

O critério demográfico se baseia no número de habitantes que vivem numa cidade. Desta forma são estabelecidas classes ou limites de população que indicam se uma cidade é pequena, média ou grande. Todo administrador municipal deve conhecer o tamanho e as características da população que administra para fins de planejamento, seja no campo econômico, político, social ou espacial. Porém, isto não é suficiente, pois a compreensão da dinâmica da população é indispensável para conhecer os demais atributos que a caracterizam, tais como: taxas de crescimento, estrutura etária e por sexo, nível de escolaridade, expectativa de vida ao nascer, dentre outros. É através do conhecimento destas variáveis que é possível fazer um planejamento administrativo que contemple as reais necessidades da população visando à melhoria da sua qualidade de vida.

Sobre a importância de se conhecer o volume populacional de uma área geográfica, Jardim (1992, p. 39) afirma que esta “é uma informação básica tanto para o planejamento público como para projetos de empresas privadas que envolvem o potencial de demanda por produtos, mão-de-obra, serviços, etc.” Argumenta ainda que, neste processo, o volume da população “influencia e é influenciado pela oferta de condições econômicas e sociais da área em questão” (p. 39).

Com relação ao que seja uma pequena cidade, alguns estudiosos teceram considerações e estabeleceram conceitos. George (1968, p. 745) identifica a pequena cidade como “o agrupamento denso de habitações no interior do qual todos os deslocamentos, aí incluídos os deslocamentos funcionais, se fazem a pé, cujos limites podem ser atingidos, de um ponto qualquer da superfície edificada, em menos de 20 minutos de marcha e onde o recurso para os transportes públicos diz respeito às relações com o exterior”. Com base nessa definição, constata-se que o critério utilizado por este autor não é o número de pessoas que a cidade contém, mas sim, o tempo gasto com o deslocamento e a forma como ele é feito. No entendimento do autor, esta categoria de cidade ocupa um espaço bastante limitado, o que facilita as relações econômicas, além das relações sociais.

Atualmente, no Brasil, não existe uma definição precisa para as cidades grandes, médias ou pequenas. Entretanto, quando são realizadas pesquisas sobre cidades médias, a maioria dos pesquisadores considera, nesta categoria, aquelas cidades cuja população é superior a 50 mil habitantes, sendo que o limite máximo varia de autor para autor, o que por si só já revela alguma inconsistência, fato que não se restringe apenas ao nosso país, pois essa indefinição se verifica também em outros.

Azevedo (1970), ao realizar estudos sobre hierarquia urbana no Brasil, adotando o critério demográfico, agrupou as cidades em três categorias: as cidades pequenas – com população urbana superior a 5 mil habitantes e inferior a 30 mil; as cidades médias, com população urbana superior a 30 mil e inferior a 100 mil; e as cidades grandes, com população urbana superior a 100 mil e inferior a 500 mil habitantes. Ao reduzido número de cidades com mais de 500 mil habitantes reservou a designação de metrópoles. Aquelas localidades com população urbana inferior a 5 mil foram excluídas desta classificação, sem que o autor explicasse o motivo desta exclusão. Ruckert (1981), ao desenvolver um estudo sobre pequenas cidades coloniais do norte do Rio Grande do Sul, definiu-as como sendo aquelas que, no censo de 1970, tinham uma população de até 10 mil habitantes.

No Brasil, um estudo pioneiro sobre centros urbanos de porte médio foi realizado, em 1979, por Andrade e Lodder (apud AMORIN FILHO e SERRA, 2001). Nesse estudo, esses centros foram definidos como aqueles que possuíam população entre 50 e 250 mil habitantes. Compartilhando desta identificação, em publicações do IPEA, IBGE e IPARDES (2001), encontram-se referências a municípios urbanos de média dimensão como sendo aqueles com população superior a 50 mil habitantes. Diante disto, infere-se que as cidades pequenas são aquelas com população inferior a 50 mil.

Deve-se observar que estas classificações são frutos de um momento (anterior a década de 1970) no qual grande parcela da população brasileira ainda estava concentrada no meio rural. Foi somente a partir da década de 1970 que a maior parte da população brasileira passou a viver nas cidades (55,92%). Desde então a população urbana do país passou a apresentar um ritmo de crescimento bastante acelerado, chegando, em 2000, a 81,23% da população total. Esta situação fez com que os conceitos de pequenas, médias e grandes cidades tivessem que ser repensados.

Alba (1984), ao fazer referência às cidades médias e pequenas no México, considerou as primeiras como aquelas que possuíam população entre 50 e 500 mil habitantes, e as segundas como as localidades que tinham entre 15 e 50 mil. Não classificou, portanto, as cidades com população inferior a 15 mil habitantes e nem justificou essa omissão. Isto por si

só pode indicar a pouca relevância que alguns pesquisadores atribuem às áreas com população pouco numerosa. No entanto, conhecer como estas pessoas vivem e quais são suas necessidades é tão importante quanto conhecer a realidade das demais cidades, pois não se pode esquecer que as pequenas cidades fazem parte de um contexto maior: um estado, uma região, um país.

Ao realizar estudos sobre cidades médias na América Latina e no Caribe, Jordan e Simioni (1998) reconheceram três categorias de assentamentos humanos: metrópoles (com mais de 4 milhões de habitantes); cidades grandes (entre 1 e 4 milhões de habitantes) e cidades médias (50 mil a 1 milhão de habitantes). Partindo da concepção dos referidos autores, supõe-se que as cidades pequenas sejam aquelas com população inferior a 50 mil habitantes. Segundo eles, no Chile, há quatro distinções quando se considera o sistema de assentamentos urbanos: metrópole (com população igual ou superior a 1 milhão de habitantes); cidades grandes (com população entre 500 mil e 999 mil habitantes); cidades médias (com população entre 50 mil e 300 mil habitantes), e cidades pequenas (com menos de 50 mil habitantes).

Gohn (2004), ao participar de uma conferência sobre o futuro das cidades, em Xangai, na China, fez referência às diferentes categorias de cidades, identificando as cidades globais, megacidades, cidades médias e cidades pequenas. Na visão da autora, as cidades globais são aquelas que concentram perícia e conhecimento em serviços ligados à globalização, independente do tamanho de sua população; megacidades são áreas urbanas com mais de 10 milhões de habitantes; cidades médias são aquelas com população que varia entre 50 mil e 800 mil habitantes; e cidades pequenas, aquelas com população inferior a 50 mil habitantes, estas últimas consideradas como “ideal utópico de moradia feliz no imaginário de milhares de pessoas” (GOHN, 2004, p. 3).

Em seus estudos, Vallega (1995), ao fazer referência às cidades italianas, utilizando o critério demográfico, dividiu-as em seis categorias: metrópoles (com população superior a 2,5 milhões de habitantes); cidades milionárias (com população compreendida entre 1 e 2,5 milhões); cidades grandes (com população compreendidas entre 500 mil e 1 milhão); cidades médias (com população entre 100 mil e 500 mil); cidades pequenas (com população entre 25 mil e 100 mil); e cidades muito pequenas (com população inferior a 25 mil habitantes).

A variedade destes conceitos evidencia que cada realidade exige classificações específicas, que variam tanto no tempo quanto no espaço, uma vez que o tamanho das cidades assume um significado peculiar aos diferentes momentos da história humana. Em outras

palavras: no que diz respeito ao espaço, a classificação das cidades – pequenas, médias ou grandes – deve levar em conta os contextos em que elas se inserem.

A literatura sobre o tema tem mostrado que a imprecisão que se verifica no Brasil quanto aos critérios utilizados para definir o que é uma cidade pequena ou média também se observa em países de outros continentes, como o Europeu. Um estudo sobre cidades médias realizado na Europa por Marques da Costa (2002) comprova, com clareza, esta imprecisão, especialmente quando o critério utilizado nesta identificação é o quantitativo, ou seja, o tamanho demográfico. A Tabela 5 mostra essa diversidade.

Os dados apresentados mostram a indeterminação que ainda persiste no uso do critério numérico na definição das cidades quanto ao seu tamanho, o que também tem-se verificado no Brasil. No entanto, o estudo desenvolvido por esta autora mostrou que na Europa houve um avanço nesta questão. Do critério numérico passaram a utilizar o funcional, e associado a este o qualitativo, ou seja, os fatores relacionados ao estilo de vida, por se considerar que o quadro de vida das pessoas se diferencia de acordo com o tamanho da cidade. Um exemplo disto são as relações pessoais que se processam numa cidade de menor dimensão demográfica, que são muito mais intensas do que nas cidades maiores.

Tabela 5 – Diversidade de valores em termos de escala mundial e europeia para definir cidades médias

Organização/País	Limite mínimo de habitantes	Limite máximo de habitantes
ONU	100.000	2 a 3 milhões
VII Congresso Ibero-Americano de Urbanismo (Pamplona, 1996)	20.000	500.000
Centros Urbanos da Comissão Europeia (1988/89)	100.000	250.000
Relatório Europa 2000 +	20.000	50.000
DIAC SESAME / DATAR (1972)	30.000	200.000
Direction de l' Aménagement Foncier e de le Urbanisme (DAFU, 1972)	20.000	100.000
Polônia	30.000	100.000
Suécia	50.000	200.000
Espanha	30.000	300.000

Fonte: MARQUES DA COSTA, E., 2002.

Org.: FIGUEIREDO, V. D. M., 2005.

No Brasil também, alguns autores, já há bastante tempo, têm demonstrado a preocupação em destacar a importância das funções urbanas no estudo do tamanho das cidades. Como exemplo disto tem-se Monbeig (1957, p. 56-57), que, ao se manifestar sobre a relevância do estudo das pequenas cidades, destacou a importância da análise da função que desempenham. Neste sentido asseverou que:

A função urbana não é menos interessante numa cidade pequena do que numa capital; é aí menos difícil de estudar, e seus diferentes elementos decompõem-se mais facilmente. É a função comercial, ligada à presença dos meios de transportes, mais freqüentemente, a razão de ser das pequenas cidades do interior: fazendeiros, colonos, sítiantes, trazem suas colheitas e compram as roupas e os instrumentos de trabalho de que necessitam.

Santos (1979), ao se referir às cidades pequenas, utiliza a expressão “cidades locais”, afirmando que seu estudo merece tanta atenção quanto o das grandes cidades. Para este autor, quando se fala de cidades pequenas, pensa-se, de imediato, no volume da população. Assim “a cidade se define em função do número que exprime a população”; no entanto, este varia muito de um país para outro.

O mesmo autor afirma que a cidade local pode ser definida como “a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 1981, p. 71). Destaca ainda que a cidade local “facilita o acesso da população aos bens e serviços” a um valor inferior ao dos centros de nível superior. Considerando o sistema urbano, a cidade local, independente de sua localização, sempre se encontra na periferia do sistema. Embora isto ocorra, na visão do referido autor, as cidades deste nível devem ser integradas num mecanismo de crescimento geral e não seletivo, porém esta questão passa pelo planejamento. Numa outra abordagem sobre cidades, o autor destaca ainda a importância que as cidades médias assumem no atendimento das demandas das cidades locais. Estas últimas, com a finalidade de suprir suas necessidades, precisam “dirigir-se a um nível urbano mais elevado na rede que oferece produtos e serviços quantitativamente e qualitativamente mais diversificados” (p. 243).

Em outro trabalho, ao fazer alusão aos tipos de urbanização nos países subdesenvolvidos, Santos (1981, p. 14) destaca o nascimento de numerosas pequenas cidades como “um dos fenômenos mais característicos, e no entanto mais negligenciados, da floração urbana” nestes países. Salienta também que “as pequenas cidades representam um papel importante no crescimento do conjunto população rural + pequenas cidades”. No entendimento do autor, uma pequena cidade pode ter, ou não, uma alta taxa de crescimento. Isto irá depender da função que a cidade exerce no momento (cidade comercial, industrial, de serviços, etc.). Assim, se a economia se torna dinâmica, traz como consequência o crescimento demográfico da cidade, que é resultado da implantação de novas formas de produção, de consumo ou de distribuição. É interessante destacar aqui que, no tocante ao estado do Rio Grande do Sul, o nível de ruralidade da população dos pequenos municípios é ainda muito grande.

Ainda com relação às pequenas cidades, Santos (1981, p. 15) pondera que “as estatísticas internacionais estabeleceram o marco de 20 mil habitantes para esse tipo de cidade, mas isso, no entanto, não significa grande coisa, visto que um marco numérico é sempre artificial; os marcos reais são os funcionais; isto porque só a partir de um certo estágio de desenvolvimento e dinamismo é que a cidade se define”.

Amorim Filho (1984), ao se reportar à definição de cidades médias, enfatizou que o recomendável seria levar em consideração o critério demográfico e o funcional. No entanto, o primeiro, devido à sua “simplicidade e comodidade”, tem sido mais utilizado. Destacou também que, apesar de não haver acordo entre os estudiosos quanto aos limites demográficos máximos e mínimos para esta categoria de cidades, a prática mostra que, na maioria dos continentes, o limite mínimo é de 20 mil habitantes, e que os critérios que servem para definir cidades médias também servem para definir as pequenas. Desta forma a cidade, independentemente do seu tamanho, pode ser definida pelos mesmos critérios.

Compartilhando, em parte, da idéia de Amorim Filho (1984), Scarlato (1995), ao avaliar o processo de urbanização no Brasil, destaca que o tamanho de uma cidade é definido não pelo número de seus habitantes, mas pelas funções que desempenham. Quanto maior o número e a importância destas funções no interior da rede urbana, maior será a grandeza da cidade, que pode ser definida como de 1ª, 2ª ou 3ª grandeza, ou, respectivamente, como grande, média ou pequena. Sua importância irá depender, portanto, de seu equipamento funcional. Os centros de níveis elevados e melhor equipados oferecem mais bens e serviços, têm maior número de estabelecimentos e tipos de negócios, maior volume de população, etc. Por outro lado, os centros de níveis inferiores, mesmo equipados, fornecem somente bens e serviços de baixa ordem que são, freqüentemente, procurados apenas pelos consumidores locais.

Preocupada com a questão das pequenas cidades, Fresca (2001) realizou um estudo cujo objetivo principal foi o de discutir a importância atribuída a elas no ensino de geografia. Nesta discussão, um dos pontos considerados pela autora foi a noção de pequenas cidades, ou seja, que elementos as caracterizavam. No seu entendimento não é apenas o número de habitantes que as identificam, mas, principalmente, a forma de sua “inserção numa determinada área, região ou rede urbana” a partir de seu contexto sócio-econômico. A autora destaca também que estas cidades não devem ser igualadas, uma vez que, apesar de possuírem populações similares, quando se analisam as questões sócio-econômicas, elas apresentam diferenciações. Isso pode ser percebido, principalmente, quando uma pequena cidade se

localiza nas proximidades de um importante centro econômico: ela acaba sendo envolvida nesta economia, convertendo-se também em uma cidade de expressão.

Outro ponto da discussão desenvolvido pela autora referiu-se à importância de se trabalhar com pequenas cidades no ensino fundamental e médio, e não apenas com as áreas metropolitanas, como normalmente ocorre. Isto porque as primeiras “enquanto lugares manifestam a universalidade”, fazem parte de um contexto maior, ou seja, a totalidade urbana. Para que se compreenda esta totalidade, devem-se antes entender as particularidades, aí incluídas as pequenas cidades. Esta perspectiva enfatiza a necessidade de que as pequenas cidades sejam vistas de maneira mais positiva, também pelos seus residentes (TUAN, 1980).

Através da literatura analisada constatou-se que não há, entre os pesquisadores, consenso quanto a uma definição do que seja uma pequena cidade, e poucos se propuseram a elaborar uma. Esta problemática deve-se ao fato de que se tem privilegiado estudos sobre grandes e médias cidades, seus sistemas urbanos e seu desenvolvimento regional, acreditando-se que a crise da cidade contemporânea está centrada nesta categoria de espaços. Entretanto, problemas semelhantes se manifestam também nas pequenas cidades, geralmente incapazes de organizar o território circundante.

Quanto aos critérios utilizados na sua identificação, constata-se que eles não divergem dos utilizados para as médias e grandes cidades. No conjunto, dois mereceram destaque: o demográfico e o funcional, sendo o primeiro o mais usado. No entanto, constata-se que o critério quantitativo ou demográfico não é suficiente para a identificação do tamanho de qualquer cidade, inclusive as pequenas. Assim, se faz necessário acrescentar o uso do critério qualitativo. É este que irá mostrar o nível de desenvolvimento da economia e a sua dinâmica no espaço.

É interessante ressaltar que, quando se pretende estudar pequenas cidades, deve-se dividi-las em dois tipos. Aquelas que estão localizadas próximas a grandes centros econômicos e aquelas que estão distantes deles, pois isto acarreta diferenças em suas trajetórias. As primeiras tendem a apresentar crescimento pelo envolvimento que possuem com centros mais dinâmicos do ponto de vista econômico, ao passo que as segundas permanecem estagnadas pelo isolamento em que se encontram e também pela falta de atrativos econômicos que possam atrair população. Neste sentido, a atividade industrial tem um grande poder de atrair pessoas, pois indústria atrai indústria, formando assim um mercado de trabalho que, conseqüentemente, atrai população, contribuindo para o crescimento das cidades.

Os pequenos municípios do estado do Rio Grande do Sul que estão sendo estudados nesta pesquisa se caracterizam por um pequeno volume demográfico, por uma população ainda essencialmente rural, pela distância dos centros econômicos de maior influência no estado e por atividades econômicas voltadas basicamente para o setor agropecuário. Disto resulta que a maior parcela da população economicamente ativa ainda está inserida nas atividades primárias – principal responsável pela absorção da mão-de-obra –, o que demonstra a importância deste setor na vida econômica destes municípios.

Nesta pesquisa, levando-se em conta todas as questões abordadas, foram consideradas como pequenas cidades aquelas com população de até 10 mil habitantes. No entanto, para o desenvolvimento deste estudo foram selecionados os municípios do Rio Grande do Sul que, em 1980, tinham até 10 mil habitantes e que permaneceram, até 2000, dentro deste mesmo limite. Este procedimento é relevante quando se tem em vista a comparabilidade. A seguir serão apresentados alguns estudos que tiveram como centro de atenção as pequenas cidades.

Estudos sobre pequenas cidades

Os estudos já realizados sobre pequenas cidades têm mostrado o quanto é difícil estabelecer o que são estas cidades, quais os seus limites e como elas devem ser consideradas numa análise mais abrangente. Isto decorre do reduzido número de textos e pesquisas sobre o assunto, o que se reflete, também, na inexistência de critérios estabelecidos para a análise da questão. A carência de estudos justifica-se, em parte, pela insignificância demográfica destas cidades, pelo fraco poder político que apresentam e também pela incapacidade de promover o autodesenvolvimento em decorrência da própria escassez populacional. Os relatos de estudos que serão apresentados aqui expressam bem as dificuldades referidas anteriormente.

Silva (1976) desenvolveu um estudo sobre pequenas cidades nos estados do Maranhão, Pernambuco e São Paulo, chamando a atenção sobre a dificuldade que havia em definir o que é uma pequena cidade, tendo em vista que definições operacionais, baseadas em valores numéricos do tamanho populacional, variam muito de um país para outro, ou mesmo de uma região para outra. Para efetivar seu estudo, considerou pequenas cidades aquelas que em 1960 e 1970 possuíam população de até 20 mil habitantes. O propósito de sua análise consistiu em estudar as mudanças da população em cidades desta categoria, com base em fatores como: tamanho inicial dos centros, sua distância de cidades maiores do que 25 mil habitantes e localização regional. Para tanto, a autora utilizou-se de dados quantitativos

provenientes dos censos demográficos de 1960 e 1970, trabalhando, em suas análises, com dados absolutos, relativos, coeficientes de correlação, etc., o que indica que teve a preocupação em retrabalhar os dados visando a inferir aspectos menos perceptíveis nos valores absolutos. Para melhor representá-los transformou-os em tabelas e mapas, permitindo assim, um melhor entendimento do texto.

Juanico (1976) estudou o desenvolvimento de pequenas cidades no Terceiro Mundo, procurando demonstrar a importância de se promover o seu desenvolvimento e, com isto, concentrar mais recursos para as mesmas. Na sua opinião, isto contribuiria para diminuir a migração rural-urbana para as cidades maiores, ou seja, migrações do campo para cidades maiores e de cidades menores para as maiores. Também promoveria uma distribuição mais equitativa dos recursos humanos e econômicos. Segundo ele, como forma de promover o desenvolvimento destas cidades, os governos deveriam investir em indústrias de trabalho intensivo, e, para atrair negócios privados, poderiam ser programadas políticas de liberação de crédito, impostos moderados e outros incentivos ao investimento. O autor destacou que, a exemplo do que ocorre nas grandes cidades, as pequenas também devem ser beneficiadas com infra-estrutura e serviços: estradas, eletricidade, abastecimento de água, esgoto, atendimento médico, oportunidades educacionais, serviços de comunicações e recreação. No conjunto pode-se considerar que seu estudo não se centrou em países específicos, mas, de uma maneira geral, naqueles do Terceiro Mundo. O texto produzido foi essencialmente teórico.

As idéias deste mesmo autor apontam para uma questão de relevada importância quando associada à situação de muitas das pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul. Nelas, o não atendimento das necessidades acima referidas é, em grande parte, responsável pela evasão da população e, conseqüentemente, pela estagnação econômica destas cidades. Diante desta situação uma pergunta se coloca: como estes problemas poderiam ser resolvidos? Sabe-se que os governos locais têm uma grande responsabilidade, pois estão bastante próximos das populações que governam, portanto, acompanham mais de perto os problemas que as envolvem. Neste sentido, deveriam caminhar na busca de soluções que visassem a equacionar, ou pelo menos minorar, estes problemas, contribuindo, assim, para a promoção do desenvolvimento destas áreas. Isto poderia ser efetivado através da tentativa de atrair mais investimentos públicos (melhoria da infra-estrutura viária e de comunicações, políticas de crédito à produção agropecuária, etc.) e privados de forma articulada. Seria importante também envolver mais as comunidades, que deveriam se exercitar na busca de soluções para os desafios que enfrentam. Muitas vezes elas são mais criativas que os governos locais aos quais estão subordinadas.

Ainda existem outras alternativas que deveriam partir dos governos municipais, como, por exemplo: estimular a criação de cooperativas e a diversificação da produção, fornecer assistência técnica aos produtores rurais, incentivar o beneficiamento dos produtos oriundos do campo, pois estes estimulariam o comércio e contribuiriam para que o agricultor elevasse sua renda. Uma boa renda no campo se reflete positivamente na cidade, com o surgimento de novos serviços, e conseqüentemente, de mais empregos para a população.

A preocupação demonstrada por Juanico (1976) é reafirmada por Silva (1978), que se utiliza de uma interessante técnica de pesquisa para o estudo de pequenas cidades brasileiras, sem estabelecer, entretanto, nenhuma definição para as mesmas. O autor considerou aquelas com população inferior a 10 mil habitantes, argumentando que, nos estudos regionais, “apenas as grandes e médias cidades têm merecido maior atenção” dos estudiosos, enquanto as pequenas, muitas das quais em crescimento, não têm sido lembradas com tanta freqüência. Isto ocorre provavelmente por se supor que seus problemas não são tão graves quanto aqueles das metrópoles, fato que não deveria privá-las de ser alvo de estudos. Deve-se considerar que problemas também existem nas pequenas cidades, embora obviamente de natureza e intensidade diferentes daqueles das grandes.

Em seu trabalho, realizado em 1971, Silva fez uso de fotografias aéreas na escala de 1:25.000, com o objetivo de identificar cidades com população inferior a 10.000 habitantes. Destacou a importância de estudar as pequenas cidades e sua expansão nas últimas décadas, bem como de identificar suas funções e fatores locais e micro-regionais de desenvolvimento, uma vez que as administrações estão sendo obrigadas a elaborar planejamentos com previsões para crescimento futuro. Enfatizou ainda que a técnica de pesquisa para estas cidades pode constituir-se em atividade preliminar como subsídio ao planejamento de suas expansões.

Também preocupado com o planejamento das cidades, Nunes (1981) desenvolveu um estudo sobre as pequenas cidades e o planejamento local no Nordeste, cujo objetivo central apoiou-se na formulação de proposta de planejamento urbano baseado em duas diretrizes principais: a vocação econômica e o processo de planejamento local. Para identificar as pequenas cidades, utilizou como critério o tamanho da população, mesmo admitindo que este, por si só, não exprimia as verdadeiras características urbanas de uma sociedade. Assim, estabeleceu como universo de estudo cidades cujas populações estivessem na faixa de 5.000 a 35.000 habitantes. De acordo com o perfil estabelecido por este autor, muitas das cidades gaúchas, objeto deste estudo, estariam excluídas desta análise, pois este universo inclui cidades com até 10.000 habitantes, e entre estas são muitas as cidades com menos de 5.000. Seu referencial teórico, porém, tem validade para esta pesquisa.

Segundo o referido autor, a “escolha deste intervalo de certa forma é arbitrária e subjetiva”, porém o conhecimento empírico que tinha da realidade nordestina levou-o a admitir que uma cidade de 5.000 habitantes já apresentava características econômicas urbanas que a tornariam merecedora de atenção quanto à formulação de políticas para o setor. Por outro lado, todas as cidades do nordeste que em 1970 tinham mais de 35.000 habitantes já se achavam incluídas em programas especiais de desenvolvimento urbano, classificadas, portanto, como “cidades de porte médio”, ou como componentes de áreas metropolitanas (NUNES, 1981, p. 47-48).

Considerando a perspectiva de Santos (1981), para quem, na identificação do tamanho de uma cidade, não basta apenas considerar o critério quantitativo, mas é preciso adotar também o qualitativo, o governo do estado de São Paulo, através da Coordenadoria de Ação Regional, realizou, em 1981, um estudo cujo objetivo principal residia na caracterização dos equipamentos básicos dos assentamentos urbanos de pequeno porte, no que se referia à oferta de bens e serviços. Nesse trabalho ficou evidente que “todo e qualquer critério para a seleção de centros de pequeno porte é tarefa relativa e arbitrária que depende, em última instância, da análise da distribuição do sistema urbano” (SANTOS, 1981, p. 23). Assim, para definir cidades de pequeno porte, foram adotados dois critérios: o tamanho demográfico, representado pela população urbana de cada centro, e o tamanho funcional, que corresponde à hierarquia dos centros dentro do sistema urbano. Este último aspecto serviu para explicar, de forma sintética, a influência da posição espacial relativa assumida por um centro, dentro da divisão espacial do trabalho vigente.

Para a realização do estudo, Santos (1981) lançou mão de dados fornecidos pelo FIBGE, como o Censo Demográfico de 1970 e os Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1980. A variável ‘população urbana’ baseou-se na divisão da distribuição por tamanho, em classes de 1.000 habitantes, como primeiro teste de sensibilidade, e foi considerado assentamento de pequeno porte aqueles que possuíam uma população urbana de até 5 mil habitantes. Com base neste critério, dos 571 municípios do estado de São Paulo, 45,1% enquadravam-se como assentamentos de pequeno porte, ou seja, havia 258 municípios com população urbana de até 5 mil habitantes em 1980.

As questões foram avaliadas espacialmente. O autor apresentou vários mapas, gerando novas relações, que permitiram evidenciar arranjos espaciais diferenciados. Estes incluíam variáveis relativas ao total de municípios de pequeno porte, ao tamanho da população total e da urbana, além da espacialização do abastecimento de água nestes municípios. Apresentou também várias tabelas mostrando: a distribuição da população urbana por estrato de tamanho;

a distribuição dos municípios segundo estratos de população; distribuição dos centros de pequeno porte por Região Administrativa, bem como a hierarquia de ocorrência do equipamento básico nos mesmos, dentre outras. Cabe destacar que a forma de apresentação de muitas destas tabelas, no que se refere à natureza dos dados e suas relações, é adequada aos propósitos do trabalho sobre o estado do Rio Grande do Sul.

Ruckert (1981) desenvolveu uma pesquisa sobre as pequenas cidades coloniais do norte do estado do Rio Grande do Sul considerando aquelas que no censo de 1970 possuíam até 10 mil habitantes. Segundo os resultados apresentados, o norte do estado estava composto por 112 municípios, enquadrados em 10 micro-regiões homogêneas. A escolha deste espaço foi baseada na divisão previamente elaborada pelo Distrito Geo-Educacional 38, da FIDENE/Ijuí. O trabalho teve como objetivo mostrar as mudanças econômicas e sociais ocorridas nas pequenas cidades coloniais do norte do estado. Para isto, conceitos de espaço derivado e espaço periférico, elaborados por Santos (1978), foram utilizados, uma vez que se encontrou na região um caso exemplar destes tipos de espaços. O autor fez alusão também a uma tendência verificada especialmente no norte do estado: a das novas emancipações distritais. Essa tendência mais tarde veio a se confirmar, culminando com o aumento de pequenos municípios e pequenas cidades no estado. Não se deve esquecer que, no momento em que estas cidades surgem, elas passam a fazer parte da rede urbana, tendo por isto uma função na mesma, embora, muitas vezes, pouco relevante.

Capineri (1988), ao apresentar uma resenha sobre pequenas cidades italianas, chamou a atenção para o fato de que, na Itália, foi somente após a metade da década de 1960 que a cidade deixou de ser vista simplesmente como um fato geográfico e começou a ser considerada como um projeto de gestão. No entanto, conforme a autora, mesmo dentro desta visão, pouca ênfase foi dada ao estudo de pequenas e médias cidades. Ao desenvolver um estudo específico sobre pequenas cidades, o caso de Porretta Terme, a autora destacou que as pequenas e médias cidades, que há cerca de 20 anos foram um dos objetos preferidos nos estudos geográficos tanto na Itália quanto no exterior, foram reconsideradas na literatura geográfica italiana, principalmente quando se trata da relação com fenômenos da contra-urbanização e da desurbanização que têm lugar em várias áreas metropolitanas. O objetivo principal de seu trabalho foi o de analisar o padrão gravitacional de uma pequena cidade situada nos Alpes Bolonheses, considerando, de forma geral, as características elementares e relacionais do micro-sistema urbano desta cidade. Para isto utilizou-se de dados estatísticos oficiais e não oficiais, tais como: índice demográfico e social (mobilidade da população, saldo natural e migratório, etc.); índices sobre habitação e sua tipologia (época de construção, forma

de ocupação); e índices relativos à economia (grau de atividade, composição profissional, grau de industrialização, etc.). Muitas destas informações serviram de subsídios para o trabalho aqui desenvolvido.

Considerando a questão do tamanho das cidades, Vallega (1995) deu bastante ênfase ao número de habitantes. Em sua análise procurou demonstrar as diferenças de serviços e as vantagens e desvantagens existentes entre as pequenas e as grandes cidades. Enfatizou que quanto maior é uma cidade e mais rapidamente se desenvolve, tanto maiores são as dificuldades que encontra para bem se organizar, para oferecer bons serviços e propiciar uma boa qualidade de vida. Uma cidade pequena, ao contrário, consegue atender melhor as exigências de seus cidadãos.

Constata-se, assim, que a diferença de dimensão das cidades traz certas conseqüências. Por exemplo: a grande cidade oferece um número bem maior de serviços em relação à pequena cidade; a pequena cidade, por sua vez, consegue garantir aos seus habitantes uma melhor qualidade de vida, especialmente no que se refere a aspectos como tráfego menos congestionado, ar menos poluído e menos riscos de doenças. Estas considerações permitem entender que a dimensão demográfica é um aspecto muito relevante da cidade. Contudo, é importante que se deixe claro que a qualidade de vida não se resume apenas à satisfação material (objetiva), uma vez que existem outros atributos que nela interferem, como a satisfação pessoal e subjetiva (auto-realização, felicidade, interação, etc.).

Em trabalho realizado recentemente sobre crescimento populacional de pequenas cidades, Silva e Soares (2004) salientam que “as pequenas cidades têm sido, na atualidade, objeto de estudo de várias ciências por estarem ligadas às transformações do modelo de consumo do mundo”. Enfatizam também que estas cidades, cuja economia ainda é bastante marcada pela atividade agrícola, estão passando por um processo de mudança em função da expansão de suas áreas industriais e habitacionais, estabelecendo, assim, uma nova reorganização espacial. A escolha do município de Machado, MG, como objeto de estudo destas pesquisadoras, deveu-se ao fato de ele estar inserido no atual cenário do crescimento populacional decorrente do processo de industrialização e de incrementos econômicos e modernização agrícola nos setores cafeeiro e leiteiro. No caso do Rio Grande do Sul, constata-se que a maioria das pequenas cidades também tem sua economia centrada nas atividades agropecuárias, à semelhança do que ocorre em Machado. Para desenvolver o trabalho, as autoras fizeram um levantamento bibliográfico sobre o tema em questão, no qual discutiram o significado de pequenas cidades, cidades locais e pequenos centros. Buscaram

informações em meio *on-line* e em órgãos oficiais, além de efetuarem pesquisa de campo, coletando dados através de entrevistas que, posteriormente, foram analisadas.

As autoras assinalam que o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) utiliza a expressão “pequenos centros” para aquelas cidades cuja população é de até 50 mil habitantes, como já foi mencionado anteriormente. No entanto estes pequenos centros se subdividem em três grupos por tamanho populacional: o primeiro grupo, constituído de cidades de até 10 mil habitantes; o segundo, de cidades entre 10 a 20 mil habitantes; e o terceiro grupo, de cidades com 20 a 50 mil habitantes. De acordo com o IPEA, Machado estaria então no terceiro grupo, pois, conforme o IBGE, em 2000 possuía uma população de 34.866 habitantes.

Corroborando o limite máximo de 50 mil habitantes estabelecido pelo IPEA para as cidades pequenas, tem-se a posição de Ellis Katz (2004), professor emérito de Ciência Política e membro do Centro de Estudo do Federalismo na Universidade de Temple, na Pensilvânia, Filadélfia. Ao fazer um estudo nos EUA sobre governo autônomo local, destaca que, neste país, existe atualmente uma grande variedade de comunidades que somam mais de 36 mil cidades grandes e pequenas. É nas cidades pequenas, aquelas cuja população é de até 50 mil habitantes, que vive a maior parte da população americana, ou seja, 65,7% da população. Destes, 16,1% vivem em cidades de 10 a 50 mil habitantes, e os 49,6% restantes, em cidades com menos de 10 mil habitantes.

Comparativamente, no Brasil, em 2000, havia 5.561 municípios. Deste total, 90,5% possuíam população de até 50 mil habitantes e concentravam 27,3% da população urbana do país. Já as cidades com até 10 mil habitantes concentravam apenas 5,3% do total da população. Isto mostra os contrastes existentes na distribuição espacial da população nestes dois países, que se caracterizam por diferentes níveis de desenvolvimento. Enquanto no primeiro as cidades pequenas se tornam atrativas pelos serviços que oferecem à sua população, no segundo elas se tornam repulsivas pela falta de oportunidades para seus moradores. Esta situação também se repete em escala estadual quando se trata de pequenas cidades distantes de centros dinâmicos.

Katz (2004) afirma também que o tamanho da população de uma comunidade local afeta tanto os tipos de serviços que podem ser prestados, quanto a natureza da vida cívica. É comum ocorrer, em numerosas comunidades locais muito pequenas, a impossibilidade de manter determinados serviços, como: corpo de bombeiros, escolas, sistema de tratamento de esgoto ou coleta de lixo. Para solucionar estes problemas, estas pequenas comunidades se unem às vizinhas para compartilhar estes serviços, ou então firmam contrato com o governo.

Isto mostra que, quando há vontade política, sempre há uma forma de resolver os problemas que podem interferir na qualidade de vida das pessoas, não importando o tamanho da cidade.

Outro trabalho que reafirmou o limite máximo de 50.000 habitantes para pequenas cidades foi o de Varela (2002), que efetuou um estudo sobre esta categoria de cidades no Chile. O objetivo de seu estudo foi o de analisar o comportamento demográfico e econômico de uma pequena cidade que faz parte do sistema urbano da X Região dos Lagos, Centro Sul do Chile. Segundo a autora, no sistema urbano chileno, consideram-se cidades pequenas aquelas cujo tamanho populacional oscila entre 5.000 e 50.000 habitantes. O estudo foi baseado numa literatura específica sobre cidades e em dados do Censo Nacional de População e Habitação (1992) e do Censo Agropecuário (1991), portanto, dados quantitativos. A autora utilizou-se de dados absolutos e relativos, representando-os através de tabelas e figuras. Através do estudo ficou constatado que, no período de 1982-92, os centros urbanos de menor tamanho (5-50 mil hab.), e dentre eles La Unión, apresentaram relevância em seu crescimento demográfico e econômico devido aos novos delineamentos da organização do espaço e da economia. Na ocasião, a cidade de La Unión projetava para o futuro um grau de desenvolvimento harmônico, favorável a uma melhor qualidade de vida de seus habitantes. Acredita-se que a situação encontrada provavelmente não seria a mesma se na análise efetuada tivessem sido consideradas também as cidades com população inferior a 5.000 habitantes, pois estas são normalmente as mais problemáticas, por não gerarem os recursos necessários para sua sustentação.

Em trabalho recente versando sobre cidades pequenas, Bessa, Borges e Soares (2002) analisaram cidades com população entre 20 e 50 mil habitantes no Cerrado Mineiro. O objetivo do trabalho foi conhecer o significado das chamadas “cidades locais” situadas no cerrado mineiro, que possuíam população entre 20 e 50 mil habitantes e influência estritamente local. Para tanto, consideraram os aspectos demográficos, as condições econômicas e a base infra-estrutural, especialmente no que se refere aos transportes, às comunicações e à energia elétrica.

O estudo foi centrado em áreas contínuas do cerrado, que correspondem a 53% do território mineiro, incluindo oito Mesorregiões Geográficas do Triângulo Mineiro. Os dados foram buscados em fontes oficiais, como: IBGE, Superintendência Estadual da Fazenda e Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Como resultados destacaram que, em função de suas dinâmicas demográficas e econômicas, as “cidades locais” das áreas do cerrado do estado vêm conhecendo uma tendência de reforço de seus papéis urbanos e, conseqüentemente, demonstrando uma ampliação de sua influência em nível local. Observa-se, assim, que

idades com contingentes populacionais mais significativos tornam a economia mais dinâmica devido ao crescimento de suas demandas. Estas, por sua vez, estimulam as relações interurbanas, conferindo a estas cidades maior importância local.

Gomes et al. (2004) conduziram uma pesquisa sobre planejamento, gestão do território e desenvolvimento sócio-espacial das pequenas cidades do Rio Grande do Norte no período compreendido entre 1991 e 2000. O objetivo principal dessa pesquisa era compreender a reprodução sócio-espacial destas cidades considerando várias dimensões – dentre elas, a capacidade tecnocrática (acesso à telefonia, à televisão e à informática) das sedes municipais. Visavam, com isto, a conhecer melhor as desigualdades sócio-espaciais produzidas pelo próprio desenvolvimento tecnológico e informacional. Para tanto, utilizaram-se de dados oriundos do IBGE – Perfis Municipais, 2003.

Em suas análises consideraram como pequenas cidades aquelas com população inferior a 20.000 habitantes, destacando que, no Rio Grande do Norte, elas são a maioria. De um total de 167 centros urbanos, 155 (92,8%) incluem-se nesta categoria populacional (menos de 20.000 hab.) e se caracterizam por apresentar pouca oferta de serviços e equipamentos sociais de consumo coletivo. Em muitas delas inexitem cinemas, teatros e museus, além da ausência das chamadas tecnologias convergentes, que resultam da associação entre telefonia, informática e televisão. O estudo foi realizado com base numa amostra que abrangeu seis centros dispersos pelo estado e selecionados com base em cinco critérios: antigüidade, emancipação recente, menor extensão e população, localização na região metropolitana e em área de economia dinâmica. As cidades selecionadas foram: Acaraí, Carnaubais, Extremoz, Galinhos, Martins e Venha ver.

No que tange aos resultados da pesquisa, constataram que o acesso às novas tecnologias pela população era ainda muito restrito. Quanto ao acesso à televisão, os dados revelaram que houve aumento significativo de 1991 para 2000; em 1991 a média das seis cidades era de 37,8%, enquanto em 2000 passou para 78,7%. Porém, quando a análise envolveu o acesso ao telefone e ao computador, os resultados mostraram uma defasagem muito grande. Em apenas um município (Extremoz) o acesso ao telefone em 2000 ultrapassou o percentual dos 20,0% da população. Nos demais, ele não chegou a atingir 10,0%. Assim, a média dos seis municípios, que em 1991 era de 1,7% da população dispondo deste recurso, passou para 6,89% em 2000, o que é ainda considerado muito baixo. Quanto ao uso de computador pela população, a média dos seis municípios considerados na pesquisa em 2000 era inferior a 2,0%. Estes dados mostram que, apesar de estarmos vivendo na era da informação, ela não se generaliza espacialmente. Os menos privilegiados são aqueles das

pequenas cidades que se encontram distantes do ponto de vista econômico dos centros urbanos importantes. Cabe destacar que estes serviços, à medida que chegam aos lares, podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, através da divulgação de informações úteis. Situação semelhante à encontrada no Rio Grande do Norte também se repete em muitas das pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul. Isto faz com que este estudo se torne um subsídio importante para o desenvolvimento do trabalho em questão.

Outra referência recente sobre pequenas cidades foi a de Menegati (2005), que desenvolveu um estudo sobre Indiana, SP, município que desde a década de 50 vem reduzindo sua população, a qual, em 2000, não excedia os 5.000 habitantes. Em seu estudo, o autor buscou compreender os papéis urbanos de uma pequena cidade, tendo como foco principal a dinâmica econômica da região em que se insere. Sua análise procurou mostrar que os processos sócio-econômicos que caracterizam as pequenas cidades se diferenciam em decorrência da sua localização em relação às cidades que são mais ou menos importantes. Assim, uma cidade pequena que se localiza próxima a um centro econômico de maior expressão terá um papel diferente daquela que se localiza distante dele. Isto leva à constatação de que as pequenas cidades possuem diferentes realidades, no que se refere tanto à situação econômica, às características da população, às taxas de crescimento, etc., como a outros aspectos, como a espacialização, devendo ser analisadas com base nestas diferenciações.

No caso de Indiana, localizada a SO do estado de São Paulo e cujas atividades econômicas repousam na agropecuária, a autora destaca a perda de seus papéis urbanos em detrimento dos mesmos papéis das cidades mais influentes. Segundo ela, isto decorre da inexistência de muitas atividades nesta pequena cidade; neste caso, a perda dos papéis urbanos deve-se à incapacidade de Indiana de gerar empregos para a sua população. Apesar disto, deve-se considerar que “pequenas cidades não estão desarticuladas da rede urbana, elas são parte de uma totalidade, se integrando ao todo, de acordo com os diferentes papéis que lhe são determinados” (MENEGATI, 2005, p. 8). Depreende-se disto que, por mais restritos que sejam os papéis urbanos das pequenas cidades, elas abrigam múltiplas relações: aquelas de natureza política, as religiosas e as comerciais, muito embora, na maioria das vezes, estejam voltadas exclusivamente para o atendimento a seus habitantes. No entanto nem todas as pequenas cidades podem ser assim caracterizadas, pois o seu dinamismo depende muito da sua localização favorável – por exemplo, a localização próxima a centros econômicos dinâmicos que acabam impulsionando o seu desenvolvimento. Esta situação pode ser observada no estado do Rio Grande do Sul, que detém um grande número de pequenas cidades que, dependendo de suas localizações, assumem papéis urbanos diferentes no

contexto do estado. Portanto, deve-se considerar que atividades econômicas também estão presentes nesta categoria de cidades, sendo executadas da mesma forma que nas cidades de maior dimensão. O que varia é a intensidade e a diversidade delas.

No conjunto, a literatura analisada mostrou que existem alguns pontos em comum entre os pesquisadores que se ocuparam do estudo de pequenas cidades. Dentre eles pode-se mencionar: decréscimo da população, fraco desenvolvimento econômico, evasão da população (jovens em especial) e carência de serviços e infra-estrutura em geral.

De uma maneira geral, as pequenas cidades, quando se localizam distantes de centros economicamente dinâmicos, tendem a reduzir a sua população. Isto decorre da falta de perspectivas, principalmente para a população jovem que migra, da redução da fecundidade mais acentuada neste tamanho de cidades e também da ausência destes jovens no contexto do processo produtivo. Neste sentido, a migração decorre da incapacidade destas cidades de gerarem recursos suficientes para promover uma melhoria da qualidade de vida de seus residentes. Muitas delas dependem quase exclusivamente dos recursos provenientes dos Fundos de Participação dos Municípios (FPM), Federal e Estadual, os quais têm, como um dos critérios de distribuição, o tamanho da população. Assim, na medida em que a população diminui, diminuem também os recursos que poderiam beneficiá-la. Some-se a isto a falta de preparo de muitos administradores locais no enfrentamento dos problemas presentes nestas cidades.

Para assegurar um bom funcionamento da cidade, a gestão urbana torna-se um importante instrumento. Neste sentido, Acioly e Davidson (1998, p. 75) salientam que:

a gestão urbana visa garantir não somente a administração da cidade, como também a oferta dos serviços urbanos básicos e necessários para que a população e os vários agentes privados, públicos e comunitários, muitas vezes com interesses diametralmente opostos, possam desenvolver e maximizar suas vocações de forma harmoniosa.

Para que isto ocorra é necessário que os governos municipais disponham de instrumentos que lhes permitam intervir de maneira a solucionar ou abrandar os conflitos, mobilizar forças e acumular as capacidades e potencialidades existentes, promovendo, assim, uma vida melhor para as populações das cidades que governam.

Em linhas gerais, a análise de estudos desta natureza permitiu perceber as principais preocupações dos pesquisadores que voltaram a sua atenção para as pequenas cidades. Dentre elas, pode-se mencionar: necessidade de promover o desenvolvimento das pequenas cidades através da criação de infra-estrutura e serviços; importância de se conhecer a estrutura e o

funcionamento destas cidades para fins de planejamento; observação de que as mudanças econômicas e sociais destas cidades passam por um projeto de gestão; mudanças nos rumos da economia determinam incremento demográfico; existência de cidades pequenas que vivenciaram um processo de crescimento demográfico face ao desenvolvimento industrial e de incremento econômico decorrente da modernização agrícola; importância dos serviços partilhados nas pequenas cidades; vantagens e desvantagens das pequenas cidades; desigualdades sócio-espaciais produzidas pelo desenvolvimento tecnológico e informacional; perda de população nas pequenas cidades e delimitação das mesmas em termos quantitativos.

Desta forma, observa-se que as pequenas cidades podem ser estudadas a partir de diferentes enfoques e dimensões. Nos estudos realizados no Brasil, o limite demográfico máximo não excedeu os 50.000 habitantes. É necessário ter em consideração que mais importante do que discutir o tamanho é saber como vivem as pessoas que habitam esta categoria de cidades, ou seja, como é a sua qualidade de vida. Tendo isso em vista, será feita a seguir uma abordagem do tema 'qualidade de vida', examinando-se quais os critérios utilizados para a sua identificação e como eles podem ser adequados para o estudo da qualidade de vida em pequenas cidades.

Questões que permeiam a temática da qualidade de vida

Na atualidade, o tema da qualidade de vida tem assumido um papel relevante, especialmente, nas discussões acerca da vida nas cidades. O termo leva a pensar nas formas de vida das sociedades urbanas e nos múltiplos problemas de ordem social e ambiental que desafiam estas populações. Em muitos países, estas sociedades exibiram um rápido crescimento sem a correspondente expansão da infra-estrutura e dos serviços essenciais à vida das mesmas. O resultado disto é que, em muitos centros urbanos, independente de seu porte, têm surgido uma série de problemas caracterizados como indicadores de má qualidade de vida para a maioria da população. Isto faz com que as questões relativas a esta temática surjam como objeto de inúmeros estudos por parte de pesquisadores que atuam em diferentes áreas do conhecimento. Dentre estes se destacam planejadores, sociólogos, economistas, antropólogos, psicólogos sociais, cientistas políticos, médicos, administradores políticos e, em especial, o geógrafo.

É inevitável que as cidades do século XXI apliquem-se em multiplicar estes estudos, pois os mesmos constituem importantes ferramentas para que planejadores, em especial

administradores locais, sejam capazes de tornar viável a sustentabilidade de muitas delas. Tais estudos buscam discutir, caracterizar e analisar a questão da qualidade de vida, além de mensurá-la através dos mais diversos indicadores.

A qualidade de vida nas cidades pode ser entendida como o nível de bem-estar individual ou coletivo, determinado não apenas pela satisfação das necessidades básicas, mas também pela percepção do espaço onde se vive. Desta forma a qualidade de vida pode ser analisada através de dois grandes grupos de indicadores – os objetivos (quantitativos) e os subjetivos (qualitativos).

É importante destacar que se define como indicadores objetivos de qualidade de vida aqueles que podem ser quantificados e medidos, como, por exemplo: nível de instrução, condições de habitação e de infra-estrutura, saúde, segurança, nível de emprego e renda, poluição ambiental, etc. Já os denominados subjetivos possuem um caráter qualitativo, o que faz com que sejam percebidos de forma diversa. Como exemplos, podem-se citar: os valores pessoais, a percepção do espaço vivido, a preocupação, a participação política, a satisfação de desejos e aspirações em escala individual, familiar e comunitária, dentre outros.

Assim, há pesquisadores que desenvolveram suas pesquisas baseando-se em indicadores objetivos, como por exemplo: Soares, Silva e Abdo (1984) e Caiado (1997). Outros, como Shin et al. (1992), baseiam seus estudos nos indicadores subjetivos. Há outros, porém, que consideram as duas dimensões em suas análises, como Kuz (1977/78) e Rogerson et al. (1989). Há ainda aqueles que incorporam a dimensão espacial nos estudos da qualidade de vida, como Abaleron, (1986/87) e Paula (1993).

A importância desta questão cresce, e por isto o tema assume relevância institucional. Existem, em diferentes escalas, órgãos oficiais que estabelecem indicadores para avaliar a qualidade de vida. As Nações Unidas, por exemplo, através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), criou, na década de 1990, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), um indicador objetivo que tem sido utilizado para medir a qualidade de vida em 174 países do mundo através da renda *per capita* (medida pelo PIB *per capita*, em dólares), dos dados da saúde (medida pela esperança de vida ao nascer, em anos) e da educação (medida por dois indicadores, a taxa de alfabetização da população de 15 anos de idade e mais e o número de matrículas no ensino de 1º, 2º e 3º graus dividido pela população escolar). Esta avaliação revela-se bastante simples para os fins a que se destina, mas é pioneira na abordagem macro da questão. Seria desafiador pensar em procedimentos mais complexos, tendo em vista que o universo dos dados necessários, muitas vezes, inexistem para a maioria dos países, especialmente no vasto contingente dos menos desenvolvidos.

Idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq (1934-1998), o IDH, que é calculado e analisado pelo PNDU, foi sendo aperfeiçoado ao longo do tempo, tornando-se uma referência mundial. Nos últimos anos, o governo brasileiro vem adotando o IDH como índice oficial para orientar a destinação de verbas dos programas sociais e, também, como indicador de melhora ou de piora na qualidade de vida da população. A partir desse índice, foram gerados os IDHs estaduais e municipais.

A Fundação SEADE, em São Paulo, mede a qualidade de vida com base na habitação, saúde, educação e renda. A Fundação de Economia e Estatística (FEE), no Rio Grande do Sul, mede-a através das condições de domicílio e saneamento, educação, saúde e renda. Como se percebe, há diferenças, mas também muitas similaridades.

Neste estudo, analisou-se a qualidade de vida através do uso de indicadores objetivos e subjetivos. Isto por se entender que tanto um quanto o outro constituem atributos muito importantes na determinação da qualidade de vida de uma população.

Como apreender a Qualidade de Vida? Devido à sua complexidade e às dimensões que envolve, tem tido diferentes interpretações. Como já afirmado, predominantemente, ela tem sido entendida como o nível de bem-estar individual ou coletivo, determinado não apenas pela satisfação das necessidades básicas (emprego, alimentação adequada, moradia, saúde, educação, segurança, etc.), mas também pela percepção do espaço onde se vive. Há que se considerar que a percepção da qualidade de vida assume diferentes conotações de acordo com a sociedade analisada. Isto mostra que o conceito de qualidade de vida é subjetivo, e que existem diferentes formas de interpretá-lo. Estas diferentes formas de interpretação derivam, também, dos diversos critérios que podem ser utilizados – os objetivos ou quantitativos (baseados em dados estatísticos); os subjetivos ou qualitativos (percepção do homem sobre suas necessidades); e a dimensão espacial.

Acosta-Hoyos (1985), ao fazer referência a este tema, enfatiza que as características e os componentes da qualidade de vida se diferenciam de acordo com os estratos da sociedade. Segundo o autor, nos estratos menos favorecidos dos países em desenvolvimento, a qualidade de vida normalmente confunde-se com a sobrevivência biológica, representada pelos componentes básicos da vida diária, como: alimentação, habitação, acesso aos serviços de saúde, educação, dentre outros. Por outro lado, nos estratos mais favorecidos da sociedade, “estes componentes apresentam-se como pressupostos evidentes da fartura e do elevado estilo de vida familiar” (p. 18).

Do que foi exposto, depreende-se que existe uma expressiva diferença quando se aborda este tema em países que têm suas questões sociais resolvidas e aqueles que ainda não

conseguiram resolvê-las. Isto mostra que o ser humano é dotado de diferentes necessidades e que estas variam ao longo do tempo e do espaço. Neste sentido, Keynes (apud Acosta-Hoyos, 1985) destaca que existem dois grupos de necessidades: as absolutas (materiais) e as relativas (não-materiais). As necessidades absolutas relacionam-se ao desafio que todo o indivíduo precisa enfrentar pela sua subsistência: alimentação, moradia, saúde e segurança no trabalho. Estas devem ser satisfeitas antes de o ser humano ter percepção clara das necessidades relativas. Por sua vez, estas últimas vinculam-se com lazer, arte, conforto, autopromoção, satisfação pessoal, e podem ser insaciáveis. Assim, quanto mais elevado for o padrão econômico dos indivíduos maior será a insaciabilidade de suas necessidades. O autor afirma ainda que, para que o indivíduo tenha condições de satisfazer suas necessidades relativas, ele deve antes atender suas necessidades absolutas, uma vez que estas se constituem numa “pré-condição para a percepção e realização das necessidades ditas não-materiais” (p. 20-21).

Corroborando essa idéia, Santos e Martins (2002, p. 2) também destacam a existência das necessidades materiais e das imateriais. A primeira diz respeito a aspectos de natureza essencialmente física e infra-estrutural, como: habitação, saúde, educação, emprego, infraestrutura, etc. Já a segunda relaciona-se à percepção individual da qualidade de vida e do bem-estar dos indivíduos, “desde aspectos de índole mais individual até aspectos de índole mais coletiva”. Quando se considera este segundo aspecto, constata-se que a qualidade de vida pode ter diferentes acepções e que estas dependem muito da estrutura sócio-econômica da população. Uma mesma necessidade pode ser percebida de forma desigual de acordo com estratos sócio-econômicos diferentes. Isto confere à temática uma grande subjetividade.

Com relação à percepção, Scarlato (1995) ressalta que a Geografia ficou, durante muito tempo, alheia aos aspectos subjetivos no estudo urbano, ignorando a percepção, isto é, a maneira de viver e de sentir a paisagem. Entretanto, atualmente, a Geografia consegue perceber as relações de identidade entre os indivíduos e seus lugares, graças às influências exercidas por correntes teóricas como a fenomenologia, que valoriza a compreensão ou a forma como o indivíduo vê a realidade. Precedendo estas idéias de Scarlato (1995), Machado (1993, p. 14) já salientava que a qualidade de vida “requer muitos fatores inter-relacionados, a maioria dos quais não quantificáveis, que ajudem a satisfazer os desejos e as aspirações, da mesma forma que as necessidades humanas”. Evidencia-se assim, que, cada vez mais, a percepção assume importância nos estudos de qualidade de vida.

No que se refere aos conceitos de qualidade de vida, os pesquisadores se posicionam de forma diferenciada, pois existe um grande número de componentes que integram este conceito. Isto tem levado os estudos a serem aplicados a inúmeros temas (qualidade de vida

em relação a habitação, emprego, saúde, educação, condições de infra-estrutura, questão ambiental, planejamento, etc.), o que aponta para uma falta de unidade conceitual.

Ao se analisar as idéias apresentadas por Galopin (1982), observa-se que, segundo o autor, a qualidade de vida, na percepção das pessoas, pode abranger dois conjuntos básicos de fatores: a saúde, ou as condições objetivas nas quais as pessoas vivem, e a percepção, satisfação ou avaliação subjetiva destas sobre a sua situação. Sobre a questão da saúde, Cordeiro (1984, p. 59) já argumentava que seu conceito é crucial no debate da qualidade de vida das populações urbanas, destacando que

a dimensão saúde doença como subconjunto do conceito de qualidade de vida deve ser entendida como um processo que se articula com outros processos sociais que estruturam o espaço urbano e delimitam contornos da qualidade de vida neste espaço recortado pelas desigualdades sociais.

Semelhante pensamento é apresentado por Abaleron (1996), quando enfoca que é na saúde das pessoas e grupos que se visualiza o grau de excelência de vida. Para o autor, saúde deve ser entendida como o completo bem-estar físico e mental, o que se encontra estreitamente vinculado à qualidade de vida.

Deve-se considerar que o estado de saúde de um indivíduo ou de um grupo social não depende apenas de recursos médicos, sanitários e assistenciais, mas também de outros fatores, como: nível de renda, grau de educação, saneamento, definição de políticas enquanto medicina preventiva e curativa e organização de serviços. Com base no contexto descrito, constata-se que as idéias de Cordeiro (1984) são bastante similares às de Abaleron (1996) no que se refere à relação entre qualidade de vida e saúde. Desta forma, verifica-se que, para estes pesquisadores, a saúde se constitui num importante elemento para a análise da qualidade de vida.

Soares, Silva e Abdo (1984), ao apresentarem suas idéias sobre qualidade de vida, admitem que qualquer proposta para a sua definição deverá incluir elementos que fazem parte do meio ambiente humano, os quais, quantitativa e qualitativamente, atuam sobre a vida do homem. Tais elementos seriam representados pelo nível de atendimento de água, esgoto, eletricidade, meios de comunicação, educação, saúde, áreas verdes, serviços bancários, comerciais, e outros indispensáveis à vida de um aglomerado urbano.

Sobre o mesmo tema, semelhante é o entendimento de Pred (1979, p. 206), quando ressalta que “a qualidade de vida de uma cidade ou região se refere ao acesso que seus habitantes têm a alternativas de emprego, a serviços médicos e educacionais, a serviços

públicos sociais essenciais, a uma gama representativa de serviços comerciais e culturais e à ‘natureza’, ou seja, extensos espaços abertos para recreação”. Neste sentido, ele afirma que a melhoria da qualidade de vida em “regiões-problema” depende, de certa maneira, de uma maior igualdade espacial nos níveis de emprego, pois é através deste que os indivíduos terão possibilidade de consumir os serviços públicos e os privados que são tão importantes para uma melhor qualidade de vida.

Ao se analisar a posição de Pred (1979), observa-se que a qualidade de vida urbana tem uma íntima relação com as políticas públicas adotadas pelas administrações locais, uma vez que a elas compete promover a qualidade de vida das populações urbanas. Contudo, cabe à população estar atenta e organizada para que se faça cumprir a implementação das políticas públicas para o atendimento de suas necessidades.

Enfoque semelhante ao de Pred é também dado por Queiroz et al. (2004), quando, ao realizarem um estudo sobre o município de Feira de Santana, relacionaram a qualidade de vida da população com as políticas públicas implementadas naquele município. Observa-se, assim, que cada vez mais a qualidade de vida vêm sendo considerada como resultado do conjunto das políticas públicas.

Outros pesquisadores fazem correlação entre qualidade de vida e qualidade ambiental. Alguns afirmam que as duas expressões possuem significados muito semelhantes. De acordo com Guimarães (1984, p. 32), há quem considere qualidade ambiental como sendo definida “através de seus determinantes básicos, quais sejam: habitação, saúde, educação, saneamento e uma política de uso dos espaços onde a vida se manifesta”. Alguns estudiosos procuram relacioná-la ao acesso a modos alternativos de vida urbana. Tal postura é assumida por Souza (1972, p. 53), ao afirmar que “a melhor qualidade de vida pertence à cidade que mais possibilite à população acesso a maior número de modos de vida”.

Outros autores, como Shin et al. (1983), procuram salientar os aspectos do ambiente, relacionando-o ora com o sentimento de auto-realização do homem, ora com a sensação de bem-estar, satisfação e insatisfação com a vida, entre outros. Há também aqueles que tentam entender qualidade ambiental a partir de definições correntes de saúde, como é o caso de Carvalho (1997), quando ressalta que “a saúde se constitui num conceito agregador de toda a questão ambiental, representando um caminho para a determinação da qualidade do meio ambiente e, conseqüentemente, da própria qualidade de vida”.

Sanches e Borja (1993), ao analisarem as relações entre qualidade ambiental e qualidade de vida, afirmam que se pode aceitar como premissa que uma qualidade ambiental elevada está associada àquelas situações que favorecem a melhor qualidade de vida das

peessoas. Além disto consideram que esta é determinada, num primeiro momento, por fatores objetivos relativos ao ambiente e, num segundo, pelos subjetivos, que advém diretamente do conteúdo social. Desta maneira, pode-se afirmar que, de uma forma geral, a definição de boa qualidade ambiental e de vida é muito abrangente, pois depende de vários elementos conjugados, não devendo ser identificada à luz de apenas um elemento.

Geisse e Arenas (1996), ao elaborarem uma reflexão em torno dos conceitos de meio ambiente e qualidade de vida na perspectiva da ciência geográfica, destacam que a qualidade ambiental é um importante componente da qualidade de vida. No mundo atual ela assume extrema importância, pois não se pode falar em qualidade de vida quando se tem um meio ambiente degradado pela poluição ou pelo uso predatório dos recursos naturais. Além disto deve-se considerar que problemas ambientais são hoje um grande desafio que as sociedades modernas enfrentam, daí a importância de inseri-los nos estudos de qualidade de vida.

Neste contexto, Borsdorf (1999, p. 165) considera que:

quality of life is a sociopolitical objective which was generated under the condition of a modern welfare society. It contrasts with the concept of increasing the standard of life, which served as the traditional model to overcome the shortages of the pre-and early industrializing society.

Na concepção do autor a expressão ‘qualidade de vida’ não inclui somente o aspecto material de bem-estar (renda, acesso à infra-estrutura, habitação, condições de trabalho, mobilidade e outros elementos), mas também elementos do ambiente físico (clima, estética da paisagem, valor de lazer), do ambiente social (vizinhança, comunicação, vida privada, aceitação) e a deterioração deles através da poluição, criminalidade, insegurança, dentre outros. Assim, em sua visão, a qualidade de vida envolve tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos, além da dimensão espacial (o autor entende que a qualidade de vida é afetada pelas condições espaciais, como, por exemplo: ruídos provocados pelo tráfego intenso, nível de criminalidade, etc.), e para que se tenha uma visão global da qualidade de vida, faz-se necessário analisá-los conjuntamente.

Considerações semelhantes às de Borsdorf (1999) já haviam sido efetuadas por Bravo e Vera (1993), que definiram qualidade de vida como “el grado de bienestar y en grupo, determinado por la satisfacción de las necesidades básicas de la población en salud, vivienda y servicios básicos, participación socioeconómica, participación ciudadana y ambiente físico” (p. 43). Isto vem demonstrar que está começando a surgir uma certa unidade no modo de pensar, teoricamente, sobre a qualidade de vida.

Apresentando uma visão mais subjetiva da qualidade de vida, destacam-se Fernandes (1998) e Queiroz et al. (2004). Para Fernandes (1998, p. 29), “o conceito de qualidade de vida urbana está diretamente relacionado à melhoria do bem-estar dos habitantes de uma cidade. Sua real concretização se dá quando os sentimentos de satisfação e de bem-estar são garantidos”. Na concepção da autora, estes sentimentos são representados pela felicidade, prazer e satisfação que devem estar presentes em todos os momentos da vida. Infere-se que este estágio só é alcançado quando as necessidades materiais dos indivíduos estiverem satisfeitas na sua totalidade.

Na acepção de Queiroz et al. (2004, p. 412), a qualidade de vida é uma expressão muito complexa que, em face de sua subjetividade, pode ter vários significados, “podendo representar felicidade, harmonia, saúde, prosperidade, morar bem, ganhar salário digno, ter amor à família, ter liberdade de expressão, ter segurança”. Pode também significar todo este conjunto de atributos. Portanto, no entendimento destas autoras, a qualidade de vida pode ser analisada através das dimensões objetiva e subjetiva, postura esta defendida por um número expressivo de pesquisadores. Todavia, estas autoras deram mais ênfase à dimensão subjetiva da qualidade de vida nos estudos realizados.

Uma outra dimensão importante considerada nos estudos de qualidade de vida é a espacial. Paula (1993, p. 14) destaca que é nesta dimensão que se evidencia a importância da geografia na compreensão da qualidade de vida, uma vez que “o componente espacial é fator decisivo na explicação e correção da distribuição injusta de recursos que atualmente ocorre”. É no espaço que se constroem e se manifestam as desigualdades sociais resultantes da injusta repartição de renda que permeia determinadas sociedades, especialmente as menos desenvolvidas. São estas desigualdades observadas nos diferentes níveis espaciais que permitem identificar uma melhor ou pior qualidade de vida, constituindo importante campo de análise para a Geografia, no estudo desta questão. Neste sentido, o espaço pode ser visto não só como palco, mas também como ator, uma vez que ele não se constitui em “materialidade inerte”. Suas transformações se convertem igualmente em conjunto de mudanças que podem ser positivas ou negativas para a sociedade.

A partir de determinado patamar de desenvolvimento, o espaço pode incorporar alguns atributos, transformando-se assim, num agente de mudanças. São estas inclusões, que normalmente resultam de ações bem ou mal coordenadas pelos governos, que acabam gerando as especificidades do espaço e que conduzem a melhorar ou piorar a qualidade de vida da população.

Na visão de Bravo e Vera (1993), para que se tenha uma diferenciação espacial da qualidade de vida, é necessário que os indicadores sejam medidos em diferentes escalas, ou seja, em cada setor da cidade, em cada município e em cada estado ou país. Só desta forma será possível obter esta diferenciação. Além disso, é importante considerar que as delimitações de natureza administrativa nem sempre estão ajustadas às realidades espaciais verificadas.

Convém aqui salientar que, com a crise do Estado de Bem-Estar, houve a necessidade de inovações na gestão municipal. De acordo com Bava (1996, p. 57), a evidência disto são os desafios que os municípios têm que enfrentar a fim de “atender urgências sociais que transcendem, por suas características, as intervenções limitadas e pontuais que assumiam anteriormente”. Dentre os principais desafios cotidianos enfrentados pelos governantes locais têm-se os problemas de habitação, saúde, educação, emprego, alimentação, saneamento básico, violência urbana, ingovernabilidade, etc. (BAVA, 1996). Evidencia-se assim que todos estes desafios possuem uma estreita relação com a qualidade de vida da população e, quando eles se tornam problemas e não são solucionados, há uma deterioração contínua da mesma e um enfraquecimento econômico, cada vez maior, das cidades.

Em trabalho recente, Herculano (2000, p. 237) propôs um conceito de qualidade de vida de cunho agregador e multidisciplinar, sugerindo que a expressão seja definida como:

A soma das condições econômicas, ambientais, científico-culturais e políticas coletivamente construídas e postas à disposição dos indivíduos para que estes possam realizar suas potencialidades: inclui a acessibilidade à produção e ao consumo, aos meios para produzir cultura, ciência e arte, bem como pressupõe a existência de mecanismos de comunicação, de informação, de participação e de influência nos destinos coletivos, através da gestão territorial que assegure água e ar limpos, higidez ambiental, equipamentos coletivos urbanos, alimentos saudáveis e a disponibilidade de espaços naturais amenos urbanos, bem como preservação de ecossistemas naturais.

A autora enfatiza também que os indicadores de qualidade de vida não devem ser aplicados, exclusivamente, em macroespaços (áreas metropolitanas), mas igualmente em microespaços, como, por exemplo, favelas, distritos municipais e pequenos municípios. A posição da autora vem reforçar a importância de se estudar a qualidade de vida também em pequenos municípios, o que justifica, mais uma vez, a escolha da temática desta pesquisa.

Ao se analisar estas concepções sobre o tema, constata-se que, à medida que os estudos de qualidade de vida avançam, os conceitos vão-se tornando mais completos e complexos e novos indicadores vão sendo agregados nas análises. Embora, na atualidade, o IDH seja um índice muito utilizado para identificar a qualidade de vida da população de

muitos países, ele é passível de questionamentos, principalmente quando se trata de analisar a qualidade de vida em países menos desenvolvidos, uma vez que esse índice considera apenas três indicadores para a sua avaliação – renda, educação e saúde. Assim, a questão que se coloca é: será que estes três indicadores sozinhos expressam a realidade de vida de uma população? Onde ficam as questões relativas à infra-estrutura, à habitação e aos problemas ambientais – situações muito críticas ainda em muitas sociedades urbanas? Observa-se que o critério utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento desde 1990 exclui uma série de indicadores que também são importantes. Aqui cabe também outra questão: Qual a capacidade dos países mais pobres de disporem de um melhor arsenal de dados para outras avaliações?

Talvez com a finalidade de suprir estas lacunas é que, recentemente, pesquisadores da Unicamp (Campinas, SP) criaram um índice para avaliar bem-estar econômico, competitividade, proteção e coesão social em nosso país, além de questões relacionadas à educação, à saúde e ao desenvolvimento sócio-ambiental, envolvendo sete dimensões. Segundo o coordenador do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Universidade Estadual de Campinas, este índice foi denominado de IDNA Brasil e amplia o IDH criado pelo PNDU, incorporando dimensões da vida econômica, cultural e social, em que estão inseridos 24 indicadores.

Pode-se observar que os métodos de análise da qualidade de vida de uma população são bastante diversificados e que eles evoluem no decorrer do tempo e em função da realidade de cada sociedade. Acredita-se que quanto maior o número de indicadores utilizados numa análise, maiores serão as chances de se obterem resultados mais precisos, embora se deva reconhecer que detalhes em excesso podem acabar criando muita diversidade e desagregar medidas espaciais de análise, em função de variáveis menos determinantes ou menos vinculadas aos objetivos do estudo.

Além dos indicadores acima referidos para a avaliação da qualidade de vida, existe uma série de outros que também são utilizados, especialmente para estimar a qualidade de vida urbana. No entanto, as principais contribuições teóricas para a análise da qualidade de vida abrangem esta inter-relação – quantitativa e qualitativa – e contemplam diferentes escalas espaciais de análise.

A seguir, apresentam-se pesquisas teóricas e aplicadas tanto de caráter macro quanto microespacial desenvolvidas no Brasil e em outros países, baseadas em diferentes indicadores. Através da análise das diversas abordagens, buscou-se verificar quais são aquelas mais

adequadas ao estudo da qualidade de vida em pequenas cidades no estado do Rio Grande do Sul.

Estudos teóricos e aplicados de qualidade de vida urbana

Na presente análise, três aspectos são destacados: 1) a definição de qualidade de vida; 2) as formas de mensuração da mesma; e 3) a aplicação destas diferentes mensurações a diversas situações reais. Deste modo, em primeiro lugar se discute o que é qualidade de vida urbana e quais das suas dimensões devem ser consideradas. Em segundo, aborda-se a questão dos indicadores de qualidade de vida urbana, pois entre os pesquisadores não há um consenso quanto aos parâmetros adotados para a sua mensuração. Finalmente, procura-se testar a validade das formas de medida e a possibilidade de uma aplicação de forma mais geral.

Os artigos avaliados foram selecionados com base em critérios como: a) filiação científica dos pesquisadores (geógrafos, arquitetos, sociólogos, economistas, urbanistas, ambientalistas, médicos, etc.), verificando-se assim, qual ou quais dimensões são consideradas nos estudos de qualidade de vida em função destas formações; b) diferentes momentos nos quais os artigos foram publicados, com a finalidade de identificar como evoluíram os estudos de qualidade de vida; c) diferentes países que serviram de suporte aos estudos, uma vez que o nível de desenvolvimento entre os mesmos difere e, conseqüentemente, também os indicadores utilizados para a análise.

Para cada texto procurou-se identificar: a natureza do trabalho: teórico ou aplicado; as razões que levaram os pesquisadores a escrever sobre o tema; se o autor conceituou qualidade de vida e que variáveis utilizou para estudar o tema; os tipos de dados utilizados na pesquisa: quantitativos ou qualitativos; as fontes utilizadas para o estudo; a(s) conclusão(ões) a que o autor chegou.

Optou-se por iniciar a análise pelos textos teóricos, uma vez que os mesmos serviram de referência básica para os demais. Os pesquisadores que se dedicam aos estudos sobre qualidade de vida têm conhecimento de que o tema é complexo, multidimensional e interdisciplinar e que vem sendo interpretado de diferentes formas em função da formação de cada pesquisador. Isto faz com que, ainda hoje, não exista uma definição precisa a este respeito. Daí as diferentes abordagens conceituais sobre o tema, como já foi mostrado anteriormente. No entanto, existe um ponto em comum entre os textos/autores analisados: a

relação da qualidade de vida com a questão das necessidades básicas da população. De modo geral, é esta a dimensão considerada pela maioria dos pesquisadores.

Um problema que se apresenta nos estudos de qualidade de vida é a forma de sua mensuração, pois não existe ainda, entre os pesquisadores, um acordo sobre os tipos de indicadores a serem usados ou sobre os critérios a serem incorporados em escala particular de estudo. Isto faz com que, individualmente, cada pesquisador possa adotar uma postura diferente em suas análises. Assim, para estudos desenvolvidos em diferentes épocas e por diferentes pesquisadores, procura-se mostrar também as diferentes metodologias utilizadas para mensurar a qualidade de vida.

A seguir, faz-se uma apresentação de estudos selecionados, de caráter teórico e aplicado, desenvolvidos em diferentes épocas e por diferentes pesquisadores, através da qual se procura mostrar a trajetória e as diferentes metodologias utilizadas na abordagem das questões conceituais e das formas de medição da qualidade de vida urbana.

Análise dos textos teóricos

Os textos selecionados são da autoria de Barbosa (1982), Bravo e Vera (1993), Herculano (2000) e Santos e Martins (2002). No conjunto constata-se, além da diferenciação temporal, as temáticas com abordagens particulares de cada um.

Barbosa (1982) realizou um estudo sobre problemas metodológicos e teóricos do conceito de qualidade de vida, fazendo uma análise sistemática dos mesmos. A razão do seu estudo vinculou-se à falta de um contexto teórico histórico e espacial claramente definido quando o conceito era usado. Isto, na opinião do autor, fazia com que seu significado se tornasse ambíguo. Segundo ele, esta ambigüidade resultava das características e das temáticas envolvidas no conceito, pois estas variavam muito de autor para autor. Inicialmente, apresentou um conceito que foi difundido na Argentina, em 1976, no qual estavam expressas “idéias” sobre qualidade de vida e cuja conotação era a das estruturas administrativas do Estado. Dentro deste contexto, a qualidade de vida foi definida como:

la capacidad de un grupo humano satisfacer sus necesidades con los recursos disponibles en un espacio dado [...] debe conciliarse e compatibilizarse ambos criterios, el productivo y el ecológico [...] debe conciliarse adecuadamente el modelo de crecimiento económico con una estrategia de preservación de los recursos ambientales [...] (p. 50)

Através da análise deste conceito, observa-se que naquela época já havia a preocupação com o desenvolvimento sustentável, tema muito em voga na atualidade e que parece ser o caminho de reflexão para muitas sociedades. Da mesma forma já era manifestada a preocupação com as variáveis ambientais, as quais, na atualidade, são consideradas por muitos pesquisadores como indispensáveis para se avaliar a qualidade de vida.

Em 1978, por ocasião da Quinta Reunião Binacional de Desenvolvimento Ambiental, ocorrida em Salto Grande, na Argentina, foi elaborado um documento que salientava que a utilização de recursos exige a conciliação, de forma adequada, do modelo de crescimento econômico com a estratégia de preservação de recursos ambientais, a fim de se evitar a deterioração dos ecossistemas. Durante o período de 1976-78, a Secretaria de Transportes e Obras Públicas da Argentina organizou um programa de capacitação para especialistas de assentamentos humanos, estabelecendo uma lista de fatores que influíam na qualidade de vida destes assentamentos, entre os quais foram destacados: 1) situação econômica em geral; 2) políticas nacionais de desenvolvimento; 3) condições do meio urbano: água, ar, clima, topografia, população, nível de renda, institucionalização do sistema de planejamento, serviços de transporte, comunicações, água potável, coleta de lixo, habitação, saúde, qualidade de alimentação, produção e uso de energia, indústria e qualidade ambiental. Observa-se assim que a ênfase recaiu sobre o ambiente natural e sobre os serviços de todos os tipos como forma de garantir a qualidade de vida, tanto no meio urbano quanto no rural.

Ainda conforme Barbosa (1982), na década de 70, a qualidade de vida passa a constituir-se numa preocupação, tendo sido tema fundamental da Conferência Mundial sobre o Habitat e Assentamentos Humanos, realizadas em Vancouver, em 1976. Desta conferência surgiu um conjunto de idéias, que foram transformadas em recomendações que deveriam nortear as ações nacionais destinadas a elevar a qualidade de vida dos assentamentos humanos.

Para o autor, a análise do conteúdo destas recomendações demonstrou o consenso que há em considerar, como determinante da qualidade de vida dos assentamentos humanos, determinadas políticas, como as de população, de meio ambiente, de desenvolvimento global e de desenvolvimento equilibrado de diferentes regiões. Também as políticas de planejamento físico, moradia, infra-estrutura, serviços urbanos e as formas de administrá-las, bem como os instrumentos de assentamentos foram considerados, tendo sido destacada a importância de garantir a participação de todos os interessados. Note-se que este último elemento tem assumido relevante papel na busca de uma melhor qualidade de vida. Quando participa, a

coletividade fica atenta aos problemas, podendo cobrar ações no sentido de implementar tais políticas, o que induz a uma melhora geral neste processo.

O autor destaca ainda que o documento da CEPAL, denominado “La Cooperación Regional en el Campo de los Asentamientos Humanos”, apresentado em reunião no México, em 1976, em fase posterior à reunião de Vancouver, assinalou que as recomendações acima referidas poderiam se constituir, no futuro, num padrão para medir a situação de cada sociedade e a condição de vida humana em todo o mundo.

No entanto, Rébora (1978, apud BARBOSA, 1982) afirma que o conceito de qualidade de vida introduzido na América Latina a partir da Conferência de Vancouver tem sérias limitações, uma vez que foi elaborado com base nos problemas e preocupações das sociedades urbanas mais desenvolvidas, supervalorizando assim os problemas nestas áreas. Conforme Barbosa (1982), para resolver tais desafios, o ponto de partida seria distinguir o conceito segundo o campo das filosofias e do planejamento do desenvolvimento. Ligado a isto, dever-se-ia estabelecer a diferença de sua aplicação nos países de desenvolvimento econômico avançado e naqueles de desenvolvimento periférico.

Neste sentido, Barbosa (1982) relaciona o conceito de qualidade de vida a quatro elementos: planejamento do desenvolvimento, concepções do desenvolvimento, estado de bem-estar e teoria de ecodesenvolvimento.

No planejamento do desenvolvimento, o conceito é introduzido como forma de separar e traçar as relações de conflito entre crescimento econômico e equilíbrio ambiental. Assim, cabe ao planejador, baseado em um modelo prévio ou imagem desejada, medir o nível de qualidade do ambiente a partir de um sistema de indicadores e propor um sistema de ação e decisões corretivas ou preventivas, a fim de resolver os conflitos e desajustes ecológicos e sociais (habitação, urbanização controlada, distribuição populacional, etc.). Neste caso, a qualidade de vida se constitui em variáveis objetivas do processo de planejamento e de seus processos de análise e decisões.

Ao abordar o conceito de qualidade de vida relacionado às concepções de desenvolvimento, Barbosa assegura que este conceito surgiu como um processo de reflexão sobre os problemas presentes e futuros dos países mais desenvolvidos, posicionados no centro do sistema mundial. Desta forma observa-se que o desenvolvimento também impõe certas restrições. É preciso promovê-lo, mas sem degradar os recursos da natureza.

A qualidade de vida entendida como estado de bem-estar social surgiu no campo das filosofias institucionalizadas como uma concepção do desenvolvimento, com a finalidade de superar as limitações e contrastes dos modelos baseados exclusivamente no crescimento

econômico e retomar, com maior ênfase, a sociedade de bem-estar. O ponto central desta filosofia consistia em incorporar, nas metas de crescimento econômico auto-sustentado, uma situação ideal para a sociedade que oferecesse condições de dar respostas aos problemas ecológicos e a certas demandas qualitativas de bem-estar ligadas basicamente ao uso do espaço em escala urbana e global (BARBOSA, 1982).

Considerando-se o conceito de qualidade de vida na teoria do ecodesenvolvimento, observa-se que o panorama desta teoria supõe uma ruptura com a sociedade industrializada, com sua base tecnológica e sua cultura, o que consistiria num desenvolvimento centrado na comunidade quase auto-suficiente, permitindo formas de controle e participação de seus membros. Desta forma, seria necessário criar uma nova ordem produtiva, tecnológica, de relações sociais nas comunidades e uma nova ordem ou sistema de decisões baseados na cultura e na participação (BARBOSA, 1982), o que seria praticamente impossível, pois esta teoria está revestida de patente utopia.

Este autor, ao teorizar sobre os problemas metodológicos e teóricos do conceito de qualidade de vida não contemplou, em nenhum momento, a visão subjetiva da mesma. Embora tenha apresentado um avanço ao incluir a questão ambiental como uma preocupação a mais, sua abordagem foi exclusivamente quantitativa.

Bravo e Vera (1993, p. 43) desenvolveram considerações metodológicas, tendo em vista a operacionalização do conceito de qualidade de vida, definida como

el grado de bien estar individual y en grupo, determinado por la satisfacción de las necesidades básicas de la población en salud, vivienda y servicios básicos, participación socioeconómicas, participación ciudadana y ambiente físico.

Na opinião destas pesquisadoras, operacionalizar o conceito de qualidade de vida significa, inicialmente, partir de uma definição teórica. Posteriormente devem ser reconhecidas as dimensões ou componentes de necessidades envolvidos no conceito, o que conduz a uma definição operativa, e, por último, formularem-se as variáveis e indicadores que possam medir cada uma destas dimensões.

Sabe-se que o conceito de qualidade de vida se apóia em critérios que não são os mesmos para todos os pesquisadores, o que justifica as diferentes formas de definir o tema. De um modo geral, o conceito de qualidade de vida está ligado às necessidades essenciais do ser humano. Desta maneira é o grau de satisfação ou não satisfação destas necessidades que vai definir os diferentes níveis de qualidade de vida do grupo humano observado.

As autoras elaboraram um modelo para a operacionalização do conceito de qualidade de vida (Tabela 6), através do qual é possível demonstrar um comportamento global de qualidade de vida em cada unidade espacial considerada. A diferenciação espacial da qualidade de vida permite detectar problemas não só no nível global do conceito, mas também no nível de cada um de seus componentes, oferecendo um marco de atuação mais eficiente para as políticas de Estado e para a sociedade em seu conjunto, com ações estratégicas dirigidas para elevar a qualidade de vida de uma dada população.

Tabela 6 – Operacionalización del concepto de calidad de vida

Componentes o categorías de necesidad	Satisfactores (o disatisfactores)	Variables indicadores (a título de ejemplo)
Salud	Alimentación Equipamiento médico sanitario	% desnutrición edad escolar Gastos alimentación Mortalidad por avitaminosis Médico/1000 hab. Incidencias ciertas enfermedades, etc.
Vivienda y servicios básicos	Estado físico de las viviendas Equipamiento doméstico Cobertura y eficiencia de los servicios Transporte público	% de viviendas en buen estado % de ranchos Índice de equipamiento doméstico % de viviendas con agua, cloaca, luz Eléctrica, teléfono Unidad de transporte, etc.
Participación socioeconómica	Educación Empleo	% profesional y técnicos Tasa de analfabetos Tasa de actividad, empleo informal Ingreso <i>per capita</i> Índice de pobreza, etc.
Seguridad social y personal	Incidencia alta de ciertos delitos Acceso a los servicios de seguridad Acceso al IVSS, Ince, seguros privados	Delitos contra la propiedad/población Delitos contra personas/población Existencia de módulos policiales Existencia de vigilantes privados Afiliados al IVSS y al INCE
Participación ciudadana	Movimientos de opinión Programas de acción comunitaria	Participación en asociaciones de vecinos Participación electoral, en programas comunitarios, etc.
Ambiente físico	Áreas para recreación e deportes	Áreas verdes e deportivas/población % áreas sometidas a inundaciones, a deslizamientos. Contaminación.

Fonte: Revista Geográfica Venezolana. v. 3, p. 52, 1993
Org.: BRAVO, M. T. D. de; VERA, S. F. de (1993)

Com base na tabela, as autoras concluem que:

1- Em cada caso particular, as variáveis selecionadas dependerão do nível espacial considerado e da informação disponível.

2- Em função do número elevado de variáveis que podem ser utilizadas para avaliar o comportamento dos distintos componentes da qualidade de vida, é necessária a utilização de alguns procedimentos para construir indicadores compostos de cada variável e o indicador

global da qualidade de vida. Para a construção dos indicadores compostos, a alternativa seria o uso de procedimentos aditivos de risco e análise fatorial.

3- Para que se obtenha uma diferenciação espacial da qualidade de vida é necessário que as variáveis e indicadores sejam medidos em diferentes escalas, ou seja, em cada setor da cidade, em cada município e em cada estado de um país. Só assim será possível obter uma diferenciação espacial da qualidade de vida.

Observa-se que o conceito de qualidade de vida apresentado pelas pesquisadoras é bastante abrangente, uma vez que contempla a dimensão material da qualidade de vida, caracterizada pelas necessidades básicas, bem como a participação, elemento muito importante na atualidade. Também foi considerado o ambiente físico, que igualmente se constitui num elemento essencial da qualidade de vida da população, transformando-se, muitas vezes, num determinante da mesma. Embora as autoras tenham apresentado um modelo metodológico a partir deste conceito, não o colocaram em prática, uma vez que o trabalho teve um caráter teórico. Não obstante, esta metodologia forneceu uma contribuição significativa para a pesquisa aqui empreendida, pois é adequada a muitos dos seus propósitos.

Recentemente, Herculano (2000) desenvolveu um estudo que teve como meta mapear uma discussão sobre qualidade de vida, o que, de seu ponto de vista, é recente nas ciências sociais e escasso nesta área do conhecimento. Assim, a discussão teve como meta aprofundar uma reflexão sobre as premissas que definem e norteiam a busca do desenvolvimento e do bem-estar, do ponto de vista ético, ambiental e da plenitude humana. Este direcionamento objetivou sugerir elementos visando à elaboração de um novo conjunto de indicadores que mensurassem, de forma integradora, o bem-estar individual, o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento econômico. Desta forma, a autora propôs um conceito de qualidade de vida de cunho agregador e multidisciplinar.

Ao analisar a questão dos indicadores da qualidade de vida, a autora defende que os mesmos não devem ser exclusividade de macroespaços (áreas metropolitanas), mas devem ser aplicados também em escala microespacial, como, por exemplo, em favelas, bairros ou distritos municipais, uma vez que isto possibilitaria a tomada de medidas contra a estratificação espacial. O resultado repercutiria na luta contra as desigualdades sócio-econômicas e também nas políticas preservacionistas.

Conforme a proposta desta mesma autora, a criação de um Índice de Qualidade de Vida Local (IQV) contribuiria para nortear políticas locais em um esquema comparativo da alocação de recursos. A função deste índice seria reunir os indicadores que já existem de forma isolada (sociais, econômicos e ambientais) por meio de uma metodologia que os

agregasse em um único índice – o IQV. A autora conclui que, metodologicamente, isto é possível, e o índice deveria ser expresso monetariamente e confrontado com o PIB. Desta forma, poder-se-ia avaliar, por exemplo, qual é o custo, para o sistema de saúde, da falta de acesso à água potável e de ligações com um sistema de coleta de esgoto para todos.

Analisando-se a proposta da autora, observa-se que ela é interessante e bastante completa, uma vez que contempla as dimensões objetiva, subjetiva e espacial. Entretanto, a autora não aplica na prática sua proposta, o que torna difícil avaliar a eficácia da mesma. Teria sido bastante interessante se a aplicação tivesse se efetivado através de um estudo empírico, a fim de se avaliar a sua validade através dos resultados obtidos.

Estabelecendo-se uma comparação entre a metodologia apresentada por Vera e Bravo (1993) e a de Herculano (2000), constata-se que elas se identificam bastante, uma vez que em ambas foram considerados os mesmos indicadores para conceituar qualidade de vida. Isto vem demonstrar que está começando a surgir uma certa unidade no modo de pensar, teoricamente, sobre este tema. No entanto, quando são desenvolvidos estudos empíricos, raramente ocorre esta unidade.

Outra contribuição para a temática aqui abordada é a de Santos e Martins (2002), que apresentaram um modelo desenvolvido para estudar a qualidade de vida urbana na cidade do Porto (Portugal) baseado no sistema de informações da qualidade de vida da sua Câmara Municipal. A principal finalidade era melhorar o conhecimento sobre a situação atual da cidade em matéria da qualidade de vida oferecida a seus residentes e, também, aos não residentes, ou seja, aos que apenas se utilizam dela. O objetivo principal foi o de promover o acompanhamento sistemático de um conjunto de dinâmicas em domínios que, direta ou indiretamente, influenciam nas condições de vida de um centro urbano (habitação, rendimento, mercado de trabalho, educação, ambiente, cultura, lazer, etc.). Este acompanhamento teve como meta fundamentar políticas e medidas de intervenção destinadas a promover a melhoria da qualidade de vida urbana.

O modelo de análise da qualidade de vida proposto pela Câmara Municipal do Porto baseou-se em quatro domínios:

- 1) Condições ambientais relacionadas com o ambiente em geral, remetendo a aspectos naturais da cidade (ar, água, verde, resíduos, etc.).

- 2) Condições materiais coletivas de vida na cidade nas áreas da cultura, desporto, ensino, saúde, assistência social, transportes, comércio e serviços.

3) Condições econômicas, considerando a cidade enquanto núcleo de atividade econômica e as questões daí decorrentes ligadas às condições individuais de vida: rendimento e consumo, mercado de trabalho, habitação, dinâmica econômica.

4) Sociedade, integrando indicadores ligados à dimensão social da cidade e ao relacionamento entre as pessoas, ou seja, questões relacionadas com as escolhas individuais e com a participação dos cidadãos. Deve-se observar que este domínio reflete mais a dimensão subjetiva da qualidade de vida.

O modelo resultou das reflexões efetuadas a partir da revisão bibliográfica, a qual se apoiou em definições e avaliações de qualidade de vida. Os autores levaram em conta não apenas abordagens mais tradicionais, mas também aquelas mais modernas que procuram redefinir o próprio conceito e adaptá-lo às transformações da sociedade, além de considerarem experiências anteriores e de projetos em curso em outros países, com objetivos operacionais idênticos.

As informações estatísticas necessárias deveriam ser obtidas através de fontes como a própria Câmara, além das entidades públicas e privadas. A fim de contemplar todos os domínios, dados primários também seriam levantados através de pesquisa de opinião na cidade do Porto. Esta tinha, como objetivo, conhecer a leitura que os residentes e os utilizadores frequentes da cidade faziam sobre o padrão de qualidade de vida urbana e suas transformações.

Observa-se que estes dois pesquisadores, ao apresentarem este modelo de análise de qualidade de vida, também se preocuparam em contemplar as dimensões objetivas e subjetivas da mesma, por entender que desta forma se pode obter um quadro mais completo da qualidade de vida de uma população. O inconveniente deste modelo está no fato de ele ainda não ter sido testado. Por isto não se tem segurança de sua validade. No entanto, partindo-se do perfil da cidade onde será aplicado, acredita-se que ele poderá apresentar resultados satisfatórios.

Até aqui, foram avaliados os estudos de natureza teórica, os quais não tiveram a preocupação de testar a implementação dos diferentes métodos apresentados para o estudo da qualidade de vida. Entretanto, é fundamental relacionar a teoria e a prática; por essa razão são apresentados a seguir estudos aplicados, através dos quais foi possível identificar técnicas, instrumentos e procedimentos utilizados na análise e mensuração da qualidade de vida em contextos específicos.

Análise dos textos aplicados

Os textos aplicados selecionados são mais numerosos e contemplam um maior número de autores, tais como: Kuz (1978), Soares, Silva e Abdo (1984), Abaleron (1986/87), Rogerson et al. (1989), Sufian (1993), Santos (1994), Almeida (1997), Mazetto (1996), Caiado (1997), Farias (1997), Mansilla (1997), Azzoni (1999), Figueiredo (2001), Queiroz et al. (2004). Além da diferenciação temporal e de escala de análise, considerou-se também as diferentes técnicas, instrumentos e procedimentos utilizados nos estudos de qualidade de vida. A exposição que segue não obedeceu a uma ordem cronológica, mas sim a da abordagem dos trabalhos quanto aos critérios utilizados para analisar o tema. Inicialmente foram considerados aqueles desenvolvidos com uma visão mais objetiva da qualidade de vida, e posteriormente, aqueles com a visão subjetiva.

Soares, Silva e Abdo (1984) realizaram estudos sobre qualidade de vida em 377 favelas do município do Rio de Janeiro, à luz do indicador infra-estrutura básica (água, esgoto, coleta de lixo e luz). Os autores partiram do pressuposto de que este indicador se constituía num importante elemento da qualidade de vida das populações, em especial nos países subdesenvolvidos, pois a sua carência contribuía para a proliferação de doenças e para uma alta taxa de mortalidade infantil.

Nesses estudos, a qualidade de vida foi caracterizada “pelo conjunto de elementos que fazem parte do meio ambiente humano que, quantitativamente ou qualitativamente, atuam sobre a vida do homem” (SOARES, SILVA e ABDO, 1984, p. 228). Num espaço urbano, tais elementos seriam representados pelo nível de atendimento das demandas de água, esgoto, eletricidade, meios de comunicação, educação, saúde, áreas verdes, despoluição ambiental, serviços bancários e comerciais e outros serviços indispensáveis à vida num aglomerado urbano.

Para o desenvolvimento da pesquisa, fizeram uso de dados primários (obtidos através de entrevistas junto à população favelada, com o objetivo de avaliar suas necessidades ou reivindicações, por ordem de prioridade) e secundários (obtidos a partir do cadastro das favelas do município do Rio de Janeiro), além de bibliografia sobre o assunto. A operacionalização dos dados foi feita através do Sistema Geo-Ambiental (SAGA), desenvolvido no Instituto de Geociências da UFRJ, Departamento de Geografia, por um dos autores do trabalho. Através de um programa especial foi gerado um mapa que apresentou a distribuição das favelas no município do Rio de Janeiro, classificadas numa gradação, através

de pontos de diferentes cores, relativos aos níveis de infra-estrutura básica (nível 1 – pior – ao nível 10 – melhor).

De posse dos resultados, constataram que a infra-estrutura na maioria das favelas era muito precária, e que grande parte da existente havia sido realizada pelos próprios favelados. Verificaram também, que de 1950 até a data da pesquisa (1982), houve uma grande expansão desta forma de habitação. Assim, no período compreendido, de 157 favelas, em 1950, passou-se para 377, em 1982, o que significou um acréscimo de 140,12%. Já a população favelada passou de 169.305 para 1.700.000 habitantes, determinado um incremento populacional da ordem de 904,10%. Não obstante, a infra-estrutura básica pouco melhorou, comprometendo ainda mais a qualidade de vida da população. Da avaliação do texto conclui-se que a metodologia utilizada pelos pesquisadores esteve baseada somente na dimensão material da qualidade de vida e não levou em conta as aspirações da população, dimensão que, na atualidade, assume grande relevância neste tipo de estudo.

Santos (1994), ao analisar a questão da qualidade de vida no estado de São Paulo, utilizou como parâmetros alguns indicadores como: mortalidade infantil, expectativa de vida, renda média, taxa de analfabetismo, disponibilidade de leitos hospitalares, e redes de água, esgoto e energia elétrica. Os resultados revelaram situações melhores no interior do que na metrópole. Desta forma, para o autor, os referenciais adotados para a análise em cidades do interior foram considerados positivos. Ressalte-se que este estudo aparece de forma sucinta em um livro, em que o autor enfatiza os indicadores utilizados e os resultados encontrados, sem fazer referências ao conceito de qualidade de vida e à metodologia adotada.

Almeida (1997) realizou um estudo comparativo sobre qualidade de vida nos bairros dos municípios de Rio de Janeiro e Niterói. Seu trabalho teve a finalidade de contribuir com o conhecimento científico, fornecendo uma descrição da qualidade de vida de algumas regiões daqueles municípios. O texto é interessante para o debate sobre qualidade de vida em bairros e municípios, fornecendo instrumentos úteis àqueles que decidem sobre políticas públicas, pois a preocupação com a melhoria da qualidade de vida é hoje partilhada pelas administrações públicas não só em caráter local, mas também em escalas maiores. É no âmbito das cidades que os desafios da adoção de políticas que promovam uma melhoria da qualidade de vida da população parecem ser mais significativos, haja vista o volume de problemas e as interações que muitas delas concentram.

Em seu trabalho, o autor definiu qualidade de vida como “as condições necessárias, mas não suficientes, para que as pessoas ou indivíduos busquem realizar seus planos de vida e objetivos” (ALMEIDA, 1997, p. 15). Para a efetivação do estudo, o autor utilizou 10

indicadores que envolveram questões sobre infra-estrutura, renda, educação, habitação e demografia. O critério de escolha dos indicadores foi o de utilizar apenas aqueles que permitissem a comparação entre os bairros. As fontes de dados utilizadas foram as do IBGE e da Secretaria Estadual da Justiça do Rio de Janeiro. Os dados foram retrabalhados e apresentados em forma de tabelas, gráficos e mapas.

Como resultado, o autor obteve um Índice de Qualidade de Vida (IQV) por meio de escores padronizados de cada variável, que foram utilizados para o cálculo de uma média simples, resultando no IQV para cada bairro. Os bairros de cada cidade foram classificados em cinco grupos de acordo com o IQV (variável de 0 a 100), o grupo de qualidade de vida (1 a 5) e a região de planejamento a que pertenciam (Praias da Baía, Oceânica, Norte, Pendotiba e Leste). Os grupos de qualidade de vida foram obtidos por meio de conglomerados (clusters). Os cinco grupos tiveram como finalidade propiciar a comparação com as regiões de planejamento, que também eram cinco, a fim de que, paralelamente às áreas de planejamento, se obtivessem regiões de qualidade de vida, as quais foram mapeadas. Quanto mais próximos a 100 os resultados, melhor a qualidade de vida do bairro, e quanto mais distantes, pior. Os bairros foram agrupados em grupos de 1 a 5, sendo os do grupo 1 os que possuíam melhor IQV, e os do grupo 5, o pior.

Com base nos indicadores utilizados, o autor concluiu que, no conjunto, o município de Niterói apresentou melhor qualidade de vida que o do Rio de Janeiro. A exemplo de Soares, Silva e Abdo (1984), o autor fez uso somente de indicadores objetivos para estudar a qualidade de vida. Considerando que o seu estudo era de natureza comparativa, dificilmente poderia fazer uso de indicadores subjetivos, a não ser que anteriormente já tivesse sido efetivada alguma pesquisa desta natureza. Os indicadores objetivos utilizados por Almeida (1997) também serviram de parâmetros para o desenvolvimento da presente pesquisa, que buscou igualmente efetuar uma análise comparativa entre as cidades estudadas.

Sufian (1993), baseado em 10 indicadores, efetuou estudos sobre qualidade de vida urbana em grandes áreas metropolitanas do mundo, de modo que as cidades foram separadas em três grupos: as de alto, as de médio e as de baixo padrão de vida. Os indicadores que assumiram maior importância foram: renda gasta em alimentação; espaço de vida (número de pessoas por quarto); alojamento padrão (% de casas com energia elétrica e água potável); comunicação (número de telefones por mil pessoas); educação (% de crianças em escolas secundárias); e taxa de mortalidade infantil (mortes por mil nascimentos). Estes dados foram obtidos via Population Crisis Committee (PCC), responsável pela cobertura de mais de uma dúzia de indicadores do padrão de vida urbana.

As cidades que apresentaram baixas taxas de assassinato, baixo custo de alimentação e mais espaço de vida pontuaram um indicador próximo a 100. As pontuações variaram de alta (86 pontos) a baixa (19 pontos). Assim, o autor dividiu as cidades em 4 grupos, conforme o índice de valores: muito bom = 75 pontos ou mais (21 cidades); bom = 64 a 74 pontos (23 cidades); regular = 45 a 59 (26 cidades); e pobre = 43 pontos ou menos (28 cidades). Sua análise foi meramente quantitativa, pois o autor em nenhum momento se preocupou com as aspirações da população. Tal atitude talvez possa ser explicada pela própria formação do pesquisador (arquiteto), já que, na década de 90, estudos subjetivos de qualidade de vida já se encontravam em evidência.

Caiado (1997) empreendeu um estudo sobre qualidade de vida e dinâmica sócio-espacial em núcleos urbanos de municípios paulistas. Teve como objetivo identificar se existiam diferenças de qualidade de vida entre migrantes e não migrantes em uma mesma região e se ocorriam variações de acordo com o porte da cidade e com os diversos centros analisados.

Em seu trabalho conceituou qualidade de vida a partir do *habitat* familiar, ou seja, “a moradia, no que diz respeito tanto à qualidade da construção quanto ao local onde se localiza; o atendimento dos serviços de infra-estrutura básica; e a oferta de equipamentos sociais de uso coletivo” (CAIADO, 1997, p. 115). O autor analisou quatro grupos de variáveis versando sobre *habitat*, entorno, infra-estrutura e equipamentos sociais de uso coletivo. Para a realização da pesquisa utilizou-se de dados primários que foram obtidos através de um questionário domiciliar constituído por 172 questões, abertas e fechadas, contemplando as variáveis acima referidas. Estas variáveis foram classificadas como adequadas ou inadequadas dependendo da situação de cada uma delas. Para introduzir os quatro grupos de variáveis, foram utilizados dois tipos de tabela. O primeiro, com quatro entradas, apresentando todas as variáveis com seus respectivos percentuais de adequação e inadequação. O segundo tipo sintetizava o primeiro, mostrando, de forma agregada, a percentagem de inadequação (zero, uma, duas, três ou quatro) no conjunto da amostra.

A partir daí, o autor desenvolveu uma análise comparativa entre as três regiões metropolitanas do estado – São Paulo, Campinas e Santos. Também fez comparações entre as diversas regiões do estado de São Paulo e entre os núcleos urbanos, segundo seu porte: regiões metropolitanas (grande porte), sedes regionais (porte médio) e pequenos municípios (pequeno porte).

Desta maneira, a pesquisa procurou, a partir de um estudo comparativo, avaliar em que medida a localização regional ou o porte do município produziam diferenciais de qualidade de

vida. Em seu estudo, o autor buscou também averiguar se a qualidade de vida dos migrantes era mais precária do que a dos não migrantes. Os resultados obtidos foram os seguintes:

1- na análise comparativa entre as três regiões metropolitanas, a de Campinas foi a que apresentou os melhores indicadores de qualidade de vida, apesar de expressar carência em equipamentos sociais;

2- considerando-se os núcleos urbanos segundo o seu porte, as regiões metropolitanas apresentaram, no conjunto, melhores indicadores que as sedes regionais, e estas, melhores que os dos pequenos municípios, demonstrando, assim, que a qualidade de vida urbana piora muito nos pequenos municípios;

3- com relação à qualidade de vida dos migrantes e não migrantes, verificou-se que a mesma era mais precária para os migrantes.

Confrontando-se os resultados das pesquisas sobre qualidade de vida realizadas por Santos (1994) e por Caiado (1997), referidas anteriormente, verifica-se que, enquanto Santos encontrou os melhores indicadores em cidades de porte médio, Caiado os encontrou nas cidades de grande porte. Os diferentes resultados obtidos advêm do fato de os autores terem utilizado indicadores diferentes para a análise.

Mazetto (1996) desenvolveu estudos sobre as condições de qualidade de vida em Rio Claro, São Paulo, a partir do indicador saúde, analisando a ocorrência de óbitos por doenças transmissíveis. Em seu estudo, levantou os níveis de mortalidade por doenças transmissíveis e mapeou a ocorrência de óbitos em decorrência destas doenças, a fim de identificar as desigualdades espaciais e as áreas de risco. Para tanto, utilizou-se de dados secundários relativos às doenças, os quais foram obtidos junto ao cartório de registro civil no período de 1977-1995 e no setor de Vigilância Sanitária do município para o período 1988-1995. Para melhor representá-los, construiu tabelas e gráficos a partir de dados absolutos, relativos, coeficientes, etc. Através da análise constatou que o índice de mortalidade por doenças transmissíveis apresentou um aumento contínuo, pois, para cada grupo de 100.000 habitantes, passou de 18,11 óbitos, em 1977, para 40,68, em 1995. Quanto à distribuição espacial, a pesquisa revelou a existência de determinadas concentrações de óbitos no espaço urbano, permitindo identificar as áreas de risco. Diante da situação encontrada, o autor adverte que há a necessidade urgente de que sejam tomadas medidas legais para eliminar estes problemas. Através deste estudo ficou evidenciado que, apesar de a qualidade de vida ser caracterizada por um número cada vez maior de indicadores, ela pode ser analisada a luz de apenas um. A saúde é um indicador importante, pois está relacionada com uma série de outros que atuam

direta ou indiretamente sobre ela, como o saneamento básico, as condições ambientais, a renda, a educação, dentre outros.

Azzoni (1999) estudou a qualidade de vida na cidade de São Paulo e na região metropolitana, mas não estabeleceu um conceito de qualidade de vida. Baseou seu estudo em indicadores como o IDH, a criminalidade, as condições de deslocamento e o custo de vida, procurando demonstrar como a população é atingida pelos problemas decorrentes de seu excessivo tamanho e concentração. Para tanto, fez uso de dados secundários obtidos em dois sites: <www.emplasa.sp.gov.br> e <www.seade.gov.br>. Os dados obtidos foram transformados em gráficos e tabelas.

No que se refere ao IDH considerou, para análise da capital, os municípios industrializados e os demais municípios, ou cidades dormitórios, no período de 1970 a 1996. Constatou que em 1970 a capital apresentava um índice de desenvolvimento humano cerca de 10% superior à média metropolitana (IDH = 1, numa escala de 0 a 3). Já os municípios industrializados apresentavam posição inferior, mas próxima à média metropolitana, enquanto as cidades dormitórios apresentavam níveis 20% ou mais inferiores a esta média. No período compreendido entre 1970 e 1980, o autor verificou uma redução na dispersão dos valores do IDH, com a capital e os municípios industrializados aproximando-se da média, o mesmo ocorrendo com as cidades dormitórios. Entretanto estas ainda permaneciam abaixo das outras duas categorias. A partir de 1980, verificou um distanciamento progressivo das cidades dormitórios, que pioraram sua posição relativa, de modo a se situarem, em 1996, cerca de 10% abaixo da média.

Quanto à criminalidade, o autor, observou que ela estava relacionada ao tamanho excessivo da população. Contudo, o que mais pesava para o aumento da criminalidade era a pobreza e a desigualdade de renda. Com relação às condições de deslocamento, concluiu que a periferização da população interferia na qualidade de vida, em função do tempo gasto no deslocamento, das despesas com pagamento de tarifas e dos gastos com combustível. Quanto ao custo de vida, confirmou que a região metropolitana de São Paulo estava entre as de custo mais elevado, ficando atrás apenas de Brasília. Isto, de certa forma, exerce influência na qualidade de vida da população, uma vez que uma parcela significativa da renda precisa ser destinada para o suprimento de necessidades básicas.

É interessante fazer uma observação quanto a três indicadores que foram utilizados para análise da qualidade de vida e que não foram contemplados nos demais estudos: criminalidade, condições de deslocamento e custo de vida. Em cidades grandes como São Paulo, estes três indicadores estão presentes no cotidiano das pessoas. Sabe-se que os índices

de criminalidade são elevados; as condições de deslocamento das pessoas são problemáticas, devido ao congestionamento do trânsito nas horas de pico; e o custo de vida está entre os mais altos do Brasil. O conjunto contribui para a deterioração da qualidade de vida das pessoas. Desta forma é natural que estes indicadores sejam considerados na sua identificação. No entanto, quando se estuda o tema em pequenas cidades, estes indicadores são dispensáveis, pois a criminalidade é baixa ou inexistente, o deslocamento é tranqüilo e o custo de vida normalmente é baixo. Isto mostra que a escolha dos indicadores para se avaliar a qualidade de vida em diferentes categorias de cidades depende muito das especificidades de cada uma delas.

Queiroz et al. (2004) realizaram uma pesquisa sobre qualidade de vida e políticas públicas no município de Feira de Santana, na Bahia. Tiveram como objetivo geral a análise das políticas públicas no município relacionadas com a qualidade de vida da população expressa no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A qualidade de vida foi compreendida a partir de um conceito elaborado por Westphal (apud MINAYIO et al., 2000, p. 412), que a identifica como:

parte de um bem individual e coletivo, entendendo a saúde como uma condição biológica, e social determinada por fatores objetivos, do ponto de vista das necessidades de subsistência; e fatores subjetivos, considerando as necessidades sociais de realização psicológica do ser humano.

Para o desenvolvimento da pesquisa, os autores fizeram uso de dados secundários e primários. Os dados secundários tiveram como fonte: a Lei Orgânica do Município, que discriminava as competências do mesmo; o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal; e a Lei Orçamentária Anual, no período de 1993 a 2002. Os dados primários foram obtidos através de entrevistas semi-estruturadas, realizadas com os secretários de governo do município responsáveis pela implementação de políticas públicas nas áreas de educação, saúde e meio ambiente. Dez secretários foram entrevistados com o uso de gravação. As entrevistas foram classificadas e categorizadas conforme os núcleos de sentido: planejamento das ações, gestão e financiamento das políticas públicas. Posteriormente, os dados primários e secundários foram organizados e analisados.

Os autores apresentaram um gráfico mostrando a evolução da dotação orçamentária nas áreas da saúde, educação e meio ambiente entre 1993 e 2002. Através dele ficou evidenciado que até 1994 a dotação orçamentária destinada ao meio ambiente era muito superior àquela da educação e da saúde, chegando a ser mais de duas vezes superior no

primeiro caso e mais de três no segundo. Mesmo assim, nem todos os problemas foram sanados, como resultado da insuficiência dos recursos. Entretanto, a partir de 1995, os papéis se inverteram, e coube à educação e à saúde receber os maiores percentuais da dotação orçamentária destinada a estes três setores. A dotação de recursos destinados ao meio ambiente sofreu uma redução de quase dez vezes a partir de 1995 e só voltou a crescer a partir de 1998. Destaque-se que os três são importantes indicadores da qualidade de vida de uma população, e que, no momento de aplicar recursos, compete aos administradores estabelecer prioridades de acordo com as necessidades da população.

Através da análise dos resultados da pesquisa, os autores fizeram algumas constatações no que se refere às áreas da saúde, da educação e do meio ambiente. A área da educação era a que possuía a maior parcela do orçamento municipal; no entanto, o município apresentava 20% de analfabetismo. Na área da saúde, havia ocorrido aumento no orçamento em 2002. Melhorias nos índices de esperança de vida ao nascer e de mortalidade infantil nas últimas décadas também se verificaram.

Na área do meio ambiente, a dotação orçamentária era baixa em relação às necessidades do município. Havia um déficit de 70% na cobertura do esgoto sanitário, e degradação ambiental devido à ocupação irregular das lagoas. A análise evidenciou que um dos grandes problemas no município estava na área da educação, pois, apesar de destinar a ela a maior parcela do orçamento, o município detinha ainda um percentual significativo de analfabetos. Observou-se, assim, a necessidade de rever como estes recursos estavam sendo aplicados e se eles eram suficientes para atender as necessidades da população em idade escolar, pois deveriam beneficiar também a parcela excluída da população. Provavelmente seria necessário um melhor planejamento para a aplicação destes recursos.

Conforme os autores, outro problema grave estava na rede de esgoto, que era extremamente precária. Isto era negativo, uma vez que influenciava na saúde das pessoas. Apesar disso, os pesquisadores observaram que haviam ocorrido melhorias em alguns índices na área da saúde. É provável que isto tenha sido consequência do aumento de recursos nesta área, o que beneficiou a medicina curativa.

A maneira de obtenção dos dados primários apresentados na pesquisa assumiu relevância para esta que ora se apresenta. Considerando-se o expressivo número de pequenos municípios no estado do Rio Grande do Sul e a dificuldade de se aplicar uma entrevista à população, questões foram formuladas e encaminhadas às prefeituras para que fossem respondidas por secretários de governo dos municípios envolvidos. Estas informações foram relevantes para definir o perfil das administrações locais.

Rogerson et al. (1989) apresentaram uma discussão metodológica cuja finalidade era a de combinar indicadores objetivos e subjetivos para mensurar a qualidade de vida em cidades britânicas. Quanto aos indicadores objetivos, o destaque foi dado para as características sociais, econômicas e ambientais. Quanto aos indicadores subjetivos, a grande contribuição dos autores esteve no fato de terem desenvolvido um método de incorporação de medidas perceptuais da qualidade de vida nestas cidades. Este procedimento consistiu numa pesquisa de opinião nacional na Inglaterra. As dimensões incluídas derivaram das respostas obtidas numa enquete piloto, onde os entrevistados responderam perguntas sobre quais eram os elementos do ambiente urbano importantes para sua qualidade de vida. Através deste procedimento eles tiveram a oportunidade de identificar, a partir de uma seleção inicial de 21 variáveis, quais eram as aceitáveis para a avaliação da qualidade de vida, indicando uma nota.

A variável que obteve nota zero por alguns entrevistados foi excluída; no caso considerado, foi a habitação. Assim, permaneceram 20 variáveis relacionadas aos aspectos dos ambientes social, econômico e físico: crime violento, crime não violento, provisão de saúde, nível de poluição, custo de vida, facilidade de comprar, harmonia racial, acesso às artes, custo do proprietário, provisão em educação, programa de trabalho, nível salarial, nível de desemprego, clima, facilidades para a prática de esporte, tempo de viagens para o trabalho, facilidades de lazer e qualidade da habitação alugada em termos de acesso e custo. Cada um dos 1.200 entrevistados respondeu às questões sobre as 20 variáveis de qualidade de vida de acordo com o grau de importância, sendo influenciados em suas escolhas pelo lugar onde viviam. As variáveis foram classificadas numa escala de 5 a 1, indicando se eram muito ou pouco importantes, e representadas através de uma tabela em ordem decrescente. Assim, o crime violento foi o que teve pontuação mais elevada (3.709), indicando ser o mais importante para avaliar a qualidade de vida. As demais variáveis também pesaram no índice nacional, mas tiveram importância decrescente.

O resultado obtido através deste método indicou que é possível produzir uma lista de variáveis que permita medir a qualidade de vida, mas que não seja meramente um produto da percepção do pesquisador. No método apresentado, a influência do pesquisador restringiu-se à seleção inicial das variáveis a serem analisadas pelo público. Posteriormente, o público se encarregou de fazer a seleção em função da relevância das mesmas.

Observa-se que os indicadores de qualidade de vida utilizados pelo pesquisador foram bastante abrangentes, porém a maioria deles retratava situações encontradas em áreas mais desenvolvidas do mundo. Sendo assim, em se tratando de criar uma lista de variáveis para medir a qualidade de vida, devia-se criar uma para avaliar países desenvolvidos, e outra para

os menos desenvolvidos, já que, nos últimos, muitas das situações já resolvidas nos primeiros ainda estão longe de serem solucionadas.

Abaleron (1986/1987) desenvolveu estudos sobre condicionantes objetivos e percepção da qualidade de vida em determinadas aglomerações urbanas pertencentes à Província de Santa Fé, República Argentina, utilizando, como indicadores da qualidade de vida, o equipamento comunitário e a infra-estrutura de serviços. O estudo teve como objetivos procurar comprovar o grau de associação existente entre determinados condicionantes objetivos e a percepção da qualidade de vida em um território temporal e espacialmente especificado, bem como incorporar a visão subjetiva (percepção) das pessoas sobre o mundo que as envolve e a dimensão espacial nos estudos de qualidade de vida.

Para a realização do trabalho, o autor selecionou, como unidades territoriais de análise, quatro áreas centrais ou cidades de diferentes projeções do ponto de vista populacional e econômico (Rosario, Venado Tuerto, Firmat e Armstrong) e quatro áreas periféricas em relação a estas (Barrio España y Hospitales de Rosario, Barrio Civelli de Venado Tuerto, Vila Fedriksson de Firmat e Barrio Palo Dulce de Armstrong). As unidades de análise foram desagregadas em três níveis: área central e vizinhança ou arrabalde, domicílio e chefe de domicílio. A técnica empregada foi a entrevista com os chefes dos domicílios.

Foram analisadas 39 variáveis, cujo procedimento analítico, para cada unidade, constou de uma fase inferencial, com um programa de correlação simples; uma fase descritiva; e uma fase locacional no território das variáveis consideradas mais relevantes. As variáveis foram classificadas em 4 tipos: de controle (hierarquia urbana, categorizada pelo número de habitantes e densidade da área); independentes (infra-estrutura de serviços); intervenientes (sexo, idade, tempo de residência na habitação, etc.); e dependentes (satisfação com os serviços de educação e saúde, com o trabalho e com a integração com a comunidade).

Os dados foram obtidos de fontes primárias, como levantamento de campo, e de fontes secundárias, como dados estatísticos e cartográficos da Província de Santa Fé. Considerando os resultados obtidos relativamente ao primeiro objetivo, o autor observou que, em algumas áreas, não havia nenhuma relação entre as variáveis de infra-estrutura e equipamentos e a percepção da qualidade de vida, enquanto em outras esta relação se verificava. Quanto ao segundo objetivo (percepção das pessoas sobre o mundo que as envolvia), constatou que, em todas as áreas analisadas, havia associação com as variáveis intervenientes (idade, forma de propriedade da habitação, possibilidade de custear a educação dos filhos). Entretanto, o mesmo não ocorreu quando se tratou das relações entre variáveis intervenientes e variáveis de infra-estrutura e de equipamento.

Cabe destacar que esse pesquisador, embora não seja geógrafo de formação, mas arquiteto, foi um dos que primeiro utilizou em sua metodologia de análise a dimensão espacial, de grande importância para a Geografia nos estudos de qualidade de vida na América Latina. Isto significa que o arquiteto tem, também, uma visão muito apurada do espaço, embora em escala diversa daquela do geógrafo. Outra peculiaridade deste estudo está no fato de o pesquisador utilizar, concomitantemente, as três dimensões da qualidade de vida: a objetiva, a subjetiva e a espacial, o que é raro observar-se nos estudos sobre este tema.

Em outra pesquisa, Abaleron, Acevedo e Paronzini (1996) realizaram suas análises sobre a qualidade de vida em áreas de escassos recursos em alguns bairros de Bariloche (Argentina), usando como indicador a habitação. A pesquisa teve como objetivos: verificar se as habitações possuíam algum tipo de proteção a fim de minimizar os efeitos do clima, e observar a percepção de tais condicionantes por parte de seus habitantes. Na pesquisa, a qualidade de vida foi compreendida como:

el grado de excelencia que una sociedad ofrece en la provisión de bienes y servicios destinados a satisfacer toda la gama de necesidades humanas para todos sus miembros, y el consiguiente nivel de satisfacción individual y grupal según la percepción que se tenga de esa oferta, accesibilidad y uso. (ABALERON, 1991, p. 2, apud ABALERON, ACEVEDO E PARONZINI, 1996, p.55)

A pesquisa foi desenvolvida através de entrevistas, aplicadas a uma amostra representativa da população que habitava determinadas áreas, ou seja: 2/3 da mesma, em 19 bairros da cidade. Foi realizada também uma análise qualitativa, onde foram enfocados 8 casos selecionados de forma intencional, tendo como base as variáveis consideradas mais importantes em relação aos seus efeitos causais e representativos da população investigada.

No estudo, os autores constataram que a maioria das habitações, devido a suas condições precárias, não possuía isolamento contra o frio e o vento, apresentava condições favoráveis à contaminação interna, devido ao combustível e equipamento utilizado, além de apresentar pouca proteção contra a chuva e contra a neve. Tal situação tornava prejudicial a saúde mental e física da população residente nesta área. Quanto à percepção dos efeitos do clima por parte dos habitantes, os autores verificaram que isto adquiria conotação secundária, pois muitos não percebiam os problemas que pudessem advir desta condição.

Farias (1997) desenvolveu estudos sobre a qualidade de vida em cidades intermediárias do Chile – o caso de Chillán – com base na percepção dos habitantes, numa abordagem humanista. O autor partiu do princípio de que a percepção é uma informação que deve ser considerada em um modelo na busca de uma melhor qualidade de vida urbana,

cabendo aos habitantes urbanos perceber, desejar e buscar, pois é dessa forma que se chega ao conhecimento da qualidade de vida.

Para a realização da investigação, a cidade foi dividida em unidades estruturais. A partir delas, foram levantadas informações com a finalidade de interpretar o comportamento dos habitantes através da percepção e integrar a perspectiva subjetiva dos habitantes como variável incidente na qualidade de vida. Para efetuar a pesquisa, foi organizado um instrumento (questionário) apoiado em modelos usados em outros países, como Espanha e USA. A entrevista foi aplicada em 2% dos domicílios de cada unidade estrutural urbana. Constatou-se 7 itens e 12 perguntas, que foram aplicadas à dona-de-casa ou ao chefe da moradia, pessoas maiores de 19 anos e não maiores de 60. As informações obtidas foram submetidas a processamentos computacionais para sua avaliação e ordenamento, levando-se em consideração o nível de satisfação dos habitantes e a preferência espacial e seu nível de apego ao lugar. Estes foram classificados em diferentes níveis: nível superior, médio superior, médio e médio inferior.

A satisfação dos habitantes com sua qualidade de vida situou-se entre os níveis médio e médio superior. Quanto ao nível de apego ao seu setor, a maioria dos habitantes expressou valores variando entre médio superior ou superior. Com relação à preferência espacial dentro da cidade, três setores apresentaram caráter superior, nos demais setores os habitantes não expressaram preferência. Contudo, segundo o autor, a qualidade de vida de Chillán apresentou níveis médio a médio inferior de acordo com as variáveis objetivas e perceptivas que foram contempladas na técnica aplicada. Observe-se que a autora coloca a percepção como uma das condições de melhoria da qualidade de vida urbana, que se concretiza através do exercício da cidadania, da participação e envolvimento da sociedade com os problemas verificados nas cidades.

Mansilla (1997), ao realizar um estudo sobre a diferenciação sócio-espacial em San Miguel de Tucumán, na Argentina, usou como indicador da qualidade de vida a paisagem urbana, entendendo que esta reflete a qualidade de vida dos habitantes, principalmente no que diz respeito a: limpeza, iluminação, material usado nas construções, tamanho das habitações, disponibilidade de áreas verdes, quantidade de serviços básicos disponíveis nas áreas residenciais, além de outros. Na opinião da autora, a presença ou ausência destes elementos indica o nível de satisfação das necessidades básicas das pessoas. O interesse pelo estudo foi oriundo da observação de que os espaços intra-urbanos eram muito diferenciados, tanto do ponto de vista funcional quanto social, como consequência, por um lado, da própria hierarquia e volume de fluxos, e por outro, da diversidade de origem de seus habitantes.

O estudo efetivou-se através de três etapas. Na primeira, foi feito um levantamento de campo, mediante observação da paisagem, que permitiu diferenciar as áreas por sua qualidade de vida. Na segunda, foram utilizadas informações estatísticas sobre a distribuição da população e sobre a quantidade e qualidade dos serviços básicos presentes nas áreas classificadas previamente. Estas informações foram obtidas a partir do Censo Nacional de Población y Vivienda, de 1991. Por último, foi tratado o tema da diferenciação sócio-espacial na cidade, quando foram analisados aspectos relacionados com a qualidade de vida nos diferentes setores residenciais.

Quanto ao uso do solo, foi constatado que havia áreas em que uma função predominava sobre as outras (comercial, residencial, industrial, etc). Quanto à distribuição da população e dos serviços, a cidade apresentou a seguinte hierarquia: o centro e o centro funcional, que se caracterizavam pelo uso comercial, serviços e administração, concentrando cerca de 12% da população, especialmente de classe média; a área de uso misto, com residências e comércio; a periferia; a área de uso agrícola; e a área residencial.

Finalmente, foi analisada a qualidade de vida nos diferentes setores residenciais. Estes se caracterizaram pelas diferenciações de classes sociais, especialmente em direção à periferia. De um modo geral, as pessoas de mais posses ocupavam as melhores áreas, restando aos menos aquinhoados as áreas mais precárias em termos de infra-estrutura e serviços, bem como as áreas de riscos ambientais.

A autora teve a preocupação de espacializar a qualidade de vida dos residentes de San Miguel de Tucumán através da elaboração de um mapa mostrando as áreas cuja qualidade de vida era considerada muito boa, boa, regular ou ruim. Para fazer esta classificação utilizou como critérios o número de pessoas por habitação e os serviços disponíveis à população. No estudo foi verificado que, nas áreas mais pobres, uma série de problemas afetava a qualidade de vida da população, a qual se instalava em áreas inadequadas à urbanização, o que gerava a não satisfação das necessidades básicas (especialmente as da população infantil), a marginalidade e diferentes níveis de degradação ambiental. Eram áreas carentes de espaços verdes, não apresentavam segurança, revelavam a presença de águas contaminadas, inexistência de rede de esgoto, depósitos de lixo a céu aberto, etc. Considerando-se que situações como as encontradas nesta cidade argentina são também verificadas num grande número de cidades de outros países menos desenvolvidos, esta metodologia pode ser aplicada nestes países com o mesmo objetivo. Desta forma, algumas destas variáveis – tais como carência de rede de esgoto e depósitos de lixo a céu aberto – também foram significativas para avaliar a qualidade de vida em pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul.

Kuz (1978) realizou estudos sobre qualidade de vida em centros urbanos em Southern, Manitoba (Canadá). Seu estudo teve como meta definir as condições existentes nestes centros, e, baseando-se nos achados, incentivar a criação de oportunidades de empregos locais, através de investimentos privados ou governamentais, evitando com isto a tendência às migrações para a cidade de Winnipeg, com mais de 1,5 milhões de habitantes, como também para outras cidades. Procurou demonstrar a importância do uso de indicadores tanto objetivos quanto subjetivos para a análise, buscando possíveis relações entre eles. Foram avaliados 77 centros urbanos, com o emprego dos dois grupos de variáveis (objetivas e subjetivas), constatando-se que maior consumo estava linearmente associado com a felicidade, e que este consumo gerava maior satisfação e, talvez, até mesmo uma população mais produtiva. Sua pesquisa comprovou que existiam inter-relações entre indicadores objetivos e subjetivos da qualidade de vida. A satisfação dos primeiros era de fundamental importância para que ocorresse a concretização dos segundos. Em função disso, o autor sugere que, na análise de qualidade de vida, sejam utilizados, concomitantemente, os dois tipos de indicadores.

Para os indicadores objetivos, as variáveis consideradas foram: habitação, educação, abundância, emprego, saúde, lazer, seguridade social e infra-estrutura comunitária. Para os subjetivos, as variáveis foram: envolvimento comunitário, interação e alienação comunitária e liderança comunitária. Em ambos os casos, estas variáveis foram subdivididas em outras, totalizando 34 (21 objetivas e 13 subjetivas). Os dados subjetivos foram obtidos através de uma pesquisa “survey” levada a cabo em 1971. A amostra analisada contemplou 5% do total de casas da região da pesquisa. Os resultados foram apresentados em forma de tabelas e figuras, com análise posterior. Através de uma avaliação geral, constata-se que muitos dos indicadores usados nessa pesquisa – em especial os objetivos, como: educação, saúde, emprego, infra-estrutura – puderam ser utilizados na investigação sobre o Rio Grande do Sul.

A pesquisa de Kuz (1978) mostrou que, quando as administrações municipais têm conhecimento dos problemas e interesse em resolvê-los, sempre encontram uma solução adequada. Atitudes semelhantes a esta deveriam ser seguidas por governos de cidades de países menos desenvolvidos como o Brasil, onde muitas cidades enfrentam problemas parecidos. Exemplo disto tem-se no estado do Rio Grande do Sul, onde muitas pequenas cidades estão perdendo população para cidades maiores. Esta perda de população está vinculada, na maioria das vezes, à falta de empregos e de serviços básicos que atendam as suas demandas. Compete às administrações municipais encontrar uma forma de atrair investimentos com a finalidade de gerar empregos que permitam a permanência das pessoas nestas cidades.

Compartilhando do enfoque de Kuz (1978), tem-se a contribuição de Borsdorf (1999), que, ao desenvolver um estudo de qualidade de vida em cidades Alpinas – Innsbruck e Bregenz –, também destaca a necessidade do uso simultâneo das dimensões objetivas e subjetivas. Na concepção do autor, o uso só de uma ou de outra não é suficiente para analisar a totalidade da questão. Seu estudo teve como objetivo elaborar um conceito de qualidade de vida e, posteriormente, investigar as condições de vida das duas cidades mencionadas, baseando-se nas dimensões objetiva e subjetiva. Para isto apresentou um modelo metodológico muito interessante. No nível objetivo considerou a influência de quatro fatores: ambiente físico (relevo, clima, estética da paisagem e lazer); ecologia social (vizinhança, comunicação, situação de trabalho, vida privada e aceitação); infra-estrutura (qualidade da habitação, necessidade de trabalho, educação, recreação, transporte e comunicação); e distúrbios (ruídos, cheiros, criminalidade, insegurança e incômodo social), os quais foram verificados através de inventário, trabalho de campo e com base em dados cartográficos. No nível subjetivo considerou a percepção que, segundo ele, difere de acordo com a idade, *status* social, gênero, nível educacional, orçamento para o lazer e renda. Isto foi conseguido via enquete, análise empírica e de agrupamento.

Innsbruck e Bregens são cidades montanhosas que se caracterizam por uma gama de problemas climáticos, como: invernos longos, precipitações intensas, mormaço, névoa, vento, neve e fumaça. Neste caso, o pesquisador procurou avaliar o nível de perturbação ocasionado por estes fatores sobre a qualidade de vida da população. Os resultados foram muito variados, pois, enquanto para alguns estes elementos afetavam suas vidas de forma intensa, para outros a intensidade era menor. No caso da infra-estrutura, os habitantes consideraram que tinha ocorrido um declínio na década de 90. Quanto aos distúrbios, os que assumiram maior importância na percepção das pessoas foram: densidade e ruído de tráfego, quantidade e comportamento de turistas, cheiros estranhos, tráfego aéreo e criminalidade.

Figueiredo (2001) empreendeu uma pesquisa sobre população e qualidade de vida urbana em Santa Maria, RS. A qualidade de vida foi entendida como o nível de satisfação de uma sociedade, avaliado quanto aos bens e serviços disponíveis destinados a satisfazer as necessidades humanas, não apenas aquelas ligadas ao consumo, mas também, aquelas relacionadas às aspirações da população. O estudo buscou identificar a qualidade de vida num bairro periférico da cidade de Santa Maria, combinando o uso de indicadores objetivos (renda, educação, saúde, habitação, serviços de infra-estrutura, transportes, questões ambientais) e subjetivos (convivência no bairro, relação dos entrevistados com o centro da cidade e opinião dos entrevistados com relação aos serviços fornecidos pelo poder público municipal).

O trabalho foi efetivado através do uso de dados secundários e primários. Os dados secundários foram obtidos a partir dos Censos Demográficos do IBGE, Cartório de Registro Civil, Brigada Militar, Prefeitura Municipal, etc. Os primários foram alcançados através de pesquisa de campo do tipo “survey”, aplicada em uma amostra de 335 domicílios, da qual se obtiveram dados quantitativos e qualitativos que permitiram traçar um perfil da qualidade de vida dos residentes no bairro. Os dados, uma vez tabulados, foram transformados em tabelas e figuras que posteriormente foram analisadas. Os resultados demonstraram que a qualidade de vida no bairro era bastante heterogênea, podendo, de uma maneira geral, ser caracterizada como má, principalmente quando as variáveis consideradas foram: escolaridade, renda, emprego, condições de infra-estrutura, problemas ambientais, integração com a comunidade e participação em associações de moradores. A pesquisa foi bastante abrangente, uma vez que envolveu um número significativo de indicadores, tanto objetivos quanto subjetivos.

Diante do que foi exposto, pode-se perceber que existem diferentes formas de se avaliar a qualidade de vida. Isto decorre das diferentes variáveis que são consideradas para cada estudo. Assim, pode ocorrer que variáveis que se prestam para analisar a situação da qualidade de vida numa cidade não sejam as ideais para outra. Isto depende muito das características e particularidades de cada uma delas.

A partir da análise efetuada, envolvendo diversos estudos sobre qualidade de vida desenvolvidos por organismos oficiais e por pesquisadores individuais, foi possível constatar que não há ainda uma unidade quanto ao uso dos indicadores utilizados para a mensuração da qualidade de vida. Como se pode perceber, cada pesquisador faz suas próprias escolhas em um contexto muito variado. Isto torna difícil fazer generalizações sobre o tema. Além disto, as variáveis consideradas nas diferentes dimensões da qualidade de vida não são as mesmas para todos os pesquisadores, pois o uso de uma ou outra depende muito da formação do pesquisador e da finalidade da pesquisa, bem como das particularidades de cada área estudada.

Pode-se observar que muitos estudiosos seguem ainda uma orientação tipicamente quantitativa, outros levam em conta elementos qualitativos. Há que se destacar também aqueles que seguem as duas orientações (dimensões quantitativa e qualitativa, ou objetiva e subjetiva), o que se tem verificado muito nos últimos anos. Mais restritamente temos aqueles que acrescentam em suas análises também a dimensão espacial, relevante na perspectiva geográfica. O ideal seria integrar as três dimensões a fim de se obter uma visão mais real e abrangente da qualidade de vida.

Além das especificidades da análise da qualidade de vida nas áreas urbanas e de seus reflexos na definição das variáveis e dos indicadores utilizados, também a questão dos métodos apresenta bastante relevância. No que tange à presente pesquisa, pode-se afirmar que dois métodos a permeiam: o histórico-comparativo e o normativo, com uma abordagem humanista. Tanto o método histórico-comparativo quanto o normativo têm por referência as variáveis avaliadas e seu controle. Por meio do primeiro, analisam-se, a partir de registros contidos em documentos, fatos passados para obter desenhos de situações anteriores, verificando suas influências na sociedade atual. Por meio do segundo, desenvolve-se o acompanhamento dos perfis vigentes e comparações entre as cidades analisadas, examinando-se semelhanças e diferenças, além das possíveis relações entre os fenômenos observados. Quanto à abordagem humanista, considerada interessante para a análise das questões, fundamenta-se em informações obtidas junto aos governos locais e na percepção que eles têm dos principais problemas existentes em algumas das pequenas cidades selecionadas para o estudo.

A escolha dos métodos decorreu de sua verificação na literatura analisada, especialmente naquela envolvendo estudos empíricos. Alguns autores desenvolveram estudos de qualidade de vida cujos métodos são repetidos na presente pesquisa. Dentre eles salientam-se os de Soares, Silva e Abdo (1984); Abaleron (1986/87); Abaleron, Acevedo e Paronzini (1996); Caiado (1997); Farias (1997); Figueiredo (2001) e outros.

Verificou-se que os três primeiros, ao desenvolverem estudos sobre qualidade de vida em favelas do Rio de Janeiro, apoiaram suas análises em aspectos históricos, pois utilizaram dados extraídos do Cadastro das Favelas do Município do Rio de Janeiro, no período compreendido entre 1950 e 1980, além de uma ampla bibliografia sobre o assunto.

Salienta-se que a dimensão histórica foi relevante também para o desenvolvimento da presente pesquisa, uma vez que através da investigação de fatos passados foi possível compreender a configuração atual dos pequenos municípios. Para isto, fez-se uso de registros históricos, como: evolução administrativa do Rio Grande do Sul, documentos da história do estado, censos demográficos do estado de 1970, 1980, 1991 e de 2000. Estes últimos permitiram traçar um perfil do crescimento da população, das variações que ocorreram na estrutura sexo-idade, do crescimento da população idosa, da redução do número de jovens na população, etc.

Abaleron, Acevedo e Paronzini contemplaram igualmente aspectos históricos e normativos em suas análises. Inicialmente, estudaram a qualidade de vida baseados em registros já existentes, utilizando dados estatísticos e cartográficos. Posteriormente, os estudos

foram efetivados através de trabalho de campo, com o uso da técnica de entrevista aplicada aos chefes de domicílios.

Caiado, ao analisar o tema em núcleos urbanos de municípios paulistas, também direcionou seus estudos a aspectos históricos e normativos, estudando o assunto com base em dados estatísticos e através da aplicação de questionário domiciliar. Figueiredo, do mesmo modo, apoiou seus estudos nos métodos histórico comparativo e normativo.

Já Farias, em seus estudos sobre o tema, analisou somente o aspecto normativo. Centrou sua análise na interpretação do comportamento dos habitantes de Chillán, a partir da percepção deles, verificada via entrevista aplicada às donas-de-casa ou aos chefes de domicílio.

Destaque-se que toda a literatura analisada contribuiu, de uma forma ou de outra, para a realização deste estudo; entretanto algumas delas foram mais relevantes, por apresentar maior identidade com os propósitos do estudo desenvolvido. No que se refere à temática das pequenas cidades, os textos mais contributivos para esta pesquisa foram os dos autores: Juanico (1976), Capinere (1988), Menegati (2005), Gomes et al. (2005). Quanto ao tema da qualidade de vida, os mais significativos foram: Kuz (1978), Soares, Silva e Abdo (1984), Almeida (1997), Figueiredo (2001), e Queiroz et al. (2004).

Os autores destas pesquisas adotaram um procedimento semelhante quanto aos indicadores selecionados para analisar a qualidade de vida. Dentre eles merecem ser destacados: saúde, educação, renda, habitação, segurança, infra-estrutura, saneamento básico, meio ambiente, envolvimento comunitário (interação, alienação), relações de vizinhança, percepção da qualidade dos serviços fornecidos, etc.

Pode-se afirmar que a análise da literatura apresentada mostrou a amplitude e a complexidade que envolve esta temática. A pesquisa envolvendo pequenos municípios e pequenas cidades no estado do Rio Grande do Sul tem como referencial teórico muitos dos aspectos destacados na literatura avaliada.

O Rio Grande do Sul é um estado que se caracteriza pela significativa presença de pequenas cidades (atualmente conta com 69,7% delas com até 10.000 habitantes), que também têm apresentado problemas caracterizadores de má qualidade de vida, tanto do ponto de vista objetivo quanto do subjetivo. Muitos deles foram abordados por pesquisadores como: Soares, Silva e Abdo. (1984), Santos (1979), Almeida (1997), Caiado (1977), Azzoni (1999), que desenvolveram estudos empíricos, dando ênfase à dimensão objetiva da qualidade de vida; e Kuz (1978), Abaleron (1996), Borsdorf (1977), Herculano (2000), Figueiredo (2001), que abordaram também a dimensão subjetiva em seus estudos. Convém salientar que esta

última dimensão tem assumido muita importância em estudos desta natureza. Da análise do conjunto de textos, concluiu-se que, para que o estudo da qualidade de vida tenha mais consistência, é necessário combinar ambas as dimensões, agregando também a dimensão espacial.

Desta forma, na presente pesquisa, centrada nos pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul, as variáveis objetivas consideradas, como se verá no Capítulo III, envolveram: demografia, educação, renda, IDHM, PIB, saneamento básico e infraestrutura, além de informações sobre as administrações locais obtidas via questionário. As de natureza subjetiva foram avaliadas, em sua maioria, de forma indireta, através de dados específicos como, por exemplo: percepção dos governos locais sobre os problemas de sua cidade, níveis de participação nas eleições municipais, etc. Não resta qualquer dúvida de que a consideração destas últimas foi indispensável para avaliar as primeiras. Sem elas o conceito de qualidade de vida se tornaria mais impreciso, e a realidade mais difícil de ser detectada, o que impediria que sugestões pudessem ser propostas na direção de mudanças.

Através da análise da literatura, pode-se perceber que a visão de qualidade de vida ainda é fortemente marcada por indicadores quantitativos. Porém, sua avaliação com base em indicadores qualitativos tem crescido bastante nos últimos anos, o que demonstra sua significância. Considerando que as diferentes dimensões deste tema apresentam, cada vez mais, relevância para o estudo da vida urbana, a pesquisa desenvolvida procurou oferecer uma contribuição aplicada através do estudo de pequenas cidades, no estado do Rio Grande do Sul. Há que se destacar, também, a importância da dimensão demográfica para o estudo da qualidade de vida urbana, uma vez que a mortalidade infantil, a morbidade geral ou a mobilidade interurbana, por exemplo, são referenciais importantes não apenas como medidas, mas como unidades que contêm, em si mesmas, os referenciais de qualidade de vida.

Implementar mudanças é uma necessidade que se impõe nas cidades pequenas, tanto quanto nas grandes. Contudo, a constatação de uma forma de marginalidade científica e prática em relação às primeiras serve como um alerta para a necessidade de mudanças nas posições, quer consideremos a academia, quer os governos locais, quer a própria sociedade local.

Com o objetivo de avaliar algumas especificidades do espaço sul-rio-grandense, no capítulo seguinte, efetua-se uma análise da evolução histórica, político-administrativa, econômica e demográfica do mesmo, tendo como foco principal as pequenas cidades, em termos de passado, presente e futuro. No estado, o número dessas cidades é relevante, mas é importante considerar dentre elas aquelas que são mais significativas, bem como suas

mudanças. Esta análise abrangeu também, de forma detalhada, suas evoluções, distribuição espacial, perfis demográficos, formas e funções de economia, dentre outros aspectos. Desta forma, muitas das questões destacadas na literatura avaliada constituíram subsídios importantes para explicar situações que se verificaram em muitas destas pequenas cidades do estado gaúcho.

CAPÍTULO II

OS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL COMO GERADORES DE DIFERENCIAÇÕES INTERNAS

Apesar da crescente preocupação, tanto teórica quanto aplicada, com as questões referentes à qualidade de vida, sabe-se que o assunto está revestido de uma grande complexidade, o que faz dele um tema desafiador. Os desafios estão relacionados aos diferentes aspectos e dimensões que envolvem a temática, seja do ponto de vista objetivo, subjetivo ou espacial. A questão tem sido abordada em diferentes escalas espaciais: da internacional à local. Dentro deste contexto, a municipal tem assumido relevada importância, especialmente no que se refere aos estudos urbanos. Isto é importante para que sejam tomadas medidas visando a reduzir as desigualdades sócio-econômicas que se manifestam em muitas destas áreas.

Os estudos que vêm sendo realizados privilegiam, mais intensamente, as grandes e as médias cidades, deixando de lado as pequenas, como se elas não tivessem significância. Com vistas a preencher esta lacuna, esta categoria de cidades foi eleita o objeto principal desta pesquisa. A partir da análise apresentada no capítulo anterior, com base em uma ampla literatura, foi exposta uma série de questões que envolvem também as pequenas cidades ou municípios. Considerando-se, por exemplo, as contribuições de Shin et al. (1982), Soares, Silva e Abdo (1984), Abaleron (1986/87), Bravo e Vera (1993), Sufian (1993), Paula (1993), Mazetto (1996), Almeida (1997), Caiado (1997), Herculano (2000), Queiroz et al. (2004), pode-se aferir a complexidade e a amplitude dos estudos sobre a qualidade de vida nas cidades, através das mais diversas abordagens.

A pesquisa envolvendo o Rio Grande do Sul possui como referencial teórico muitos dos aspectos identificados e destacados na literatura avaliada. A questão fundamental centra-se na análise de pequenos municípios e pequenas cidades do estado; contudo deve-se atentar no fato de que eles não aparecem isolados no espaço sul-rio-grandense, mas fazem parte de um contexto maior: a totalidade do estado. Neste sentido, tanto sofrem os efeitos das mudanças coletivas que ocorrem em todo o território estadual, derivadas de ações do governo ou de setores privados, como também interferem na totalidade da unidade da federação com suas mudanças ou estagnação. Em razão disso, a caracterização do estado gaúcho assume

relevada importância para explicar as particularidades destas cidades. Pode-se dizer que o estado do Rio Grande do Sul é o que é, em decorrência da dinâmica histórica, política, demográfica e econômica de todas as diferentes unidades municipais que o compõe.

O Rio Grande do Sul é o terceiro estado brasileiro quanto ao número de municípios, com 496, em 2001. Minas Gerais, com 853, e São Paulo, com 645, ocupam respectivamente o primeiro e o segundo lugar. No estado sul-rio-grandense, 61,5% deles possuem população de até 10.000 habitantes, constituindo – como são considerados nesta pesquisa – pequenos municípios, os quais têm como sede pequenas cidades. Como se pode notar, a definição adotada se apóia no tamanho demográfico e não na extensão territorial, já que alguns desses pequenos municípios e/ou cidades têm áreas bem extensas, como, por exemplo, Herval e Cambará do Sul, com áreas de 2.796,3 km² e 1.157,6 km², respectivamente.

Alguns deles apresentam problemas de má qualidade de vida, como: deficiências nas áreas da saúde e da educação, desemprego, baixo nível de renda, carência de infra-estrutura e saneamento básico, além de problemas ambientais. No entanto, nem todos os municípios e cidades pequenas podem ser assim caracterizados. Alguns apresentam aspectos positivos, como, por exemplo, Nova Bassano, que na área da educação possuía, em 2000, uma taxa de analfabetismo de apenas 3,8%. Neste mesmo ano, a expectativa de vida em Victor Graeff era de 75,2 anos e sua taxa de mortalidade infantil, zero. No outro extremo têm-se municípios que apresentam estas características com perfis negativos, como, por exemplo, Braga, que em 2000 registrou uma taxa de analfabetismo de 18,3% e de mortalidade infantil de 31,25‰.

Estudos já efetuados, apresentados no Capítulo I, apontam muitos destes problemas que afetam a qualidade de vida urbana. Como exemplo, podem-se destacar as pesquisas de Soares, Silva e Abdo (1984), Caiado (1997), Queiroz et al. (2004) e Figueiredo (2001), dentre outros. Os primeiros estudaram a qualidade de vida em favelas do Rio de Janeiro com base na infra-estrutura e saneamento básico, e constataram que havia muitas carências.

O segundo empreendeu um estudo comparativo sobre qualidade de vida e dinâmica sócio-espacial em núcleos urbanos de municípios paulistas, à luz de indicadores como: *habitat*, entorno, oferta de serviços de infra-estrutura e equipamentos sociais de uso coletivo. O estudo evidenciou que a oferta destes serviços é maior e melhor nas cidades de maior porte e pior nas de pequeno porte, verificando, nas últimas, uma piora na qualidade de vida da população.

Os terceiros realizaram uma pesquisa sobre qualidade de vida e políticas públicas no município de Feira de Santana, na Bahia. Dentre os objetivos dessa pesquisa estava o levantamento de informações sobre a implementação de políticas públicas nas áreas de

educação, saúde e meio ambiente. Os maiores problemas estavam vinculados ao analfabetismo (20,0% de analfabetos), à carência de esgoto sanitário (carência de 70,0%) e à degradação ambiental.

O quarto, em sua pesquisa sobre qualidade de vida num bairro periférico da cidade de Santa Maria, RS, demonstrou que a população residente se caracterizava pela má qualidade de vida, com carências relacionadas a: educação, renda, emprego, condições de infra-estrutura, questões ambientais, dentre outras. Somam-se a estes problemas outros de natureza variada, que se tornam cada vez mais relevantes, como a falta de integração na vida local e de participação da população na tomada de decisões. Também ocorre a falta de consideração de alguns dos governos locais com as questões ligadas à administração local, às vezes revelando corrupção por parte daqueles que deveriam primar pela melhoria da qualidade de vida da população.

O estado gaúcho apresenta uma diversidade de problemas que podem ser caracterizados tanto por variáveis objetivas quanto subjetivas. São estas as questões que se pretende avaliar nesta pesquisa. Porém, para que elas sejam melhor compreendidas é necessário que se faça antes uma análise abrangente sobre o estado, envolvendo suas transformações históricas e político-administrativas e as mudanças em seu perfil demográfico, em sua dinâmica espacial, em sua economia e em seu significado, tendo como referencial relevante a espacialização destas inter-relações que, para o conjunto, revela significativas diversidades.

Rio Grande do Sul e suas transformações históricas e político-administrativas

Localizado na porção mais meridional do Brasil, o estado do Rio Grande do Sul tem uma área de 282.062 km², que representa 3,32% da superfície do país. Com este número ele é o estado que ocupa a 10^a posição em extensão territorial, com uma população de 10.187.798 habitantes, o que, neste aspecto, coloca-o como o 5^o no conjunto do país, superado apenas pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia. Em 2000, o número de municípios instalados era de 466. Em 2001 houve a instalação de mais 30 que haviam sido

criados em 1996, totalizando assim 496 (Figura 1). Porém, para atingir esta configuração, uma longa caminhada foi percorrida. É isto que se pretende mostrar a seguir.

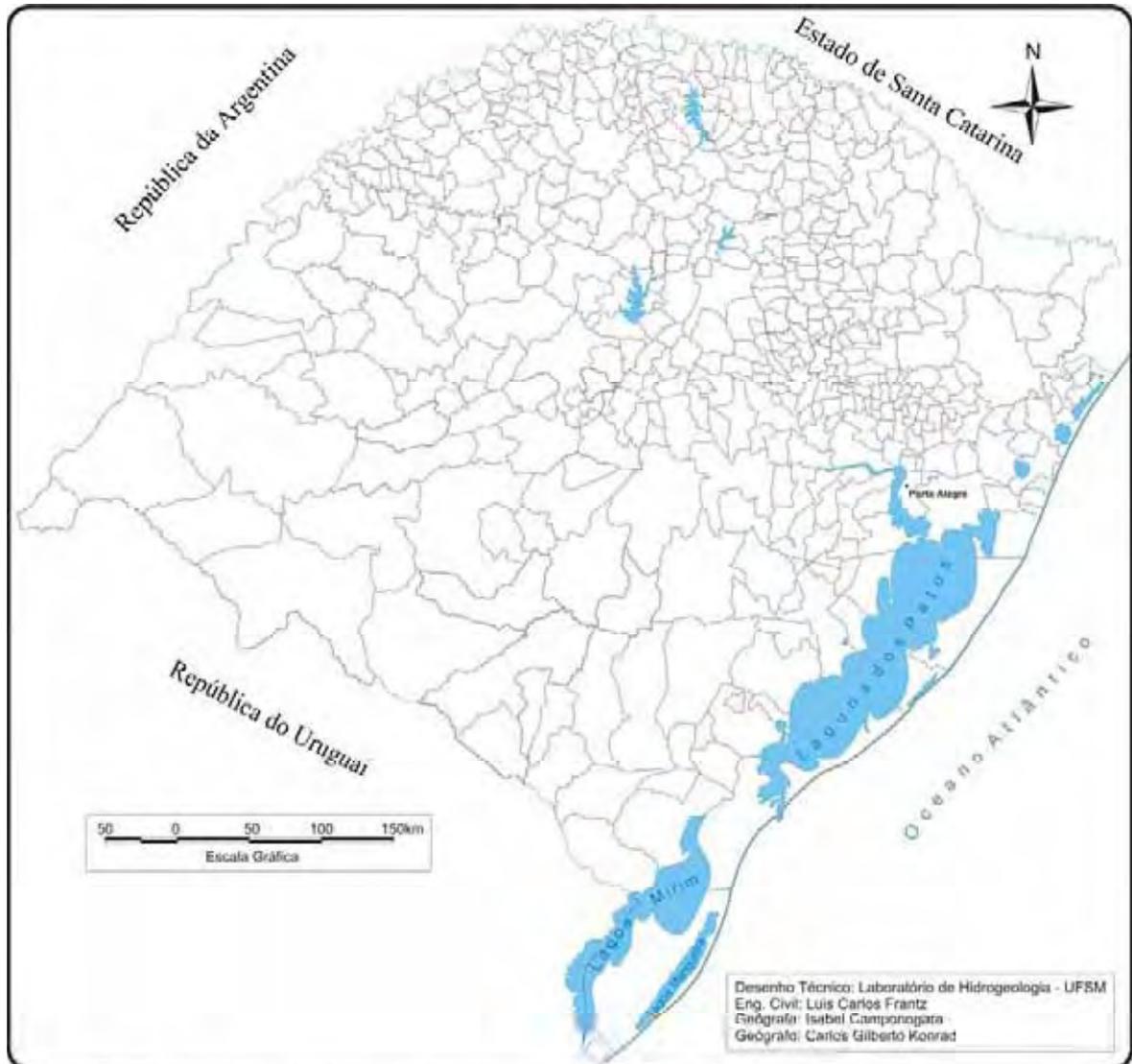


Figura 1 - Divisão política-administrativa do estado do Rio Grande do Sul em 2000.

Fonte: IBGE, 2000.

Para melhor compreender a história do povoamento e do desenvolvimento deste estado, é necessário resgatar algumas informações sobre o processo de ocupação do território brasileiro. O Continente Americano, descoberto por navegadores espanhóis, foi visitado pela primeira vez somente em 1492. Logo após este fato, acordos estabelecidos entre Portugal e Espanha determinaram que apenas parte das atuais terras brasileiras pertenceria a Portugal. Estas terras eram aquelas localizadas a leste do meridiano fixado pelo Tratado de Tordesilhas (1494) e que, por este acordo, correspondiam a apenas 1/3 do território brasileiro. Dentro

deste contexto, as terras que compõem hoje o Rio Grande do Sul não estavam inseridas, pois eram de domínio espanhol (LAZZAROTTO, 1982).

Durante muito tempo esta região não despertou interesse dos espanhóis, uma vez que eles só se interessavam pelas terras americanas onde houvesse ouro e prata. Os portugueses, por sua vez, estavam voltados para o Nordeste, onde plantavam grandes lavouras de cana, visando a produzir açúcar em larga escala destinado a abastecer o mercado europeu. Assim, o gado e as ricas pastagens que havia no Sul não interessavam nem aos espanhóis, nem aos portugueses. Porém, os jesuítas (reduções jesuíticas foram fundadas a partir de 1626) e os bandeirantes tinham interesse por estas terras. Os primeiros vinham para aldear os índios e adestrá-los para o trabalho nas reduções jesuíticas. Já os bandeirantes vinham aprisioná-los, levando-os para serem vendidos como mão-de-obra escrava nas lavouras do nordeste do país, em substituição à do negro. Isto ocorreu no período entre 1580 e 1640, em que os holandeses apoderaram-se daquelas áreas da África fornecedora de mão-de-obra negra (PESAVENTO, 1985).

Por volta de 1640 os jesuítas abandonaram a área e passaram para a outra margem do rio Uruguai. Passados 40 anos, começaram a retornar, organizando a estrutura comunitária dos Sete Povos das Missões. Estes prosperaram, tornando-se importantes centros econômicos voltados à produção de erva-mate, à extração de couro e a atividades criatórias.

Foi somente após 1680 que a Coroa Portuguesa passou a ter interesse pelas terras do Sul do Brasil (de Laguna ao Rio da Prata), por constituírem uma região de comércio com as colônias espanholas. Como forma de garantir a posse destas áreas, os portugueses fundaram a Colônia de Sacramento (hoje território uruguaio), onde estabeleceram relações comerciais vantajosas com os espanhóis. Vendiam açúcar, negros e manufaturas inglesas e recebiam, como forma de pagamento, a prata. Este comércio, entretanto, era considerado contrabando pela Coroa Espanhola, que passou a disputar o domínio desta região com Portugal. Em decorrência destes processos territoriais, as terras do atual estado gaúcho foram submetidas a vários tratados conflituosos entre Portugal e Espanha, como o de Madrid (1750) e o de Santo Ildefonso (1777). Durante um bom tempo, parte das terras gaúchas pertenceu a Portugal e parte à Espanha (missões). No entanto, os portugueses tinham interesse nas terras que pertenciam à Espanha devido à presença das charqueadas. Havia aqui grandes rebanhos de gado, os quais eram atraentes do ponto de vista econômico. Assim a disputa por estas terras continuou.

Após muitas lutas, em 1801, os portugueses conquistaram definitivamente as missões para o Rio Grande do Sul. Com isto, caiu o último reduto espanhol em nossas terras. Em

1807, o Rio Grande do Sul foi elevado a “Capitania Geral de São Pedro”, autônoma, desanexada do Rio de Janeiro, e assim permaneceu até março de 1824 (FEE, 1986), quando passou a ser designado como Província de Rio Grande de São Pedro do Sul. Em 15 de novembro de 1889, com a Proclamação da República, passou à condição de estado do Rio Grande do Sul (FEE, 1986). Evidencia-se assim que, na sua formação, o território gaúcho teve variações nos seus limites, devido aos tratados entre Portugal e Espanha, tendo sido, portanto, alvo de disputas entre estas duas potências da época.

O território que hoje compõe o estado do Rio Grande do Sul passou a existir de forma autônoma a partir de 19 de setembro de 1807. De imediato, a história de seus municípios começou a ser escrita com a provisão de 07 de outubro de 1809, quando se configurou a primeira estrutura administrativa territorial, com a criação dos quatro primeiros municípios: Porto Alegre, Rio Pardo, Rio Grande e Santo Antônio da Patrulha, na época chamados vilas (FEE, 1986). Foi este o ponto de partida para a subdivisão territorial que hoje o estado apresenta. A partir de então, novos municípios foram sendo criados, de forma que, no final do século XIX (1899), existiam 66 municípios e, no início do século XXI, totalizavam 496. A Tabela 7 mostra a evolução municipal no Rio Grande do Sul para o período compreendido entre 1900 e 2000.

Tabela 7 – Evolução histórica do número absoluto e relativo de municípios do estado do Rio Grande do Sul, entre 1900 e 2000

Anos	Número de municípios	Crescimento relativo dos municípios (%)
1900	66	-
1910	67	1,51
1920	72	7,46
1930	80	11,11
1940	88	10,0
1950	92	4,54
1960	152	65,21
1970	232	52,63
1980	232	0
1991	333	43,53
2000	496	48,94

Fonte: Censos do RS – FEE, 1803-1950; 1960-1980; Censos Demográficos do RS – IBGE, 1991 e 2000
Org.: Autora

A análise da Tabela 7 mostra que, no período entre 1900 a 2000, ocorreram várias transformações relativas à divisão territorial do estado, quando o número de municípios passou de 66 para 496. Isto correspondeu, quantitativamente, a um acréscimo de 430 municípios, o que significou uma variação de 653,0%. Do ponto de vista espacial representou

significativa reorganização político-administrativa do estado. Observe-se que, entre 1900 e 1950, a criação de novos municípios foi relativamente pequena, pois surgiram apenas 26. No período compreendido entre 1950 e 1970, 140 novos municípios surgiram e, entre 1970 e 1980, não ocorreram desmembramentos, contando então o estado com 232 municípios.

O grande incremento no número de municípios gaúchos no período que vai de 1950 a 1970 foi facilitado pela Constituição de 1946, conhecida como “Constituição Municipalista”. Nela havia uma grande preocupação em restabelecer a democracia local, bem como em fortalecer as finanças dos municípios, contribuindo, desta forma, com a onda de emancipações que ocorreu não só no estado do Rio Grande do Sul, mas também nos demais estados do país.

Mello (1992, p. 26), ao fazer referência a esta questão, aponta como uma das causas deste intenso processo de emancipações registrado no Brasil a partir da Constituição de 1946 o “sistema de tributos partilhados, o qual favorece sobretudo municípios mais pobres através do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)”. Quando o sistema foi introduzido por aquela Constituição, as cotas eram iguais para todos os municípios. Com isto os governos estaduais estimulavam a criação de novos municípios com o objetivo de atrair mais investimentos do Governo Federal para o estado. Neste contexto o estado do Rio Grande do Sul também se inseriu.

A partir de 1967 se inicia uma nova fase no que tange às normas de criação de novos municípios em todo o Brasil, que passaram a ser regulamentadas pelo Decreto lei Complementar nº 1, de 09 de novembro de 1967, que estabelecia os requisitos mínimos de população e renda pública e a forma de consulta prévia às populações locais para a criação de novos municípios. Conforme este fundamento legal, para a criação de novos municípios, os seguintes critérios deveriam ser considerados: população mínima de 10.000 habitantes ou não inferior a cinco milésimos da existente no estado; eleitorado não inferior a 10,0% daquele do município-mãe; arrecadação, no último exercício, de cinco milésimos da receita estadual de impostos; centro urbano já constituído, com número de casas superior a 200; ser distrito ou subdistrito há mais de quatro anos; e não interromper a continuidade territorial do município de origem. A criação de município só poderia ser feita quadrienalmente, no ano anterior à eleição municipal. O estabelecimento destes critérios contribuiu para limitar o processo emancipatório no Brasil e, por conseqüência, nos estados da federação. Isto justifica o fato de o Rio Grande do Sul, no período de 1970 a 1980, não ter criado nenhum novo município.

Foi somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que significativas modificações foram iniciadas, com a criação de um grande número de municípios (264). Isto representou um aumento de 113,79% em relação àqueles que existiam em 1980. No período

de 1991 a 2000 foram registradas, no estado, 163 emancipações, o que significou um aumento de 50% no número de municípios. Estas mudanças observadas guardam vinculação com a natureza da legislação vigente quanto à criação de municípios em cada período.

Neste sentido, deve-se considerar, em princípio, que o processo de emancipação tem dois lados: o positivo idealmente para a localidade que se emancipa (embora na prática isto nem sempre se confirme); e o negativo para os municípios-mãe que perdem seus territórios. O maior problema para os municípios-mãe está ligado à receita, que se subdivide em termos de transferências constitucionais de verbas estaduais e federais, e na arrecadação própria, via de regra insignificante, especialmente para os pequenos municípios. Em 2004, o IBGE divulgou os resultados de uma pesquisa (Perfil dos Municípios Brasileiros – Finanças Públicas, 1998-2000), mostrando que no estado gaúcho havia 16 pequenos municípios que sobreviviam de repasses da União e do estado. Neles, mais de 95,0% da receita era proveniente das transferências. Isto evidencia uma consequência negativa dos processos de emancipações.

De uma maneira geral, os pequenos municípios, em seu surgimento, possuem uma pequena população. À medida que o tempo passa, alguns vão apresentando expressivo crescimento demográfico, decorrente do crescimento vegetativo ou da existência de algum atrativo econômico, o que pode gerar migrações, como se observa nos municípios de Arroio do Sal (turismo) e Roca Sales (industrialização). Por outro lado, existem aqueles que estabilizam o crescimento demográfico, ou até mesmo o reduzem. A Tabela 8, com base nestes comportamentos, mostra a situação demográfica de alguns municípios logo após a emancipação e o que se passou depois de decorridas algumas décadas ou alguns anos.

Tabela 8 – Total de população registrada em alguns municípios no censo pós-criação e em 2000

Municípios e ano de emancipação	População						Crescimento relativo no período
	1950	1960	1970	1980	1991	2000	
Marcelino Ramos (1944)	24.888					6.108	- 75,45%
Porto Lucena (1955)		10.928				6.398	- 41,45
Selbach (1964)			4.509			4.861	7,80
Pejuçara (1965)			3.431			4.189	22,09
Miraguaí (1965)			8.400			5.035	- 40,05
Nova Hartz (1987)					10.013	15.071	50,51
Arroio do Sal (1988)					3.031	5.273	73,97
Dezesseis de Novembro (1988)					3.978	3.444	- 13,42

Fonte: FEE, 1950, 1960 e 1970; IBGE, Censos demográficos do Rio Grande do Sul, 1980, 1991 e 2000.

Org.: Autora

Os dados registrados na tabela mostram o tamanho da população de alguns municípios no primeiro censo pós-emancipação. Um caso que chama muita atenção é o do município de Marcelino Ramos, que surgiu com uma população bastante significativa, mas que, passados 50 anos, foi reduzida em cerca de quatro vezes. A explicação para este fato está vinculada, principalmente, a dois processos: o de partilha territorial e o migratório. Quanto ao primeiro, a partir dele ocorreu a criação de dois novos municípios: Viadutos, criado em 1959, e Severiano de Almeida, em 1963. Como consequência disto houve perda de população. No que diz respeito ao segundo, a emigração neste período teve papel relevante.

No outro extremo, aparece Arroio do Sal, que se originou com uma população pequena, mas que vem apresentando um grande ritmo de crescimento. Isto se justifica pelo fato de ser um município turístico (litorâneo), o que dinamizou a sua economia e, conseqüentemente, a população. Já o grande incremento da população em Nova Hartz deveu-se a sua proximidade da região metropolitana de Porto Alegre.

Uma outra situação é a daqueles municípios que surgem pequenos e que se tornam ainda menores pela perda de população, como é o caso de Dezesseis de Novembro e de muitos outros no estado. Isto decorre, na maioria das vezes, da fragilidade de suas economias, pela inexistência de empreendimentos ou de receitas provenientes da arrecadação de tributos. A questão que se coloca é: até que ponto se torna válida a criação de municípios de pequena dimensão populacional e com economias inexpressivas? Por outro lado, devem-se considerar aqueles desmembramentos cujos resultados produzem alterações relativamente pequenas, como é o caso de Selbach.

Conforme dados do IBGE (2004), os municípios com até 10.000 habitantes cresceram em quantidade em até 362%, entre 1980 e 2000. Os dados revelam também que, em 1980, existiam, no estado, 65 municípios nesta categoria. Hoje são 305, número considerado acima da média. Esta situação pode ser explicada pelas facilidades que a Constituição Federal de 1988 conferiu aos estados no que tange a emancipações de distritos. Através dela foi delegado aos estados a competência para o estabelecimento de critérios mínimos para a criação de novos municípios em seus territórios.

No caso do estado do Rio Grande do Sul, estes critérios foram estabelecidos através da Lei Complementar nº 9.070, de 02 de maio de 1990. Dentre os novos requisitos necessários para criação de municípios, destacavam-se: população estimada não inferior a 5.000 habitantes; número de eleitores não inferior a 1.800; mínimo de 150 casas ou prédios em núcleo urbano já constituído, ou 250 casas ou prédios, no conjunto de núcleos urbanos situados na área emancipada; condições reais de desenvolvimento, a serem avaliadas pela

Assembléia Legislativa – como, por exemplo: padrão de crescimento demográfico da área emancipada nas duas últimas décadas intercensitárias; existência, além de escola de 1º grau, de, no mínimo, um equipamento público (abastecimento de água, sistema de esgoto sanitário, rede de iluminação pública, posto de saúde, posto policial, civil ou militar); análise da receita tributária da área emancipada, dentre outros.

Conforme Bremaeker (1991), entre 1980 e 1990, dos 500 novos municípios instalados no Brasil, cerca de metade (49,4%) se estabeleceu no ano de 1989. O estado do Rio Grande do Sul foi o que mais contribuiu para este processo, com a criação de 90 municípios, seguido de Goiás, com 27, Ceará, com 26, e pelos estados do Pará e Tocantins, com 18 municípios cada um. Ainda conforme o autor, do ponto de vista regional, as regiões que apresentaram maior número de municípios instalados foram: a Sul, com 154, e a Nordeste, com 134. Observa-se, assim, o peso do estado sul-rio-grandense na questão das emancipações.

As últimas emancipações no estado ocorreram em 1995, quando foram criados 70 novos municípios. Destes, 40 foram instalados em 1997, e 30 em 2001. Tem-se aqui uma pausa nas emancipações em função da promulgação, pelo Congresso Nacional, da Emenda Constitucional nº 15, de 12 de dezembro de 1996, que deu uma nova redação ao parágrafo 4º do artigo 18 da Constituição Federal, adotando novos parâmetros que restringiram as emancipações. O parágrafo 4º traz três orientações básicas para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. São elas: 1ª) far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal; 2ª) dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, não apenas aos interessados; e 3ª) far-se-ão após a divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados e publicados na forma da Lei, como um requisito à autorização do plebiscito.

Estas medidas vieram disciplinar o processo emancipatório no território brasileiro. Como consequência, a partir da aprovação desta emenda foi criado um número muito reduzido de municípios. No caso do Rio Grande do Sul, nenhum município foi criado a partir de então.

Pode-se ver que, nos dois últimos períodos intercensitários, ou seja, 1980-1991 e 1991-2000, o Rio Grande do Sul passou por um processo de fragmentação de seu território em função das constantes emancipações, observando-se, em muitos destes novos municípios, uma população urbana bastante reduzida. Como exemplo disto, podem-se mencionar alguns municípios do estado que apresentavam esta situação em 2000: São José do Herval (emancipado em 1988), com uma população total de 2.530 habitantes, sendo a urbana de 730 habitantes; São Martinho da Serra (1992), com população total de 3.247 habitantes, e urbana

de 780; e Santa Margarida do Sul (1996), cuja população total era de 2.176, e a urbana de 21 habitantes.

A indagação que se coloca com esta situação é: como um município com população urbana tão reduzida poderá gerar recursos suficientes para se manter? Sabe-se que uma das principais fontes de arrecadação dos municípios é o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) e, nestes, ele é bastante insignificante. Além disto, os demais impostos que revertem para os municípios são, na maioria, de natureza urbana, dependendo, em certa medida, do tamanho demográfico. Assim, a maioria das pequenas cidades, para se manter, depende quase que totalmente dos recursos provenientes do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Porém, como o critério atual para a sua distribuição está vinculado ao tamanho demográfico, os municípios que têm pequenas populações acabam sendo penalizados, recebendo valores menores do que aqueles que têm uma população maior.

Nas Tabelas 9 e 10 pode-se observar o número bastante expressivo de pequenos municípios e de pequenas cidades que o estado comporta. Comparando-se os dados do censo de 1980 com aqueles de 2000, verifica-se que muitas delas, ao invés de apresentar crescimento, estão reduzindo seus totais de população. Além disto, muitas estão com suas economias estagnadas. Se a economia encontra-se estagnada é natural, também, que os serviços colocados ao alcance da população sejam ineficientes, o que contribui para deteriorar a qualidade de vida de seus habitantes.

Desta forma, pode-se perceber que problemas de qualidade de vida não são características exclusivas de populações que vivem em médias e grandes cidades. As populações que habitam em pequenas cidades também enfrentam esta situação. Especialmente, quando se analisam as condições de infra-estrutura, saúde, educação, nível de renda, de emprego, acesso a informações, etc. Alguns exemplos que seguem ilustram esta situação.

No que se refere à educação, existe no estado um número significativo de pequenos municípios que em 2000 (IBGE) ainda possuíam altas taxas de analfabetismo – como, por exemplo: Benjamin Constant do Sul, com taxas de 18,0%; Lagoão, com 20,8%; São José do Herval, com 21,4% – enquanto a média do estado era de 6,1%. No que tange à coleta de lixo em domicílios particulares permanentes, a situação é ainda mais problemática, pois num grande número de pequenos municípios a coleta abrange menos de 40,0% do total. Em Benjamin Constant do Sul, por exemplo, em 2000, apenas 12,5% dos domicílios eram atendidos com coleta de lixo. Em Lagoão eram 20,8%. Com relação ao abastecimento de água ligada à rede geral, o percentual de usuários também é pequeno. Nesse mesmo ano, em

Benjamim Constant do Sul apenas 0,79% dos domicílios encontravam-se ligados à rede geral. Em Lagoão, eram 25,0% os domicílios atendidos.

Outra questão que se coloca para estas cidades é a falta de uma sociedade organizada para se opor a situações desfavoráveis. Por outro lado, quando a análise focaliza as questões ambientais e de segurança, bem como as relações com a vizinhança, os dados apresentam valores positivos superiores àqueles das cidades médias e grandes. São estas diferenciações que envolvem a qualidade de vida urbana que se procurou evidenciar nesta pesquisa.

As Tabelas 9 e 10 mostram o aumento do número de municípios e de cidades no estado, segundo as classes de população. Os valores registrados nestas tabelas mostram a distribuição diferenciada dos municípios e das cidades no estado em 1980 e 2000, segundo as classes de tamanho e suas respectivas populações. Um fato que chama a atenção é que em 1980 havia 65 municípios com população inferior a 10.000 habitantes, o equivalente a mais de 28,0% do total, que era de 232. Em 2000 este número atinge 305, representando mais de 60,0% do total dos municípios. É importante destacar que em 1980, dos 65 municípios com até 10.000 habitantes, apenas cinco mudaram para uma categoria superior, permanecendo na mesma os demais. Isto significa que entre 1980 e 2000 foram acrescentados 235 novos e pequenos municípios no estado, resultado das facilidades concedidas pela Constituição Federal de 1988 no que concernia à criação de municípios pelo estado.

Tabela 9 – Distribuição e número dos municípios gaúchos, segundo as classes de população em 1980 e 2000, seus valores relativos e aqueles referentes às mudanças

Classe de população	1980				2000				Mudanças (1980-2000)	
	Nº munic.	%	Pop. total	%	Nº munic.	%	Pop. total	%	Nº munic.	Pop. total
Até 10.000	65	28,44	377.595	4,85	305	65,45	844.140	8,28	369,23	123,55
10.001 a 20.000	75	31,90	994.354	12,79	70	15,02	871.768	8,55	-6,66	-12,33
20.001 a 50.000	54	23,27	1.642.100	21,12	50	10,72	1.455.586	14,28	-7,40	-11,35
50.001 a 100.000	27	11,63	1.844.428	23,72	24	5,15	1.675.752	16,44	11,11	-9,14
100.001 a 200.000	07	3,01	910.583	11,71	09	1,93	1.208.603	11,86	28,67	32,72
200.001 a 400.000	03	1,30	700.964	9,01	07	1,50	1.929.532	18,93	133,35	175,26
Mais de 400.000	01	0,43	1.125.477	14,77	01	0,21	1.360.590	13,35	-	20,89
Total	232	100	7.773.837	100	466	100	10.187.798	100	100,86	30,05

Fonte: IBGE, Censos demográficos do Rio Grande do Sul, 1980, 2000.

Org.: Autora

Tabela 10 – Distribuição das cidades do Rio Grande do Sul, segundo as classes de população urbana, e suas mudanças entre 1980 e 2000

Classe de população	1980				2000				Mudanças (1980-2000)	
	Nº cidade	%	Pop. urbana	%	Nº cidade	%	Pop. urbana	%	Nº cidades	Pop. total
Até 10.000	149	64,22	546.639	10,41	346	74,24	838.375	10,08	132,21	53,37
10.001 a 20.000	37	15,94	534.714	10,18	50	10,73	729.653	8,77	35,13	36,45
20.001 a 50.000	23	9,91	791.635	15,07	37	7,94	1.027.622	12,35	60,86	29,81
50.001 a 100.000	14	6,03	1.004.567	19,13	20	4,29	1.411.102	16,96	42,85	40,46
100.001 a 200.000	05	2,15	637.004	12,13	07	1,50	1.067.147	12,83	40,0	67,52
200.001 a 400.000	03	1,3	620.125	11,81	07	1,50	1.827.006	22,45	133,0	194,62
Mais de 400.000	01	0,43	1.114.867	21,23	0,1	0,21	1.320.739	15,87	-	18,43
Total	232	100	5.250.940	100	466	100	8.317.984	100	100,86	58,41

Fonte: IBGE, Censos Demográficos do Rio Grande do Sul, 1980, 2000.

Org.: Autora

No que se refere às mudanças registradas, a comparação entre as duas tabelas permite verificar que as mais significativas ocorreram naqueles municípios cujas classes de população era de até 10.000 habitantes e naqueles entre 200.001 e 400.000, tendo sido estes também que registraram o maior incremento demográfico relativo. No caso das cidades, verificou-se incremento em todas as classes, sendo este maior naquelas com até 10.000 habitantes e naquelas entre 200.001 a 400.000 habitantes. Porém o maior aumento demográfico relativo foi registrado nas categorias de 200.001 a 400.000 e na de 100.001 a 200.000. Observou-se ainda que, enquanto nos municípios registraram-se taxas negativas em algumas classes, nas cidades, todas elas apresentaram-se positivas, o que demonstra que as cidades, independente do tamanho do município e do seu próprio, continuam a crescer.

Destaque-se que estes municípios assumem, no conjunto, dois tipos de significados. Primeiro, quanto à área em km² que ocupam, o que se tem constatado é a redução de suas áreas em decorrência da partilha territorial, visto que em 1980 a área média dos municípios gaúchos era de 1.215,78 km², e em 2000 passou para 567,53 km² (Tabela 11). Segundo, quanto aos seus tamanhos demográficos, observa-se que a participação da população nestes pequenos municípios é pouco expressiva, pois, em 1980, correspondia a apenas 4,8% do total da população do estado, e representava apenas 1,6% de sua população urbana. No entanto, no período entre 1980 e 2000, apresentou crescimento, pois passou a representar 8,3% da população total e 4,2% da urbana. Este crescimento se deve, principalmente, ao incremento que ocorreu no número de municípios no período considerado. Assim, embora os pequenos

municípios contribuíam com mais de 60,0% do total de municípios do estado, têm uma participação pouco significativa com relação ao total da população.

Por outro lado, quando se consideram os municípios com mais de 100.000 habitantes, nota-se que em 1980 eles eram em número de 9 e abrigavam 35,2% da população total. Destes municípios, quatro tinham mais de 200.000 habitantes: Porto Alegre, Canoas, Pelotas e Caxias do Sul. O mais populoso era Porto Alegre, com 1.125.477 habitantes. Em 2000 existiam 17 municípios no estado com população superior a 100.000 habitantes que concentravam 44,2% da população total, o que indicava a má distribuição populacional, pois em apenas 17 municípios viviam quase 50,0% da população do estado. Porto Alegre continuava sendo o maior núcleo populacional, com 1.360.590 habitantes em 2000. Em seguida situavam-se seis municípios com população superior a 200.000 habitantes – Caxias do Sul, Pelotas, Canoas, Santa Maria, Novo Hamburgo, Gravataí e Viamão, e dez com mais de 100.000 habitantes.

Já as cidades com menos de 10.000 habitantes – que são a maioria – em 1980, representavam 64,2% do total, e abrigavam 10,4% da população urbana do estado. Em 2000 elas passaram a corresponder a mais de 70,0%, mas ainda assim abrigavam apenas 10,1% do total da população urbana. De uma maneira geral, pode-se dizer que, no período considerado, houve um aumento bastante expressivo, tanto no número de municípios quanto no número de cidades com esta dimensão populacional. Porém o mesmo não ocorreu com a dimensão demográfica, principalmente quando se trata da população urbana, que apresentou um pequeno decréscimo (-1,94%), mesmo tendo ocorrido aumento do número de cidades. O esvaziamento verificado nesta categoria de cidades decorre, em grande medida, do processo migratório.

Na extremidade oposta, têm-se as cidades com mais de 100.000 habitantes. Em 1980 elas eram em número de nove e concentravam 45,2% da população urbana estadual. Em 2000, atingiram o número de 15, somando 50,2% da população, o que indica que não houve um incremento muito significativo nestes 20 anos (9,5%). Mesmo assim, é neste pequeno número de cidades que se concentram quase 50,2% da população urbana do estado.

Outra questão relevante quando se analisa o tamanho dos municípios é o da sua dimensão territorial. Como já foi referido, o Rio Grande do Sul possui uma área de 282.062,0 km², sobre a qual se distribuem, atualmente (2006), 496 unidades político-administrativas de tamanhos muito diferenciados. Assim, encontram-se no estado municípios cujos tamanhos variam desde 27,6 km² (Esteio, na região de Porto Alegre) até 7.808,8 km² (Alegrete, na região da Campanha). Estas variações mostram que a partilha territorial tem sido muito

irregular. De uma forma geral esta irregularidade decorre da existência ou não de distritos em condições de se tornar municípios. No caso da região da Campanha a escassez populacional se constitui num fator relevante para que não ocorra a formação de novos municípios. A Tabela 11 mostra a área média dos municípios gaúchos no período de 1950 a 2000.

Tabela 11 – Área média dos municípios gaúchos no período de 1950 a 2000

Anos	Nº de municípios	Área média em Km ²
1950	92	3.065,89
1960	152	1.855,67
1970	232	1.215,78
1980	232	1.215,78
1991	333	847,03
2000	496	567,53

Fonte: IBGE, Divisão Territorial do Brasil, 1997; Resolução da FIBGE nº 24, de 25.07.1997; e Censo demográfico, 2000.

Org.: Autora

Avaliando-se estes dados, pode-se perceber que a área média dos municípios gaúchos vem diminuindo gradativamente, como consequência do acelerado processo de fragmentação do território. No período entre 1950 e 2000, o tamanho médio dos municípios diminuiu em cerca de 5,4 vezes. Em 1991 apenas 18,2% dos municípios do estado estavam acima da média, e 82,7%, abaixo. Em 2000, 19,3% encontravam-se acima da média, e 80,7%, abaixo. Em 2000 houve um pequeno aumento proporcional dos municípios que se encontravam acima da média, mas isto se deveu à área média, que naquele ano foi reduzida devido ao grande número de municípios criados no período de 1991 a 2000. Convém ressaltar que a grande maioria dos municípios que estão acima da média localizam-se no centro-sul e no sudoeste do estado, enquanto a maioria daqueles que estão abaixo da média situam-se no norte e nordeste. Isto é um indicador de que os últimos foram mais submetidos à partilha territorial, o que guarda relação, pelo menos em parte, com os diferenciais de desenvolvimento econômico do estado.

É interessante também destacar que, no Rio Grande do Sul, nas últimas duas décadas, as subdivisões municipais envolveram 70,0% dos municípios existentes no início da década de 1980. Destaque-se que, em 1980, a área média dos municípios do estado com até 10.000 habitantes era de 434,62 km². Em 2000, com o aumento do número desses municípios, este valor reduziu-se para 317,30. Isto implicou também em diminuição da densidade demográfica para estes municípios, que passaram de 13,16 hab./km² em 1980 para 8,72 hab./km² em 2000.

Deve-se considerar que a partilha implica na perda não só de território, mas também de população, de atividades econômicas e de recursos naturais. Isto, muitas vezes, dificulta o desenvolvimento sócio-econômico dos municípios, que podem não dispor dos recursos necessários para as suas atividades básicas. Ao mesmo tempo, para o governo estadual, passa a ocorrer uma pulverização nas relações entre os governos locais e o central. Estas mudanças, como já mencionado, guardam relações com a dinâmica econômica em diferentes momentos e períodos.

Evolução econômica do estado do Rio Grande do Sul

O território que hoje compõe o estado teve a pecuária como a sua primeira atividade econômica. O gado foi introduzido pelos jesuítas nas reduções em 1634, antes das investidas dos bandeirantes na busca de mão-de-obra indígena. Quando os jesuítas, juntamente com os índios, abandonaram o local (sudeste do RS) e estabeleceram-se na margem direita do rio Uruguai, deixaram o gado, que – criado solto – tornou-se bravo. Com o passar do tempo seu número multiplicou-se, formando imensas reservas que ocuparam uma área que ficou conhecida com o nome de Vacaria do Mar. Os portugueses ficaram sabendo da existência dessas reservas e iniciaram a sua exploração e comercialização. O “gado xucro” era caçado e dele era extraído o couro, que era exportado para a Europa via Buenos Aires ou Sacramento (reduto dos portugueses). A carne, por sua vez, não tinha importância econômica, sendo apenas utilizada, em parte, para a subsistência, na ocasião do abate; o restante era deixado a apodrecer no local. Esta atividade, considerada predatória devido ao abate indiscriminado, foi detectada pelos padres jesuítas, os quais, a serviço da Coroa Espanhola, desde 1682, haviam começado a retornar ao Rio Grande do Sul, fundando os Sete Povos (noroeste do RS). Novamente aqui estabelecidos realizaram a preação do “gado xucro”, separando parte do rebanho e levando-o para o nordeste do estado. Formou-se, assim, uma nova reserva de gado, que recebeu o nome de Vacaria dos Pinhais ou Campos de Vacaria. É nesta fase que surgem, junto às reduções, as estâncias para a criação do gado (PESAVENTO, 1985).

Nos Sete Povos inicia-se então a diversificação da economia, pois além da exportação de couro e da produção de erva-mate, os índios cultivavam a terra e realizavam trabalhos de fiação, tecelagem, metalurgia, etc. Estas atividades contribuíram para melhorar a qualidade de

vida dos jesuítas e dos índios que viviam na região. Entretanto, com o Tratado de Madrid entre Portugal e Espanha, assinado em 1750, a Colônia do Sacramento ficava com os espanhóis e os Sete Povos das Missões com os portugueses. Conseqüentemente, os jesuítas e os índios teriam que deixar os Sete Povos e se dirigir para a outra margem do rio Uruguai. Os índios não aceitaram esta determinação, o que deu início às Guerras Guaraníticas. Em 1756, eles foram derrotados, deixando para trás os Sete Povos. Em 1768 os jesuítas que defendiam os índios foram expulsos da área, e os Sete Povos entraram em decadência (MOREIRA, 2000).

O final do século XVII e início do XVIII se constitui num marco importante para a integração econômica do território gaúcho com o restante do Brasil, face à descoberta da mineração nas Gerais e à necessidade de gado para abastecer aquelas zonas. Como no Rio Grande havia imensas reservas de gado, paulistas e lagunistas (oriundos da região de Laguna, no litoral catarinense) começaram a deslocar-se para o sul com o objetivo de aprisionar “gado xucro” para abastecer as zonas de mineração. Surge, assim, a figura do tropeiro. Este fato contribuiu para que fossem abertas estradas, facilitando este transporte e, conseqüentemente, a integração do território. Observa-se que, até então, as terras sul-rio-grandenses não tinham dono. Foi somente por volta da terceira década do século XVIII que se iniciou o processo de distribuição de sesmarias, definindo-se a posse da terra e do gado, com o estabelecimento de estâncias. “A Coroa distribuiu terras aos tropeiros que se sedentarizaram ou aos militares que deram baixa e se afazendaram” (PESAVENTO, 1985, p. 15). Diferentemente do que ocorria no Nordeste, onde as sesmarias eram doadas a quem tivesse capital, no Sul eram doadas como retribuição aos serviços militares prestados.

Conforme Magnoli, Oliveira e Menegotto (2001), com a decadência do ciclo da mineração, no final do século XVIII, houve uma redução na procura de animais para corte e transporte. Mesmo assim, a economia sulina não entrou em decadência, uma vez que dois novos produtos surgiram e se destinavam, também, ao suprimento do mercado interno brasileiro: o charque (1ª indústria gaúcha) e o trigo, este último produzido pelos açorianos que aqui chegaram em meados do século XVIII com o fim de povoar as Missões. Como ficaram vinte anos sem receber as terras prometidas, espalharam-se de forma irregular pelo território gaúcho. Desta forma, teve início o processo de colonização das terras gaúchas e o surgimento de uma atividade econômica inicialmente voltada para a subsistência e, posteriormente, para a exportação. Contudo era a pecuária que continuava a assumir maior importância no contexto econômico.

Durante este período, a colonização portuguesa nas terras do sul esteve centrada na criação de gado em grandes latifúndios e apoiada na mão-de-obra escrava. Porém, no início do século XIX, o governo imperial se propôs a ocupar as terras do Sul de uma maneira diferente da até então praticada, priorizando, a partir dali, o cultivo da terra. Para que seu objetivo fosse alcançado, incentivou novamente a imigração, através de propaganda em alguns países da Europa, com o fim de atrair agricultores. Em 1824 chegaram as primeiras levas de alemães, que se estabeleceram em áreas dos vales dos rios Jacuí, Caí, Taquari e dos Sinos, até a área da Serra Geral. Nestas áreas os imigrantes recebiam lotes de terra que variavam de 25 a 77 hectares, predominando os primeiros. Foi a partir deste tipo de colonização que se originou a pequena propriedade agrícola no Rio Grande do Sul (o minifúndio). Também se deve a ela a introdução no estado da policultura, que garantia a produção de alimentos. Além disso, os colonos dedicaram-se também ao comércio.

Na segunda metade do século XIX (1875), foi a vez dos imigrantes italianos chegarem ao Rio Grande do Sul. Estes novos imigrantes ocuparam a parte superior da encosta e a borda do planalto, onde receberam lotes de 25 hectares. Aí fundaram Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Veranópolis e Nova Prata, todas elas hoje localizadas nas áreas mais desenvolvidas do estado. Também desenvolveram a policultura, com ênfase na plantação de milho e uva, mas cultivavam também outros produtos, como o feijão, hortaliças, batata, etc. A eles se deve a introdução da uva e o fabrico do vinho no Rio Grande do Sul, hoje famosos em todo o Brasil (MOREIRA, 2000).

Apesar da indústria do charque ter sido a primeira do estado, não foi a pecuária, mas sim a comercialização dos gêneros agrícolas produzidos pelos imigrantes alemães e italianos que gerou, mais tarde, o capital necessário para o desenvolvimento da atividade industrial. Destaque-se que, entre os agricultores, vieram também alguns artesãos, que instalaram pequenas oficinas, como tecelagens, serralherias, marcenarias, curtumes, etc. Como conseguiam mercado para seus produtos, muitas oficinas cresceram. Com o decorrer do tempo, elas se transformaram em indústrias mecânicas, têxteis, calçadistas, moveleiras, etc. Disto depreende-se que, à medida que transcorria o tempo, a economia gaúcha se ampliava, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida da população.

No final do século XIX e início do XX, outros grupos de imigrantes vieram para o Rio Grande do Sul, porém eram menos numerosos do que os anteriores. Dentre eles destacaram-se: poloneses, russos, suecos, turcos, japoneses, etc., que se dispersaram pelo território gaúcho.

Pelo exposto, observa-se que a economia sul-rio-grandense foi progressivamente se modificando, uma vez que cada povo que chegou ao estado contribuiu com uma parcela para que essa economia não só se desenvolvesse, mas se diversificasse. Os imigrantes europeus deram uma grande contribuição, não só do ponto de vista econômico, mas também dos costumes e valores culturais colocados em prática, os quais ajudaram a conduzir o avanço nas condições de vida da população gaúcha. Conforme Moreira (2000, p. 45), como exemplo pode-se destacar: “uma dieta alimentar diversificada proporcionada pela prática da policultura colonial associada com a criação de animais”, o que permitiu que se consumissem produtos agrícolas, carne, leite, frutas e hortaliças; e “a preocupação com a educação e a cultura que culminou com o desenvolvimento do ensino e o comprometimento com o estudo”. Na opinião deste autor, estes fatores tiveram um peso significativo na explicação do fato de a população sul-rio-grandense apresentar um nível de vida superior à média da população brasileira. Esta situação se manifesta através de diversos indicadores, como, por exemplo: expectativa de vida ao nascer, mortalidade infantil, índice de analfabetismo, renda *per capita*, dentre outros.

Os dados que seguem comprovam o que foi afirmado anteriormente. Enquanto em 2003 a expectativa de vida da população brasileira era cerca de 71,0 anos, no Rio Grande do Sul era de 73,4 – com destaque para os municípios Carlos Barbosa (77,7 anos) e Nova Prata (77,3 anos), considerados os detentores de maior expectativa de vida do país. Enquanto a mortalidade infantil no país era de 25,1‰, no estado era de 15,9‰. Ocorre o mesmo com o índice de analfabetismo, que no Brasil, em 2000, era de 13,6%, enquanto no estado gaúcho era de 6,7%.

A análise do Relatório do Desenvolvimento Humano, publicado pela ONU e pelo IPEA, tem mostrado que o Rio Grande do Sul se destaca como um dos estados brasileiros que apresenta melhor IDH. Esta medida, que varia de 0 a 1, é resultado da combinação de três variáveis: educação, renda e longevidade. Em 2000, o IDH do Rio Grande do Sul, no que se refere a estes três conjuntos, foi respectivamente de: 0,904; 0,754; e 0,785. No mesmo ano, para o Brasil, eles foram respectivamente de: 0,849; 0,723; e 0,727. No entanto, nem todo o estado pode ser assim caracterizado, pois existem grandes diferenças sociais e econômicas que se expressam, especialmente, em seu interior. Estas diferenciações internas culminaram no surgimento de regiões. Mesmo assim, o relatório mostrou que no estado gaúcho nenhum município apresentou índice inferior a 0,600, o que indicou que eles se enquadravam dentro dos valores de médio e alto desenvolvimento humano.

Do ponto de vista econômico, Heidrich (2000) propõe, para o Rio Grande do Sul, a existência de três grandes regiões: norte, baseada na agricultura; sul, na atividade pastoril; e

nordeste, na indústria (Figura 2). Cada uma delas tem características próprias que decorrem do processo histórico de sua ocupação e da formação de sua economia. Segundo o autor, elas diferem entre si em três aspectos principais: na questão econômica, nas características da urbanização e nas condições de vida da população. Saliente-se que estas três regiões contemplam municípios do universo de estudo desta pesquisa, mas é na região norte que se concentra a maioria deles.



Fonte: HEIDRICH, A. L. Além do Latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 105
Org.: HEIDRICH, A. L.

Figura 2 – Regiões sócio-econômicas do Rio Grande do Sul, segundo Heidrich (2000)

A região norte compreende a área do Planalto, excetuando-se a sua porção nordeste (área em volta dos municípios de Santo Ângelo, Erechim, Passo Fundo, Cruz Alta e Santa Cruz do Sul). Caracteriza-se pela presença de uma economia voltada para a agricultura de grãos e seu aparato industrial e de comercialização. É nesta região que estão situados vários

dos municípios de menor área territorial. Sua estrutura econômica é caracterizada por pequenas e médias propriedades rurais, com predomínio do cultivo da soja (voltada para o mercado internacional) e do trigo. Porém outras culturas também são aí desenvolvidas, como: feijão, milho, fruticultura, etc. Foi nesta área que a modernização da agricultura apresentou maior repercussão e onde a mecanização da lavoura contribuiu para o surgimento de uma modesta industrialização, caracterizada pela agroindústria, que transforma produtos agrícolas locais e produz insumos (adubos, fertilizantes, etc.), e pela indústria de implementos agrícolas (maquinários e ferramentas).

No que tange à população, esta região concentra 31,3% daquela existente no estado, abrangendo mais de 40,0% do seu território. Entretanto, as taxas de urbanização não são muito altas, já que a região é agrícola. É interessante destacar que os níveis de qualidade de vida em alguns municípios são relativamente baixos se comparados com a média estadual. Este perfil se faz sentir, principalmente, na distribuição da renda *per capita*, que é muito variável, o que demonstra a existência de grandes desequilíbrios na região. Esta área se caracteriza pela forte presença de pequenos municípios, resultado do intenso processo de partilha territorial ocorrido, principalmente, na década de 1990. A exemplo disto, podem-se destacar: Carlos Gomes, Centenário, Derrubadas (1992), Esperança do Sul, Florianópolis (1995), Novo Xingu (1996), dentre outros.

A região nordeste abrange o nordeste do planalto, parte da depressão central e a região metropolitana de Porto Alegre (área em volta de Caxias do Sul, Canoas, Porto Alegre e Guaíba). Esta área se caracteriza por uma significativa industrialização marcada pela diversificação e pela presença de pequenas propriedades rurais. Segundo Magnoli, Oliveira e Menegotto (2001), a grande concentração industrial ocorrida nas últimas décadas no nordeste do estado deve-se a determinados fatores como: uma melhor distribuição de renda e um incipiente mercado local; a rede ferroviária, com eixo central orientado para Porto Alegre, facilitando a comercialização e a localização de indústrias próximas à capital; a tradição artesanal diversificada trazida pelos imigrantes; e o contínuo intercâmbio dos imigrantes com seus países de origem, permitindo o acesso à tecnologia e aos equipamentos industriais. Em decorrência deste processo de industrialização, ocorreu também um grande adensamento populacional nesta área, que hoje concentra 41,4% da população do estado e se constitui na região mais urbanizada. Para se ter uma idéia deste processo, Porto Alegre, em 2000, apresentava uma densidade demográfica superior a 2.740 hab./km², mas era Esteio que possuía a maior densidade demográfica do estado, 2.900 hab./km². Quando se comparou a extensão territorial e o tamanho da população destes dois municípios, observou-se que, a

extensão territorial de Porto Alegre é cerca de 18 vezes maior do que a de Esteio, enquanto a população é cerca de 17 vezes maior. Os exemplos servem para mostrar a grande concentração demográfica existente nesta região.

As indústrias são bastante diversificadas, destacando-se: químicas, metalúrgicas, mecânicas, moveleiras, alimentícias, de materiais de transporte, de materiais elétricos, de vestuário, de calçados, de papel e celulose, de construção, dentre outras. Os pólos de maior importância são representados por: Porto Alegre, na região metropolitana de mesma denominação, e Caxias do Sul, no AUNE (Aglomerado Urbano da Região Nordeste). Estas regiões concentravam, em 1980, respectivamente 43,8% e 10,5% da População Economicamente Ativa (PEA) envolvida nas atividades industriais no estado, enquanto em 2000 estes valores passaram a 41,4% e 12,1%, respectivamente. Note-se o importante papel desempenhado por estas duas regiões na absorção da mão-de-obra (+ de 53,0%) no setor industrial no estado. É interessante salientar que nem uma nem outra contempla municípios que fazem parte do universo deste estudo, porém há três pequenos municípios que se localizam não muito distantes da região de Caxias do Sul, cuja influência neles se faz sentir.

Apesar de esta região ser a mais industrializada do estado, assumindo grande importância na geração de novos produtos, empregos e recursos tributários, ainda não logrou eliminar as desigualdades sociais. Isto indica que a industrialização nem sempre conduz a população a melhores condições de vida.

Neste aspecto o que se observa é que alguns indicadores de qualidade de vida, quando analisados em conjunto, sobressaem-se nesta região em relação aos demais. Porém, isto nem sempre ocorre quando eles são analisados de forma individualizada. Pesquisa realizada pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE), destacando os 20 municípios com melhores condições de saúde, educação, renda e saneamento, mostrou que sete deles localizavam-se na região nordeste do estado. Quando a análise contemplou o item renda, constatou-se que oito municípios se inseriam nesta região. No entanto, quando foi considerado o item saúde, nenhum município estava inserido na região. No item educação, havia apenas um, e no item saneamento, somente dois. Observa-se assim que, a despeito da riqueza gerada nesta região, a exclusão social marca profundamente a população. Ao lado disto têm-se também sérios problemas ambientais decorrentes da atividade industrial, do tráfego intenso de veículos, da grande concentração populacional nas cidades, com a conseqüente geração de lixo, que contribuem, em conjunto, para deteriorar a qualidade de vida da população.

A terceira região, a sul, compreende o litoral, parte da depressão central e a campanha (área em torno de Santa Maria, Uruguaiana, Bagé, Pelotas). Nela a economia gira em torno de grandes propriedades rurais e de pecuária extensiva. É nesta região que encontramos os municípios de maior dimensão territorial do estado e que foram menos submetidos ao processo de partilha territorial. Este fato se justifica, em parte, pela grande dispersão populacional nestas áreas. Destaque-se que nesta região estão inseridos 6 dos pequenos municípios que fazem parte do universo do estudo.

Sua ocupação e povoamento ocorreu a partir do século XVIII, com a distribuição de sesmarias e a criação de gado, o que originou uma estrutura fundiária de grande concentração de propriedades de terra. Inicialmente a criação de gado propiciou o desenvolvimento das charqueadas, que eram voltadas para o abastecimento do centro do país e que assumiram grande importância na economia regional. Posteriormente foi introduzida nesta área a cultura do arroz, constituindo-se na segunda atividade econômica da região. No século XX foi implantada, na região sul do estado, a indústria frigorífica, com a entrada de capital estrangeiro. O desenvolvimento econômico propiciado por esta atividade tornou a região a mais importante do estado até aproximadamente a Segunda Guerra Mundial, quando entrou em declínio devido à baixa qualidade do gado para os padrões internacionais e ao aumento do custo da mão-de-obra, entre outros fatores.

Ainda hoje a pecuária e o arroz são os produtos que mais caracterizam esta região, mas cultivam-se também a cebola, o fumo, etc. A agropecuária, como atividade dominante na região, é apontada como a responsável pelo seu declínio. Isto porque, do ponto de vista histórico, os produtos oriundos dela apresentam preços decrescentes, ao contrário do que ocorre com os produtos industrializados, que cada vez mais agregam valor. A atividade industrial é ainda muito modesta na região. Conforme a FEE, em 1997, do PIB gerado pela indústria no estado, apenas 11,0% era oriundo da Metade Sul, o restante (88,9%) era gerado pela Metade Norte. Economicamente, merecem algum destaque os setores de comércio e dos serviços, especialmente nas cidades de Santa Maria, Pelotas e Rio Grande.

Do ponto de vista populacional, é a região sul do estado que concentra a menor parcela, 24,2% do total, criando assim, espaços bastante rarefeitos. No entanto é a que ocupa a maior área do estado, ou seja, 54,9% do território gaúcho. Isto resulta da grande concentração fundiária que persiste na região há muito tempo. É uma região de fraco desenvolvimento econômico, mas que se caracteriza pela presença de uma elite que tem poder político no âmbito do estado. Segundo Magnoli, Oliveira e Menegotto (2001), em função disto, com a finalidade de defender seus interesses, conseguiram, em 1996, a criação da Metade Sul

(metade pobre do estado) por meio da constituição de uma Comissão Especial para o Desenvolvimento da Metade Sul na Assembléia Legislativa, com o propósito de definir prioridades e propostas para a região sul do estado. Assim, objetivando promover o desenvolvimento desta região, algumas prioridades foram estabelecidas, como: “combate ao desemprego; aumento do percentual de investimentos públicos; aproveitamento dos portos e hidrovias existentes na região através da criação de um programa especial; liberação de recursos a fim de estimular o retorno dos abates nos frigoríficos da região, e criação de um projeto oficial de estímulo à modernização do setor pecuário” (MAGNOLI, OLIVEIRA e MENEGOTTO, 2001, p. 77).

Com o propósito de fazer frente à debilidade econômica desta região do estado, alguns projetos já começaram a ser delineados, e um deles foi implementado recentemente. É o caso da instalação de uma usina de biodiesel em Rosário do Sul, na fronteira oeste do estado, inaugurada em 06 de julho de 2007, e com previsão de duplicação de sua planta. Com isto, a produção anual de 120 milhões de litros de biodiesel será elevada para 250 milhões de litros – sendo, assim, a maior do estado. Esta usina utilizará como matéria-prima a mamona, o girassol e/ou a soja, que serão cultivados em vários municípios da região.

Outro empreendimento previsto é o de uma indústria de celulose, a Stora Enso (sueco-filandesa), cuja matéria-prima será o eucalipto. Os municípios beneficiados com estes projetos serão inicialmente: Alegrete, Rosário do Sul, Manoel Viana, Santiago, Cacequi, São Francisco de Assis, Maçambará e Unistalda. Ambas as ações terão a capacidade de gerar um número significativo de empregos diretos e indiretos, os quais poderão contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. Além destes projetos, em junho de 2006, o governo do estado assinou um protocolo de intenções com a empresa Frigo Class Alimentos S/A, com o objetivo de viabilizar a implantação de uma planta industrial e uma unidade de abate de bovinos no município de São Gabriel. A empresa inglesa, com sede no município de Promissão (SP), assume o compromisso de realizar investimento de 40 milhões em cada um dos complexos, gerando, aproximadamente, três mil empregos diretos e indiretos. Isto representa o retorno dos frigoríficos a esta área do estado, que durante muito tempo havia tido esta vocação lhe conferindo grande importância econômica. Deve-se considerar que emprego gera renda, que por sua vez gera consumo, dinamizando assim a economia. O resultado deste processo se reflete na geração de mais empregos e, conseqüentemente, na possibilidade de melhoria da qualidade de vida.

Estes aspectos evidenciam que a economia gaúcha se encontra distribuída no espaço de forma bastante diferenciada, pois o estado caracteriza-se pela presença de áreas marcadas

tanto pela industrialização, quanto pela atividade agrícola ou pela pecuária. Estas diferentes formas de economia se refletem na sua dinâmica demográfica, nos índices de urbanização e nas mudanças decorrentes destas diferentes dimensões, bem como na distribuição espacial da população. Cabe destacar que os pequenos municípios e as pequenas cidades, objeto deste estudo, têm suas economias centradas, basicamente, nas atividades agropecuárias, com ênfase na agricultura. Raros são os casos daquelas pequenas cidades voltadas também para o turismo como, por exemplo: Mata, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Vicente Dutra, etc.

Estas diferentes formas de economia desenvolvidas no estado geraram uma série de problemas ambientais. Conforme Aveline Bertê (2004), dentre os principais podem-se destacar aqueles decorrentes de: desmatamento, práticas de monocultura, enchentes, arenização, atividades mineradoras e concentrações industriais e urbanas. Cada um destes problemas tem seus efeitos diferenciais sobre o meio ambiente e também sobre a população. O desmatamento, por exemplo, tem contribuído para que ocorra o assoreamento dos rios, o que, por sua vez, agrava os efeitos das cheias, que prejudicam as populações ribeirinhas. Estas, na maioria das vezes, instalam-se nestas áreas, não por opção, mas como a única alternativa de moradia, comprometendo assim a sua qualidade de vida.

As práticas da monocultura acompanhadas pela mecanização e uso de insumos químicos contribuíram para acentuar o processo erosivo e, concomitantemente, a contaminação dos cursos de água pelo uso de agrotóxicos, prejudicando a flora e a fauna, bem como a população que delas depende. As concentrações industriais e urbanas também provocam sérios problemas ambientais ligados à degradação do solo, à poluição atmosférica e hídrica. Um caso recente de poluição industrial de grande repercussão no Rio Grande do Sul ocorreu em outubro de 2006, por ocasião da mortandade de toneladas de peixes no Rio dos Sinos. A origem deste desastre ambiental foi o Arroio Portão, que deságua no Rio dos Sinos, em São Leopoldo, local onde há grande concentração de curtumes. Evidencia-se assim que a indústria, quando não respeita as leis ambientais, torna-se um prejuízo para a sociedade. Neste caso, além da contaminação da água utilizada para o abastecimento da população, houve o extermínio dos peixes – que serviam como fonte de sobrevivência para muitas famílias – e suas conseqüências sobre o trabalho da pesca.

Outro problema com o qual a grande maioria dos municípios gaúchos se depara, ainda hoje, é a questão do destino do lixo doméstico, industrial e hospitalar. Sabe-se que estes resíduos, quando colocados em locais inadequados, possibilitam a proliferação de vetores causadores de doenças, como ratos, baratas e moscas, os quais, em contato com pessoas, podem gerar sérios problemas de saúde – uma das dimensões principais nos estudos de

qualidade de vida. Conforme estudos de Bertê (2004, p. 79) há, no estado, um pequeno número de municípios “que dispõem de tratamento adequado para os resíduos sólidos, urbanos e industriais e de métodos de disposição final na forma de aterros sanitários, muito embora a legislação ambiental tenha avançado bastante no sentido de exigir dos municípios a sua correta destinação”.

Os problemas ambientais, sejam eles decorrentes do desmatamento, da prática da monocultura, da arenização, do intenso processo de urbanização ou do desenvolvimento da atividade industrial, trazem prejuízos à população, refletindo na qualidade de vida. Neste sentido deve-se considerar que o desenvolvimento pode apresentar dois lados: o positivo e o negativo. Positivo, quando gera melhoria na vida da população em decorrência das oportunidades de trabalho, aumento da renda, avanços nas áreas de educação, saúde, infraestrutura, saneamento básico, etc. Negativo, quando neste processo não existe preocupação com as questões sociais e ambientais, acelerando desta forma os problemas existentes ou gerando novos. Percebe-se que, de uma forma geral, o desenvolvimento dificilmente ocorre sem originar algum tipo de problema. Contudo, eles devem ser amenizados o máximo possível, de maneira que os recursos naturais sejam conservados e o meio ambiente preservado.

Estudos mais modernos têm evidenciado que o processo de desenvolvimento dos diferentes territórios não depende apenas do capital físico e econômico, mas também do capital social. Conforme Woolcock (1999, apud GARRIDO, 2005, p. 1), este constitui “aquellas normas y redes que facilitan la acción colectiva para obtener un beneficio mutuo”. Para Garrido (2005, p.1), o capital social se sustenta apoiado numa diversidade de fontes que inclui: “a família, a escola e o comportamento local de empresas e instituições, tanto públicas como privadas”. Observa-se assim que, cada vez mais, é ressaltado o importante papel da sociedade como agente de transformações e de melhoria da qualidade de vida.

O desenvolvimento pressupõe também a valorização e o respeito aos recursos humanos. Para que isto se concretize, a população deve ser mais considerada, através do atendimento de suas necessidades no âmbito da educação, da saúde e da higiene, do acesso ao trabalho e renda, da eliminação da discriminação contra a mulher ou contra determinadas etnias. São estes atributos que transformam uma população num “capital social” mais ajustado ao processo de desenvolvimento.

Para Sen (2000), o desenvolvimento está assentado em vários indicadores sócio-econômicos. Entretanto, para atingi-los e mantê-los, fazem-se necessárias certas “liberdades ou direitos democráticos”, como por exemplo: igualdade entre os sexos, entre as etnias, seja

no acesso à educação ou ao mercado de trabalho. As diferenças devem ser abolidas, pois são, em grande medida, responsáveis pelas restrições ao potencial humano e, conseqüentemente, ao desenvolvimento. Concordando com as idéias de Sen (2000), Paiva e Wajzman (2005), destacam como um importante passo para o desenvolvimento a implementação de políticas públicas que garantam a atuação mais efetiva das mulheres como “agentes de mudanças e do desenvolvimento”. Observa-se assim que, cada vez mais, vem sendo realçado o papel da mulher na sociedade como possibilidade de promoção do desenvolvimento econômico. Além disto, é importante destacar o espaço que atualmente as mulheres vêm conquistando na esfera política, ao assumir cargos como de governadoras de estados, prefeitas e vereadoras. Note-se que, no Rio Grande do Sul, elas compõem 51,0% da população, e no caso dos pequenos municípios estudados, 49,2%.

No Rio Grande do Sul, pela primeira vez em sua história, uma mulher assumiu a administração do estado, em 2006. Como prefeitas em municípios do estado, a participação delas ainda é pequena. Em 2004 eram 18, ocupando 3,5% dos cargos de prefeito, sendo que nos pequenos municípios a participação delas era ainda menor, pois havia apenas uma, o equivalente a 1,7%.

Quando se considera a atuação política das mulheres na composição das câmaras de vereadores nos pequenos municípios que compõem o universo deste estudo, verifica-se que a sua participação é ainda bastante limitada e apresenta um crescimento muito lento. Em 2000, em número de 49, elas significavam 9,1% do total de vereadores nestes municípios. Em 2004 eram 59 e representavam 10,9%. É preciso que as mulheres se engajem cada vez mais neste processo. Independente do gênero, a dimensão política também é importante na análise dos pequenos municípios. Como pequenos demograficamente, possuem poucos eleitores, uma vida política menos significativa e um papel menos relevante nas ações no plano estadual. Por via de regra, estes municípios não logram eleger deputados estaduais ou federais, tornando-se caudatários dos maiores.

No caso dos pequenos municípios, pelas características sócio-econômicas e políticas que apresentam, o caminho a ser percorrido é desafiador. Considerando que a maioria deles têm a vocação econômica voltada para a agropecuária, a alternativa seria a exploração das potencialidades locais. Isto poderia ocorrer através de um maior incentivo neste setor, de modo que fosse possível não apenas produzir, mas também beneficiar seus produtos. Neste caso, eles teriam mais valor agregado e poderiam alcançar um mercado de consumo mais abrangente. Como conseqüência desta atividade haveria mais vantagens econômicas não só para os produtores, mas também para os próprios municípios. Suas populações, através dos

empregos gerados direta ou indiretamente seriam beneficiadas. Esta medida contribuiria para aumentar as oportunidades sociais, a viabilidade e a competitividade da economia local, permitindo reduzir o êxodo populacional que vem ocorrendo nestes municípios.

Buarque (2002, p. 26), ao fazer considerações sobre o desenvolvimento local, destaca que um empreendimento desta natureza necessita “um movimento de organização e mobilização da sociedade local, explorando as suas capacidades e potencialidades próprias, de modo a criar raízes efetivas na matriz sócio-econômica e cultural da localidade”. Assim, a via apontada por este autor para municípios pobres ou pequenas localidades é o desenvolvimento local sustentável, o qual, no entendimento do autor, resulta

da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local – redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos; a eficiência econômica – com agregação de valor da cadeia produtiva; e a gestão pública eficiente. A interação entre eles deveria ser medida pela governança, pela organização da sociedade e pela distribuição de ativos sociais. (BUARQUE, 2002, p. 27)

Esta seria a maneira de se ter um desenvolvimento local em bases mais sólidas. Porém, para que isto aconteça, é mister que se criem as “externalidades” adequadas, como: infra-estrutura econômica, recursos humanos e desenvolvimento tecnológico. Sabe-se de antemão que, em grande parte dos pequenos municípios, estes elementos são escassos, daí o importante papel dos governos locais no sentido de buscar soluções para que se gerem as condições necessárias para que o desenvolvimento possa se efetivar. Esta seria uma forma de promover a melhoria na qualidade de vida das populações que administram, o que deveria ser o objetivo principal de todo o administrador municipal.

Por outro lado, se os governos locais não implementarem iniciativas no sentido de promover o desenvolvimento destes pequenos municípios, a tendência será a de seu desaparecimento como unidade política independente. É provável que, no futuro, ações sejam implementadas a fim de torná-los integrantes de outros municípios (voltando à condição de distrito), a exemplo do que ocorreu na Espanha. Naquele país, ao longo do século XX, houve o desaparecimento progressivo de municípios em decorrência do despovoamento dos mesmos. Isto ocorreu não por problemas de desenvolvimento, mas sim por questões ligadas ao envelhecimento da população e à reduzida capacidade de reprodução da mesma. Como resultado, muitos municípios foram agregados a outros.

Este poderá ser também o caminho a ser trilhado por alguns dos pequenos municípios do estado do Rio Grande do Sul, uma vez que, além do fraco desenvolvimento econômico que apresentam, muitos deles estão caminhando rapidamente para o envelhecimento de suas

populações. Para avaliar esta situação calculou-se o Índice de Envelhecimento dos 60 municípios que fazem parte do universo deste estudo. Entre os resultados obtidos, vale a pena destacar Rocas Sales e Santana da Boa Vista, cujos índices em 2000 eram de, respectivamente, 84,2 e 63,4 (os maiores valores) e Herval com 25,0 (um dos menores). Os resultados do conjunto dos 60 municípios mostraram que, em 1980, este índice era de 20,6, passando para 51,7 em 2000. A maioria destes pequenos municípios caminha para valores altos, ou seja, superiores a 50,0%. Mantidas estas tendências do crescimento da população idosa, transformações demográficas se apresentarão com uma desafiadora repercussão para as administrações locais.

A partir dos elementos analisados, pode-se considerar que o estado do Rio Grande do Sul, em sua evolução histórica, político-administrativa e econômica, passou por várias situações. Do ponto de vista histórico, como já mencionado, foi alvo de disputa entre Portugal e Espanha. Isto fez com que suas fronteiras variassem em decorrência de tratados assinados pelos dois países, evidenciando a problemática definição da linha divisória do Brasil meridional. A delimitação da fronteira atual data do início do século XIX.

Do ponto de vista político administrativo, os primeiros municípios foram criados em 1809. Embora sendo apenas em número de quatro, foram eles que deram início à vida municipalista do estado, servindo como ponto de partida para a sua atual conformação administrativa. Do início do século XX ao início do XXI, 430 novos municípios foram acrescentados ao estado. Esta é uma mudança relevante quando considerada tanto em perspectiva quantitativa quanto em qualitativa.

Considerando-se a evolução econômica do estado, observa-se que, inicialmente, ele se apoiou na criação de gado, avançando depois na direção da produção agrícola, acrescentando-se posteriormente a industrialização. Embora esta última atividade desempenhe importante papel no estado, a economia gaúcha guarda, ainda, uma estreita ligação com as atividades agropastoris.

Na perspectiva ambiental, a literatura tem mostrado que o estado possui sérios e variados problemas. Estes decorrem, sem exceção, de todas as formas de economia, interferindo assim na qualidade de vida da população. Destaque-se que a questão ambiental é um tema em evidência no estado, sendo muito discutido, principalmente na academia e num contexto de interdisciplinaridade. Na prática, a sociedade gaúcha vem sofrendo os efeitos de muitas destas disfunções ambientais, como, por exemplo, a arenização na região de Alegrete, Manuel Viana, São Francisco de Assis, etc.

Apesar de o estado ter passado por este processo de evolução, isso não significa que tenha superado todos seus problemas. Ao contrário, muitos deles têm-se agravado em decorrência dos avanços científicos e tecnológicos, da concentração de renda, do crescimento da população e da sua própria concentração em determinadas áreas mais dinâmicas. Na maioria das vezes, este crescimento é marcado por uma grande diferenciação qualitativa da população. Por exemplo: ter ou não emprego; dispor ou não de moradia; registrar ou não escolaridade; ter ou não acesso aos meios de comunicação; participar ou não da tomada de decisões, etc.

Nesta ótica qualitativa, as características demográficas assumem grande importância para o entendimento de diferentes situações e problemas, sendo relevantes para as tomadas de decisões tanto no setor público quanto no privado. O envelhecimento demográfico que se mencionou, a redução da fecundidade, os processos migratórios, todos eles são referenciais para o estabelecimento de políticas públicas mais integradas. Todos os municípios necessitam desta forma integrada de atuar, sendo que os pequenos, mais ainda. As transformações de ordem demográfica aparecem sob a forma de mudanças territoriais urbanas, vinculadas a uma dinâmica quantitativa e espacial da população. É isto que se considera a seguir.

A população do estado do Rio Grande do Sul: dinâmica demográfica, atributos e distribuição espacial (1970-2000)

Os estudos de população adquirem significância em qualquer tipo de análise, seja de natureza econômica, política ou social. Para se efetuarem estas análises é necessário que se conheçam os números da população, não apenas na sua totalidade, mas na dinâmica dos processos que lhes dão conformação. É através deles que se podem verificar as mudanças que ocorrem ou que estão ocorrendo no perfil de uma população e, a partir daí, buscar explicações para as mudanças observadas. Além disto, é relevante considerar a espacialização de suas dinâmicas e suas tendências para o futuro.

Dinâmica demográfica da população do estado do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios

Nesta parte da pesquisa, procura-se analisar a dinâmica demográfica tendo como referencial suas dimensões principais: a totalidade de sua dinâmica, as explicações desta dinâmica, priorizando-se tanto o crescimento vegetativo quanto o crescimento por migrações, os atributos da população, e, finalmente, as questões de sua espacialização.

A dinâmica demográfica, pelas mudanças que pode provocar tanto no modelo demográfico vigente quanto nas suas tendências, é dimensão relevante para as pesquisas urbanas, especialmente aquelas vinculadas às questões da qualidade de vida ou às ações públicas de planejamento. Na análise da literatura apresentada no Capítulo I, evidenciou-se que alguns pesquisadores – dentre os quais se podem mencionar Paula (1993), Santos (1994), Almeida (1997), Caiado (1997), Azzoni (1999) e Figueiredo (2001) – tiveram a preocupação de considerar esta dimensão em seus estudos. Em face disto, busca-se analisar aqui a evolução da população sob dois aspectos: primeiro, envolvendo os pequenos municípios definidos como universo de estudo (em número de 60), no contexto do estado do Rio Grande do Sul; e segundo, caracterizando estes pequenos municípios de acordo com os atributos já mencionados, concluindo com a dimensão espacial. Parte-se assim, de uma análise macro para uma análise micro, estabelecendo as conexões entre elas.

Na escolha dos procedimentos para a análise, duas questões foram consideradas relevantes: uma vinculada à fonte de dados; a outra relacionada à dimensão temporal e sua periodização. Trabalhou-se com dados dos censos demográficos do IBGE relativos aos anos de: 1970, 1980, 1991 e 2000, em função da homogeneidade com que os dados foram divulgados, permitindo, assim, análises comparativas. Utilizaram-se, também, dados referentes à demografia produzidos pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE) em séries periódicas. Muitos destes dados são derivados dos censos demográficos, como, por exemplo, taxa de fecundidade e estimativas populacionais.

Como foi visto anteriormente, a população sul-rio-grandense foi originalmente formada por diferentes grupos humanos: os indígenas, os europeus – predominantemente representados por portugueses, alemães, italianos – e o negro. Estas diferenciações na origem da população, como já mencionado, geram espacialização diferenciada, o que, de uma certa forma, também caracteriza os pequenos municípios estudados.

A miscigenação destes povos produziu uma considerável parcela de mestiços, a exemplo do que ocorreu no restante do território brasileiro. No entanto, a percentagem de brancos no estado gaúcho (87,0%) é bem superior à média brasileira. Isto se deve ao papel significativo que os imigrantes europeus tiveram na ocupação das terras gaúchas e ao reduzido número de negros que para cá vieram. A Tabela 12 mostra a evolução demográfica do estado do Rio Grande do Sul e dos municípios com menos de 10.000 habitantes, no período de 1970 a 2000.

Tabela 12 – População absoluta do estado e dos pequenos municípios, participação relativa e taxas geométricas do crescimento médio anual para os períodos de 1970-1980, 1980-1991 e 1991-2000

Ano	População Total		% pop. pequenos municípios sobre pop. estado	Taxas geométricas de crescimento médio anual	
	RS	Peq. municípios		RS	Peq. municípios
1970	6.664.891	464.802	6,97	-	-
1980	7.773.837	424.011	5,45	1,32	-0,91
1991	9.138.670	404.578	4,42	1,30	-0,43
2000	10.187.798	364.451	3,57	1,31	-1,15

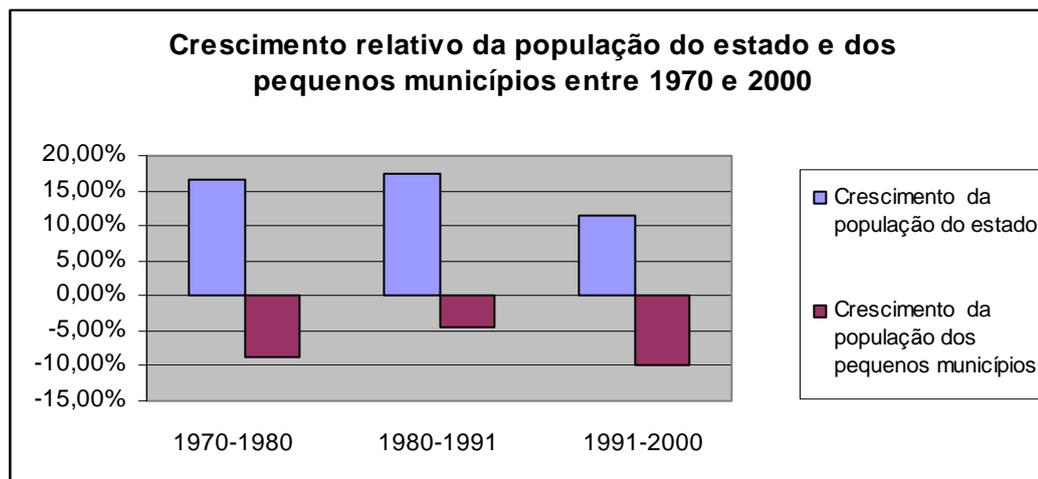
Fonte: Censos Demográficos, FIBGE, 1970, 80, 91, 2000.

Org.: Autora

A análise dos dados apresentados na tabela permite perceber que, no período avaliado, as populações do estado e dos pequenos municípios apresentaram crescimento diferenciado. Enquanto a população do estado registrou crescimento, os pequenos municípios apresentaram crescimento negativo em todos os períodos analisados.

Com relação à participação da população dos pequenos municípios no total da população do estado, pode-se afirmar que ela é pouco expressiva e vem diminuindo gradativamente. Em 1970 representava 6,9% da população, e em 2000 apenas 3,6% da mesma. É interessante verificar o diferencial da redução absoluta da população destes municípios face aos níveis de participação deles no conjunto.

A análise mais detalhada dos dados referentes ao período compreendido entre 1970 e 2000 permitiu constatar que, no que tange à taxa geométrica de crescimento médio anual, a população do estado não apresentou diferenças relevantes. Porém o mesmo não ocorreu com os pequenos municípios, que evidenciaram heterogeneidade, inclusive exibindo para todo o período taxas de crescimento negativas. A Figura 3 mostra a dinâmica relativa no período considerado.



Fonte: Censos Demográficos, FIBGE, 1970, 80, 91, 2000.

Org.: Autora

Figura 3 – Crescimento relativo da população do estado e dos pequenos municípios entre 1970 e 2000

Em se tratando da população estadual, constatou-se que, em termos percentuais, ela cresceu em todo o período analisado; porém o crescimento nos dois primeiros períodos (1970-1980 e 1980-1991), que foi de 16,6% e 17,5%, respectivamente, declinou no terceiro (1991-2000), diminuindo para 11,4%. Isto evidencia um processo de redução nas taxas de fecundidade, o que se reflete sobre o aumento absoluto, fato que pode ser vinculado à dinâmica vital e, em menor escala, aos processos migratórios. Destaque-se aqui a saída de gaúchos para outros estados e regiões do país. Segundo a FEE (2000), em 1970 e em 2000, a proporção de naturais do Rio Grande do Sul residentes fora do estado era de, respectivamente, 9,7% e 10,0%. Os estados em que havia maior número de gaúchos eram: Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Estas variáveis afetam a dinâmica demográfica, ocasionando alterações tanto no tamanho, quanto na sua estrutura por sexo e idade.

No caso dos pequenos municípios, constatou-se que houve declínio de sua população em todos os momentos. No intervalo de tempo entre 1970 e 2000 evidenciou-se um declínio da ordem de 21,6%. O decréscimo da população nestes municípios deveu-se a vários fatores. Dentre eles destacam-se: os processos migratórios e a perda de população decorrente da partilha territorial – que se intensificou a partir da década de 80 (como por exemplo: os municípios de Mariano Moro, Ciríaco, Muçum) – e também do crescimento vegetativo declinante.

A dinâmica da população total ou dos pequenos municípios está vinculada a eventos biológicos (crescimento vegetativo) e sociais (migrações). Com o propósito de avaliar o crescimento vegetativo da população do estado e dos pequenos municípios, realizou-se o levantamento dos registros de nascimentos e óbitos através da publicação intitulada Estatísticas Vitais. Esta publicação, que vem sendo elaborada pelo IBGE desde 1974, apresenta o resumo dos registros efetuados, em todos os Cartórios de Registro Civil do Estado, quanto aos nascimentos, mortes e casamentos.

A Tabela 13 registra as taxas de natalidade, mortalidade geral e o crescimento vegetativo para o estado e para os pequenos municípios em três períodos: 1974-1979, 1980-1991 e 1992-2000. Os pequenos municípios foram selecionados em função das diferenças que apresentaram para estas variáveis demográficas, ou seja, desde as taxas mais altas até as mais baixas. A escolha do período de 1974 a 2000 está vinculada ao fato de se dispor de dados oficiais sobre nascimentos e óbitos originários do IBGE para o período. Os totais de população para os anos simples (ano a ano), resultam das estimativas provenientes da FEE.

Tabela 13 – Taxas de natalidade, mortalidade geral e de crescimento da população em grupos de 1000 pessoas no estado do Rio Grande do Sul, e em vinte pequenos municípios entre 1974 a 2000

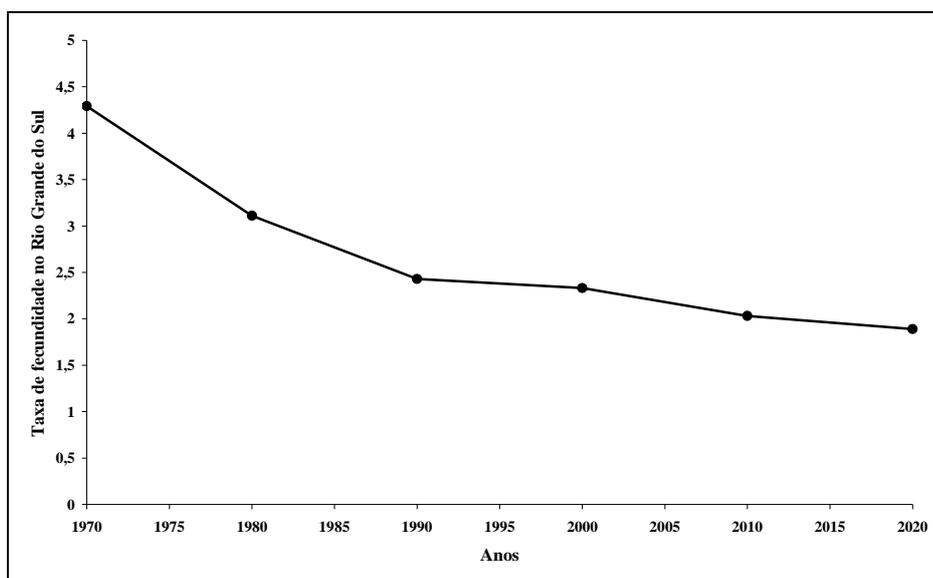
Unidade	Taxas de natalidade			Taxas de mortalidade			Crescimento vegetativo		
	1974/79	1980/91	1992/00	1974/79	1980/91	1992/00	1974/79	1980/91	1992/00
R S	20,51	20,65	15,88	6,82	6,42	6,67	13,69	14,23	9,21
Anta Gorda	18,45	17,43	12,35	5,31	5,66	6,17	13,14	11,77	6,78
Barracão	18,61	20,90	17,47	5,77	5,67	6,29	12,84	15,23	11,18
Braga	12,17	14,37	11,38	5,43	2,61	6,47	6,74	11,76	4,41
Cambará do Sul	22,16	21,34	17,98	5,44	5,19	5,42	16,62	16,15	12,56
Campinas do Sul	17,49	19,26	13,74	3,71	4,64	5,10	13,78	14,62	8,69
Chiapeta	18,82	15,91	15,29	5,44	3,61	5,61	13,38	12,30	6,68
Erval Grande	28,0	25,71	18,84	6,14	5,64	5,06	21,86	20,07	13,78
Herval	14,0	15,74	13,89	7,87	7,68	7,35	6,13	8,06	6,59
Ibiaçá	22,82	16,07	12,77	4,48	4,50	6,38	18,34	11,57	6,39
Jacutinga	19,45	19,61	18,97	3,60	4,67	7,40	15,85	14,44	11,57
Lavras do Sul	12,66	15,50	12,27	8,84	7,97	9,62	3,82	7,53	2,65
Mariano Moro	24,0	23,43	13,95	3,89	5,21	4,04	20,11	18,22	9,91
Muçum	19,72	15,71	13,67	5,56	7,72	7,58	19,16	7,99	6,09
Nova Araçá	18,93	16,80	11,15	4,40	5,08	3,18	14,53	11,72	7,97
Nova Bréscia	17,02	14,93	12,81	4,51	5,09	7,60	12,57	9,84	5,27
Rondinha	20,97	18,93	15,08	2,96	5,24	6,78	18,07	13,69	8,30
Santana da Boa Vista	13,17	13,95	14,94	5,82	6,57	7,23	7,35	7,38	7,71
Selbach	18,30	21,0	15,92	4,46	5,30	6,57	13,84	15,70	9,35
Viadutos	24,35	20,23	15,96	4,98	5,37	5,73	19,37	14,86	10,23
Victor Graeff	20,85	20,75	11,05	4,67	7,45	6,05	16,18	13,30	5,00
Média peq. municípios	19,14	19,29	14,47	5,19	5,28	6,29	13,95	14,01	8,18

Fonte: Estatísticas do Registro Civil, RS, IBGE, 1974 a 2000; FEE: Um século de população do Rio Grande do Sul, 1900 a 2000.

Org.: Autora

Através da tabela, pode-se observar que as taxas de nascimentos e óbitos apresentaram variações em todo o período analisado. Foi, porém, até o início da década de 1990 que as taxas de natalidade tanto no estado quanto nos pequenos municípios apresentaram crescimento, exceto em alguns municípios, como: Erval Grande, Ibiaçá, Mariano Moro, etc. A partir de então começaram a declinar, como resultado de mudanças que já vinham ocorrendo no comportamento reprodutivo da população. A exemplo disto, podem-se destacar os dados relativos à fecundidade no Rio Grande do Sul, que foram de 4,29 em 1970, passando para 2,4 em 1990, e 2,3 em 2000 – um decréscimo de 45,7% em 30 anos. Destaque-se que a taxa de fecundidade é uma medida mais refinada do que a taxa de natalidade, por isto expressa melhor a dinâmica vegetativa.

A Figura 4 e a Tabela 14 mostram em diferentes perspectivas a evolução das taxas de fecundidade para o Rio Grande do Sul a partir de 1970. A figura registra estas taxas a partir do ano indicado, mostrando inclusive, com o uso das projeções realizadas pela FEE, os valores para 2010 (2,03) e 2020 (1,9).



Fonte: FEE, 1970, 1980, 1991, 2000 e projeções para 2010 e 2020.
Org.: Autora

Figura 4 – Taxas de fecundidade no estado do Rio Grande do Sul em 1970, 1980, 1991, 2000 e projeções para 2010 e 2020

Através da análise da figura pode-se perceber que o declínio foi mais acentuado entre as décadas de 1970 a 1990. A partir de então tiveram uma redução mais moderada, mantendo, até 2010, a substituição das gerações. Porém, a partir deste momento, as projeções indicam

que esta substituição não mais deverá ocorrer, o que trará como consequência a aceleração do envelhecimento da população gaúcha. Dentre as causas desta queda da fecundidade das mulheres gaúchas, pode-se mencionar: a urbanização, a elevação do nível educacional, a inserção no mercado de trabalho, o aumento crescente das aspirações sociais e econômicas, o uso de variados métodos anticoncepcionais, o enfraquecimento do sentimento religioso, etc.

A Tabela 14 mostra os diferenciais nas taxas de fecundidade entre populações urbanas e rurais do estado. Verifica-se que as taxas de fecundidade foram mais elevadas nas áreas rurais que nas urbanas. Entretanto, apresentaram uma redução mais significativa encerrando 2000, ainda com valores superiores ao nível de substituição.

Tabela 14 – Taxa de fecundidade urbana e rural no Rio Grande do Sul, 1970-2000

Anos	Taxas de fecundidade no Rio Grande do Sul	
	Urbano	Rural
1970	3,40	5,52
1980	2,86	3,78
1990	2,34	2,78
1995	2,28	2,62
2000	2,21	2,46

Fonte. JARDIM, M. de L. T. Dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul. In: Economia Gaúcha e reestruturação nos anos 90. Porto Alegre: FEE, 2000.
Org.: Autora

No caso das taxas de mortalidade geral (Tabela 13), constatou-se que elas variaram ao longo do período, ora aumentando, ora diminuindo. Em 2000 o Rio Grande do Sul registrou taxa de mortalidade geral de 6,6‰, enquanto a taxa de mortalidade infantil foi de 15,1‰; já o país registrou taxas de 7,0‰ e 35,0‰, respectivamente. Entretanto percebe-se que, para a totalidade do estado, os registros mostraram uma oscilação pequena, enquanto, para os pequenos municípios, elas revelaram crescimento. Neste caso, o aumento da mortalidade resultou muito mais do envelhecimento da população do que da mortalidade infantil. A prova disto está no crescimento da participação da população idosa no estado, que passou de 5,8%, em 1970, para 10,5% em 2000, e, nos pequenos municípios, de 4,89% para 12,8% (IBGE). Observa-se, assim, que o envelhecimento nos pequenos municípios é diferenciado daquele do estado, uma vez que tem se processado de uma forma muito mais acelerada nos primeiros. É importante registrar que para o estado os valores são os médios, enquanto cada pequeno município representa um valor isolado, e isto faz diferença na análise dos dados.

Através de informações apresentadas no Atlas Sócio-Econômico do Rio Grande do Sul, de 2004, pôde-se verificar que em 2003 as principais causas determinantes da

mortalidade geral no estado foram: as do aparelho circulatório (30,6%), as neoplasias (19,5%) e as do aparelho respiratório (12,1%). As causas externas (acidentes de trânsito, agressões, atropelamentos e suicídio) ocupavam a 4ª posição, com 9,6% das mortes. Estas causas revelam perfis diferentes entre os homens e as mulheres e também entre as idades. Conforme Bandeira (2006), em 2004, 82,0% dos óbitos provocados por causas externas ocorreram na população masculina, e, destes, 72,0% entre a população jovem de 15 a 19 anos.

A Tabela 15 evidencia a evolução da mortalidade por grupo de causas no Rio Grande do Sul em 1970, 1980, 1990, 2000 e 2003. Através dela pode-se observar que desde a década de 1970 as principais causas de morte permaneceram as mesmas. O que variou, em todo o período considerado, foram os valores relativos delas.

Tabela 15 – Evolução relativa da mortalidade, por grupo de causas, no Rio Grande do Sul em 1970, 1980, 1990, 2000 e 2003

Grupos	1970	1980	1990	2000	2003
Circulatório	30,1	34,0	35,0	33,7	30,6
Neoplasias	11,7	14,0	16,0	19,3	19,5
Respiratórios	9,4	10,1	12,1	12,0	12,1
Externas	6,8	9,5	10,0	9,5	9,6
Digestivo	2,9	3,7	4,3	5,1	4,7
Endócrinas	2,9	2,5	2,1	4,7	4,9
Mal definidas	16,1	10,2	8,0	4,4	6,5
Infeciosas	9,7	4,7	2,8	3,7	4,2
Outras causas	13,3	11,3	9,8	7,6	7,9
Totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Secretaria Estadual da Saúde.

Org.: Autora

A mortalidade infantil, em qualquer sociedade, encontra-se vinculada às condições de saúde, envolvendo o atendimento oferecido à gestante, à parturiente e às crianças. Estas estão relacionadas às condições gerais de saneamento básico, em especial a disponibilidade de água encanada, rede de esgoto e coleta do lixo. Estes três últimos são importantes indicadores de condições ambientais e de qualidade de vida de uma população.

De acordo com os dados do censo de 2000, no Rio Grande do Sul, o percentual de domicílios que se encontravam ligados à rede geral de água era de 79,6%, e nos pequenos municípios, de 58,4%. Este percentual menor nos pequenos municípios deve-se ao fato de a maior parte da população ainda ser rural: nestas áreas é comum as pessoas se abastecerem de água originária de nascentes, de poços ou de cisternas. Quanto à rede de esgoto, no estado o percentual de domicílios ligados à rede geral ou fossa séptica era de 70,2%. Para os pequenos municípios este valor era de 95,3%. Isto decorre da maior facilidade e dos menores custos de

se instalar uma rede de esgoto numa pequena cidade do que numa grande. No que se refere à coleta de lixo, havia 84,9% dos domicílios atendidos por este serviço no estado, enquanto que nos pequenos municípios, apenas 57,5%. Isto decorre do fato de a coleta de lixo ser efetivada somente nas áreas urbanas. São raros os casos de coleta em áreas rurais. De uma forma geral, a falta de coleta de lixo e de esgoto sanitário é uma prova do descaso do poder público com a saúde e com o meio ambiente, o que gera conseqüências sobre a qualidade de vida. Os pequenos municípios encontravam-se em situação mais favorável do que a do estado somente no que se refere à rede de esgoto.

Também as condições sócio-econômicas, que se refletem no nível educacional dos pais e na renda econômica das famílias, têm relação com a redução da mortalidade infantil. No caso do estado gaúcho, a taxa de mortalidade infantil apresentou uma queda bastante significativa nas últimas décadas. Em 1970 era de 48,4‰, passando para 15,1‰ em 2000. Esta cifra positiva é atribuída às melhorias que vêm ocorrendo nas condições de saneamento básico, à implantação de políticas públicas de saúde mais eficazes, ao maior acesso a informações por parte das gestantes, etc.

Baseado na proximidade ou distância de valores já alcançados em sociedades mais desenvolvidas, o Ministério da Saúde classifica as taxas de mortalidade infantil em três faixas: altas (50 por mil ou mais), médias (20-49 por mil) e baixas (menos de 20 por mil). As altas taxas refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde, de desenvolvimento sócio-econômico e de condições de vida.

A Tabela 16 mostra as taxas de mortalidade infantil em pequenos municípios e no Rio Grande do Sul, em 1989, 1990, 1994 e 1998. Os dados apresentados permitem analisar as variações espaciais e temporais da mortalidade infantil nos pequenos municípios e no estado. De 1989 até 1994 as taxas médias dos pequenos municípios eram superiores às do estado, porém em 1998 se tornaram inferiores. Destaque-se que as médias do estado envolvem pequenos, médios e grandes municípios, o que é diferente do que estudá-los de forma individualizada. Tanto em 1989 quanto em 1998 havia nove municípios cujas taxas de mortalidade infantil situavam-se acima da média do conjunto dos pequenos. Apesar de todos os pequenos municípios estudados terem apresentado decréscimo nestas taxas, observa-se que há diferenças quando se comparam os mesmos. Em todos os anos analisados, Anta Gorda e Nova Araçá foram os municípios que apresentaram as menores taxas de mortalidade infantil. Em contrapartida, Herval e Cambará do Sul foram os que apresentaram as maiores. Uma análise mais detalhada evidenciou que estes últimos ainda apresentavam carências quanto ao saneamento básico – que é um dos fatores que contribuem para uma maior mortalidade

infantil –, além dos baixos níveis de renda de suas populações. De uma maneira geral a mortalidade infantil é mais elevada onde a pobreza é maior e onde o poder público oferece menos serviços públicos nas áreas da educação, da saúde e da assistência social. Apesar das diferenças observadas entre os municípios, nenhum está incluído nas altas taxas, o que indica que neles há uma atenção especial à saúde infantil.

Tabela 16 – Taxas de mortalidade infantil em pequenos municípios e no estado, em 1989, 1990, 1994 e 1998

Unidades	Taxas de mortalidade infantil			
	1989	1990	1994	1998
Anta Gorda	15,92	14,96	13,37	13,07
Barracão	27,89	25,43	20,43	19,28
Braga	26,67	25,43	22,16	20,79
Cambará do Sul	32,26	30,44	27,55	27,08
Campinas do Sul	23,87	22,12	18,35	17,32
Chiapeta	26,11	24,69	21,90	21,12
Erval Grande	23,87	22,12	18,35	17,32
Herval	37,13	35,65	31,80	30,12
Ibiaçá	27,89	25,43	20,43	19,28
Jacutinga	23,87	22,12	18,35	17,32
Lavras do Sul	26,94	26,08	23,64	22,32
Mariano Moro	23,87	22,12	18,35	17,32
Muçum	22,22	20,40	16,95	16,18
Nova Araçá	15,92	14,96	13,37	13,07
Nova Bréscea	22,22	20,40	16,95	16,18
Rondinha	26,69	25,49	22,99	22,27
Santana da Boa Vista	26,92	24,69	20,23	19,23
Selbach	24,94	22,71	18,33	17,28
Viadutos	23,87	22,12	18,36	17,32
Victor Graeff	24,94	22,71	18,33	17,28
Média peq. municípios	25,20	23,43	21,48	19,05
RS	24,20	23,30	20,76	19,40

Fonte: Datasus, Ministério da Saúde e MS-SUS-DASIS – Sistema de Informações sobre Nascimentos e Óbitos Infantis – SINASC

Org.: Autora

De acordo com a Secretaria da Saúde (2000), dentre os principais grupos de causas da mortalidade infantil no estado, em 1999, destacaram-se: perinatais (54,3%), congênitas (18,4%), respiratórias (9,0%), infecciosas (5,3%), outras (13,0%). Na década de 1970, os principais grupos de causas foram: infecciosas (23,6%), perinatais (22,0%), respiratórias (20,7%) e mal definidas (14,4%), totalizando 80,7% do total das mortes infantis no estado. Estas mudanças refletem os novos perfis do desenvolvimento sócio-econômico do estado.

Migrações

As migrações se constituem num outro componente que influencia a dinâmica demográfica de determinada população em uma dada área geográfica. Este processo, em decorrência da redução da fecundidade, passa, progressivamente, a ter papel relevante nas explicações desta dinâmica. Como já mostrado, suas características marcam tanto a população do Rio Grande do Sul quanto a dos pequenos municípios em estudo, embora com características diferenciadas. O significado destes processos pode ter uma leitura imediata, de aumento ou de redução absoluta de população, com as conseqüências relativas, bem como efeitos mais tardios, cujo exemplo mais significativo na atualidade está no processo de envelhecimento. Considerando que as migrações internacionais assumem pouca importância na composição demográfica do estado e dos municípios estudados, elas serão analisadas apenas em escala nacional.

A Tabela 17 e a Figura 5 mostram a participação dos naturais e dos não-naturais do estado na composição de sua população bem como na dos pequenos municípios.

Tabela 17 – Totais da população natural e não-natural do estado e participação relativa dos não-naturais no estado do Rio Grande do Sul e nos pequenos municípios, segundo os censos de 1970, 1980, 1991 e 2000

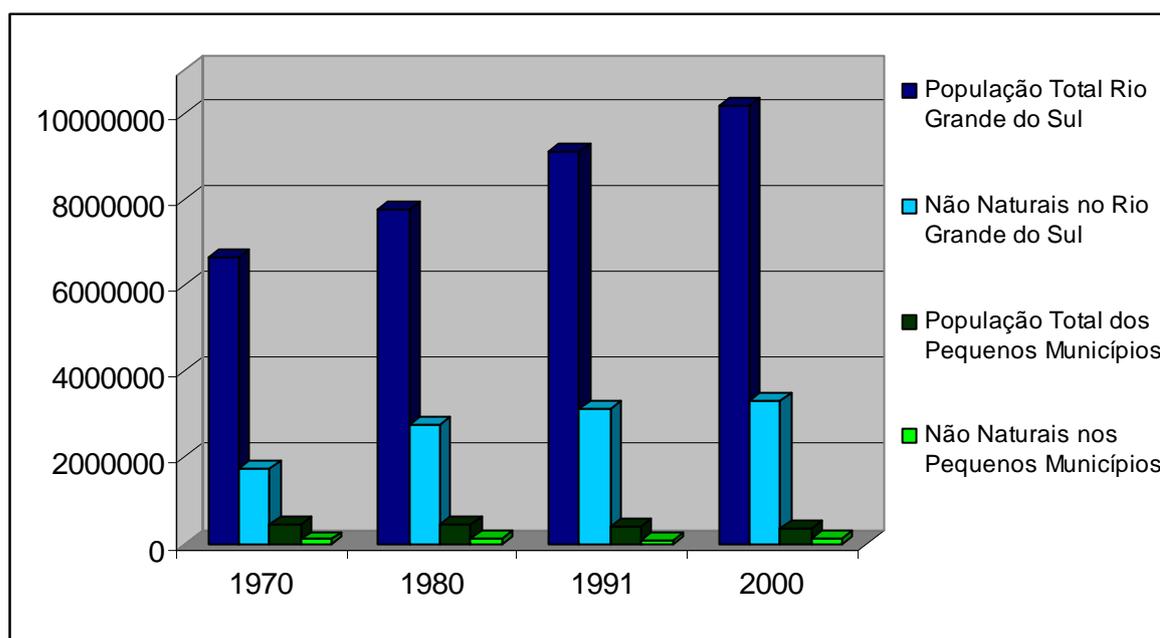
Ano	Rio Grande do Sul				Pequenos municípios			
	Pop. total	Naturais	Não-naturais	%	Pop. total	Naturais	Não-naturais	%
1970	6.664.891	4.934.245	1.730.646	26,0	464.802	367.459	97.343	20,9
1980	7.773.837	4.993.812	2.780.037	35,7	424.011	312.947	111.064	26,2
1991	9.138.670	5.990.114	3.148.339	34,4	404.578	308.062	96.516	23,8
2000	10.187.798	6.889.866	3.297.932	32,3	364.451	264.407	100.044	27,4

Fonte: Censos demográficos, FIBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Org.: Autora

Considerando-se os dados registrados na tabela, no que se relaciona aos naturais, pode-se observar que, no estado, no período de 1970 a 1980, eles tiveram um crescimento insignificante, ou seja, de 1,20%. Já nos pequenos municípios o crescimento foi negativo para todo o período avaliado, o que está vinculado à queda da fecundidade e também aos processos migratórios. A explicação para este fenômeno está vinculada à evasão demográfica que se acentuou a partir de 1970, quando o estado perdeu quase um milhão de habitantes para outras regiões do país. Isto foi motivado, principalmente pela pressão da população rural sobre a

disponibilidade de terras agricultáveis. Assim, a alternativa encontrada por estes agricultores foi a busca de terras em estados da própria região Sul, como Santa Catarina e Paraná, e das regiões Centro-Oeste e Norte do país, uma vez que nestas este recurso era abundante. Além disto, destacam-se as migrações de gaúchos para a região Sudeste, especialmente para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A partir de 1980 o crescimento dos naturais no estado foi mais expressivo. Entretanto, nos pequenos municípios continuou negativo.



Fonte: Censos demográficos, FIBGE- 1970, 1980, 1991 e 2000
Org.: Autora

Figura 5 – População total e dos não-naturais no estado e nos pequenos municípios em 1970, 1980, 1991 e 2000.

Ao se analisar a participação dos não-naturais no estado, evidencia-se que as migrações interestaduais foram significativas e apresentaram crescimento no período analisado, muito embora elas estejam se tornando cada vez menos relevantes. Já nos pequenos municípios a participação dos não-naturais é menos relevante e oscilatória e se caracteriza por migrações predominantemente intra-estaduais.

Considerando-se esta mesma situação para os pequenos municípios, evidencia-se que entre 1970 a 2000, enquanto a população total decresceu, os não-naturais ora cresceram ora diminuíram sua participação. Assim, em determinados momentos esses municípios se tornam repulsores de população pela falta de atrativos, principalmente econômicos; e, em outros,

apresentam fatores de atração. Destaque-se que a maioria dos pequenos municípios tem sua economia voltada para a agropecuária, como: David Canabarro, Independência, Condor, Campinas do Sul, etc. Raros são os casos daqueles que se destacam também no setor industrial, como por exemplo: Paraí (extração de basalto), Cambará do Sul (indústria extrativa vegetal), Nova Araçá (indústria extrativa mineral, madeireira, calçados), Independência (fabricação de peças e implementos agrícolas), Nova Bassano (pólo metalúrgico pela proximidade com Caxias do Sul). Como se pode observar, existem algumas indústrias, mas essas, na sua maioria, não fazem parte de um processo que promova um desenvolvimento maior. Alguns municípios têm destaque no ramo do turismo, como: Mata (madeira petrificada), Vicente Dutra (águas termais) e Cambará do Sul (belezas naturais).

A Tabela 18 mostra a distribuição dos não-naturais, no Rio Grande do Sul e nos pequenos municípios, segundo as unidades da federação em 1970, 80, 91 e 2000.

Tabela 18 – Não naturais segundo as unidades da federação no estado do Rio Grande do Sul e pequenos municípios, em 1970, 1980, 1991 e 2000.

Unidades Federação	Rio Grande do Sul				Pequenos Municípios			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
RO	26	267	1021	1041	-	-	-	-
AC	23	168	295	301	-	-	-	-
AM	175	475	812	828	-	-	-	-
RR	15	84	336	343	-	-	-	-
PA	370	951	1251	1276	04	-	-	-
AP	04	82	11	09	04	13	-	-
MA	118	142	583	596	-	-	35	12
PI	133	200	184	181	-	-	-	-
CE	503	1303	1922	2354	03	-	-	-
RN	405	320	633	645	-	-	-	-
PB	232	375	523	534	-	04	-	-
PE	978	1127	1374	1401	-	-	05	-
AL	232	110	546	555	-	-	08	-
F. de Noronha	04	16	-	-	-	-	-	-
SE	115	69	494	503	-	-	-	-
BA	1025	1048	2256	2280	06	03	13	10
MG	2352	3306	3009	3069	11	04	48	35
ES	364	335	700	714	-	-	06	-
RJ	4005	9105	9985	10085	11	08	09	08
SP	11.133	13.331	16.377	15697	115	65	88	81
PR	9.646	21.909	36.533	37255	648	907	953	944
SC	66.739	48.182	54.919	59225	3507	2051	2326	2019
RS	1.585.510	1.277.880	1.217.016	1.156.166	91.939	43.986	37.118	33.418
MS	-	1709	3.190	3252	-	38	147	155
MT	1064	612	4079	4155	06	16	225	228
GO	236	466	2279	2323	05	07	83	91
DF	319	1673	3036	3096	11	13	18	10
TO	-	-	392	401	-	-	-	-
Totais sem RS	100.216	107.365	146.742	149.593	4.321	3.129	3.964	3.593

Fonte: Censos demográficos, FIBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Org.: Autora

A Tabela 18 registra que a maioria dos imigrantes de outros estados no Rio Grande do Sul em 1970 eram provenientes de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, totalizando 91,0% dos migrantes. Entretanto, estes valores apresentam uma trajetória de redução evidenciada pelos dados de 2000, que mostram a participação declinando para 82,0%. Nos pequenos municípios, os migrantes são oriundos principalmente dos estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, e sua participação apresenta um declínio de 99,0% para 85,0% – comportamento similar, portanto, ao do estado. As migrações internas são muito mais relevantes, apesar de estarem decrescendo nos dois níveis considerados.

Destaque-se aqui que as áreas do estado preferidas pelos migrantes gaúchos, correspondem às áreas mais prósperas (mais industrializadas), como, por exemplo, a região metropolitana de Porto Alegre e a região de Caxias do Sul. Isto decorre das maiores possibilidades de oferta de trabalho nas mesmas.

Na questão das migrações é importante considerar também a sua distribuição por sexo, uma vez que tanto os homens quanto as mulheres se inserem neste movimento. A Tabela 19 mostra os migrantes, segundo o sexo, no estado do Rio Grande do Sul e nos pequenos municípios, em 1970 e 2000.

Tabela 19 – Totais relativos dos não naturais segundo o sexo na composição da população do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios em 1970 e 2000

Unidade	1970		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Rio Grande do Sul	52,58	47,41	48,89	51,11
Pequenos Municípios	50,65	49,35	48,51	51,49

Fonte: Censos demográficos, FIBGE, 1970 e 2000.

Org.: Autora

Os valores referentes a 1970 contidos na tabela evidenciam que, nos dois espaços considerados, os homens eram maioria entre os não-naturais. Porém, o estado apresentou um leve desequilíbrio nesta distribuição (9,8%). Nos pequenos municípios a distribuição entre os sexos encontrava-se mais equilibrada, com uma diferença de apenas 2,56%. Os dados de 2000 indicaram mudanças de comportamento, pois as mulheres passaram a ser maioria dentre os não-naturais, contrariando o que ocorria em 1970.

Destaque-se que no estado, desde a década de 1970, as mulheres predominavam na composição da totalidade da população; no entanto, quando se analisaram os não-naturais, os homens é que representaram a maioria. Neste aspecto é interessante ressaltar que os processos migratórios não produziram mudanças mais significativas na distribuição por sexo que

aquelas evidenciadas nas mudanças demográficas totais. Isto indica que os condicionantes de atração ou de expulsão atuaram de forma relativamente homogênea. Quando se considera a totalidade da população nos pequenos municípios, a partir da década de 1970 são os homens que preponderaram sobre as mulheres, porém o mesmo não acontece quando a análise recai sobre os não-naturais, onde predominam as mulheres.

Para concluir a avaliação deste processo é interessante considerar a presença dos gaúchos fora do seu estado e daqueles não-naturais do estado que tinham menos de 10 anos de residência na unidade da federação (Figura 5). Para o primeiro caso a Tabela 20 mostra a população natural do Rio Grande do Sul vivendo em outras regiões brasileiras, inclusive na região Sul (PR e SC), em 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tabela 20 – Totais de população natural do Rio Grande do Sul e participação e crescimento relativo, por região de residência, no Brasil, em 1970, 1980, 1991 e 2000 e entre 1970-2000

Região de Residência	População em 1970	%	População em 1980	%	População em 1991	%	População em 2000	%	Cresc. rel. 1970-2000 (%)
Norte	1.402	0,20	14.278	1,60	33.432	3,61	35.987	3,35	2.466,83
Nordeste	4.389	0,63	10.148	1,13	20.364	2,20	26.086	2,43	494,35
Sudeste	79.478	11,40	121.242	13,52	123.913	13,38	133.753	12,49	68,30
Sul (PR e SC)	598.809	85,91	683.192	76,17	617.224	66,63	728.336	68,00	21,63
Centro-Oeste	12.904	1,85	67.923	7,57	131.341	14,18	146.914	13,71	1.038,51
Total	696.982	100,0	896.783	100,0	926.274	100,0	1.071.076	100,0	53,64

Fonte: Censos demográficos, FIBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000.

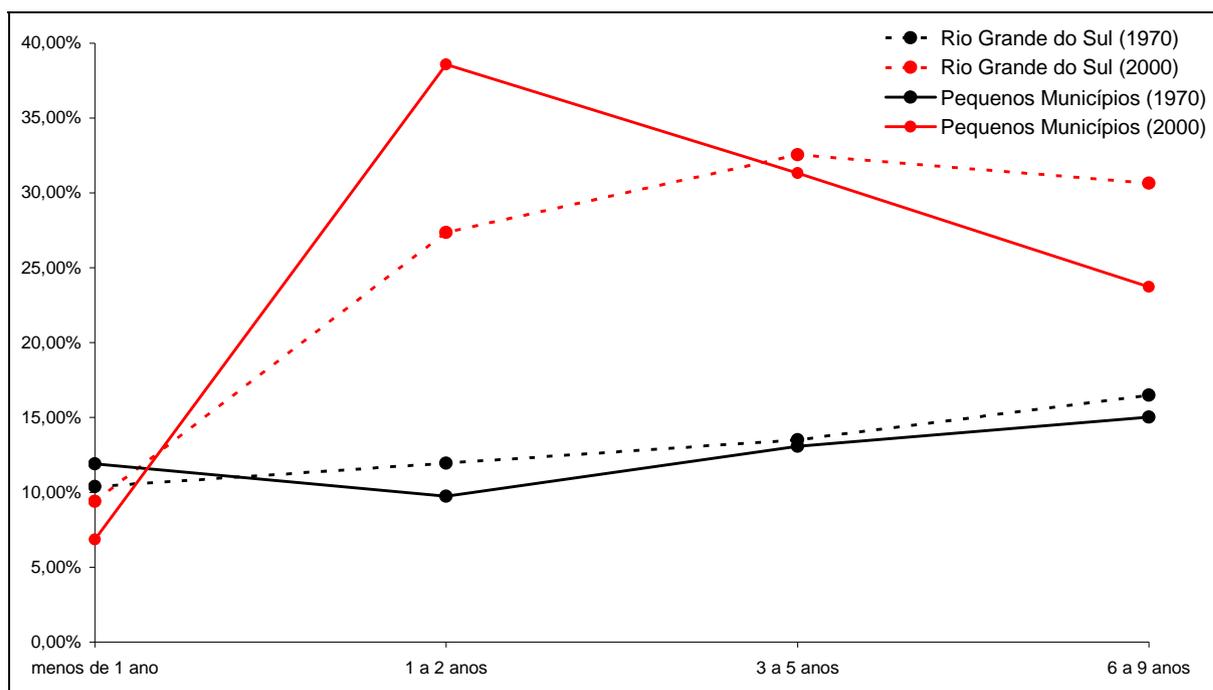
Org.: Autora

Através dos dados totais contidos na tabela, pode-se verificar: primeiro, que os naturais do estado não revelam processos de saída mais significativos, quer consideremos estes totais gerais, quer os destinos preferenciais – o Sudeste e o próprio Sul; segundo, que predominam as migrações para os estados da própria região, o que de certa forma mostra uma migração para distâncias mais curtas. Veja-se o diferencial entre os casos do Paraná e Santa Catarina e a região Sudeste. Notoriamente, o Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste não são áreas muito atrativas para os gaúchos. Entretanto, o aumento absoluto e relativo da presença deles nestas regiões é relevante. Embora em termos absolutos o número de gaúchos tenha aumentado nestas regiões, quando se analisam os valores relativos, observa-se que estão ocorrendo oscilações expressivas. O mesmo não é observado no Sudeste.

Quando se analisa o período entre 1970 e 2000, constata-se que em termos percentuais, o maior crescimento que houve na participação de gaúchos em outras regiões foi o que ocorreu nas regiões Norte (2.466,8%) e Centro-Oeste (1.038,5%). O menor incremento

foi verificado nos estados da região Sul (21,63%). Esta mudança na direção do destino significa que aquelas áreas antes buscadas não estão mais atendendo as demandas dos migrantes, daí eles se direcionarem para outras regiões, como a Norte, a Centro-Oeste, ou a Nordeste, que ainda possibilitam a chegada de frentes pioneiras.

A Figura 6 mostra os migrantes segundo o tempo de residência no estado e nos pequenos municípios, em 1970 e 2000.



Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000
Org.: Autora

Figura 6 – Pessoas não-naturais no estado e nos pequenos municípios que tinham menos de 10 anos de residência, em 1970 e 2000

Através da Figura 6, pode-se observar que, entre 1970 e 2000, tem-se para o estado e para os pequenos municípios significativa homogeneidade no que se refere ao tempo de residência nas respectivas unidades. O mesmo não pode ser afirmado quando se analisam os valores de 2000, que apresentaram mudanças marcantes de comportamento. No estado, tanto o crescimento quanto o decréscimo ocorreu de forma moderada, enquanto nos pequenos municípios ocorreu de forma mais intensa. Portanto, para ambos observa-se que existem migrações recentes, com ênfase nos pequenos municípios.

A análise destes dados permite fazer algumas inferências sobre o futuro das migrações no Rio Grande do Sul, como, por exemplo, a tendência à sua manutenção, mas num ritmo não

tão acelerado. Esta desaceleração está vinculada principalmente à redução do crescimento demográfico associada à perda de significância do estado como ponto de atração de migrantes. Este perfil deve ser relacionado com a crise econômica que tem assolado o estado, e a dificuldade e morosidade em se promover o desenvolvimento econômico das áreas estagnadas. Como exemplo disto pode-se mencionar a criação da região denominada Metade Sul do estado, através de lei, em 1996, cuja finalidade era a de promover o desenvolvimento das áreas pobres, e que, entretanto, não revelou resultados muito significativos. Foi somente a partir de 2005 e 2006 que foram tomadas as iniciativas mais importantes neste sentido, como já referido neste capítulo.

Outro problema que o estado enfrenta é a guerra fiscal, que contribui para que investimentos produtivos sejam transferidos para outros estados. Aliado a isto se tem, também, o problema da alta tributação que colabora para o fechamento de muitas empresas, ocasionando desemprego e, conseqüentemente, movimentos da população. A indústria de calçados, por exemplo, que é tradicionalmente relevante na economia do estado, vem sofrendo os efeitos da concorrência da China. Isto tem provocado o fechamento de empresas, gerando problemas para a região do Vale dos Sinos. A falta de recursos por parte do governo é outro agravante. Neste âmbito, 53,0% da folha de pagamento (2007) daqueles vinculados ao estado estão comprometidos com os inativos. Desse modo, faltam recursos para investimentos em outros setores que poderiam recuperar a capacidade do estado de garantir serviços de qualidade à população.

Com relação às migrações intra-estaduais, tudo indica que, apesar das variações, elas continuarão a ocorrer, pois internamente os migrantes tendem a se dirigir para as áreas de maior prosperidade econômica, como a região metropolitana de Porto Alegre e a de Caxias do Sul, que são importantes pólos de concentração industrial. Desta forma, na dinâmica destas trocas migratórias, há áreas que ganham enquanto outras perdem, e as que perdem população são normalmente as pequenas cidades e/ou pequenos municípios. Este processo tem gerado uma nova distribuição espacial da população.

A dinâmica do crescimento vegetativo mais a das migrações são as responsáveis por outras dimensões importantes para a compreensão do perfil demográfico do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios, inclusive para leituras prospectivas. A análise até aqui efetuada contemplou a avaliação da dinâmica demográfica tanto do estado quanto dos pequenos municípios em estudo. O desenvolvimento desta tarefa esteve fundamentado na avaliação dos comportamentos de nascer, migrar e morrer, os quais agregam dimensões biológicas e sociais. Entretanto, para a compreensão das questões do desenvolvimento dos

recursos humanos, é necessário considerar outras dimensões da sociedade. A partir daqui, analisam-se outros atributos destas populações: estrutura por sexo e idade, escolaridade e população economicamente ativa.

Estrutura etária e por sexo

A estrutura etária se constitui numa importante característica da população. Através dela podemos identificar uma série de eventos demográficos, tais como: a população em idade reprodutiva; em idade ativa; a entrada na escola; a aposentadoria; as condições futuras de envelhecimento ou de rejuvenescimento de uma população. Todos estes aspectos estão fortemente vinculados com a idade. Este atributo também tem implicações na produção, no consumo, na assistência médica, no acesso à cultura, enfim, nos investimentos demográficos. É também através da estrutura etária que se podem acompanhar as transformações demográficas que estão ocorrendo na população, efetuar estimativas e, a partir daí, orientar os investimentos que tanto o poder público quanto o setor privado deverão realizar.

Observa-se que esta característica da população decorrente dos comportamentos dos nascimentos, mortes e das migrações se constitui num importante parâmetro para todos os administradores e também para a sociedade em geral. Políticas públicas que devam ser implementadas tanto por uma unidade da federação quanto por um município necessitam estar intimamente relacionadas com a variável 'idade'. Assim, para uma população jovem e numerosa, os investimentos deverão estar orientados para a área de saúde infantil (campanhas de vacinação, atendimento médico) e para a educação (construção de mais escolas, creches, formação e contratação de mais professores). Uma população adulta numerosa demanda mais empregos, enquanto uma população idosa e crescente necessita de serviços nas áreas de saúde, casas de repouso, programas especiais de integração para que eles se sintam valorizados e incluídos na sociedade. Desta forma, fica evidente que o direcionamento dos investimentos está fortemente vinculado às dimensões que têm um peso bastante significativo para compor a qualidade de vida da população: saúde, educação, emprego, participação, etc., para qualquer lugar – todas elas, em termos de quantidade e qualidade, estão vinculadas à estrutura etária.

Deve-se considerar que a evolução de uma população no sentido de seu crescimento é condicionada, em grande medida, pela sua estrutura por sexo e idade, tendo em conta que os

fenômenos que determinam seu crescimento natural (fecundidade e mortalidade) estão diretamente relacionados a estas duas variáveis. A associação entre estrutura etária e outros atributos ou valores da população determina a forma como se expressa a natalidade, a mortalidade e a migração.

A dimensão sexo é relevante, uma vez que, além da questão reprodutiva, há que se considerar o preparo e a capacidade para a inserção no mercado de trabalho, os valores da sociedade com relação a homens e mulheres, os níveis de inclusão da população feminina de forma mais integrada na sociedade, etc.

Com o propósito de analisar esta dimensão, procurou-se verificar, de forma comparativa, a evolução da população em termos de estrutura por sexo e idade, segundo os dados censitários de 1970, 1980, 1991 e 2000, tanto para o estado do Rio Grande do Sul quanto para o conjunto dos pequenos municípios. Considerando-se que o número destes últimos é de 60, optou-se inicialmente por trabalhar para o conjunto com apenas três faixas etárias, ou seja: jovens, de 0-14 anos; adultos, de 15-59 anos; e idosos, de 60 anos ou mais. Por um lado, este procedimento permite comparações mais agregadas, mas por outro, impede a avaliação detalhada, o que é igualmente relevante.

A estrutura etária de uma dada população pode ser avaliada tanto de forma numérica (tabelas contendo dados absolutos ou relativos) quanto gráfica (pirâmides etárias, gráficos de linhas ou de colunas). As Tabelas 21 e 22 registram, respectivamente, os valores relativos referentes à estrutura sexo-idade da população do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios, segundo as faixas etárias, para o período entre 1970 e 2000. Comparando-se os dados apresentados para o estado e para os pequenos municípios, podemos identificar alguns aspectos relevantes.

Tabela 21 – Evolução relativa da estrutura sexo-idade da população total do estado em 1970, 1980, 1991 e 2000

Faixa Etária	Rio Grande do Sul											
	1970			1980			1991			2000		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
0-14	39,0	19,75	19,22	32,41	16,47	15,94	30,05	15,31	14,74	26,06	13,27	12,78
15-59	55,22	27,33	27,92	60,38	29,84	30,54	61,38	30,02	31,0	63,47	31,31	32,20
60 e +	5,78	2,69	3,09	7,21	3,24	3,97	8,91	3,87	5,06	10,47	4,45	5,99
Total	100,0	49,77	50,23	100,0	49,55	50,45	100,0	49,20	50,80	100,0	49,03	50,97

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Org.: Autora

Tabela 22 – Evolução relativa da estrutura sexo-idade da população dos pequenos municípios em 1970, 1980, 1991 e 2000

Faixa Etária	Pequenos Municípios											
	1970			1980			1991			2000		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
0-14	43,67	22,23	21,44	34,58	18,07	16,51	30,21	15,35	14,86	25,35	12,98	12,37
15-59	51,44	26,19	25,25	58,36	29,86	28,50	59,76	30,46	29,30	61,87	31,89	29,98
60 e +	4,89	2,37	2,52	7,06	3,34	3,72	10,03	4,70	5,33	12,78	5,88	6,90
Total	100,0	50,79	49,21	100,0	51,27	48,73	100,0	51,32	49,49	100,0	50,75	49,25

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Org.: Autora

Os dados contidos nas Tabelas 21 e 22 mostram o perfil das respectivas populações quando são agrupadas por faixas mais amplas. É preciso considerar que esta forma de agregação etária torna mais ágil a análise dos dados, porém “esconde” detalhes apenas mostrados nas agregações tradicionais, ou seja, com intervalos de 5 anos. No que se refere à população jovem (0-14 anos), quando se avaliam as mudanças ocorridas entre 1970 e 2000, para os dois espaços analisados, observa-se que houve uma redução expressiva, sendo esta de 33,2% para o estado e de 43,0% para os pequenos municípios. Este comportamento é o resultado de uma queda acentuada da fecundidade. Isto é observável quando se compara a participação do grupo de 0 a 14 anos entre 1970 e 2000. Estes valores mostram a tendência declinante que vem se confirmando, de forma generalizada, não só nos municípios do estado, mas também no restante do país.

Quanto ao grupo dos adultos (15-59 anos), constata-se que este vem crescendo pelo fato de terem nascido num momento em que as taxas de fecundidade eram mais elevadas. Isto associado à redução da mortalidade geral fez com que um maior número de pessoas chegasse à idade adulta e, depois, à condição de idosa. Entre 1970 e 2000, a população desta faixa cresceu 14,9% para o estado, e 20,5% para os pequenos municípios. A população desta faixa etária contempla a força de trabalho. Assim, seu incremento impõe a necessidade de uma reorientação nos investimentos, principalmente no que se refere à geração de empregos. Este percentual verificado nos pequenos municípios explica-se pelo fato de a maioria da população ser rural e apresentar taxas de fecundidade, de uma forma geral, mais elevadas do que a das populações urbanas. Estes valores, em ambos os casos, indicam forte tendência para o envelhecimento da população, o que em uma ou duas décadas trará impactos mais significativos sobre sua estrutura etária.

Quando se analisou a distribuição da população por sexo nesta faixa etária (15-59 anos), observou-se um comportamento diferenciado para o estado e para os pequenos municípios. Enquanto no primeiro predominavam as mulheres em todos os momentos analisados, nos pequenos municípios, de uma forma geral, é o total de homens que se sobrepõe em relação ao de mulheres. Em 1970, 50,8% eram homens, e em 2000, 50,7%. Isto de uma forma geral decorre do fato de as mulheres, nesta faixa etária, migrarem mais do que os homens. Isto pôde ser confirmado quando da análise dos não-naturais em 2000, que mostrou que as mulheres constituíram a maioria tanto no estado (51,1%) quanto nos pequenos municípios (51,5%). Destaque-se, porém, que neste último espaço a situação se inverte para os grupos de mais de 60 anos. Isto ocorre em função da maior mortalidade masculina nesta faixa etária, uma vez que os homens apresentam taxas de mortalidade mais acentuadas do que as das mulheres.

O envelhecimento populacional é o resultado de mudanças na dinâmica demográfica pelo aumento da participação relativa dos idosos em relação à população total. Com este processo, há uma redução da participação dos jovens, o que traz como consequência, em escala nacional ou local, um custo social elevado. No que se relaciona à proporção de idosos, o estado registrou, em 2000, 10,4% da população nesta condição. Dentro do estado, os municípios que revelaram os maiores percentuais foram Santa Tereza, com 21,7%, e Colinas com 18,3%. São percentuais muito superiores à média do estado e que se aproximam da média da Itália (23,1%) e do Japão (22,3%). Já os pequenos municípios considerados neste estudo revelaram uma proporção de idosos de 12,8% em relação à totalidade de sua população, concentrando, em 2000, 4,4% de toda a população idosa do estado. Se for mantido o mesmo padrão de crescimento verificado entre 1991 e 2000, as projeções para o estado em 2010 indicam um percentual de idosos equivalente a 12,3 % e, para os pequenos municípios (60), de 16,3%.

Diante deste fato, é preciso saber como vivem os idosos, o que tem sido feito para enfrentar esta situação em termos de saúde, renda familiar, lazer, trabalho, etc. Um aspecto importante ao se tratar da questão do envelhecimento é a relação que existe entre o número de idosos e o de jovens, que pode ser medida através do Índice de Envelhecimento¹. Os dados da Tabela 23 mostram esta relação para o estado do Rio Grande do Sul e para os pequenos municípios, em 1970, 1980, 1991 e 2000.

¹ O Índice de Envelhecimento expressa o número de idosos (60 anos e mais) em relação a cem jovens entre 0 e 14 anos de idade.

Tabela 23 – Índice de envelhecimento do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios do estado, em 1970, 1980, 1991 e 2000

Unidades	1970	1980	1991	2000
RS	15,06	16,61	29,68	40,12
Peq. Municípios	10,82	20,62	33,98	51,71

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000

Org.: Autora

Segundo avaliação das Nações Unidas, todos os lugares com índice igual ou superior a 10 já entraram no processo de envelhecimento. Os resultados apresentados na Tabela 23 mostraram que, a partir de 1980, este índice já era representativo tanto no estado quanto nos pequenos municípios: em ambos o processo está ocorrendo numa velocidade muito grande, ainda maior nos últimos. Em 1970 o diferencial do Índice de Envelhecimento nos pequenos municípios em relação ao estado foi inferior em 39,18%. No entanto, em 2000 ele tornou-se superior em 27,41%.

Os dados de 1970, 1980, 1991 e 2000 servem para ilustrar as mudanças na relação idosos-jovens. No Rio Grande do Sul, a relação que era de 15,0 idosos para cada cem jovens em 1970, passou para 40,1 em 2000, aumentado em 166,0% nestes 30 anos. Nos pequenos municípios, esta mudança foi ainda mais significativa, passando-se de 10,8 para 51,7, com um acréscimo de 377,9%. Esta mudança está vinculada a uma série de fatores, já mencionados, que agiram de forma conjunta, como: a queda da fecundidade nas últimas décadas; o aumento da expectativa de vida, além das especificidades das migrações. Entretanto, em se tratando dos pequenos municípios gaúchos, a principal causa está relacionada às migrações, especialmente dos jovens que buscam a satisfação de suas aspirações pessoais nas grandes cidades, de onde, na maioria das vezes, não retornam aos seus centros de origem. Isto contribuiu para que este processo se intensificasse.

Dentre os pequenos municípios que em 2000 registraram valores superiores ao Índice de Envelhecimento do estado, podem-se mencionar: Roca Sales, Santana da Boa Vista e Nova Araçá, cujos índices foram, respectivamente, 84,2; 63,4; e 56,6. Dentre aqueles que registram valores inferiores pode-se indicar Cambará do Sul, com 28,7, e Miraguai, com 33,8.

Observe-se ainda que a população idosa (60 anos ou mais), de uma forma geral, foi a que apresentou mudanças mais significativas no período estudado, tendo o aumento ocorrido de forma muito mais intensa nos pequenos municípios do que no estado (conforme as Tabelas 21 e 22). Assim, entre 1970 e 2000, enquanto no estado o crescimento da população idosa foi de 81,1%, nos pequenos municípios atingiu 161,1%. Estes valores mostram que está,

efetivamente, ocorrendo o envelhecimento da população num ritmo bastante acelerado e até agora desconhecido. O determinante-chave deste envelhecimento é a queda da fecundidade, aliado também ao processo emigratório, que no estado, desde 1950, tem sido superior ao imigratório. Associado a isto se tem também o impacto do aumento da esperança de vida. Esta mesma dimensão observada para os pequenos municípios apresenta similitudes e diversidades. No primeiro aspecto, temos o declínio da participação do primeiro grupo etário, embora parta de valores mais elevados do que o total do estado para 1970 e termine em valores inferiores em 2000. Com relação à população idosa, os dados mostram um envelhecimento mais acentuado, com ênfase na população feminina. Destaque-se que, para os pequenos municípios, há também a saída de população – os emigrantes.

No que se refere à diferença entre os sexos é importante destacar inicialmente as causas da diferenciação. Conforme López, Méndez e Pierre (1993), os desequilíbrios entre os sexos são determinados por dois tipos de causas: as demográficas e as não demográficas. Entre as primeiras cabe destacar o desequilíbrio produzido ao nascer (relacionado com o padrão de vida e com o grau de higiene pré-natal), a desigual mortalidade masculina e feminina (determinada pela idade, nível de desenvolvimento do entorno, condições biológicas, ambientais, etc.) e as migrações. Entre as segundas, destacam-se as guerras de longa duração – que não têm afetado o estado – e o tratamento diferenciado que é dado para os homens e mulheres em determinadas sociedades tradicionais – como, por exemplo, na China, onde há uma preferência pelo filho homem (neste país muitas meninas são vítimas do infanticídio, abortos provocados pelos pais, ou do abandono nas ruas quando recém-nascidas).

A medida utilizada para mostrar esta relação é o Índice de Masculinidade (IM)², mais utilizado, ou o Índice de Feminilidade (IF). Índices inferiores a 90 e superiores a 110 são reveladores de um desequilíbrio na composição da população. Isto, porém, ainda não se verificou no estado, mas sim em pequenos municípios. No estado, em 2000, o Índice de Masculinidade foi de 96,1, enquanto nos pequenos municípios foi de 101,5. No entanto, este índice variou de um município para outro. Por exemplo, em Miraguaí, neste mesmo ano, o IM foi de 96,8, enquanto, em Herval foi de 109,6. Este último vem apresentando um crescente processo de masculinização de sua população, por ser um município predominantemente rural. Isto pode ser justificado pela maior emigração das mulheres que buscam, em cidades maiores, melhores oportunidades de trabalho, de estudo, lazer, etc., para si próprias e para os filhos.

² O Índice de Masculinidade é obtido através da divisão do número de homens pelo de mulheres e representa a quantidade de homens existentes para cada cem mulheres, enquanto o Índice de Feminilidade é o inverso. Conforme López, Méndez e Pierre (1993), os valores inferiores a 90 e superiores a 110 manifestam um notável desequilíbrio na estrutura por sexo de uma população.

Assim, para o conjunto dos pequenos municípios, o que se observa com relação ao Índice de Masculinidade é uma irregularidade nos valores para as diferentes faixas etárias. Enquanto para o total do estado temos resultados mais coerentes com a tendência geral, que é a do predomínio das mulheres com o avanço dos grupos etários, nos pequenos municípios a predominância é a masculina.

A Tabela 24 mostra os totais populacionais do estado do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios, em 1970 e 2000, de forma mais detalhada, ou seja, com base nos intervalos de 5 anos. Isto é interessante, uma vez que permite a construção das pirâmides etárias, que possibilitam verificar as mudanças que ocorreram na população entre os dois períodos considerados, conforme pode ser observado nas Figuras 7, 8, 9, e 10.

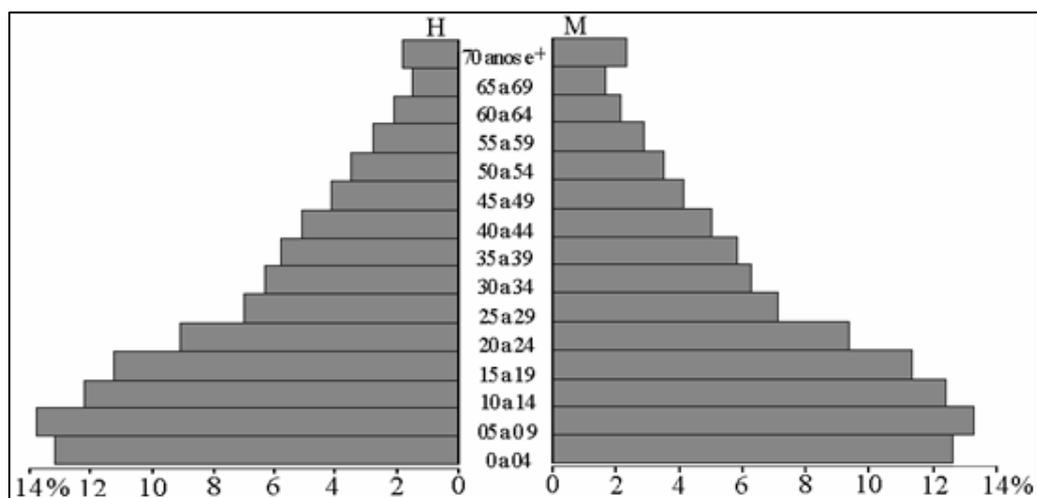
Tabela 24 – População total do estado do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios, segundo sexo e faixas etárias, em 1970 e 2000

Faixas etárias	Rio Grande do Sul				Pequenos municípios			
	1970		2000		1970		2000	
	H	M	H	M	H	M	H	M
0 a 4 anos	436.758	422.043	436.229	419.225	33003	31948	15081	13983
5 a 9	455.822	444.587	451.443	435.805	33977	32609	16557	15907
10 a 14	424.151	414.526	464.379	447.564	31620	30686	18227	17259
15 a 19	371.834	379.922	490.536	475.992	26933	26212	16624	15796
20 a 24	302.082	313.040	430.608	425.776	20742	19389	13525	13089
25 a 29	231.333	237.948	381.613	386.033	15068	14338	12907	12246
30 a 34	208.702	210.210	385.536	399.134	13068	12720	14068	13392
35 a 39	190.350	196.328	397.748	416.339	11540	11028	14095	13578
40 a 44	169.149	168.482	350.099	375.587	9896	9877	12741	12358
45 a 49	137.845	138.912	304.959	322.769	8736	7917	11484	10849
50 a 54	115.458	117.105	249.085	266.715	7580	7162	9789	9201
55 a 59	91.441	96.080	191.155	210.793	6068	5461	7807	7909
60 a 64	69.348	72.637	154.161	179.391	4374	3732	6719	6846
65 a 69	49.883	55.182	110.392	150.157	2998	3126	5364	5901
70 anos e +	59.794	78.222	181.007	281.826	3919	4675	7990	10426
Total	3.316.886	3.347.955	4.994.734	5.193.108	229532	220877	182978	178.748

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1970 e 2000.

Org.: Autora

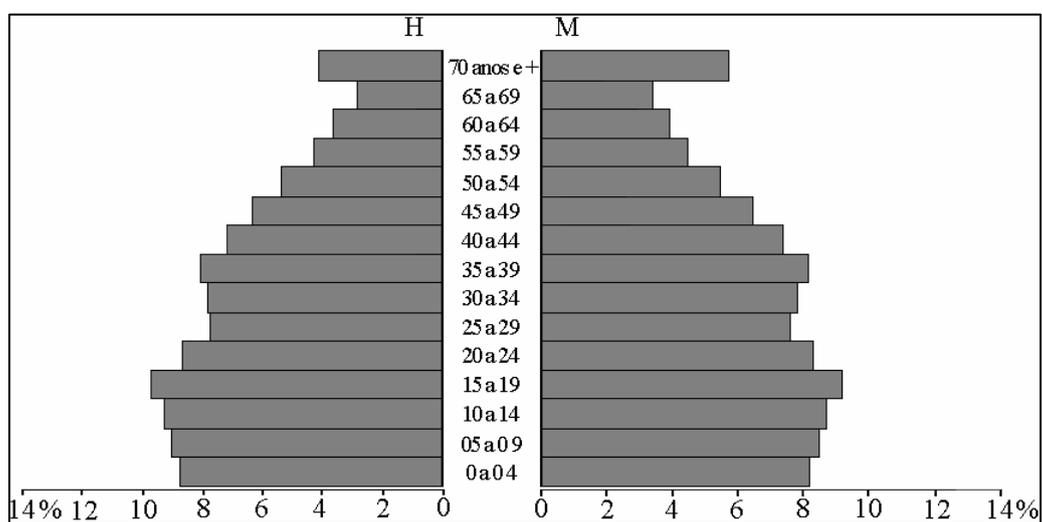
As pirâmides etárias representam, em princípio, esta forma integrada na qual a dinâmica atual e a anterior de uma dada população são exibidas simultaneamente. Sua totalidade permite que se possa fazer, também, uma avaliação prospectiva da mesma. Nesta representação, mais do que os valores absolutos, os relativos são mais úteis para a compreensão aparente da dinâmica de uma população. As Figuras 7, 8, 9 e 10 exibem as pirâmides etárias tanto do estado quanto dos pequenos municípios. Quando se analisam estas pirâmides, dois aspectos despertam a atenção: o perfil da base e o do topo. Assim, a forma como eles se apresentam indica as mudanças que ocorreram, as que estão ocorrendo e as prováveis tendências no comportamento da população.



Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1970.

Org.: Autora

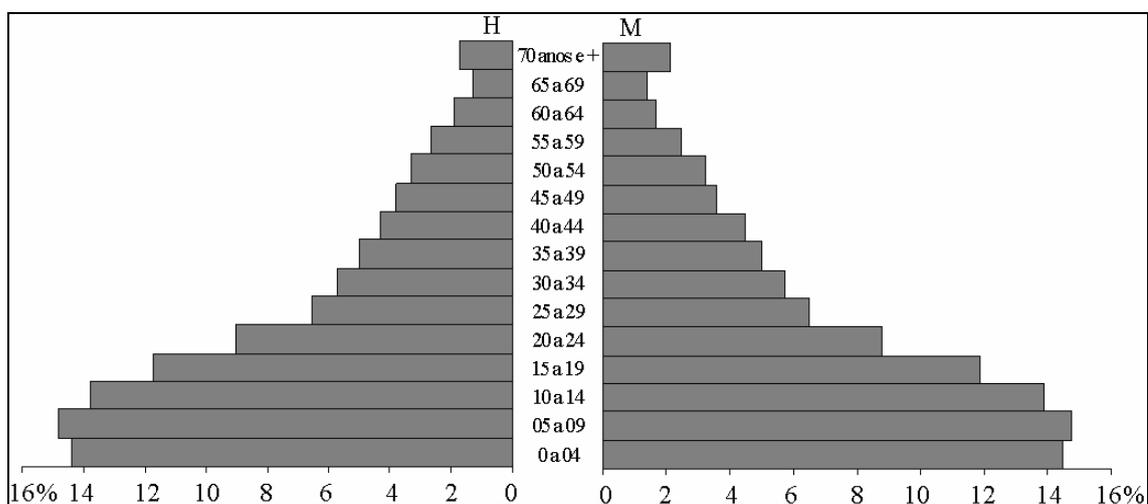
Figura 7 – Pirâmide Etária da população do Rio Grande do Sul em 1970.



Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2000.

Org.: Autora

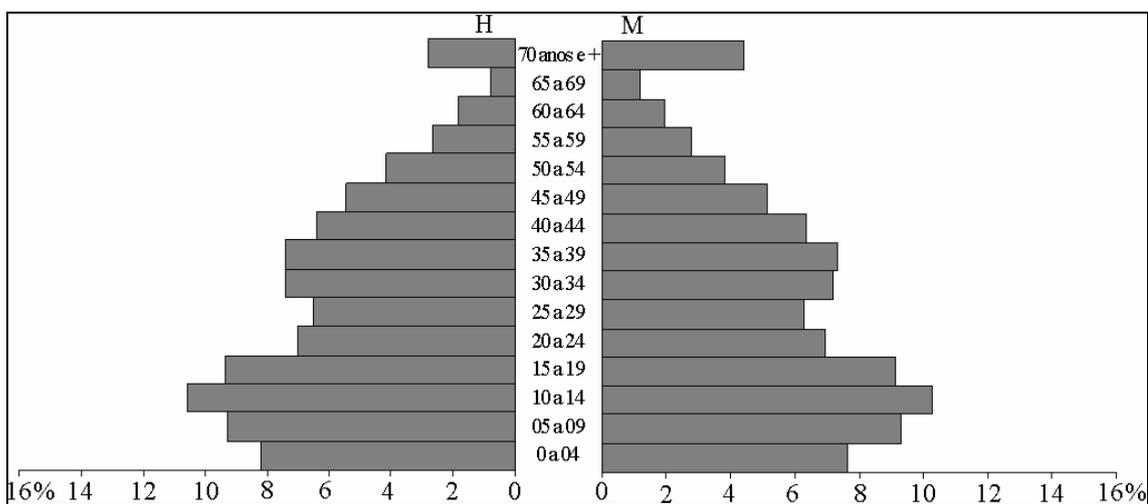
Figura 8 – Pirâmide Etária da população do Rio Grande do Sul em 2000.



Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1970.

Org.: Autora

Figura 9 – Pirâmide Etária da população dos pequenos municípios em 1970.



Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2000.

Org.: Autora

Figura 10 – Pirâmide Etária da população dos pequenos municípios em 2000.

De uma maneira geral, comparando-se as pirâmides para o estado e para os pequenos municípios, percebe-se que as de 1970 apresentaram similaridades, assim, como as de 2000. Porém, quando a comparação é feita com base em diferentes períodos (entre 1970 e 2000) elas apresentam diferenciações.

Em 1970, as pirâmides etárias, tanto do estado quanto dos pequenos municípios, apresentavam como característica principal uma base bastante larga, resultado das altas taxas de fecundidade que haviam ocorrido nas décadas de 1950 e 1960, e um topo estreito, consequência da menor expectativa de vida da população. No entanto, a base da pirâmide era mais larga nos pequenos municípios do que no estado, o que indicava que pequenos municípios, eminentemente rurais, apresentavam taxas de fecundidade mais elevadas do que o conjunto do estado. Por sua vez o topo da pirâmide apresentava-se mais estreito, indicativo da menor expectativa de vida destas populações que, na época, não dispunham de uma efetiva assistência médica, além de apresentarem dificuldades em buscar recursos em outras cidades mais prósperas. Mesmo assim, na década de 1970, observa-se que já começavam a ocorrer mudanças no comportamento reprodutivo da população, pois os percentuais de população de 0 a 4 anos de idade eram menores que os da população de 5 a 9 anos, o que representou uma inovação em relação ao restante do país.

Em 2000, as pirâmides etárias passaram a retratar uma nova configuração, ou seja, estreitamento na base e alargamento no topo, como resultado da queda da fecundidade e do aumento da expectativa de vida ao nascer. Isto indica que as famílias tornaram-se menos numerosas e que as pessoas passaram a viver mais.

Ao se comparar a configuração da pirâmide etária do estado (2000) com a dos pequenos municípios observam-se algumas diferenciações. Enquanto no estado a população apresentou crescimento contínuo até a faixa de 15-19 anos, para depois iniciar o declínio, nos pequenos municípios, ela cresceu até a faixa de 10-14 anos e, a partir daí, declinou. Isto mostra que nestes municípios as mudanças no comportamento reprodutivo da população se iniciaram antes do que no estado. No entanto, os percentuais nesta faixa etária eram bem maiores nos pequenos municípios. Outra particularidade dos pequenos municípios está no fato de a população masculina predominar em relação à feminina nos grupos etários de 45-49 e 50-54 anos de idade. Somente a partir desta última faixa é que as mulheres passam a predominar. No estado, os homens predominam até o grupo de 20-24 anos, e, a partir de então, as mulheres. Assim, enquanto no estado as mulheres são maioria, nos pequenos municípios estudados, os homens é que o são.

Mudanças significativas, bastante expressivas podem ser observadas da pirâmide de 1970 para a de 2000, na faixa etária de 60 anos e mais, tanto no estado quanto nos pequenos municípios. Isto evidencia a ocorrência de declínio das taxas de mortalidade geral e infantil, bem como nas taxas de natalidade e fecundidade, além do aumento da expectativa de vida ao nascer.

A análise dos dados mostrou que houve mudanças importantes na estrutura etária da população. Uma delas foi o crescimento de alguns grupos etários em detrimento de outros, o que foi mais expressivo nos pequenos municípios do que no estado como um todo. Quanto à estrutura da população por sexo, evidenciou-se que, para os dois espaços analisados, no grupo dos jovens predominaram os homens; no grupo dos adultos, no estado, predominaram as mulheres, enquanto que nos pequenos municípios o predomínio foi dos homens; e no dos idosos, em ambos os espaços predominaram as mulheres.

Observa-se, então, que a estrutura por sexo-idade de uma população serve também para mostrar os desequilíbrios que ocorrem no espaço geográfico, e que as conseqüências diretas destas disparidades espaciais se manifestam tanto no campo demográfico quanto no social, cultural e econômico, influenciando no ritmo, bem como na forma de vida de qualquer grupo social.

Escolaridade

A escolaridade é outra dimensão que assume grande relevância para qualquer população. É através dela que o indivíduo adquire consciência de seus direitos e deveres como cidadão, como também a qualificação adequada para enfrentar o mercado de trabalho tão exigente no mundo atual e assim dispor de melhores oportunidades na vida. Neste sentido, a instrução, entendida como educação, torna-se um elemento-chave para superar deficiências e alcançar melhorias na qualidade de vida de uma sociedade. Na atualidade, para que uma sociedade supere seus problemas, é necessário conhecimento, e este é adquirido através do processo educativo. Disto decorre o valor da educação para que se obtenham condições mais favoráveis para o crescimento e o desenvolvimento. Sen (2000, p. 331) argumenta que: “por meio da educação, aprendizado e especialização, as pessoas podem tornar-se muito mais produtivas ao longo do tempo, e isso contribui enormemente para o processo de expansão econômica”.

A literatura sobre a qualidade de vida apresenta muitas reflexões que consideram a educação como um fator fundamental na busca de soluções para superar carências individuais e sociais. Podem-se mencionar vários autores que tiveram esta preocupação ao realizar estudos de qualidade de vida. Dentre eles destacam-se: Rogerson et al. (1989); Bravo e Vera (1993); Sufian (1993); Figueiredo (2001); Santos e Martins (2002), dentre outros. O próprio IDH tem como uma de suas variáveis a educação.

Neste aspecto, o estado do Rio Grande do Sul tem apresentado uma situação mais favorável em relação ao país. Pelo censo de 1991, enquanto a alfabetização na faixa dos quinze aos dezenove anos era de 88,0% para o Brasil, para o estado era de 97,0%. O analfabetismo entre os adultos que era de 20,1% para o país, era de apenas 10,1% para o estado. Considerando-se o tempo médio de escolaridade da população, verifica-se que a média brasileira era de 4,9 anos, enquanto o estado registrava 6,0 anos.

A seguir são abordadas algumas questões relativas ao número de anos de estudo e ao grau de escolaridade da população do estado e dos pequenos municípios para os anos censitários de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Quando se aborda a questão da escolaridade, uma grande divisão logo aparece: os alfabetizados e os analfabetos ou com baixíssimo nível de alfabetização. O estado do Rio Grande do Sul está entre os que registram as menores taxas de analfabetismo no país, posicionando-se entre os cinco com menor índice (RS, SC, PR, SP, RJ). Em 2000 a taxa para o estado era de 6,7%, enquanto para o país era de 14,7%. Em 2004, estas taxas foram respectivamente de 5,8% e 11,6%.

A Tabela 25 e as Figuras 11 e 12 exibem valores e comportamentos das pessoas de 5 anos ou mais de idade por grupo de estudo, no estado e nos pequenos municípios, em 1970, 1980, 1991 e 2000.

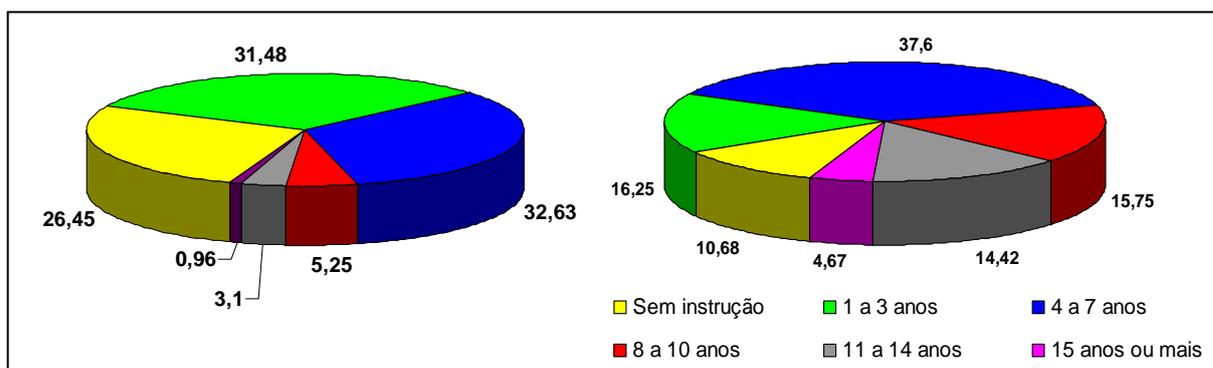
Tabela 25 – Pessoas de 5 anos ou mais, por grupo de anos de estudo, no estado do Rio Grande do Sul e nos pequenos municípios, em 1970, 1980, 1991 e 2000.

Anos de estudo	RS				Pequenos municípios			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
S/ instr. e – de 1	1.535.506	1.352.377	1.240.111	997.062	117.728	81.347	33.063	20.482
1 a 3 anos	1.828.123	1.588.430	1.691.592	1.516.876	145.854	97.293	67.802	51.776
4 a 7 anos	1.894.619	2.778.681	3.290.428	3.508.821	124.395	169.011	172.051	156.738
8 a 10 anos	304.676	628.896	922.667	1.470.403	8.039	18.662	25.540	41.583
11 a 14 anos	180.150	420.887	776.872	1.345.600	2.740	10.445	20.236	33.913
15 anos e +	55.908	133.153	302.016	436.379	726	1.713	4.962	6.753
Pop. 5 anos ou +	5.806.040	6.903.331	8.244.116	9.332.388	400.933	380.889	363.061	340.049
Pop. total	6.664.891	7.773.837	9.138.670	10.187.798	464.802	424.011	404.578	364.451

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1970, 1980, 1991.

Org.: Autora

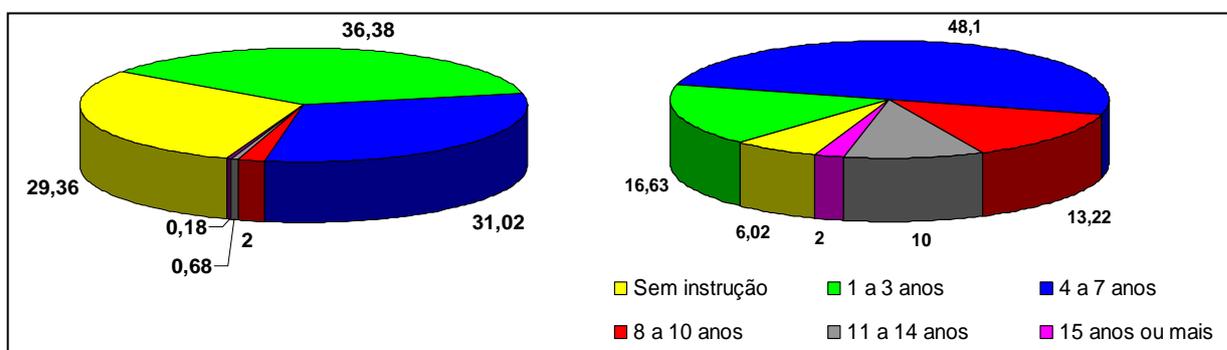
No caso das figuras, a representação relativa permite uma comparação mais ágil das mudanças ocorridas, as quais combinadas com os dados da tabela mostram a dinâmica nesta dimensão.



Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1970 e 2000

Org.: Autora

Figura 11 – Participação relativa de pessoas de 5 anos e mais, por grupo de anos de estudo, no estado do Rio Grande do Sul, em 1970 e em 2000, respectivamente.



Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1970 e 2000

Org.: Autora

Figura 12 – Participação relativa de pessoas de 5 anos e mais, por grupo de anos de estudo, nos pequenos municípios, em 1970 e em 2000, respectivamente.

Quando se analisam os dados da população, considerando-se aqueles sem instrução ou com menos de um ano de estudo³ no estado e nos pequenos municípios, duas questões devem ser destacadas. Primeiro, a relação que existe entre a população não alfabetizada e o total da população. Segundo, sua relação com a população de 5 anos e mais, uma vez que é a partir

³ Sem instrução e menos de 1 ano de estudo: pessoa que nunca freqüentou escola ou, embora tenha freqüentado, não concluiu pelo menos a 1ª série do ensino fundamental, 1º grau ou elementar (IBGE, 2000).

desta idade, de uma forma geral, que as crianças dão início à vida escolar. No primeiro caso, enquanto em 1970 a população não alfabetizada no estado representou 23,0%, para os pequenos municípios ela foi de 25,3%. Esta mesma relação, para 2000, revelou 9,8% para o estado, e 5,6% para os pequenos municípios. No que se refere ao segundo caso, os valores relativos da população não alfabetizada em 1970, no estado, eram de 26,4%, enquanto nos pequenos municípios eram de 29,4%. Em 2000, o estado registrou valores de 10,7, e os pequenos municípios de 6,0%. Este valor menor para os pequenos municípios vincula-se ao número de vagas, em número suficiente para atender a demanda das crianças em idade escolar, considerando-se que as populações destes municípios têm pequeno ou nenhum crescimento, o que reduz a participação deste grupo etário no conjunto. Nos municípios de maior dimensão demográfica, nos quais a dinâmica populacional é muito mais relevante, a relação entre o número de vagas e a demanda se dá em condições diferenciadas. Observa-se assim, que em 1970 era o estado como um todo que apresentava uma situação mais favorável, porém em 2000, foram os pequenos municípios. Entretanto, nesta análise é importante destacar o aumento relativo da população de 5 anos e mais para o estado e pequenos municípios, entre 1970 e 2000. Para o primeiro, ele foi de 60,73%; para o segundo houve um decréscimo de 15,2%, este último explicado pela diminuição da população nestes municípios. Torna-se importante também salientar que, neste mesmo período, ocorreu uma redução significativa das pessoas sem instrução. No estado ela foi de 35,1%, enquanto nos pequenos municípios, de 82,6%. Isto evidencia uma maior inclusão escolar e melhorias na área de educação nestes municípios.

Os dados apresentados (Tabela 25 e Figuras 11 e 12) permitem identificar que, tanto para o estado quanto para os pequenos municípios, ocorreu redução do número de pessoas sem instrução, bem como daquelas com até 3 anos de estudo. Nesta análise deve-se destacar, entretanto, o fluxo desta população: os mais idosos e muitas vezes com mais baixa escolaridade morrem e se amplia o número das crianças e de jovens com melhor escolaridade.

No caso dos pequenos municípios registrou-se um comportamento bastante diferenciado daquele do estado. A razão para tanto pode ser encontrada na implantação das escolas-núcleo, que passaram a beneficiar as populações rurais em idade escolar, através da disponibilidade do transporte. Desta maneira, ao invés de ter várias escolas nas áreas rurais, distantes dos locais de residência da maioria dos alunos, passou-se a ter uma escola-núcleo concentrando os alunos das comunidades rurais. Esta foi a solução preferencial do poder público com relação a essa questão. Quando não há escolas nas áreas rurais, os alunos que

cursam o ensino fundamental dispõem de transporte escolar gratuito para freqüentar escola na zona urbana.

Os dados mostraram também que houve um aumento bastante relevante daqueles cujos anos de estudo variavam de 4 a 10⁴. Contudo, tanto no estado quanto nos pequenos municípios, foi na faixa de 11 a 14 anos⁵ que o crescimento foi mais marcante, alcançando um aumento de, respectivamente, 646,9% e 1.137,7% entre 1970 e 2000. Estes valores são significativos, mas o contexto dos valores absolutos nos quais eles ocorrem é diferenciado, uma vez que o estado tem números absolutos muito maiores do que os pequenos municípios, sendo praticamente incomparáveis. A tabela mostra também um crescimento significativo das pessoas com 15 ou mais anos de estudo, que são aquelas que possuem curso superior, ou que estão em fase de conclusão do mesmo (IBGE, 2000). Nesta categoria, entre 1970 e 2000, houve um crescimento de 440,2% no estado e de 830,2% nos pequenos municípios. Isto evidencia progressos nos indicadores educacionais decorrentes da expansão do ensino superior em cidades próximas a estes municípios. Apesar de apresentar este crescimento, essa expansão ainda não contempla todas as pessoas que estariam aptas a cursar o ensino superior.

Conforme informações contidas no Atlas Sócio-Econômico do Rio Grande do Sul, no ano de 2004, o percentual de matrícula na faixa entre 18 e 24 anos, aquela adequada para freqüentar o nível superior de ensino, era de 17,3%, índice bem inferior ao de alguns países da América Latina, como Argentina (48,0%), Chile (38,0%), Colômbia (22,0%). Este é um perfil advindo das desigualdades sócio-econômicas que se revelam espacialmente em todos os níveis: nacional, estadual e municipal. Normalmente, o acesso à universidade ocorre por duas vias: a pública e a privada. No Brasil, a universidade pública é gratuita, e a privada não, sendo as vagas e o volume dos ingressantes nas universidades públicas muito menos significativos que nas privadas; estas, por via de regra, não apresentam grandes obstáculos para o ingresso, mas sim para a permanência, devido a seus custos.

As universidades públicas são menos numerosas do que as particulares, e o número de vagas ofertadas está distante de atender a demanda. Desse modo, o ensino público superior ainda exclui uma grande parcela da população. Quem mais sofre com esta situação são os alunos oriundos de escolas públicas que enfrentam a falta de preparo no ensino básico, e especialmente no ensino médio. Isto se reflete no momento de disputar uma vaga nestas instituições. Assim, os jovens que normalmente têm acesso à universidade pública são aqueles

⁴ 4 anos para pessoas que concluíram a 4ª série do ensino fundamental ou 1º grau, e 10 anos, para aquelas pessoas que concluíram a 2ª série do ensino médio, 2º grau ou médio 2º ciclo.

⁵ 11 anos para pessoas que concluíram, no mínimo, a 3ª série e, no máximo, a 4ª série do ensino médio, 2º grau ou médio 2º ciclo, e 14 anos para aquelas que concluíram a 3ª série do superior.

que tiveram a oportunidade de se preparar melhor, estudando em colégios particulares e freqüentando cursos preparatórios. Soma-se a isto também o pequeno número de instituições públicas de nível superior. Destaque-se que em 2004 havia, no estado do Rio Grande do Sul, cinco universidades públicas, sendo quatro federais e uma estadual (UFRGS, UFSM, UFPEL, FURG e UERGS), contra 68 instituições privadas. O quadro geral do ensino superior no estado caracterizava-se, neste mesmo ano, por apresentar: 16 universidades, 6 centros universitários, 48 Faculdades ou Institutos de Educação e 3 Centros Tecnológicos, totalizando 73 Instituições de Ensino Superior, entre públicas e privadas. Destas, menos de 10,0% são públicas. Com relação ao mantenedor das instituições, 85,0% das matrículas no estado e 80,0% dos concluintes estavam vinculados ao ensino privado, enquanto o ensino público respondia apenas por 15,0% e 20,0%, respectivamente.

Diante deste contexto, o que é necessário é que as pessoas sejam preparadas para o trabalho, o que não deve ocorrer necessariamente dentro de uma universidade. A capacitação profissional pode se dar também de outras formas, como, por exemplo, através dos cursos técnicos profissionalizantes que se situam no nível médio, ou além dele, sob a forma de uma especialização. O Rio Grande do Sul, em 2004, contava com 1.101 cursos desta natureza. Entretanto, nos pequenos municípios estudados, eles inexistem. Conforme registros existentes (ATLAS, 2005), estes cursos eram ministrados em 152 municípios, e distribuídos nos quatro setores: municipal, estadual, federal e privado, com destaque para a rede de ensino particular, que detinha 73,4% deles. Entretanto privilegiavam aquelas pessoas que possuíam mais recursos financeiros. Em seguida havia a rede estadual, com 19,9%, cujos cursos concentravam-se em cidades médias e grandes, e não nas pequenas. Desta maneira, não beneficiavam de forma direta as populações das pequenas cidades, objeto deste estudo. Mesmo assim, estes cursos profissionalizantes têm contribuído de forma significativa para o mercado de mão-de-obra em importantes setores da economia gaúcha.

Além do total de anos de estudo, outro aspecto relevante está no total de pessoas com cursos concluídos, o que é mostrado nas Tabelas 26 e 27. Elas registram uma comparação entre a população de 10 anos ou mais com curso completo por grau do curso, no Rio Grande do Sul e nos pequenos municípios, nos censos de 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tabela 26 – Pessoas de 10 anos ou mais com curso completo por grau de curso no Rio Grande do Sul e nos pequenos municípios, em 1970, 1980, 1991 e 2000

Grau	Rio Grande do Sul				Pequenos Municípios			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Elementar	1.333.089	2.549.613	-	-	72.224	142.775	-	-
1º grau/básico	247.724	635.404	934.438	1.479.532	5.743	19.032	36.548	50.881
2º grau/médio	147.451	406.471	759.425	849.346	2.398	9.816	20.027	22.132
Superior	45.128	135.805	296.684	392.191	601	2.166	4.867	6.690
Pop. Total	6.664.891	7.773.837	9.138.670	10.187.798	464.802	424.011	404.578	364.451

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Org.: Autora

Tabela 27 – Crescimento relativo das diferentes categorias de ensino e da população do estado e dos pequenos municípios, entre 1970-1980, 1980-1991 e, 1991-2000

Categorias e população	Rio Grande do Sul			Pequenos municípios		
	1970/80	1980/91	1991/2000	1970/80	1980/91	1991/2000
Elementar	91,25	-	-	97,62	-	-
1º grau/básico	156,49	47,06	58,33	231,39	92,03	39,21
2º grau/médio	175,66	86,83	11,84	309,34	104,08	10,51
Superior	200,93	118,46	32,19	260,39	124,70	37,45
Aumento rel. da pop.	16,63	11,48	10,68	-8,77	-4,58	-9,91

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Org.: Autora

Comparando-se os dados absolutos para o estado e pequenos municípios (Tabela 26), pode-se constatar que houve variações no número de pessoas em cada grau de curso. Em todo o período analisado todos os graus apresentaram crescimento. Entretanto em termos numéricos, os valores mais significativos foram registrados nas categorias de ensino elementar e 1º grau ou básico. Neste caso, há que se considerar, de um lado, a obrigatoriedade do atendimento à escola por parte das crianças, de outro o volume de equipamentos disponibilizados. Além disto, estes valores estão associados aos totais populacionais, os quais, por sua vez, apresentam mudanças na estrutura etária.

Quando se considera o crescimento relativo nestes graus de curso, evidencia-se que o ritmo de crescimento nos períodos de 1970-1980 e 1980-1991 foi maior para os pequenos municípios e menor para o estado. No período compreendido entre 1991-2000, ocorreu uma inversão, pois foram os pequenos municípios que apresentaram crescimento menor. Destaque-se que a redução dos valores verificados neles explica-se pela diminuição do crescimento populacional e também pela perda de população em idade escolar decorrente da partilha territorial dos municípios. Neste período, 21 deles foram submetidos a este processo.

Quanto ao 2º grau, ou escolaridade média, os valores relativos mostram que suas mudanças são similares às aquelas do ensino básico nos dois casos analisados. Em ambos o crescimento foi positivo, porém em ritmo de declínio, sendo este maior no período 1991-2000. Nos dois primeiros períodos, tanto para o estado quanto para os pequenos municípios houve um crescimento bem expressivo; porém, no terceiro, ambos apresentaram declínio. No caso dos pequenos municípios isto também pode ser explicado, em parte, pelo processo de partilha territorial, que se refletiu na perda de população (dos 60 municípios que fazem parte do universo do estudo, 10 perderam território no período compreendido entre 1980 e 1991), e conseqüentemente naquela com curso completo. Além disto, o crescimento relativo da população apresentou um comportamento com tendências declinantes. Assim, as alterações nos dados da escolaridade não dependem apenas das mudanças nos números totais, uma vez que outros fatores intervêm: crianças não incluídas, ampliação dos serviços de educação, conscientização das famílias, etc.

O nível superior também apresentou crescimento bastante grande. No estado, no período analisado, este crescimento foi de 769,0%, enquanto nos pequenos municípios foi de 1.103,0%. Deve-se, no entanto, destacar que este nível de ensino não é obrigatório, não é acessível a todos, e nem todos desejam frequentá-lo. Ainda assim, há várias razões que explicam este crescimento: o aumento do número de vagas nas instituições de ensino superior, especialmente nas particulares; a emancipação das mulheres, que permitiu que buscassem seu espaço nos bancos universitários, até o início da década de 1970 mais restritos aos homens.

As variações reveladas por este nível de ensino trazem vantagens não só para a população, mas também para o próprio estado e seus municípios. O conjunto indica melhor qualificação para o trabalho, melhores oportunidades e remunerações, trazendo benefícios para o trabalhador e para a economia.

População economicamente ativa

Estudos que envolvem os temas do desenvolvimento e de qualidade de vida, seja em escala local ou nacional, demandam uma análise da População Economicamente Ativa (PEA). Primeiro, porque a estrutura da PEA guarda relação com a estrutura sexo-idade da população. Segundo porque a população que trabalha é fonte de geração de valor econômico para a sociedade, dependendo também dela o nível de desenvolvimento de um lugar. Terceiro, porque a PEA pressupõe a existência de renda, e esta interfere na qualidade de vida das

pessoas. É através da renda que se geram os recursos necessários para a aquisição de bens e serviços de que se necessita para viver e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida.

A PEA encontra-se distribuída em diferentes atividades econômicas, as quais dependendo da área a que se faz referência, revelam diferenças significativas em sua composição. As atividades econômicas que envolvem uma população são, via de regra, agrupadas em três setores principais: o primário, o secundário e o terciário. Destaque-se que estes setores econômicos ou de produção adotados até hoje foram propostos pelo economista australiano Colin Clark, na década de 1960 (apud SANDRONI, 1989, p. 288). O IBGE estrutura a disseminação de suas informações com esta base. A população inserida em cada um destes setores constitui a População Economicamente Ativa.

Quando se estudam as atividades econômicas de uma população, é necessário que se considerem alguns aspectos. O primeiro é que a estrutura sexo-idade interfere na composição da PEA. Esta estrutura guarda relação com a fecundidade, que tem sofrido o efeito das mudanças no perfil sócio-econômico das mulheres, bem como dos processos migratórios, cada vez mais intensos. Neste sentido, uma PEA fortemente rural envolve uma população com fecundidade mais alta do que uma PEA essencialmente urbana. Com o passar do tempo, os filhos destes trabalhadores que deixaram de nascer afetarão a estrutura etária da população e o processo reprodutivo.

A dinâmica demográfica de qualquer área decorrente da dinâmica vegetativa e social guarda uma relação com a estrutura da PEA. Isto porque ela influi no nível de renda, nas exigências de qualificação de mão-de-obra e na distribuição espacial da população. A Tabela 28 apresenta a distribuição absoluta das pessoas de 10 anos e mais (consideradas como população em idade ativa no Brasil – PIA) que trabalhavam, por condição de atividade e os valores relativos da PEA em relação a PIA em 1970, 1980, 1991 e 2000.

Tabela 28 – Pessoas de 10 anos ou mais que trabalhavam em 1970, 1980, 1991 e 2000, no estado do Rio Grande do Sul e nos pequenos municípios, e o número relativo das mesmas em relação à PIA

Local	1970		1980		1991		2000	
	PEA	% da PEA em relação à PIA	PEA	% da PEA em relação à PIA	PEA	% da PEA em relação à PIA	PEA	% da PEA em relação à PIA
RS	2.268.935	46,25	3.204.117	52,54	3.991.329	54,69	5.164.528	61,15
Peq. munic.	151.349	37,98	169.012	44,63	191.542	52,27	195.942	58,30

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000 e cálculos da autora.

Org.: Autora

Os dados absolutos registrados na tabela indicam a evolução da PEA tanto no estado quanto nos pequenos municípios. Os valores exibem um comportamento de aumento, embora se percebam diferenciações entre o estado e os pequenos municípios. O que motivou este crescimento diferencial no estado foi a oferta de empregos oriundos da expansão industrial e do setor terciário, que se refletiu no crescimento da população empregada. Entretanto estas mudanças não ocorreram da mesma forma nos pequenos municípios. Os dados referentes a estes municípios mostraram que a PEA teve seu maior incremento entre 1970 e 1980. Este foi ocasionado pelo crescimento do setor primário e do secundário, que geraram um número significativo de empregos neste período. O fraco incremento da PEA verificado no último período pode ser justificado pela perda de população e de formas de economia. Neste caso, o próprio desenvolvimento geral do município pode ocasionar a expulsão de diferentes atividades, e conseqüentemente das pessoas.

Os valores relativos mostram o comportamento da PEA em relação à PIA para o estado e os pequenos municípios. A análise dos mesmos evidencia um crescimento para os dois conjuntos considerados; porém o estado apresenta uma situação mais favorável, por incluir os municípios mais significativos e mais desenvolvidos. Mesmo assim, os dados indicam que ainda faltam empregos para significativas parcelas da população. Para reforçar isto, basta verificar o quanto representa a PEA em relação à PIA.

Quando se consideram, para todo o período analisado, os três setores básicos de atividades, observa-se que, nos pequenos municípios, sem oportunidades de grandes transformações, o que predominou foi o setor primário (Tabela 29), enquanto para o estado, desde 1980, predominava o terciário. Estas marcantes desigualdades nas formas de economia produzem um modo de vida diferente para as populações de municípios de tamanhos demográficos diferenciados.

Dentre os fatores que ocasionam mudanças na estrutura da população segundo os setores econômicos, podem-se destacar a industrialização, a urbanização, a modernização do setor primário e ainda a estrutura fundiária injusta, caracterizada pela grande concentração de terras em mãos de poucos. A indústria, dependendo de sua natureza, pode abrir novas fontes de empregos, estimulando a urbanização. O aumento da população urbana, por sua vez, estimula o crescimento do setor terciário ou de serviços. Ainda como conseqüência da industrialização, ocorre a mecanização da agricultura, que libera mão-de-obra do campo, a qual acaba se deslocando para a cidade. Tudo isto ocasiona mudanças na composição da força de trabalho. A Tabela 29 mostra as alterações na distribuição da PEA no período entre 1970 e 2000, segundo os ramos ou setores de atividades.

Tabela 29 – População economicamente ativa ocupada do estado do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios, segundo o setor de atividade, em 1970, 1980, 1991 e 2000

Setores	Rio Grande do Sul				Pequenos Municípios			
	1970	1980	1991	2000	1970	1980	1991	2000
Primário	1.044.760	903.641	944.436	910.941	71.070	120.233	125.587	95.191
Secundário	378.127	812.608	1.006.724	1.107.019	2.985	12.479	17.848	17.405
Terciário	846.048	1.487.868	2.040.169	2.810.817	10.792	36.300	48.107	67.454
Totais	2.268.935	3.204.117	3.991.332	4.828.777	84.847	169.312	191.542	180.050

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000 e cálculos do autor.

Org.: Autora

Os dados registrados na tabela evidenciam o peso do setor primário na economia gaúcha, que como se sabe apresentou crescimento até o censo de 1970. A partir daí ocorreu um declínio que foi visível no censo de 1980. Até então era o setor que mais gerava empregos, seguido pelos setores terciário e secundário. Entretanto, a partir da década de 1980 houve mudanças significativas na distribuição da PEA ocupada no estado. A partir deste período passou a predominar aquela empregada no setor terciário, seguida pelos setores primário e secundário. Novas mudanças foram registradas no censo de 1991, quando a PEA ocupada no setor secundário passou para a segunda posição, deixando aquela do setor primário na última posição, evidenciando a continuidade das conseqüências da mecanização do campo, bem como o crescimento do setor secundário e o surgimento de novos serviços dentro do setor terciário da economia.

Os dados de 2000 mostram que, enquanto no estado a PEA empregada na atividade industrial continuou a crescer embora de forma moderada, nos pequenos municípios ela perdeu a posição que ocupava em 1991. Nestes últimos, isto decorreu principalmente do fechamento de indústrias que não conseguiram se sustentar apenas com o mercado consumidor local. Como conseqüência disto houve redução da população empregada neste setor. Já a população do setor terciário da economia manteve-se em ambos os casos em crescimento, o que demonstra a importância deste setor, mesmo que de forma diferenciada, na composição do PIB.

Quando se considera a distribuição da PEA ocupada pelos setores econômicos, nos pequenos municípios observa-se que, embora tenham ocorrido mudanças quantitativas, continuou o predomínio do setor primário da economia. Isto se justifica pelo fato de a base econômica destes municípios estar centrada nas atividades agropecuárias e, em muitos deles, a modernização ser ainda incipiente, o que faz com que se utilizem de uma farta mão-de-obra.

Para facilitar a avaliação dos diferentes setores de economia e entender a situação atual, fez-se um detalhamento dos mesmos, evidenciando-se assim quais são as atividades econômicas inseridas em cada um dos grandes setores. Conforme o IBGE (2000), o setor primário envolvia as atividades agropecuárias, caça, pesca e exploração vegetal. O secundário englobava a indústria de transformação, da construção civil, de extração mineral e serviços industriais de utilidade pública como: produção e distribuição de energia elétrica, gás canalizado e água. Ambos os setores se caracterizam pela produção, porém o segundo produz através da transformação das mais variadas matérias-primas. O setor terciário é o mais amplo, abrangendo os serviços em geral, tais como: comércio; transportes e comunicações; serviços de alojamento e alimentação; saúde e serviços sociais; instituições de crédito, de seguros e de capitalização; administração pública, defesa e seguridade social, organizações intermediárias e representações estrangeiras, etc.

Considerando-se que ao longo do tempo o IBGE tem apresentado estes dados de forma diferenciada quanto às atividades nos diferentes setores, foi necessário compatibilizar as séries temporais apresentadas nos diversos censos demográficos. Por isto detalhou-se a evolução das seções ou setores de atividades (detalhamento dentro de cada setor econômico) entre 1980 e 2000. Isto foi necessário para que fosse possível estabelecer comparações. Para tanto se contou com a contribuição de Koucher (2006), que no estudo “Migrações internas no Rio Grande do Sul: os novos cenários da desconcentração espacial urbano-regional”, apresentou uma compatibilização das seções de atividades entre os censos demográficos de 1980, 1991 e 2000, conforme pode ser observado na Tabela 30. É com base nesta compatibilização das seções de atividades que foi feito o detalhamento dos setores de atividade para o estado do Rio Grande do Sul.

Foi somente a partir do censo de 1970 que o IBGE alterou nomenclaturas e formas de agregação da PEA. Até o censo de 1970 as atividades econômicas eram divulgadas com as seguintes agregações: Agricultura, Silvicultura, Pecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca; Atividades Industriais; Comércio de Mercadorias; Prestação de Serviços; Transporte, Comunicações e Armazenagem; Atividades Sociais; Administração Pública; e Outras Atividades. Como o objetivo desta análise era mostrar o detalhamento destas atividades, optou-se por iniciar a avaliação a partir da década de 1980, aproveitando a compatibilização das seções de atividades feita por Koucher (2006), que já apresentava a nova estrutura. A Tabela 31 mostra a população ocupada segundo esta nova estrutura para os censos de 1980, 1991 e 2000.

Tabela 30 – Compatibilização das seções de atividades entre os censos demográficos de 1980, 1991 e 2000

Seção de atividade – censos demográficos 1980	Seção de atividade – censo demográfico 1991	Seção de atividade – censo demográfico 2000	Seção de atividades compatibiliz. – 1980, 91 e 2000
1- Agricultura. Silvicultura. Pecuária. Extração Vegetal e Pesca	1- Agricultura. Silvicultura e Pecuária. Extração Vegetal e Pesca	1- Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal 2- Pesca	1- Agropecuária
2- Ind. de Transformação	2- Ind. de Transformação	3- Ind. de Transformação	2- Indústria de Transformação
3- Construção Civil	3- Construção Civil	4- Construção	3- Construção Civil
4- Outras ativ. Industriais	4- Outras ativ. Industriais (exceto limpeza pública e remoção de lixo)	5- Ind. Extrativas 6- Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	4- Outras atividades industriais
5- Comércio	5- Comércio (+ reparação de veículos)	7- Comércio e reparação de veículos automotores	5- Comércio
6- Transporte e Comunicação	6- Transporte e Comunicação 7- Serviços auxiliares de atividade econômica	8- Transporte, armazenagem e comunicações	6- Prestação de Serviços
7- Prestação de Serviços	8- Prestação de Serviços (+ limpeza pública e remoção de lixo, exceto reparação de veículos automotores)	9- Alojamento e alimentação	
		10- Serviços domésticos	
		11- Outros serviços coletivos, sociais e pessoais (inclusive limpeza pública e remoção de lixo)	
8- Social	9- Social	12- Educação 13- Saúde e serviços sociais	
9- Administração Pública	10- Administração Pública	14- Administração pública, defesa e seguridade social	7- Administração Pública
10- Outras Atividades	11- Outras Atividades	15- Atividades mal especificadas	8- Outras atividades
		16- Atividades imobiliárias, alugueis, serviços prestados às empresas	
		17- Intermediação financeira 18- Organismos internacionais / outras instituições extraterritoriais	

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 1980, 1991 e 2000

Org.: KOUCHER, A. B., 2006

Tabela 31 – Pessoas de 10 anos e mais que trabalharam no ano de referência, por setor de atividade, no estado do Rio Grande do Sul e nos pequenos municípios em 1980 e 2000

Setor de Atividade	Rio Grande do Sul		Pequenos Municípios (60)	
	1980	2000	1980	2000
1- Agropecuária	903.641	910.941	118.215	102.452
2- Indústria de transformação	549.155	778.566	6.915	16.189
3- Construção civil	219.362	295.000	3.935	6.736
4- Outras atividades industriais	44.091	33.453	2.140	1.216
5- Comércio	316.964	718.983	12.190	15.526
6- Prestação de serviços	889.009	1.218.902	22.325	23.965
7- Administração pública	131.198	225.184	3.381	8.031
8- Outras atividades	100.726	352.739	1.812	6.516
Total	3.154.146	4.533.308	171.048	180.631

Fonte: IBGE, Censos demográficos, 1980 e 2000

Org.: Autora

Avaliando-se estes dados pode-se verificar a importância da agropecuária na geração de empregos nos pequenos municípios. Em 1980, do total de pessoas com mais de 10 anos que trabalhavam nos pequenos municípios, 69,1% estavam inseridos neste setor, declinando em 2000 para 56,7%. Embora tenha ocorrido esta redução, este setor continua a ser o dominante, o que pode ser explicado pela vocação econômica destes municípios. Este perfil é bastante diverso daquele do estado, cujos percentuais são respectivamente 28,6 e 20,1.

Quanto à mão-de-obra empregada na atividade industrial (indústria de transformação, construção civil e outras atividades), observa-se que apesar de ela ter apresentado crescimento entre 1980 e 2000, passando de 7,6% para 13,4% do total da PEA, ainda é pouco significativa comparada com os percentuais de população empregada na agropecuária. Isto decorre do baixo nível de industrialização destes municípios, o que se reflete no número de pessoas empregadas neste setor. Já o estado apresentou um percentual mais significativo de mão-de-obra nesta atividade, 25,7% e 24,4% respectivamente, porém mostrou decréscimo entre 1980 e 2000. Isto pode ser justificado por vários fatores, como: guerra fiscal entre os estados, altos impostos cobrados internamente, falta de incentivo governamental, além da concorrência dos produtos importados.

Os setores do comércio, prestação de serviços e administração pública também apresentaram crescimento na participação, passando de 22,1%, em 1980, para 26,3% em 2000. De uma maneira geral, esta atividade tem apresentado crescimento em qualquer espaço, seja ele detentora de uma grande ou de uma pequena população, pelo papel que estes serviços desempenham no atendimento das necessidades da população. Destaque-se o aumento do setor vinculado à administração pública, cujo crescimento no conjunto do terciário foi o mais elevado, com 137,53%. Este é um aspecto interessante quando se estuda o desenvolvimento e a qualidade de vida nos pequenos municípios. Neste sentido, uma indagação pertinente é: o aumento do número de empregos no setor público significa avanços no desenvolvimento?

Quando se analisam somente os empregos gerados na administração pública de forma particularizada, constata-se que eles são pouco relevantes quando se considera a totalidade dos empregos (Tabela 31), porém cresceram de forma expressiva, tendo passado de 1,9%, em 1980, para 4,4% em 2000. Deve-se lembrar que estes empregos representam renda para alguns, e que normalmente os salários no serviço público, especialmente nas pequenas cidades, são mais elevados do que no setor privado. Entretanto, deve-se considerar que isto nem sempre representa melhoria nos serviços públicos. Ao se verificar o crescimento da população neste mesmo período, observou-se que ela decresceu em 14,0%. Assim, mesmo com a diminuição da população, houve aumento dos trabalhadores na esfera da administração

pública. A Tabela 32 mostra a relação do número de empregos no setor público em relação ao total da população no estado e nos pequenos municípios, em 1980 e 2000.

Tabela 32 – Total da população, número de empregos no setor público, número de servidores públicos por mil habitantes e relação entre número de empregos e total da população no estado e nos pequenos municípios em 1980 e 2000

	Rio Grande do Sul		Pequenos Municípios	
	1980	2000	1980	2000
População total	7.773.837	10.179.801	424.011	364.451
Nº empregos setor público	131.198	225.184	3.381	8.031
Nº servidores públicos/1.000 hab.	16,87	22,12	7,97	22,03
Relação nº empregos/total pop. (%)	1,68	2,21	0,79	2,20

Fonte: IBGE, Censos demográficos, 1980 e 2000

Org.: Autora

Os dados da tabela evidenciam que, tanto para o estado quanto para os pequenos municípios, houve um aumento do número de servidores públicos para cada mil habitantes, sendo este mais relevante para os pequenos municípios (176,4%) do que para o estado (31,1%). Isto deveria ser um indicador de melhorias nestes serviços, o que nem sempre se comprova. Os números dos empregos gerados no serviço público em relação à população total também aumentaram nos dois casos analisados. Contudo, foi mais significativo nos pequenos municípios do que no estado, ainda que aqueles tenham apresentado diminuição da população. Nesses municípios, o poder público local converte-se em grande empregador, o que pode indicar uma má administração.

Por último, as outras atividades identificadas – mal especificadas; atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas; intermediação financeira –, apesar de apresentarem valores inferiores a 1,1% em 1980 e 3,6% em 2000, em relação à totalidade dos empregos nos pequenos municípios, foram aquelas que registraram o maior incremento. No estado este foi de 250,2% e nos pequenos municípios de 259,6%.

Distribuição espacial da população do estado e dos pequenos municípios gaúchos

A distribuição espacial da população ao longo da história, independentemente da escala em que tenha ocorrido, foi condicionada por múltiplos fatores, dentre os quais: os históricos, os econômicos e os naturais. Na atualidade, a maior relevância é atribuída aos

fatores econômicos, uma vez que a população tende a se concentrar naquelas áreas onde as oportunidades de trabalho são maiores e melhores. Isto explica o esvaziamento de algumas áreas em detrimento de outras. Neste contexto, os totais populacionais possuem uma dimensão relevante para os estudos geográficos, especialmente, quando se propõem a avaliar o caráter diferencial da qualidade de vida, em termos de sua dimensão espacial.

Existem diferentes aspectos da população que podem e devem ser especializados, como, por exemplo: totais de pessoas, estrutura etária e por sexo, níveis de escolaridade ou de renda, doenças, local de residência, locais e tipos de trabalho, etc. Neste sentido, a análise da dimensão espacial tem como propósito mostrar as formas como a população se distribui nos espaços do estado e como os pequenos municípios, em seu conjunto, apresentam particularidades nesta distribuição, bem como evidenciar as razões destas distribuições, suas dinâmicas e implicações para a sociedade, para o setor privado da economia e para os poderes públicos.

Inicialmente deve-se considerar que a distribuição espacial da população pode ser analisada em diferentes escalas, as quais são estabelecidas por motivações diversas. No caso brasileiro, a distribuição espacial da população é vista no contexto da estrutura administrativa do estado. No estado do Rio Grande do Sul, a população se distribui em diferentes mesorregiões (7), microrregiões (35) e municípios (496), dividindo-se em urbana e rural. Em cada município ela pode ser analisada por suas localizações urbana e rural, ou segundo o distrito sede e os demais. Nas cidades, a população também está distribuída entre o centro e os diferentes bairros ou vilas, dependendo da forma como ela foi mudando historicamente. Em termos de bases cartográficas, temos ainda os setores censitários urbanos e rurais. Podem-se considerar também os contrastes entre as áreas centrais e as periféricas das cidades, embora isto não tenha significado para as pequenas.

Na década de 1970, o estado encontrava-se dividido em 22 microrregiões homogêneas, classificadas de forma totalmente diferente das atuais. Esta classificação tinha forte vínculo com as atividades econômicas desenvolvidas em cada microrregião, em especial a agropecuária, base da economia gaúcha naquele período. Os pequenos municípios que fazem parte do universo deste estudo se inseriam em 14 delas (63,6% do total, em 1970).

A Tabela 33 apresenta a distribuição da população do estado e dos pequenos municípios que fazem parte do universo do estudo, segundo as microrregiões homogêneas vigentes em 1970. Destaque-se que a divisão do estado em mesorregiões foi implantada na década de 1980, sendo diferente daquela que passou a vigorar a partir da década de 1990

(Tabela 34), que é a atual. Em 1980 o estado estava organizado em 6 mesorregiões e 24 microrregiões, também classificadas de forma diferente da atual.

Tabela 33 – Distribuição espacial da população do estado do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios que fazem parte do universo do estudo, segundo as microrregiões homogêneas em 1970

Microrregiões geográficas	Número de pequenos municípios	População total da microrregião	População total dos pequenos municípios	% em relação à população da microrregião
Colonial do Alto Taquari	06	137.212	34.341	25,02
Colonial do Baixo Taquari	03	171.538	27.989	16,31
Colonial de Ijuí	04	103.559	22.966	22,17
Colonial de Iraí	09	286.900	74.042	25,80
Colonial de Erechim	13	341.439	95.739	28,03
Colonial de Santa Rosa	07	367.375	57.214	15,57
Colonial das Missões	02	188.731	14.936	7,91
Colonial do Alto Jacuí	03	34.608	15.022	43,40
Colonial de Passo Fundo	01	228.834	8.437	3,68
Campos de Vacaria	03	137.477	26.195	19,05
Fumicultora de Santa Cruz do Sul	03	247.674	20.532	8,44
Santa Maria	03	237.073	25.029	10,75
Alto Camaquã	02	156.892	23.029	14,67
Lagoa Mirim	01	72.073	7.954	11,03
Total	60	2.711.385	453.425	16,72
Total do estado	232	6.664.891	-	-

Fonte: IBGE, 1970

Org.: Autora

A partir das informações contidas na tabela, constata-se que 58,3% dos pequenos municípios estavam concentrados em apenas quatro microrregiões: a de Erechim (21,6%), a de Iraí (15,0%), a de Santa Rosa (11,6%) e a do Alto Taquari (10,0%). Estas totalizavam juntas 41,8% da população total dos pequenos municípios, demonstrando, assim, uma grande concentração. Pode-se observar também que nestes 60 municípios viviam 16,7% da população total das 14 microrregiões consideradas. Já em relação ao estado, esta população representava apenas 6,8% do total. Desta forma, os municípios estudados faziam parte do contexto daqueles com menores volumes demográficos.

A Tabela 34 mostra a distribuição espacial da população do estado do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios que fazem parte do universo do estudo, segundo as mesorregiões e microrregiões geográficas estabelecidas a partir da década de 1990. É relevante destacar que a regionalização do espaço produzida pelo IBGE decorre de uma

associação de variáveis. Por isto é contributiva para o estudo e apresenta-se considerada de forma mais detalhada no Capítulo III, que avalia, para os municípios que compuseram a amostra, a distribuição da população conforme o local de residência (urbana e rural), densidades demográficas, etc.

Tabela 34 – Distribuição espacial da população do estado do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios que fazem parte do universo do estudo, segundo as meso e microrregiões geográficas em 2000

Mesorregiões Geográficas	População total	Pop. total peq. municípios e % em relação a pop. da mesorregião	Microrregiões Geográficas e nº de pequenos municípios	Pop. total	Pop. total peq. municípios e % em relação a pop. da microrregião
Centro Ocidental Rio-Grandense	526.558	38.564 (7,32%)	Santiago	110.815	-
			Santa Maria (02)	349.424	13.911 (3,98%)
			Restinga Seca (04)	66.319	24.653 (37,17%)
Centro Oriental Rio-Grandense	732.957	18.576 (2,53%)	Santa Cruz do Sul	298.596	-
			Lajeado-Estrela (03)	277.086	18.576 (6,70%)
			Cachoeira do Sul	157.275	-
Metropolitana de Porto Alegre	4.403.498	-	Montenegro	177.541	-
			Gramado-Canela	259.837	-
			São Jerônimo	131.888	-
			Porto Alegre	3.425.044	-
			Osório	285.788	-
Nordeste Rio-Grandense	923.118	40.409 (4,37%)	Guaporé (05)	115.738	28.048 (24,33%)
			Vacaria (02)	153.725	12.361 (8,0%)
			Caxias do Sul	653.655	-
Noroeste Rio-Grandense	1.959.688	208.651 (10,64%)	Santa Rosa (02)	161.560	14.400 (8,91%)
			Três Passos	150.743	-
			Fred. Westphalen (03)	184.762	17.816 (9,64%)
			Erexim (09)	213.075	43.507 (20,41%)
			Sananduva (05)	62.940	26.674 (42,38%)
			Cerro Largo (04)	69.972	29.243 (41,79%)
			Santo Ângelo (01)	209.172	7.757 (3,70%)
			Ijuí (05)	180.522	31.769 (17,60%)
			Carazinho	158.949	-
			Passo Fundo (04)	300.357	24.628 (8,20%)
			Cruz Alta	155.085	-
			Não-Me-Toque (03)	39.461	12.857 (32,58%)
Sudeste Rio-Grandense	894.908	17.108 (1,91%)	Serras do Sudeste (01)	114.979	8.621 (7,50%)
			Pelotas	473.386	-
			Jaquarão (01)	57.732	8.487 (14,70%)
			Litoral Lagunar	248.811	-
Sudoeste Rio-Grandense	438.270	8.109 (1,85%)	Campanha Ocidental	380.314	-
			Campanha Central	194.156	-
			Campanha Meridional (01)	172.645	8.109 (4,70%)
Total (07)	10.187.842	331.417 (3,25%)	35 (60)	10.187.842	331.417 (3,25%)

Fonte: IBGE, Censos demográficos, 2000.

Org. : Autora

Conforme o IBGE (1991), a mesorregião deve ser entendida como uma área individualizada em uma unidade da federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas por três dimensões: o processo social, o quadro natural e a rede de comunicação e de lugares. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional, que é uma realidade construída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. As microrregiões por sua vez são definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Estas se referem à estrutura de produção: agropecuária, industrial, extrativismo ou pesca. Nesta organização do espaço, também foram consideradas as relações no nível local, ou seja, a interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e as possibilidades de atender as populações, através do comércio ou dos setores sociais básicos. É importante considerar que a distribuição espacial dos pequenos municípios do Rio Grande do Sul não chega a compor microrregiões. Trata-se de uma espacialização sem núcleos, muitos desses municípios apresentando similaridades, mas sem contigüidade geográfica.

Conforme pode ser observado na Tabela 34, têm-se 7 Mesorregiões e 35 Microrregiões. Os municípios e suas respectivas cidades que fazem parte do universo de estudo se inserem em seis das Mesorregiões (85,7%) e em dezessete das Microrregiões (48,57%). A população destes 60 pequenos municípios envolve somente 12,10% do total, não contemplando assim todas as Meso e Microrregiões do estado.

A Figura 13 mostra a distribuição espacial dos pequenos municípios que fazem parte do universo de estudo segundo as Mesorregiões geográficas do estado. Analisando-se a figura, pode-se observar que as Mesorregiões apresentam diferenciações marcantes na espacialização de seus municípios e de suas populações. É na Mesorregião do Noroeste Rio-Grandense que se concentram a maioria dos pequenos municípios estudados (60,0%), resultado do intenso processo de partilha territorial ocorrido na área. Nesta área a economia está assentada na agricultura desenvolvida em médias e pequenas propriedades rurais

No outro extremo temos a Mesorregião do Sudoeste Rio-Grandense, com uma área bastante extensa, porém detentora de apenas um pequeno município. Isto decorre do fato de ela não ter sido submetida ao processo de partilha territorial em decorrência da baixa concentração demográfica que apresenta. Além disto, a região se caracteriza pela presença de grandes latifúndios voltados para a produção agropecuária. Esta atividade, por si só, implica menor demanda de mão-de-obra.

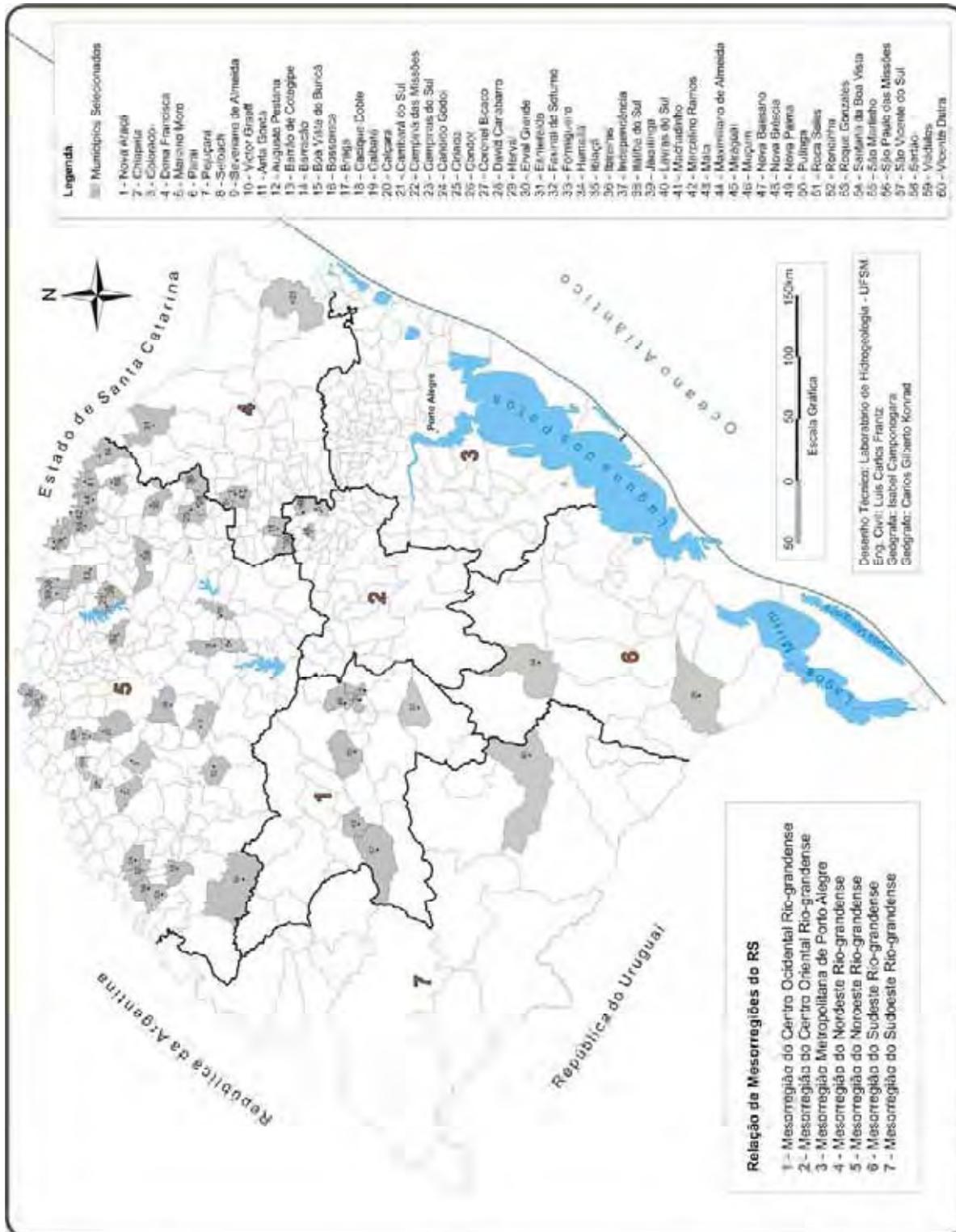


Figura 13. Municípios do Rio Grande do Sul com população de até 10.000 hab. em 1980 e 2000, segundo as mesorregiões geográficas do estado. Fonte: IBGE, 2000.

Do ponto de vista demográfico, dos 60 municípios selecionados: 1 se insere na classe de população de 0 a 3.000 habitantes; 9 na classe de 3.001 a 5.000; e 50 na classe de 5.001 a 10.000 habitantes (Anexo 1). Do total dos municípios, apenas 12 apresentaram crescimento da população total (20,0%). Os demais (80,0%) vêm gradativamente reduzindo sua população devido ao processo migratório, às baixas taxas de fecundidade e também à perda de população decorrente da fragmentação territorial. A Tabela 35 mostra a distribuição destes municípios segundo as Mesorregiões.

Tabela 35 – Distribuição dos pequenos municípios do estado que apresentaram crescimento da população entre 1980 e 2000, segundo as mesorregiões geográficas

Mesorregiões	Noroeste Rio-Grandense	Nordeste Rio-Grandense	Centro Ocidental Rio-Grandense	Centro Oriental Rio-Grandense	Sudeste Rio-Grandense
Municípios	Chiapeta Condor Pejuçara Selbach	Cambará Sul Nova Araçá Nova Bassano Paráí	Dona Francisca S. Vicente do Sul	Roca Sales	Herval
Total	05	04	02	01	01

Fonte: IBGE, 1980 e 2000

Org.: Autora

Um outro aspecto relativo à distribuição da população está relacionado à residência rural e urbana. Nos pequenos municípios há um predomínio da população rural em detrimento da população urbana. No entanto, a população rural vem decrescendo em relação à urbana e, também, em relação à população total. Enquanto entre 1970 e 2000 a população total decresceu em 21,6%, a rural decresceu em 48,6%.

Os dados apresentados nas Tabelas 36 e 37 mostram a dinâmica demográfica do rural e do urbano. Na primeira, mostra-se a evolução e a distribuição da população total, urbana e rural do estado do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios, entre 1970 e 2000. Na segunda, são mostrados os valores relativos destas mudanças. A partir dos dados registrados nestas tabelas podem-se fazer algumas reflexões.

Tabela 36 – Evolução absoluta e relativa da população total, urbana e rural do estado do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios entre 1970 e 2000

Ano	RS					Pequenos Municípios				
	Pop. total	Pop. urbana	%	Pop. rural	%	Pop. total	Pop. urbana	%	Pop. rural	%
1970	6.664.891	3.553.006	53,31	3.111.885	46,69	464.802	69.840	15,02	394.962	84,98
1980	7.773.837	5.250.940	67,54	2.522.897	32,46	424.011	103.351	24,37	320.660	75,63
1991	9.138.670	6.996.542	76,56	2.142.128	23,44	404.579	140.524	34,74	264.055	65,26
2000	10.179.801	8.310.995	81,64	1.868.806	18,36	364.451	161.539	44,32	202.912	55,68

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Org.: Autora

Tabela 37 – Valores relativos das mudanças na evolução da população total, urbana e rural do estado do Rio Grande do Sul e dos pequenos municípios entre 1970 e 2000

Períodos	Rio Grande do Sul			Pequenos municípios		
	Pop. total	Pop. urbana	Pop. rural	Pop. total	Pop. urbana	Pop. rural
1970-1980	16,63	47,79	-18,92	-8,77	47,98	-18,81
1980-1991	17,55	33,24	-16,00	-4,49	35,98	-17,65
1991-2000	11,40	18,78	-12,76	-9,92	15,00	-23,15

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000.

Org.: Autora

A análise das Tabelas 36 e 37 evidencia que houve um comportamento diferenciado para o estado e para os municípios quando se considera a população total. Enquanto no estado ela apresentou crescimento em todos os períodos analisados, nos pequenos municípios apresentou decréscimo, pois são estes que, normalmente, perdem população. No entanto, dentre os pequenos municípios, alguns apresentaram crescimento de suas populações, como, por exemplo: Nova Araçá, Paraí, Dona Francisca, Nova Bassano, Pejuçara, Condor, etc. Destaque-se que este crescimento, na maioria deles, foi superior a 20,0%. As razões para tanto se vinculam às suas localizações nas proximidades de cidades que assumem importância do ponto de vista econômico, e também ao fato de apresentarem crescimento de sua economia. É o caso de Condor, próximo a Panambi, importante pólo metalmeccânico do norte do estado. Nova Araçá e Paraí não são muito distantes de centros dinâmicos como Bento Gonçalves (atividades industriais) e Passo Fundo (serviços).

No caso do estado, embora a população total tenha apresentado crescimento contínuo, este é considerado inferior à média dos estados brasileiros. Enquanto entre 1970 e 2000 o crescimento da população do estado foi de 52,7%, no país foi de 82,0%. Dois componentes são apontados como principais responsáveis por esta particularidade: a menor taxa de fecundidade das mulheres gaúchas (em 2000, 2,2 contra 2,3 para o Brasil) e o fato de a taxa de emigração (10,02 em 2000) ser superior à de imigração (3,80). No caso dos pequenos municípios, além destes mesmos fatores que explicam a redução contínua da população, outros devem ser acrescentados: a perda de população em decorrência da partilha territorial e a emigração, principalmente de jovens do sexo feminino, em busca de condições mais favoráveis à vida em outras cidades, ocasionando alterações na estrutura etária, o que por sua vez afeta a fecundidade.

Outra observação importante é a de que o ritmo de crescimento da população urbana tem sido superior ao do crescimento da população total, nas duas situações analisadas, a exemplo do que ocorre em escala nacional. Assim, a população urbana tem apresentado

crescimento contínuo, porém declinante. Para muitas áreas chegou-se ao limite do estoque de populações ainda urbanizáveis. Entre 1970 e 2000, seu crescimento no estado foi de 223,9%, enquanto nos pequenos municípios foi de 131,3%. Isto evidencia o significativo papel dos deslocamentos internos. Dentre os pequenos municípios, aqueles que tiveram maior crescimento da população urbana entre 1970 e 2000 foram: Selbach, com 445,5%, e Paraí, com 372,0. Isto se justifica, entre outros fatores, pela modernização da agricultura. Já aqueles que apresentaram menor crescimento foram Marcelino Ramos e Miraguaí, com respectivamente 0,06% e 28,6%. Este menor crescimento está vinculado a um uso mais intensivo de mão-de-obra no meio rural, face à prática de uma agricultura ainda bastante tradicional. Como a mecanização agrícola ainda é bastante restrita, não houve uma grande expulsão dos trabalhadores rurais, o que se reflete no baixo crescimento da população urbana desses municípios em particular.

A população rural cresceu até a década de 70, quando começou a declinar. Os pequenos municípios também começaram a diminuir a partir da década de 1970. Assim, em termos relativos, a população rural dos pequenos municípios, que era de 84,9% em 1970, passou para 55,7% em 2000, enquanto a população rural do estado, neste mesmo período, declinou de 46,7% para 18,7%. Desde 1970, os dois conjuntos analisados vêm apresentando decréscimo da população rural. Entre 1991 e 2000, tanto um quanto o outro continuou a registrar valores negativos, porém muito diferentes entre si, uma vez que para os pequenos municípios a população rural continuou a apresentar valores superiores ao urbano, o que não é o caso do estado. Para os pequenos municípios isto é um indicativo de perda de população para outros. Observa-se também que enquanto no estado, desde 1970, a maior parcela da população vivia na cidade, nos pequenos municípios, ainda em 2000, a maioria vivia no campo. Isto reflete o nível tecnológico aplicado no campo, ainda incipiente principalmente nestes pequenos municípios, indicando que a modernização agrícola ainda não se generalizou no espaço agrário gaúcho. Há, porém, que se ressaltar as dimensões positivas e negativas desta modernização. Positivamente, contribui para aumentar a produtividade; e negativamente, provoca o aumento do desemprego no campo, estimulando a desruralização.

É relevante destacar a insatisfação com as políticas agrícolas adotadas pelos diferentes governos, que beneficiam os grandes proprietários rurais, em detrimento dos pequenos, que se deparam com problemas de naturezas diversas: dificuldades no acesso a financiamentos; baixos preços conseguidos com a venda dos produtos agrícolas pela falta de uma política de preços mínimos para a produção; expansão dos meios de comunicação, que divulgam uma imagem muito mais positiva da vida nas cidades, atraindo a população rural; tecnificação no

campo, que acaba expulsando mão-de-obra; secas que dizimam as plantações; a própria pressão da população sobre a terra, etc. Tudo isto contribui para piorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais e, conseqüentemente, para o esvaziamento do campo.

Ao se dirigirem para a cidade, a situação lá encontrada não é muito diferente. A oferta de empregos é pequena e muitas vezes os postos disponíveis exigem um nível de qualificação que os trabalhadores rurais não possuem. Passam, então, a viver de trabalhos eventuais e com baixa remuneração, encontrando grandes dificuldades para sobreviver, habitando, normalmente, nas periferias das cidades, destituídas de qualquer infra-estrutura. O que antes era visível somente nas cidades de maior porte, hoje passa a ser observado também nas de pequeno porte, exercendo seus efeitos na totalidade urbana.

Neste sentido, a urbanização se constitui em mudança no estilo de vida, mas nem sempre significa melhoria quantitativa e qualitativa da mesma, caminhando, muitas vezes, para a sua deterioração. Isto aparece refletido na forma de organização do espaço. As pequenas cidades gaúchas, como muitas outras cidades brasileiras, apresentam problemas que constituem um desafio para os poderes públicos e cujas soluções estão na dependência da vontade política, pois esta é, por excelência, fator de mudanças sociais. Observa-se, assim, que a vontade política de um administrador local pode se converter num importante indicador da qualidade de vida da população. Este é o entendimento de Katz (2004), quando aborda a forma de proceder dos governos locais nos EUA que atuam em pequenas cidades, já referida no Capítulo I deste trabalho.

Através da análise dos processos espaciais, da dinâmica demográfica e dos atributos da população do Rio Grande do Sul e das pequenas cidades, pôde-se tecer algumas considerações:

1- A ocupação do território gaúcho e a expansão de sua população resultaram, inicialmente, de um processo histórico marcado pela presença de índios, jesuítas (espanhóis), portugueses e imigrantes alemães e italianos, dentre outros, os quais se distribuíram de forma diferenciada no território. Posteriormente, resultou do crescimento natural da população acrescido dos processos migratórios.

2- Com relação aos atributos populacionais analisados, evidenciou-se que a estrutura etária da população, tanto do estado quanto dos pequenos municípios, vem apresentando mudanças significativas. O número de jovens (0-14 anos) tem diminuído, enquanto o de adultos (15-59 anos) e o de idosos (60 anos e mais) vem aumentando gradativamente, o que indica mudanças no comportamento da população. Um fato que chamou a atenção foi o referente à estrutura da população por sexo nos pequenos municípios. Neste aspecto, na faixa

etária dos adultos, predominavam os homens ao invés das mulheres, o que indica a tendência de masculinização destes espaços. Constatou-se também que o estado e os pequenos municípios caminham para o envelhecimento de suas populações, porém os últimos exibem o processo de forma mais acelerada.

3- Os pequenos municípios têm apresentado redução da população total em decorrência das migrações e dos processos emancipatórios. Ambos são geradores de novos desafios para esta categoria de espaço.

4- Com relação à instrução, os dados demonstraram que houve aumento do número de pessoas com mais anos de estudo e também com curso completo por grau de curso, com algumas exceções para 1991. Observaram-se, assim, sensíveis melhoras no nível de escolaridade, especialmente nos pequenos municípios.

5- Quanto à distribuição das pessoas segundo os setores da economia, os dados mostraram várias transformações para o período analisado. A mão-de-obra empregada na indústria cresceu até 1991, declinando após este período. No estado, desde 1980, a maior parcela da população encontra-se inserida no setor terciário, enquanto nos pequenos municípios sempre predominou o setor primário, o que indica relativa estabilidade.

6- Na distribuição da população residente conforme o local de domicílio, no estado predomina a população urbana, enquanto nos pequenos municípios ainda predomina a população rural.

7- Em se tratando da distribuição espacial, o estado revela grandes discrepâncias (Figura 14), enquanto nos pequenos municípios, segundo as Mesorregiões geográficas do estado, observou-se que a maioria deles estão localizados na Mesorregião Noroeste Rio-Grandense (65,4%), a qual foi bastante submetida à partilha territorial. A problemática que se coloca para a existência de uma mesorregião com um grande número de municípios advém da grande diversidade de situações que os mesmos apresentam, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista social. Desta forma, intervenções públicas também devem ser diferenciadas, para que pequenos municípios e pequenas cidades tenham melhores condições de se desenvolver e, assim, contribuir de forma adequada para o desenvolvimento da região na qual estão inseridos.

8- A análise da migração no período considerado evidenciou que tanto no estado quanto nos pequenos municípios ela decorreu, principalmente, da migração campo-cidade. Nas cidades de maior porte decorreu, também, da migração cidade-cidade.

9- No que diz respeito à população rural, verificou-se que tanto os pequenos municípios quanto os demais foram caracterizados pela evasão da população, que passou a se

concentrar nas cidades. Foram as cidades maiores que absorveram parcelas mais significativas desta população expulsa do campo. Apesar da sua redução, nos pequenos municípios, ainda predomina a população rural.

No capítulo que segue continua-se a avaliar a população dos pequenos municípios sob a forma de amostra. O estudo tem como objetivo avaliar seus níveis de desenvolvimento, o perfil da qualidade de vida que apresentam e o significado deles nas mudanças sócio-econômicas do estado do Rio Grande do Sul.

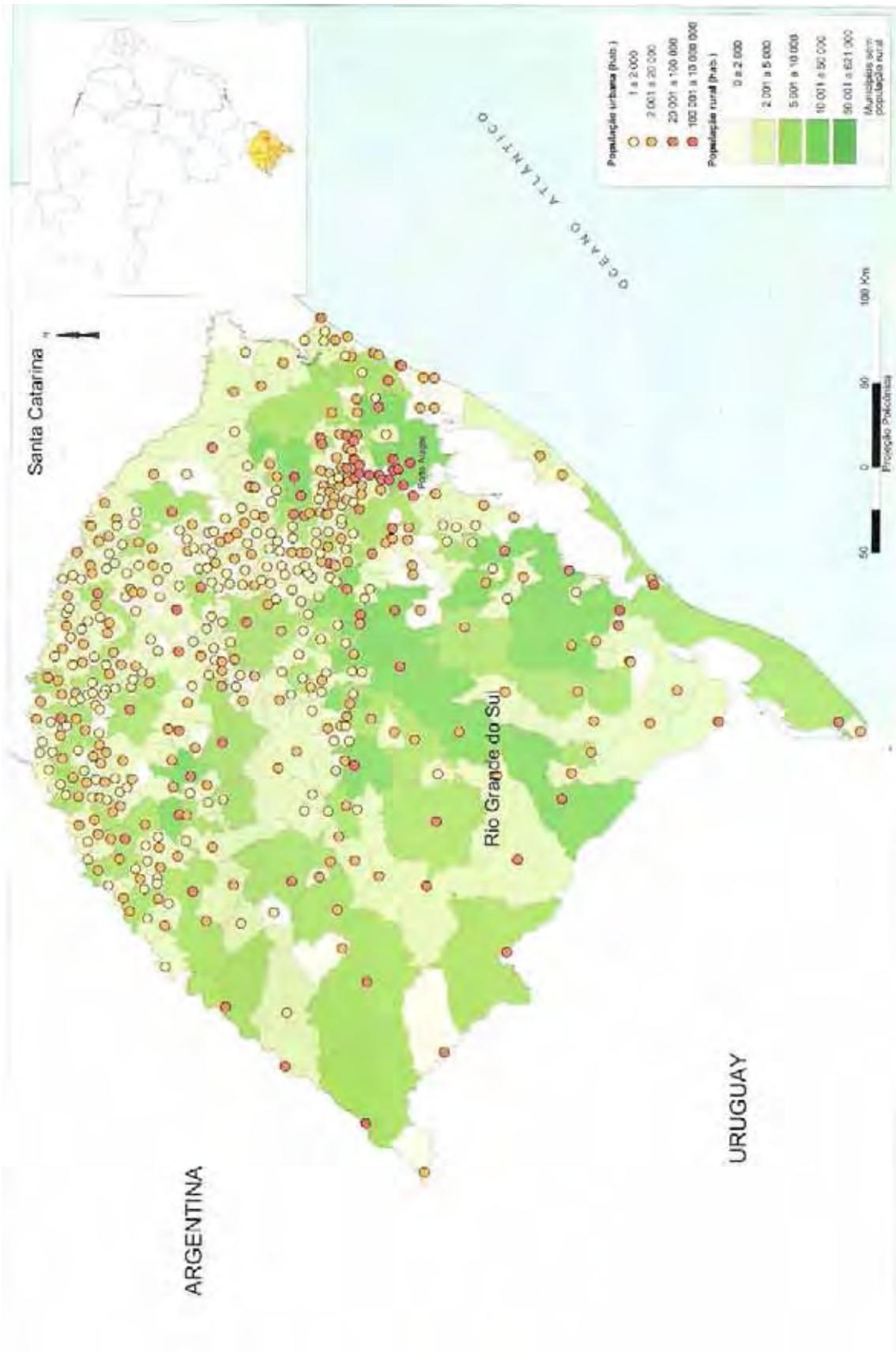


Figura 14 – População residente, segundo a situação do domicílio no Rio Grande do Sul, em 2000
 Fonte: IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 2000.

CAPÍTULO III

PEQUENOS MUNICÍPIOS E PEQUENAS CIDADES: AS DICOTOMIAS DO DESENVOLVIMENTO

Este capítulo está centrado na questão da qualidade de vida nas pequenas cidades do Rio Grande do Sul. Seu objetivo principal é demonstrar, simultaneamente, o significado demográfico, sócio-econômico e político de alguns municípios gaúchos, quer em termos de unidades localizadas no estado e sob os efeitos tanto do governo estadual quanto dos locais, quer em termos de importância dos mesmos para a totalidade do estado. Em outras palavras, pretende-se mostrar o quanto o perfil do desenvolvimento destes municípios é um produto da totalidade e o quanto o estado sofre influências dos mesmos.

Assim, a partir daqui passa-se a considerar que problemas, antes verificados mais intensamente nas grandes e médias cidades, passaram a existir, também, nas pequenas. Esta situação pode ser percebida, de uma maneira geral, dentro do estado do Rio Grande do Sul. Sua evidência mais significativa é o crescimento das desigualdades entre os municípios que compõem o estado e, de forma mais específica, entre as pequenas cidades, que possuem realidades econômicas e sócio-espaciais diferenciadas. Estas, por sua vez, fazem com que a qualidade de vida das populações também seja diferenciada, gerando neste aspecto, um perfil nem sempre favorável para seus moradores. Constata-se, assim, que problemas de qualidade de vida também afetam populações residentes em pequenos municípios e pequenas cidades que fazem parte do contexto do estado. É isto também que se procura mostrar nesta pesquisa.

O presente capítulo guarda relação com os precedentes. O primeiro, de natureza teórica, fundamentado em inventário e análise bibliográfica, trata da questão das pequenas cidades bem como da qualidade de vida nelas, fornecendo a base metodológica para o desenvolvimento da pesquisa. O segundo, centrado numa detalhada análise demográfica, contempla uma avaliação tanto do estado quanto do conjunto das pequenas cidades, evidenciando as diferenciações existentes em diversos aspectos, para período recente, 1970-2000. Assim, os dois primeiros capítulos representam referenciais importantes para o terceiro. Antes que se passe ao detalhamento do mesmo, recuperam-se dos anteriores algumas informações importantes para o seu desenvolvimento.

O Capítulo I, pela sua natureza, assumiu relevada importância para a escolha da metodologia aplicada nesta pesquisa, além de ter permitido o entendimento de questões que envolvem o conceito de qualidade de vida, considerada, nos municípios estudados, a partir de situações diversas e em diferentes escalas de análise.

As análises efetuadas no Capítulo II, envolvendo o estado e os pequenos municípios, mostraram o caráter dinâmico de ambos. Isto significa que, ao longo do tempo, esses espaços exibiram mudanças que foram sendo impostas pelos novos atores sociais e pela própria dinâmica econômica. Entretanto, estudos desenvolvidos na escala espacial dos municípios impedem, muitas vezes, que se mostrem claramente as diferenciações existentes. Daí a demanda por outras escalas de análise. Quando se realiza uma avaliação em escala espacial micro, nota-se que a maioria dos municípios possuem perfis bastante variados, o que resulta das diferentes demandas de suas populações e da capacidade de resposta tanto dos setores econômicos, quanto dos administrativos locais, bem como da sociedade em geral. As condições neste nível exigem avaliações mais detalhadas. Estas particularidades representam uma das razões para o estudo das pequenas cidades. Aliadas a esta razão, outras também justificam o estudo: a carência de pesquisas sobre os municípios com esta dimensão populacional; os problemas sociais que muitos deles apresentam, como, por exemplo, a incapacidade de geração de recursos próprios para se manter e a redução contínua de suas populações; o próprio número significativo de cidades nesta categoria. Como já mencionado, no Rio Grande do Sul, em 2000, elas eram em número de 346.

Nesta pesquisa é importante considerar o fato de estes municípios se apresentarem mais carentes e com defasagem em várias dimensões do desenvolvimento. Todavia, compõem o cenário do estado como um todo. Assim, se se deseja o desenvolvimento equilibrado e integrado do todo, há que se cuidar, igualmente, do desenvolvimento das partes, ou seja, do conjunto de espaços dispersos, aqui entendidos como pequenos municípios.

Quanto à população, deve-se destacar que elas abrigam um percentual bastante pequeno do total do estado, ou seja, menos de 10%. O que isto significa para a análise? Este pequeno total demográfico pode ser lido como desimportante? A resposta é não, uma vez que alguns referenciais lhes dão importância, como o fato de que estes municípios representam mais de 60,0% do número total de municípios do estado. Além disto, de que maneira se alteram os diferenciais de atributos demográficos como: totais, volumes urbanos, mortalidade infantil, envelhecimento populacional, etc., considerando-se o estado e estes pequenos municípios? Outras características são igualmente relevantes: emprego, renda, IDH, “saúde” das administrações locais, etc. Estas mudanças, não apenas quantitativas, mas igualmente

qualitativas, revelam novos perfis tanto para o conjunto dos pequenos municípios quanto para o estado como um todo. Em resumo, o estudo dos pequenos municípios permitiu um conhecimento mais detalhado dos problemas que afetam a vida de suas populações. É este conjunto de reflexões que direcionou o conteúdo da pesquisa deste último capítulo. A trajetória para tratar delas, em sentido prático, envolveu as seguintes etapas: resgate da literatura já avaliada e inserção de novas centradas na questão regional e local, e também a recuperação do perfil demográfico particularizado para os pequenos municípios.

Considerando-se que a temática estudada é multifacetada, impõe-se ao pesquisador a retomada da literatura avaliada voltada especificamente para o desenvolvimento sócio-econômico e as questões de qualidade de vida em pequenas cidades ou pequenos municípios, ou seja, em escala local. Também alguns textos incorporados posteriormente ao primeiro capítulo foram igualmente considerados. Originalmente, no primeiro capítulo trabalhou-se com um referencial composto de 53 textos. Deste total mereceram uma releitura os que seguem abaixo.

Juanico (1976), ao se preocupar com a questão do desenvolvimento em pequenas cidades no Terceiro Mundo, observou que a falta de desenvolvimento nelas é um dos fatores responsáveis pelos movimentos migratórios e a conseqüente redução de suas populações. Sugere que a solução para minorar esta situação está nas mãos dos governos locais. Estes deveriam encontrar formas de promover o desenvolvimento através do estímulo à instalação de indústrias, com benefícios concedidos a partir de programas de liberalização de créditos, redução de impostos, além de outros. Destaca como elementos importantes para tentar reverter a situação desta categoria de cidades a implantação de infra-estrutura e serviços de qualidade. Estes poderiam atrair investimentos e, conseqüentemente, o seu desenvolvimento, evitando, assim, a saída de sua população. Destaque-se que a visão de desenvolvimento associada à industrialização encontra-se ultrapassada. Hoje, além da dimensão econômica, deve-se levar em consideração, também, a satisfação das necessidades humanas tanto objetivas quanto subjetivas, uma vez que as experiências de crescimento econômico nem sempre levaram à melhoria da qualidade de vida da população.

Vallega (1995), ao estudar as cidades italianas do ponto de vista de seu tamanho demográfico, ressaltou que aquelas de pequeno porte apresentavam vantagens em relação às de porte maior. Sua argumentação se baseou no fato de que nelas é mais fácil promover a organização do território, bem como a de seus serviços que visam a atender as demandas da população, propiciando, assim, uma melhor qualidade de vida aos residentes. Do ponto de vista teórico é o que deveria acontecer. Na prática, entretanto, isto nem sempre

acontece, especialmente quando se trata de cidades em países menos desenvolvidos. Nestes, muitas vezes, os políticos que assumem a administração local estão muito mais preocupados com o cargo que ocupam do que em promover o bem-estar das populações que administram.

Katz (2004) empreendeu um estudo nos EUA sobre governo autônomo local, mostrando que é nas pequenas cidades que vive a maior parcela da população americana. Isto ocorre devido ao fato de elas se tornarem atrativas pela qualidade dos serviços oferecidos. Entretanto, o que se tem evidenciado em países menos desenvolvidos é que elas se tornam repulsivas pela baixa qualidade dos serviços ofertados.

No caso do Brasil, alguns textos também podem ser destacados. Ruckert (1981) desenvolveu uma pesquisa sobre pequenas cidades coloniais do norte do estado do Rio Grande do Sul, considerando, em seu estudo, aquelas que no censo de 1970 possuíam até 10.000 habitantes. O trabalho teve como propósito mostrar as mudanças econômicas e sociais positivas ocorridas nesta categoria de cidades a partir da criação de infra-estrutura para o atendimento dos interesses da produção agrícola, base econômica da região na ocasião. Isto evidenciou, mais uma vez, a importância da infra-estrutura na promoção do desenvolvimento de regiões deprimidas.

Gomes et al. (2004), apoiadas em dados do IBGE, realizaram uma pesquisa sobre pequenas cidades (inferior a 20.000 hab.), no estado do Rio Grande do Norte, entre 1991 e 2000. O objetivo era o de compreender a reprodução sócio-espacial através da dimensão ‘capacidade tecnocrática’ (acesso à telefonia, à televisão e à informática). Constataram que o acesso da população às novas tecnologias era ainda muito restrito, principalmente no que dizia respeito ao acesso ao telefone e ao computador, evidenciando, assim, que nestes espaços há uma grande desigualdade. Desigualdades semelhantes também podem ser percebidas entre a população dos pequenos municípios do estado gaúcho.

Com o objetivo de analisar as políticas públicas no município de Feira de Santana (BA) e sua relação com a qualidade de vida, Queiroz et al. (2004) conduziram uma pesquisa baseada em dados primários e secundários. A partir do estudo, constataram que as questões mais problemáticas eram aquelas relacionadas à educação e à rede de esgoto. Constataram também que a causa disto era a forma como estes recursos vinham sendo aplicados, o que impossibilitava uma boa qualidade de vida para a população. A alternativa apontada foi a de um planejamento prévio para que os recursos fossem aplicados naquelas áreas mais deficitárias, de modo a permitir que as pessoas tivessem uma qualidade de vida melhor. Neste caso percebe-se que a qualidade do aparato da administração local é fundamental. Entretanto, o que se verifica é que, para muitos destes municípios, esta característica deixa a desejar.

Por fim, destaca-se o trabalho de Menegati (2005), que desenvolveu um estudo sobre Indiana, um pequeno município (5.000 hab.) do oeste do estado de São Paulo, cuja economia se baseava na agropecuária e que estava perdendo população. Na pesquisa a autora procurou compreender os papéis urbanos de uma pequena cidade, tendo como foco principal a dinâmica econômica da região na qual a mesma se inseria. Assim, se uma cidade pequena estiver inserida numa região de economia débil, esta debilidade tenderá a atingi-la, a não ser que ela produza algum produto mais valorizado no mercado. A autora constatou que a perda dos papéis urbanos em relação às cidades mais influentes, devia-se à incapacidade daquele município em gerar empregos para toda a população.

Dentre os aspectos positivos destes estudos destacaram-se as contribuições que serviram de subsídio para o desenvolvimento do terceiro capítulo, uma vez que situações mostradas nestes estudos também são verificadas nos pequenos municípios do estado do Rio Grande do Sul. Como exemplo, mencionam-se: a importância de aplicar adequadamente os recursos de modo a promover uma boa qualidade de vida da população; a necessidade de uma distribuição mais equitativa dos recursos, visando a reduzir as desigualdades regionais, etc. Por outro lado, salienta-se como aspecto negativo a noção ultrapassada do desenvolvimento associado à industrialização, como é o caso da contribuição de Juanico (1976), justificável, no entanto, na época em que o estudo foi realizado. Percebe-se que, quanto mais antigo é o texto, mais se evidencia uma certa desvinculação com aspectos qualitativos da qualidade de vida ou a sua consideração incompleta.

No decurso da pesquisa, novas contribuições trouxeram à tona a questão do desenvolvimento local e regional. Neste sentido, constatou-se um aumento da literatura, motivada por duas razões principais: primeiro, a tomada de consciência da sociedade, que passa a pressionar o poder local através de múltiplas demandas. Segundo, o fato de que a academia tem, na problemática das pequenas cidades, um campo fecundo para a pesquisa. De uma forma geral, os autores que trataram da questão fizeram referência aos seguintes temas, em diferentes escalas: modelos de políticas públicas implementadas nas cidades com o objetivo de promover o desenvolvimento; avaliação dos desequilíbrios regionais e municipais; desenvolvimento regional a partir de uma perspectiva endógena; papel e desafios dos municípios no desenvolvimento local; desenvolvimento local e responsabilidade social; processos sociais de participação popular e gestão municipal, etc.

Observa-se, assim, que se trata de uma literatura bastante ampla. Entretanto, para esta pesquisa, destacam-se os trabalhos de Senhoras (2007), Silva e Silva (2006), Oliveira e Lima (2003), Salgado (1996) e Ferreira Netto (1994) como os mais contributivos para este estudo.

Senhoras (2007), considerando o eminente processo de descentralização ocorrido na atualidade, onde os gestores municipais passaram a ter grandes responsabilidades no desenvolvimento do território, realizou uma reflexão teórica acerca de modelos de políticas públicas implementadas nas cidades para o desenvolvimento. O texto é interessante e inovador, tendo em vista que ele apoiou suas reflexões no desenvolvimento como o resultado de uma “articulação” entre a questão econômica e a social.

Silva e Silva (2005) desenvolveram um estudo sobre os desequilíbrios regionais e municipais no estado da Bahia. Para tanto se basearam em dados produzidos pelo IBGE sobre o PIB dos municípios. A metodologia adotada foi aplicada em diferentes escalas de análise: o estado como um todo; as mesorregiões geográficas e as microrregiões geográficas definidas pelo IBGE, todas com seus respectivos municípios. Fizeram também agrupamentos de municípios conforme o PIB e o PIB *per capita* com o objetivo de qualificar os desequilíbrios regionais no estado.

Em suas análises, constataram que os desequilíbrios regionais e municipais na Bahia eram muito expressivos, especialmente quando a escala de análise foi a dos municípios. Em 2002, apenas 16 dos 417 municípios concentravam 75,0% do PIB do estado. Em face desta situação, apontam a necessidade de definição de sólida política estadual de desenvolvimento regional que contemple todo o território baiano. Destaque-se que desigualdades em relação ao PIB também são verificadas no estado gaúcho. Nele, em 2000, 71 dos 496 municípios concentravam 75,0% do PIB. O PIB dos 15 municípios estudados detém apenas 0,95% do total do estado.

Oliveira e Lima (2003), ao tratar também desta questão, realizaram uma discussão abordando o desenvolvimento regional a partir de uma perspectiva endógena, ou seja, dando ênfase a fatores internos à região. Estes estariam representados pela sociedade local atuando como agente nas ações de planejamento da ocupação do espaço. Destacam também que a solução dos problemas regionais, que culmina com a melhoria da qualidade de vida, necessita que a sociedade e as instituições sociais se fortaleçam para transformar o impulso externo do desenvolvimento. Observa-se assim que, mais uma vez, o envolvimento efetivo da sociedade é ressaltado como um fator que contribui para o desenvolvimento local.

Salgado (1996), ao discutir a questão do desenvolvimento local, destaca a importância do município como agente que possibilita a implementação de um processo de gestão que gere bem-estar, que permita acesso aos bens culturais, que melhore a qualidade de vida, tendo como centro o cidadão. Em sua interpretação, desenvolver um município significa, antes de tudo, proporcionar o desenvolvimento humano, simultaneamente ao econômico. Neste

sentido, compete ao poder local atuar como um articulador do processo de desenvolvimento, que por sua vez se constitui numa via para solucionar os problemas de desenvolvimento local e regional.

Por fim, destaca-se Ferreira Netto (1994), que elaborou um estudo tendo como foco principal a gestão urbana como instrumento de desenvolvimento. O autor faz referência a decisões tomadas por parte de alguns administradores que resultaram em experiências bem sucedidas, como por exemplo, os consórcios intermunicipais que têm como mote o uso racional de certos recursos e a execução de determinadas atividades, como as patrulhas rodoviárias, a recuperação ambiental de rios e lagoas, compra de materiais de construção, remédios, etc. Se iniciativas semelhantes fossem adotadas pelas administrações dos pequenos municípios gaúchos, vários problemas poderiam ser sanados.

É interessante destacar que, quando se analisam as diferentes regiões dentro de um território, em especial nos países menos desenvolvidos, observa-se a existência de desequilíbrios sócio-econômicos em diferentes escalas: desde a nacional até a local. Nas últimas décadas, este tema tem despertado a atenção de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, com ênfase para aqueles desequilíbrios que ocorrem em escala microrregional, intermunicipal e ainda intramunicipal. Os setores públicos, privados e também as organizações sociais têm revelado preocupação com esta questão. Isto resulta de uma tomada de consciência de que se faz necessário buscar uma maior igualdade social e econômica para todos os lugares e não apenas para alguns de forma isolada, como se tem verificado em muitas regiões.

No caso do território brasileiro estes desequilíbrios são visíveis quando se comparam as diferentes regiões. No entanto, eles também são evidentes quando se analisa uma unidade geográfica de maneira isolada, como o estado. Neste sentido, o estado do Rio Grande do Sul também é marcado pelos desequilíbrios regionais e municipais, o que justifica a formulação de políticas públicas que visem a tornar seu espaço mais homogêneo.

Independente do seu tamanho demográfico, todos os municípios merecem por parte dos governos o mesmo tipo de atenção. No que compete aos governos municipais, eles deveriam formular políticas públicas não só para atender as demandas das populações urbanas, mas também das rurais, até porque em muitos municípios a maior parcela da população ainda é rural. Neste sentido, políticas públicas bem planejadas que fossem ao encontro do atendimento das necessidades tanto do homem urbano quanto do rural poderiam evitar a saída de população destes pequenos municípios e desenhar uma nova trajetória para eles. Assim, investimentos em saúde, educação, empregos, infra-estrutura, assistência mais

efetiva aos produtores rurais, especialmente para os pequenos, poderiam ser alguns caminhos rumo a mudanças.

A escolha dos municípios pesquisados

Neste capítulo, o estudo restringe-se a apenas 15 selecionados, ao contrário do capítulo anterior, onde foi feita uma análise comparativa envolvendo o estado e a totalidade dos pequenos municípios (60). Quando da elaboração do segundo capítulo, as unidades territoriais de análise foram os pequenos municípios do estado do Rio Grande do Sul e suas sedes que tivessem registrado, segundo os censos demográficos, tamanhos populacionais até 10.000 habitantes tanto em 1980 quanto em 2000. Embora em alguns momentos dados referentes a 1970 tenham sido considerados, não foi possível investigar todos os dados a partir desta data. Isto porque ela geraria problemas na análise comparativa no que se refere aos limites estabelecidos para a pesquisa. Assim, esta etapa consistiu na identificação do número de municípios que se enquadravam no estudo, tendo-se obtido um total de 60 (Anexo 1).

Dada a grande quantidade de municípios nesta categoria, os quais revelam uma certa homogeneidade, uma primeira tarefa correspondeu à identificação de alguns referenciais que serviram para selecionar uma amostra consistente, a qual deu suporte para o desenvolvimento da pesquisa. Para a escolha da amostra, consideraram-se: 1º) as diferentes classes de população, tendo em vista que, dentro dos limites de zero até 10.000, tem-se variações de tamanho: alguns muito próximos a 10.000, outros muito distantes; 2º) a densidade demográfica; 3º) taxas de crescimento da população total e urbana; 4º) taxa de crescimento da população idosa; e 5º) os valores do IDHM para o período. Para cada uma destas variáveis, considerou-se, para a seleção, valores máximos, médios e mínimos, evitando-se com isto analisar somente uma tipologia. Para esta composição, também o processo de partilha territorial e a distribuição espacial dos municípios constituíram dimensões relevantes. No primeiro caso contemplaram-se municípios que perderam território e que, mesmo assim, tiveram sua população aumentada e aqueles que, por outro lado, perderam território e iniciaram um processo de redução populacional. Além disto considerou-se aqueles que, mesmo não tendo sido submetidos à partilha, perderam ou não população. No segundo caso

procurou-se contemplar pequenos municípios pertencentes a todas as mesorregiões, exceto a Metropolitana de Porto Alegre, na qual não existia nenhum dentro do parâmetro demográfico estabelecido no Capítulo II.

Com base neste conjunto de sete variáveis é que foram selecionados 15 municípios, que totalizaram 25,0% do universo inicial. O processo de amostragem utilizado foi o não-probabilístico que, segundo Lakatos e Marconi (1991), não se utiliza de uma forma aleatória de seleção. Neste caso baseou-se em critérios pré-estabelecidos, mediante os quais se buscaram diferenciações, em diversos aspectos, entre os municípios analisados.

No conjunto amostral, foram avaliados os aspectos caracterizadores de cada um, complementados pela avaliação das dimensões objetivas da qualidade de vida. Para a realização desta etapa da pesquisa foram utilizados dados secundários obtidos através dos Censos Demográficos, Censos Econômicos, Anuários Estatísticos do Rio Grande do Sul, Registros da Secretaria Estadual da Justiça, Dados do Cartório Eleitoral, etc. A Tabela 38 mostra, para os municípios considerados, os valores das variáveis utilizadas para a seleção. A Figura 15 mostra a distribuição destes municípios, segundo as mesorregiões a que pertencem, com destaque para aqueles selecionados para o estudo.

Tabela 38 – Distribuição dos municípios segundo os critérios considerados para o estabelecimento da amostra

Municípios Selecionados	Classe de pop.	Cresc. rel. pop. total 1980-2000	Cresc. rel. pop. urb. 1980-2000	Cresc. rel. pop. idosa 1980-2000	IDH M 1991-2000	Densid. Demog. 2000	Local. munic. no est.	Município para o qual perdeu território / ano
Nova Araçá	0-3000	43,2	96,5	150,9	0.759-0.834	59,63	NE	-
Chiapeta	3001 5000	1,5	85,0	70,1	0.715-0.760	11,29	NO	Inhacorá - 92
Mariano Moro		-25,9	82,6	85,8	0.720-797	24,10	NO	Saldanha Marinho - 88
Paraí		32,9	245,5	170,6	0.780-840	49,77	NE	-
Selbach		8,7	220,9	72,3	0.796-0.856	27,39	NO	-
Braga		-27,4	156,1	70,3	0.616-0.705	32,2	NO	-
Cambará Sul	5001 10.000	0,9	4,92	52,6	0.676-0.780	5,91	NE	-
Campinas Sul		-4,8	73,1	76,8	0.716-0.789	18,28	NO	Ubiretama - 95
Formigueiro		-3,5	171,1	24,6	0.693-0.741	12,94	C-Oc.	-
Herval		16,5	61,7	54,5	0.700-0.754	3,03	SE	Pedras Altas-96
Humaitá		-47,5	-8,5	8,1	0.735-0.802	36,73	NO	Sede Nova - 88 Santa Cecília do Sul - 96
Lavras do Sul		-12,1	13,5	15,9	0.695-0.772	3,11	SO	-
Miraguaí		-34,5	1,0	77,6	0.647-0.726	38,96	NO	-
Roca Sales		36,1	101,3	57,9	0.742-0.812	44,53	C-Or.	Colinas - 92, S. Terezinha - 92 Cel. Pilar - 96
Sant. da Boa Vista		-3,2	117,0	57,1	0.635-0.724	15,90	SE	-

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1980, 91 e 2000; FEE, 2000. FAMURS, 2000.

Org.: Autora

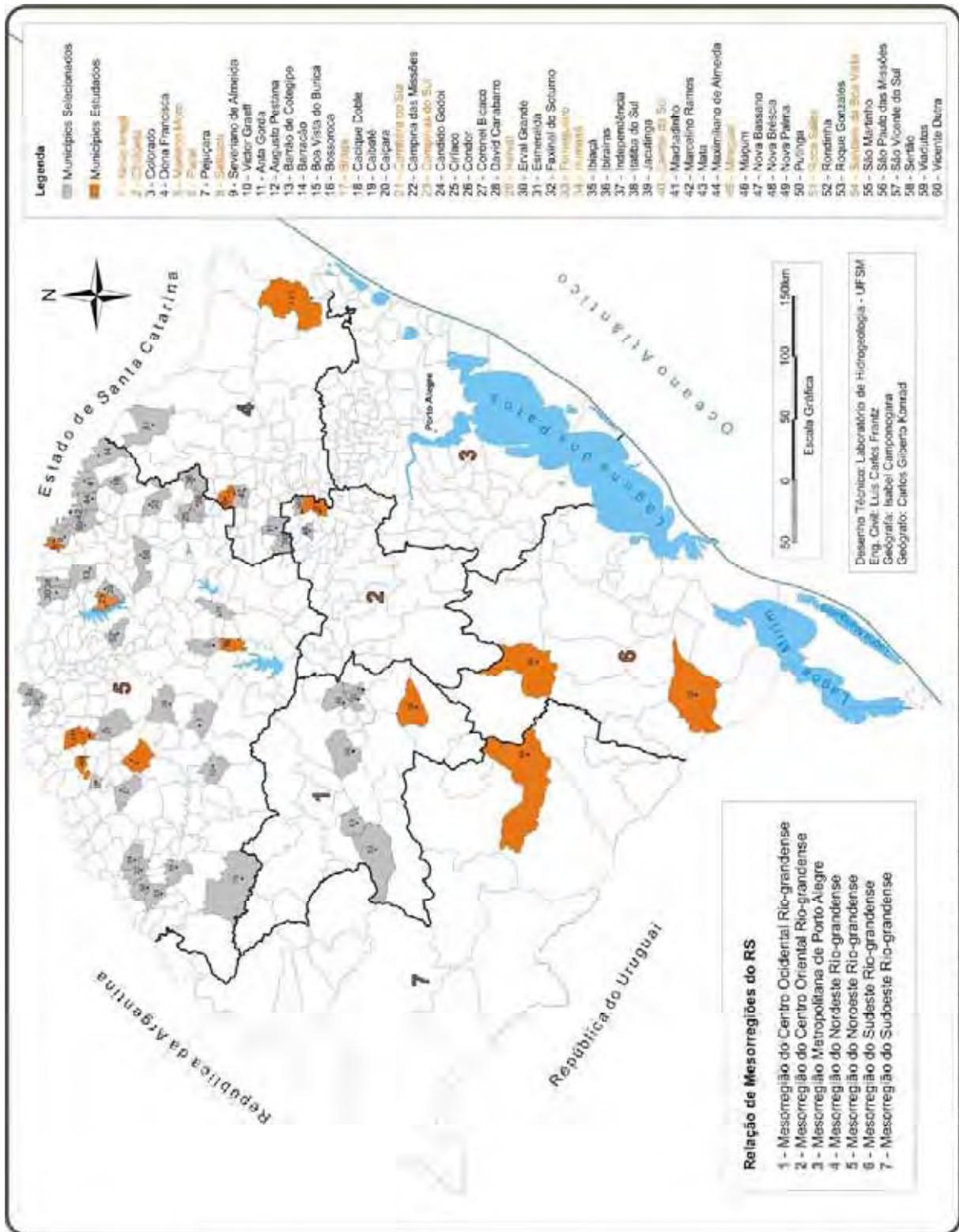


Figura 15. Municípios do Rio Grande do Sul com população de até 10.000 hab. em 1980 e 2000, segundo as mesorregiões geográficas do estado. Fonte: IBGE, 2000.

Destaque-se que estes municípios não compõem uma região, ou seja, um espaço contínuo. Por suas localizações, eles mostram descontinuidade espacial com diferenciações nos distanciamentos entre eles. Um fato, no entanto, deve ser destacado: nenhum deles é contíguo ao outro de mesma categoria. Sendo assim, a espacialização da amostra, marcada por características sócio-econômicas e demográficas, não é homogênea, o que produz, mesmo para este pequeno número, diferenciações relevantes.

Na Figura 15, que registra a distribuição espacial dos pequenos municípios estudados no contexto do estado, observa-se que a maioria deles está localizada na metade norte do estado, que corresponde à área que foi mais submetida à partilha territorial. Do ponto de vista das mesorregiões, sete deles encontram-se localizados na Noroeste Rio-Grandense, e quatro na Nordeste Rio-Grandense, integralizando um percentual de 73,3%. Os demais (26,7%) distribuem-se nas outras quatro mesorregiões. Estes valores mostram a irregularidade na distribuição dos municípios, o que está vinculado aos processos sócio-econômicos mais amplos que ocorreram em cada uma das mesorregiões.

Para o estudo, além das variáveis utilizadas para selecionar a amostra, contemplaram-se também as variáveis: educação, PEA, renda, IDH-M, saneamento básico, serviços de infraestrutura, comunicações e PIB.

Em acréscimo, com a finalidade de contemplar, em caráter detalhado, as dimensões quantitativas e qualitativas das administrações locais destas pequenas cidades, foi elaborado um questionário básico⁶ que envolveu a estrutura e o aparato das administrações locais, o qual foi enviado às prefeituras dos municípios, com o objetivo de obter um perfil das mesmas. Estas são informações relevantes, uma vez que da qualidade e eficiência dos governos locais decorrem os produtos destinados aos moradores, em especial as ações do estado na melhoria da qualidade de vida.

As dimensões subjetivas da população foram avaliadas, em sua maioria, de forma indireta através de dados específicos. Por exemplo: os níveis de participação nas eleições municipais representam mais do que um dado quantitativo – eles podem indicar o grau de integração dos moradores com o conjunto de sua comunidade, ou suas preocupações com seus governantes no futuro.

Neste aspecto é relevante considerar os partidos políticos aos quais os prefeitos eleitos estão vinculados, uma vez que cada um deles possui objetivos particulares e propostas

⁶ Questionário enviado às prefeituras municipais: Quantas secretarias compõem o aparato administrativo desta prefeitura? Quais são elas? Quantas leis foram aprovadas pela Câmara de Vereadores entre 2000 e 2004? Qual o valor dos orçamentos destinados à educação e à saúde?

diferenciadas para os municípios. No atual período os prefeitos pertencem a 5 partidos políticos, quais sejam: PPB (6), PDT (4), PMDB (3), PTB (1) e PP (1).

A cobertura dos serviços oferecidos aos residentes é, também, um indicativo das prioridades dadas pelos governos em relação às populações que administram. Neste sentido destacam-se: disponibilidade de água tratada, coleta de lixo, existência de rede de esgoto, pré-escola, assistência à saúde, etc.

Os montantes do orçamento destinados à educação e à saúde, mais do que um volume de recursos destinados a esta atividade, representam o grau de consideração do governo local com esta dimensão da qualidade de vida. Além disto, modernamente, administrações locais passam a se preocupar de forma mais significativa com a disponibilidade de empregos, com a oferta de habitação, com a poluição ambiental, etc., que compõem o perfil da qualidade de vida e atribuem às administrações locais grande parcela de responsabilidade.

Para a totalidade da pesquisa, o referencial básico tem como pressuposto fundamental a avaliação das inter-relações entre a totalidade (o estado) e as unidades (os municípios). Considera-se igualmente importante a afirmação de que as pequenas cidades também enfrentam problemas de má qualidade de vida, embora em menor intensidade do que as grandes e médias, a despeito da imagem que muitas vezes é criada para as mesmas. Por isto pode-se admitir que elas são mais importantes do que aparentam.

Inicia-se a seguir o estudo dos casos que compreendem a avaliação detalhada dos municípios selecionados, de forma amostral, contemplando as diferenciações existentes entre eles e o estado. No conjunto, buscam-se respostas, mesmo que parciais, para algumas questões relevantes, como: 1º) Qual é o papel dos pequenos municípios no desenvolvimento do estado? 2º) Como se apresenta a qualidade de vida nestes municípios? 3º) Qual a correlação que existe entre desenvolvimento econômico e qualidade de vida? 4º) Quais foram as implicações das partilhas territoriais para estes pequenos municípios? 5º) Para onde caminham os pequenos municípios gaúchos?

Pequenos municípios: resgate histórico

Para compreender a situação atual dos pequenos municípios, antes, é necessário recuperar elementos significativos de sua história. Dentro deste contexto algumas questões merecem destaque: De onde eles se originaram? Quando isto aconteceu? Qual o tamanho territorial⁷ e populacional na época de sua constituição e na atualidade (2000)? Como evoluíram do ponto de vista econômico? A emancipação construiu ou destruiu? A Tabela 39 mostra alguns dados que importam para compreender estas questões.

Tabela 39 – Distribuição dos pequenos municípios conforme a origem, o ano de criação e de instalação, a população e a extensão territorial pós-criação e em 2000, segundo o tipo de economia inicial e atual

Município	Município de origem	Ano de criação	Pop. censo pós criação	Ext. territ. na criação – Km ²	Pop. 2000	Ext. territ. 2000 – Km ²	Tipo de economia na data de criação e na atualidade
Braga	Redentora, Campo Novo	1965	6.700	166,0	4.198	130,3	Agricultura/Agropecuária
Cambará Sul	S. Francisco de Paula	1963	8.578	1.246,0	6.840	1.157,6	Agricultura/ Agropecuária e fruticultura
Campinas Sul	Erexim	1959	13.826	379,0	8.258	261,0	Agropecuária. e extrativismo vegeta/ Agropecuária
Chiapeta	Catuípe	1965	4.405	398,0	4.481	396,9	Agricultura/Agricultura
Formigueiro	São Sepé	1963	9.706	607,0	7.598	587,1	Agricultura/Agropecuária
Herval	Jaguarão	1883	7.168	2.747,0	8.487	1.758,0	Agricultura/Agropecuária
Humaitá	Criciumal Três Passos	1959	11.424	194,5	5.228	135,0	Agricultura e extração vegetal/Agropecuária
Lavras do Sul	Bagé, Caçapava	1883	7.604	2.747,0	8.109	2.602,0	Mineração e pecuária/Agropecuária
Mariano Moro	Erexim	1965	4.142	124	2.474	99,0	Agricultura/Agropecuária
Miraguai	T. Portela, C. Novo	1965	8.400	131,0	5.034	129,4	Agricultura/Agropecuária
Nova Araçá	Nova Prata	1964	2.296	46,0	3.236	54,2	Pecuária e agricultura/ Agropecuária
Paráí	Nova Prata	1965	4.167	134,0	6.020	121,0	Agricultura/Pecuária leiteira e extração mineral
Roca Sales	Estrela	1954	9.708	197,0	9.284	208,5	Agricultura/Agricultura- Indústria
Santana da Boa Vista	Caçapava do Sul	1965	11.643	1.616,0	8.628	1.460,5	Agricultura/Agropecuária
Selbach	Passo Fundo	1964	4.509	169,0	4.189	177,4	Agricultura/Agropecuária

Fonte: FEE – Municípios (2005) ALMURS (2006) e FAMURS: Portal Municipal (2007).

Org.: Autora

Através da tabela, podem-se fazer algumas observações importantes. No que concerne à origem destes municípios, constata-se que a maioria resultou da partilha de um único

⁷ As diferenças na extensão territorial dos municípios, entre o ano de criação e o ano de 2000, têm relação ou com a perda de território devido à partilha, ou com as técnicas de medições pouco precisas que foram realizadas na época de sua criação, que divergem das atuais, realizadas com instrumentos mais precisos.

município, sendo que a maioria deles sem grande expressão econômica. Quanto ao ano de criação (emancipação), eles podem ser divididos em 2 períodos distintos. O primeiro data do final da segunda metade do século XIX e é representado por apenas dois municípios: Herval e Lavras do Sul. Ambos tiveram sua origem ligada a um acampamento, porém com funções diferenciadas: enquanto Herval se originou de um acampamento militar que tinha como finalidade demarcar limites entre as possessões de Espanha e Portugal, Lavras do Sul surgiu de um acampamento mineiro instalado às margens do rio Camaquã com a finalidade de explorar pepitas de ouro depositadas no leito do rio. Portugueses, espanhóis e índios, provavelmente trazidos por bandeirantes paulistas, trabalharam na mineração.

O segundo, representado pelos demais municípios do conjunto estudado, data do início da segunda metade do século XX, portanto, de origem mais recente, envolvendo um outro contexto político, social e econômico. Estes tiveram seu embrião ligado à colonização e à imigração. Os povos que se dirigiram para estas terras voltaram-se para as atividades agrícolas e a criação de animais, mantendo-as ainda hoje como a sua principal base econômica. Destaque-se que todos estes municípios tiveram a sua criação anterior à Constituição de 1967, quando a competência para a criação de municípios foi transferida ao Governo Federal. Desta forma, a Constituição que deu suporte à criação da maioria destes municípios foi a de 1946, que se encontrava a cargo do estado e era conhecida como Constituição Municipalista, conforme já referido no Capítulo II.

Quanto à população, constata-se que a maioria dos municípios, quando surgiu, apresentava totais pouco numerosos, os quais no decorrer de sua evolução mostraram algum crescimento em apenas cinco municípios, enquanto nos demais ocorreu decréscimo. Enquanto o estado, entre 1960 e 2000, apresentou um crescimento de 89,7% de sua população, os municípios estudados, em seu conjunto, apresentaram uma redução de 19,4%. Daqueles que tiveram sua população aumentada, nenhum teve crescimento igual ou superior àquele verificado no estado.

No caso do decréscimo populacional envolvendo 10 municípios, dois grupos foram considerados. O primeiro envolvendo aqueles que perderam população em decorrência do processo de partilha com perda de territórios, como Campinas do Sul, Humaitá, Mariano Moro e Roca Sales, o que é natural que ocorra nessa situação. O segundo abrange aqueles que perderam população sem partilha territorial, como Braga, Cambará do Sul, Formigueiro, Miraguaí, Santana da Boa Vista e Selbach. Isto evidencia a presença de outros fatores contribuindo para esta redução, como a emigração e também a queda da fecundidade.

Com relação à economia predominante, a base praticamente não se modificou. O que mudou foi a intensidade e a qualidade destas atividades. Assim, a sustentação econômica destes municípios ainda continua sendo predominantemente a agropecuária, em que o fator terra assume grande importância. Desta forma, é conveniente destacar que, com exceção dos municípios de Herval, Lavras do Sul e Santana da Boa Vista, nos quais predominam grandes propriedades, nos demais são as pequenas e médias que se sobressaem. Evidencia-se assim que a maioria deles manteve sua base econômica inicial, ou seja, agricultura e criação de animais, porém com algumas diferenças, pois estas atividades deixaram de ser basicamente de subsistência, como ocorria no passado, para se tornarem também comerciais. As técnicas de produção também se alteraram em face de modernização da agricultura. Contudo, esta modernização não se generalizou no espaço agrário gaúcho, pois esta mudança dependia dos recursos financeiros de que os proprietários de terras dispusessem. Aqueles que se encontram descapitalizados não conseguem se inserir nesta modernização, o que se reflete na produtividade de sua propriedade, como ocorre, por exemplo, em Miraguaí.

Quando se remonta à história de ocupação da parte do território que compõe hoje este conjunto de municípios, constata-se que o mesmo esteve vinculado, principalmente, às estâncias e à agricultura, mas também ao acampamento militar e mineiro. Neste aspecto, a agricultura é ainda a atividade que mais marca este espaço.

Conforme o exposto, constata-se que os territórios que hoje compõem este conjunto de municípios tiveram seus embriões nos séculos XVIII, XIX e XX, estiveram vinculados a disputas por território, à exploração mineral, às estâncias e à busca de terras por estrangeiros, especialmente os italianos e os alemães, para o desenvolvimento da agricultura de subsistência. O somatório de tais interesses muito contribuiu para o povoamento, desenvolvimento de formas de economia e, mais tarde, para o surgimento destes municípios.

Entretanto, o que se pode observar é que a maioria destes municípios, que tanto almejavam a sua emancipação política, não logrou muito êxito. Desde a sua criação até 2000, nove reduziram suas populações, em seis deles houve partilha territorial, e a economia pouco se modificou. Quanto à qualidade de vida da população, as melhorias ainda não ocorreram em todos os sentidos, estando longe de atender a todos da mesma forma.

Os contrastes demográficos dos pequenos municípios

O estudo das diferenciações entre estado e municípios implica considerar algumas variáveis relevantes, e uma delas é a demografia. É importante destacar que a análise feita no segundo capítulo sobre o estado e a totalidade dos pequenos municípios envolveu uma comparação entre valores médios. A partir deste momento, inicia-se uma avaliação mais detalhada de variáveis demográficas selecionadas para os municípios que compuseram a amostra.

Totais populacionais

A importância de se conhecer o volume populacional de uma unidade geográfica, já foi considerada no Capítulo I, através da citação de Jardim (1992, p. 39), para quem esta “é uma informação básica tanto para o planejamento público como para projetos de empresas privadas que envolvem o potencial de demanda por produtos, mão-de-obra, serviços, etc”. Isto é importante tanto na esfera estadual quanto na municipal, independentemente dos seus tamanhos demográficos.

Os pequenos municípios apresentam características populacionais diferenciadas daquelas apresentadas pela totalidade do estado do Rio Grande do Sul. Enquanto no estado a população total continua crescendo, embora em volumes diferentes, em muitos deles observa-se um decréscimo significativo, chegando, em alguns casos, a revelar um crescimento negativo.

A Tabela 40 mostra a evolução da população total, o crescimento relativo e também a taxa geométrica de crescimento médio anual entre 1980 e 2000. Os valores registrados na tabela mostram diferentes contrastes entre os volumes totais para dois momentos, relativos ao estado e aos pequenos municípios, com mudanças de comportamento. O conjunto oferece oportunidade de reflexões envolvendo totais absolutos, crescimento relativo e taxa geométrica de crescimento da população, para o período de 1980 a 2000.

Tabela 40 – Crescimento da população total, crescimento relativo e taxas geométricas médias anuais para o estado e pequenos municípios, entre 1980 e 2000.

Municípios e UF	População Total			Cresc. relativo 1980-2000 (%)	Tx. geom. cresc. médio anual
	1980	2000	2007 ⁸		
Braga	5.785	4.198	3.826	-27,43	- 1,61
Cambará Sul	6.779	6.840	6.859	0,89	0,04
Campinas do Sul	8.681	8.258	5.588	-4,87	- 0,24
Chiapetta	4.412	4.481	4.078	1,56	0,07
Formigueiro	7.875	7.598	7.116	-3,51	-0,17
Herval	7.281	8.487	6.873	16,56	0,77
Humaitá	9.948	5.228	4.926	-40,17	-3,16
Lavras do Sul	9.225	8.109	8.115	-12,10	- 0,64
M. Moro	3.341	2.474	2.284	-25,95	- 1,49
Miraguaí	7.685	5.034	4.869	-34,50	- 2,09
Nova Araçá	2.259	3.236	3.775	43,25	1,81
Paráí	4.529	6.020	6.577	32,92	1,43
Roca Sales	6.820	9.284	9.922	36,13	1,55
Santana da Boa Vista	8.916	8.628	8.599	-3,23	-0,16
Selbach	4.472	4.861	4.773	8,70	0,42
Total	98.008	92.726	88.277	-5,39	-0,27
RS	7.773.837	10.179.801	10.582.840	31,0	1,35

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1980 e 2000 e Contagem da população, 2007.

Org.: Autora

Com relação aos totais, neste intervalo de tempo, o estado teve um aumento de 2.405.964 pessoas, e os pequenos municípios estudados uma redução de 5.282. Avaliando-se em detalhe, percebe-se que este referencial de aumento ou de diminuição permite agrupar os municípios. Neste sentido, têm-se aqueles que aumentaram seus totais e aqueles que os diminuiram. Assim, em sete deles (46,6%), observou-se crescimento, e para os restantes, redução absoluta. É claro que os dados nos mostram variações, uma vez que existem crescimentos significativos – o caso de Roca Sales –, e outros pouco significantes – o caso de Cambará do Sul. O decréscimo revela a mesma oscilação, como se pode verificar nos casos dos municípios de Formigueiro e Santana da Boa Vista. Para o conjunto constata-se uma diversidade de comportamentos, evidenciando que mudanças quantitativas, de maneira diferenciada, ocorreram ao longo do tempo. Os dados absolutos de 2007 que constam na tabela foram baseados na contagem da população. Através deles pode-se perceber que a maioria dos municípios continuou declinando sua população, a exemplo do que ocorreu no período 1980-2000. Entre 2000 e 2007, enquanto a população do estado cresceu em 403.039 pessoas (3,96%), a população dos pequenos municípios apresentou decréscimo de 4.449 (4,8%).

⁸ Com o objetivo de mostrar que a maioria dos pequenos municípios estudados continua a perder população, foi acrescentada na Tabela 40 uma coluna com os totais da população em 2007, conforme a contagem populacional divulgada pelo IBGE.

Os valores relativos registrados na mesma tabela tornam comparáveis as mudanças observadas nos valores absolutos. Assim é que dentre os oito municípios que apresentaram redução (1980-2000), as diferenciações variaram desde o limite mínimo de -3,2 até o máximo de -40,2%. Estas diferenciações também foram verificadas naqueles que apresentaram aumento da população. Neles as variações oscilaram de 0,9 a 43,2%.

A terceira variável, representada pela taxa geométrica de crescimento médio anual, exibiu outra modalidade de contraste. Neste caso, enquanto para o estado ocorreu um crescimento de 1,35%, nos pequenos municípios ela foi negativa, de 0,27, bastante diferenciada entre as unidades. No conjunto, temos desde aqueles que registraram taxas negativas, em número de nove, até os que apresentaram taxas positivas, seis, sendo que três deles com valores superiores ao do estado. A Figura 16 mostra a espacialização dos pequenos municípios, segundo a taxa geométrica de crescimento, entre 1980 e 2000.

A comparação das taxas respectivas para os municípios e para as cidades principais de cada mesorregião evidencia diferentes contrastes. Primeiro, no fato de que os municípios de Santa Maria, Passo Fundo e Caxias do Sul mostram valores superiores ao do estado, sendo que o último apresenta diferenciação significativa, o que se reflete no fato de os três pequenos municípios pertencentes a mesorregião registrarem valores positivos, igualmente superiores ao do estado. Isto se justifica pelo dinamismo econômico da região de Caxias do Sul que acaba envolvendo as localidades próximas, contribuindo assim para o seu crescimento demográfico. Esta influência chega a se estender a municípios localizados em outra mesorregião, como é o caso de Roca Sales. Esta relação também foi percebida por Menegatti (2005), ao realizar um estudo sobre uma pequena cidade do estado de São Paulo. Porém em seu estudo ela constatou a perda de população em face do distanciamento do município em relação a centros econômicos de expressão.

Diante deste cenário, a perda de população pode ser lida apenas como um fato demográfico, ou também social. No primeiro caso ela corresponde às variações absolutas dos valores medidos ou registrados. No segundo, tem-se um “olhar” sócio-econômico sobre os mesmos valores. Na realidade, quaisquer variáveis demográficas devem ser consideradas não apenas pelas variações das quantidades de pessoas, mas também pelos referenciais sócio-econômicos.

Este quadro mostra a significância do estudo dos pequenos municípios quando se deseja implementar processos de desenvolvimento nos mesmos. Estes processos terão que ser diferenciados.

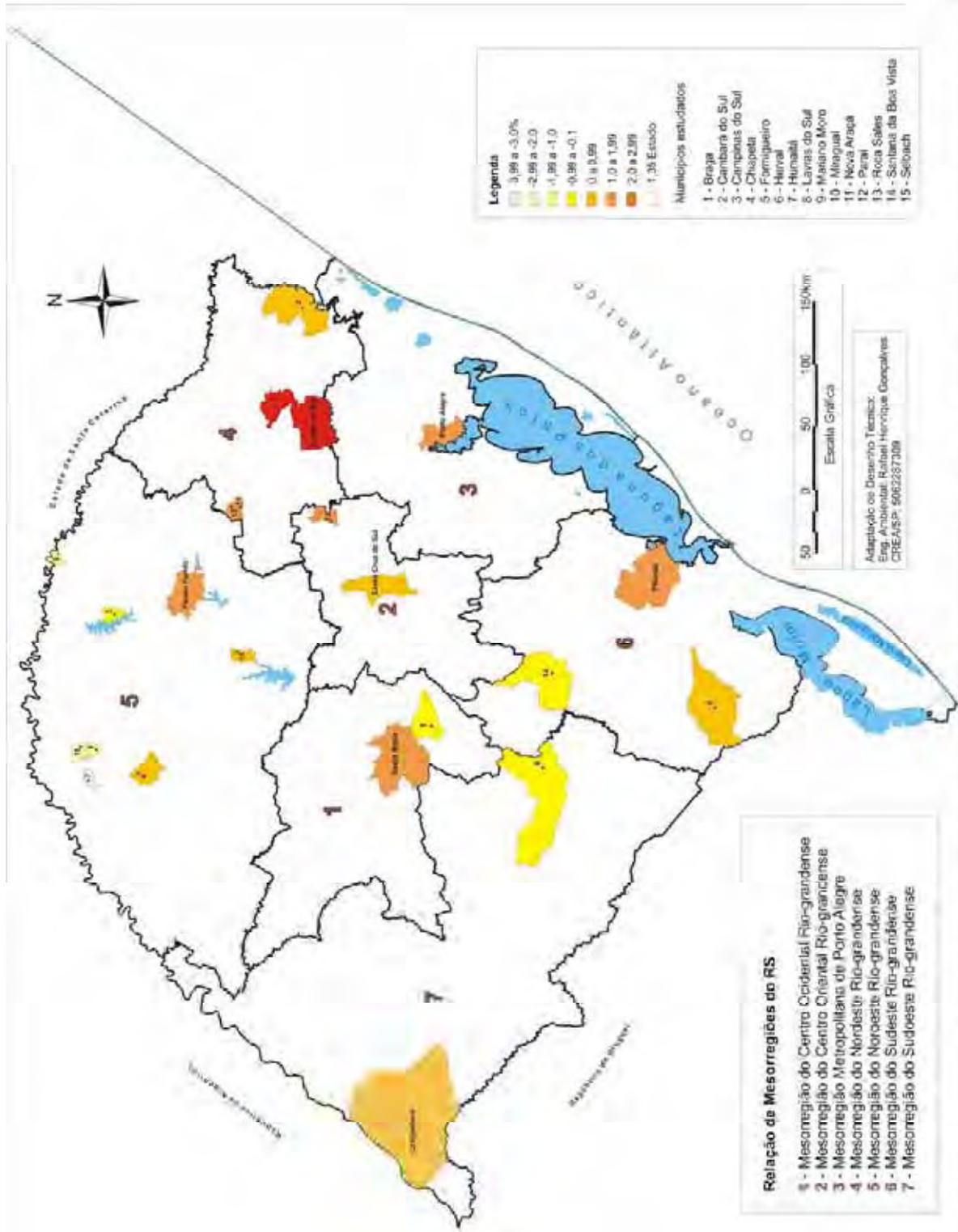


Figura 16. Crescimento relativo da taxa de crescimento geométrico médio anual da população total nos pequenos municípios estudados, entre 1980 e 2000.
Fonte: IBGE, 2000.
Org.: Autor

Espacialização rural-urbana

Outra dimensão relevante nesta análise está na distribuição espacial entre área rural e urbana, as quais, de maneira geral, apresentam modos e qualidade de vida diferenciados. A Tabela 41 registra a evolução desta distribuição, seu crescimento relativo e a taxa geométrica de crescimento médio anual, entre 1980 e 2000. Diferentemente do que ocorreu no estado, onde a partir da década de 1950 mais da metade de sua população já vivia nas cidades, nestes pequenos municípios, somente em 2000 é que a população urbana passou a predominar. Mesmo assim, pode-se afirmar que havia equilíbrio entre as duas distribuições.

Tabela 41 – Crescimento total, relativo, e taxa geométrica de crescimento médio anual da população urbana e rural para o estado e pequenos municípios, entre 1980 e 2000.

Municípios e UF	População urbana		Cresc. (%) 1980-2000	Tx. geom. cresc. ano	População Rural		Cresc. (%) 1980-2000	Tx. geom. cresc. ano
	1980	2000			1980	2000		
Braga	1.304	3.340	156,13	4,815	4.481	858	-80,85	-7,932
Cambará Sul	2.904	3.047	4,92	0,240	3.875	3.793	-2,11	-0,106
Camp. do Sul	2.560	4.431	73,08	2,781	6.121	3.827	-37,47	-2,320
Chiapetta	1.376	2.546	85,03	3,124	3.036	1.935	-36,26	-2,227
Formigueiro	977	2.649	171,13	5,113	6.898	4.949	-28,25	-1,646
Herval	2.759	4.461	61,69	2,436	4.522	4.026	-10,96	-0,579
Humaitá	2.916	2.666	-8,57	-0,447	7.032	2.562	-63,56	-4,924
Lavras do Sul	4.251	4.828	13,57	0,638	4.974	3.281	-34,03	-2,058
M. Moro	586	1.070	82,59	3,056	2.755	1.404	-49,04	-3,314
Miraguaí	1.768	1.786	1,02	0,056	5.917	3.248	-26,69	-2,954
Nova Araçá	1.023	2.010	96,48	3,434	491	1.226	149,69	4,681
Paráí	817	2.823	255,53	6,395	3.712	3.197	-13,87	-0,744
Roca Sales	2.271	4.571	101,27	3,559	4.549	4.713	3,60	0,177
Sant. Boa Vista	1.759	3.818	117,05	3,951	7.157	4.810	-32,79	-1,967
Selbach	847	2.718	220,89	6,003	3.625	2.143	-40,77	-2,594
Total	28.118	46.764	66,31	2,576	69.890	45.962	-34,23	-2,073
RS	5250940	8310995	58,27	2,322	2522897	1868806	-25,92	-1,490

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1980 e 2000.

Org.: Autora

Com relação aos totais, tanto a população urbana do estado quanto a dos municípios cresceram. A primeira em 3.060.055 e a segunda em 18.646. A análise particularizada dos pequenos municípios mostrou que, neste intervalo, a maioria deles apresentou um aumento proporcional não registrado pelo estado, como, por exemplo: Paráí e Selbach, com 2.006 e 1.871 habitantes, ou seja, 255,0 e 220,0%, respectivamente. Embora o número seja pequeno, do ponto de vista da população total no conjunto dos municípios, para aqueles destacados é um valor bastante relevante, podendo causar impactos que exijam que eles se preparem para o aumento deste contingente populacional. Entretanto, para estes municípios, é interessante ressaltar que o aumento derivado das migrações foi pouco significativo, o que minimiza os

efeitos mencionados. Destaque-se ainda que os pequenos municípios apresentam uma urbanização tardia em relação ao estado.

Como foi possível observar, em decorrência das mudanças dos valores absolutos da população total, os dados urbanos também mostraram alterações na hierarquia dos municípios, embora sem muita significância.

Quanto à população rural, teve-se uma inversão de valores marcados por resultados negativos: de 654.091 habitantes para o estado e de 23.928 para os municípios. No conjunto, o estado perdeu 25,9% da população rural, e os pequenos municípios, 34,2%. A diferença pode ser atribuída ao fato, já mencionado, da redução da população rural do estado de maneira antecipada àquela dos pequenos municípios, uma vez que a totalidade contempla municípios de médio e de grande porte cujas histórias demográficas são diferenciadas. Este processo também não foi homogêneo, fazendo com que o significado dos municípios mudasse no período. Foram estas mudanças que fizeram com que, em 2000, o município de Formigueiro, apesar da redução de população rural, se tornasse o primeiro na categoria em números absolutos: 4.946 habitantes rurais.

Quanto à taxa geométrica de crescimento, os resultados para o conjunto são bastante diferenciados, sendo negativos para 86,6% da totalidade, evidenciando, assim, o esvaziamento das áreas rurais. As razões para esta dinâmica vinculam-se aos problemas do próprio processo geral de desruralização provocado pela mecanização da lavoura, que expulsou mão-de-obra; ao retalhamento da propriedade rural que, na maioria deles, é de dimensão pequena; à busca de uma vida melhor na cidade, etc. Por outro lado, esta mesma redução demográfica verificada naqueles municípios de grande extensão territorial (onde dominam os latifúndios, como Herval, Lavras do Sul e Santana da Boa Vista) decorreu desta concentração que limitou as possibilidades de que mais pessoas se inserissem no processo produtivo. A Tabela 42 registra os valores relativos da população urbana e rural nos últimos três censos. Ela permite visualizar a natureza das mudanças, uma vez que possibilita a verificação dos períodos em que ocorreu a passagem de uma predominância rural para a urbana. Percebe-se que no período de 1980 a 1991 os municípios de Chiapeta, Herval e Lavras do Sul passaram a apresentar maior população urbana. Entre 1991 e 2000 foi a vez dos municípios de Braga, Campinas do Sul, Humaitá, Nova Araçá e Selbach apresentarem maior população urbana.

Os dados registram as diferenças do crescimento destas populações para o estado e para os pequenos municípios. O que se observa é que ocorreu a desruralização com prováveis impactos para as áreas urbanas. Entretanto, o nível de urbanização deles é inferior ao verificado no estado. Apenas Braga, em 2000, esteve bem próximo do valor do estado. Assim,

para o conjunto, percebem-se casos nos quais a desruralização foi compensada com a urbanização, bem como casos em que isto não ocorreu. Entre eles tem-se o município de Humaitá como o mais significativo.

Tabela 42 – Participação relativa da população urbana e da rural no estado e nos pequenos municípios, em 1980, 1991 e 2000

Municípios e UF	1980		1991		2000	
	Pop. urbana	Pop. rural	Pop. urbana	Pop. rural	Pop.urbana	Pop.rural
Braga	22,54	77,46	35,82	64,18	79,56	20,44
Cambará Sul	42,83	57,17	32,16	67,84	44,65	55,35
Campinas do Sul	29,48	70,52	40,32	59,68	53,65	46,35
Chiapetta	31,18	68,82	51,18	48,82	56,81	43,19
Formigueiro	12,40	87,60	25,05	74,95	34,86	65,14
Herval	37,89	62,11	51,54	48,46	52,56	47,44
Humaitá	29,31	70,69	44,70	55,30	50,99	44,01
Lavras do Sul	46,08	53,92	54,50	45,50	59,53	40,47
M. Moro	17,54	82,46	28,30	71,70	43,25	56,75
Miraguaí	23,0	77,0	31,85	68,15	35,47	64,53
Nova Araçá	45,28	54,72	50,00	50,00	62,11	37,89
Paraí	22,88	77,12	25,75	74,25	46,89	53,11
Roca Sales	32,65	67,35	37,76	62,24	49,23	50,77
Santana da Boa Vista	19,72	80,28	34,02	65,98	44,25	55,75
Selbach	18,94	81,06	44,85	55,15	55,91	44,09
Total	28,69	71,31	39,18	60,82	50,43	49,54
RS	67,54	32,46	76,56	23,44	81,64	18,36

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1980 e 2000.
Org.: Autora

Além da análise dos dados quantitativos, a espacialização dos mesmos é relevante. A Figura 17 mostra a distribuição espacial do aumento ou diminuição relativos das taxas específicas de cada município. De uma maneira geral, percebe-se que a maioria deles apresentou redução, exceto dois: Nova Araçá e Roca Sales. Quanto à relação entre os pequenos municípios e suas sedes, observam-se variações. Há aqueles em que o decréscimo foi mais acentuado do que o da sua sede; em outros foi semelhante; e noutros foi menor. O destaque coube a Caxias do Sul, que exibiu um crescimento positivo juntamente com um pequeno município da sua mesorregião.

A perda da população rural nos pequenos municípios tem provocado mudanças na sociedade rural, marcada por uma masculinização e envelhecimento diferencial da população. Os acréscimos urbanos decorrentes deste processo representam um grande desafio para os administradores locais, que não podem marginalizar aqueles que permanecem no campo. Ao mesmo tempo, necessitam criar nas cidades condições para receber esta parcela da população, de modo a atender suas demandas em termos de emprego, escolaridade, saúde, etc. Quando isto não ocorre há uma deterioração da qualidade de vida, de uma maneira geral.

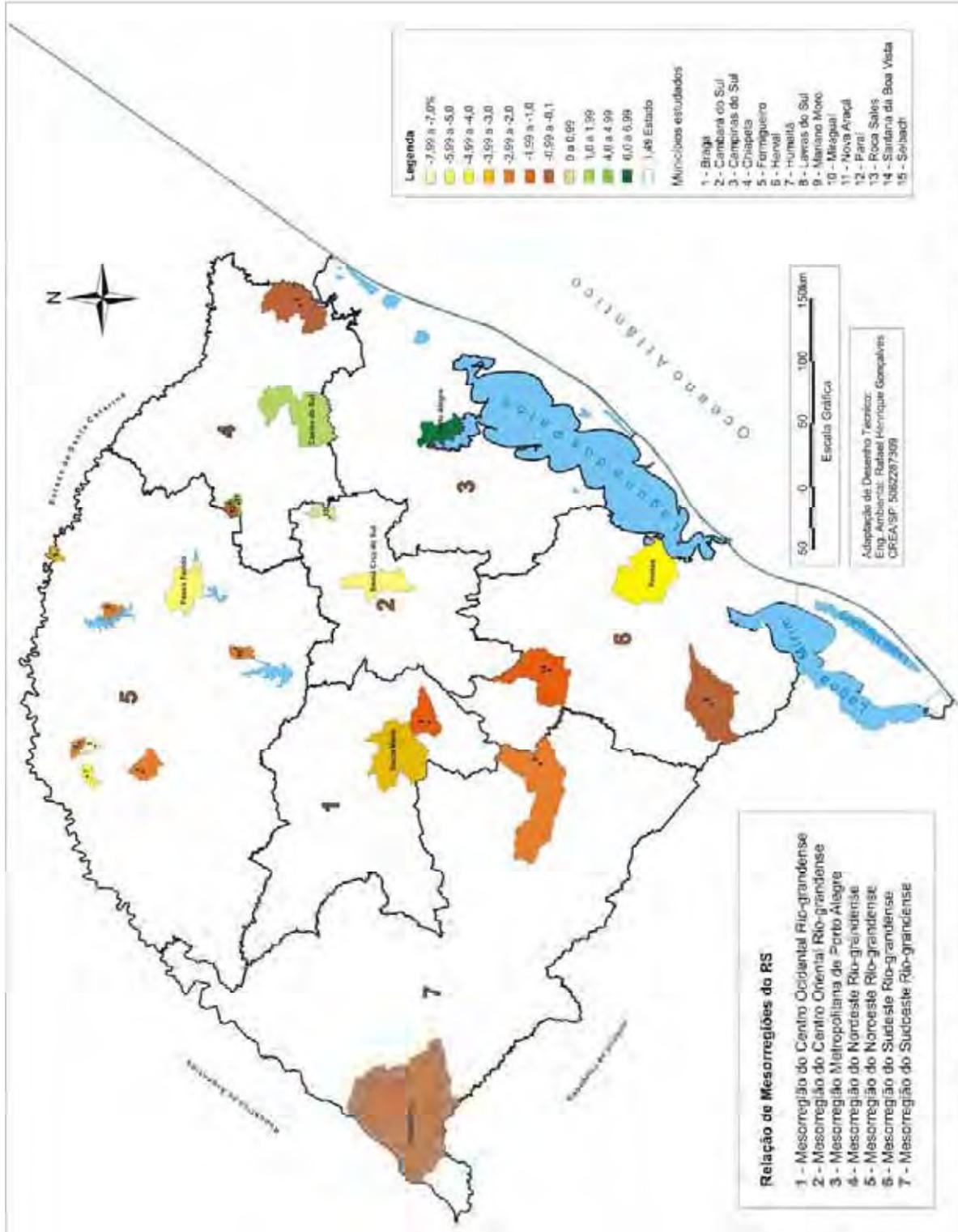


Figura 17. Crescimento relativo da taxa geométrica de crescimento médio anual da população rural nos pequenos municípios estudados, entre 1980 e 2000.

Fonte: IBGE, 2000

Org.: Autor

Os migrantes

A mobilidade da população nestes municípios não é representada apenas pelas transferências rural-urbano. Os totais destes municípios têm em suas composições a presença de não-naturais provenientes de outros municípios gaúchos grandes ou pequenos e de outros estados, embora seus valores sejam pouco expressivos, como se pode constatar na Tabela 43, que mostra os valores para Braga e Humaitá. A escolha destes municípios para ilustrar a insignificante presença de migrantes de outros estados deve-se ao fato de que ambos declinaram a população total e também a rural. Quanto à população urbana, Braga aumentou, e Humaitá diminuiu. Esta situação mostra que as populações não são fechadas, pois, ao se movimentarem no espaço, acabam alterando suas distribuições espaciais.

Tabela 43 – Migrantes originários de estados diversos, presentes nos municípios de Braga e Humaitá em 1980 e 2000, segundo as regiões de origem.

Municípios	Região Norte		Região Nordeste		Região Sudeste		Região Sul		Região Centro-Oeste	
	1980	2000	1980	2000	1980	2000	1980	2000	1980	2000
Braga	0	0	0	08	05	08	41	29	22	14
Humaitá	0	0	0	0	0	07	70	68	0	0

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1980 e 2000.

Org.: Autora

Considerando os municípios estudados, é relevante apresentar os resultados de forma detalhada para que se possam perceber as mudanças verificadas em cada um. A Tabela 44 registra os totais de não-naturais do estado e dos pequenos municípios e suas variações absolutas e relativas, respectivamente para o período estudado.

Conforme mostra a tabela, para a totalidade do estado, os não-naturais apresentaram um saldo positivo, enquanto para o conjunto dos municípios ele foi negativo, o que indica a saída de população. Entretanto, nem todos apresentaram esta mesma característica quando considerados de forma individualizada. Quando comparados com a população total do estado, eles representaram, em 1980, 35,7% da população e, em 2000, 32,3%. Em termos percentuais, observa-se que oito deles apresentaram aumento positivo e, destes, três apresentaram para os não-naturais valores superiores àquele do estado. Isto indica que temos um conjunto diferenciado, como já registrado, em decorrência do fato de eles estarem dispersos no estado, não compondo, portanto, uma região.

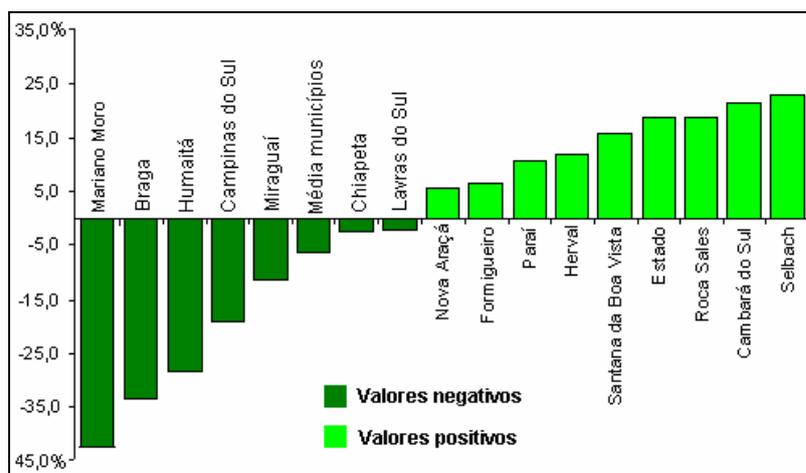
Tabela 44 – Totais de não-naturais, crescimento absoluto e relativo do estado e dos pequenos municípios em 1980 e 2000.

Municípios e UF	1980	2000	Diferença relativa 1980-2000	Cresc. relativo 1980-2000
	Não-naturais	Não-naturais		
Braga	2224	1483	741	-33,31
Cambará Sul	2598	2957	560	21,55
Campinas do Sul	3559	2881	-678	-19,05
Chiapetta	2414	2355	-59	-2,44
Formigueiro	961	1024	63	6,55
Herval	1319	1477	156	11,82
Humaitá	3709	2667	-1042	-28,09
Lavras do Sul	1725	1688	-37	-2,14
M. Moro	978	564	414	-42,33
Miraguaí	3097	2739	-358	-11,56
Nova Araçá	886	937	51	5,44
Paráí	1254	1390	136	10,85
Roca Sales	2098	2495	397	18,92
Santana da Boa Vista	756	847	118	15,60
Selbach	1220	1502	282	23,11
Total	28.798	27.006	-1792	-6,22
RS	2.780.037	3.297.392	517.355	18,60

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1980 e 2000.

Org.: Autora

Através da Figura 18 pode-se perceber que o crescimento relativo dos não-naturais no conjunto dos pequenos municípios é negativo. Contudo, apenas sete acompanhavam a tendência média do conjunto, os demais apresentavam valores positivos. Dentre os valores negativos, Mariano Moro é o principal representante; já com relação aos valores positivos, o principal é Selbach. Destaque-se que a redução dos não-naturais no conjunto dos pequenos municípios é um indicativo da falta de dinamismo econômico, um dos elementos principais para a permanência das pessoas nesses espaços.



Fonte: IBGE Censos demográficos, 1991 e 2000

Org. Autora

Figura 18 – Crescimento relativo dos não-naturais no estado e nos pequenos municípios, entre 1980 e 2000

A presença de não-naturais numa área geográfica não deve ser considerada somente do ponto de vista quantitativo, mas também do qualitativo. Isto compreende aquelas características naturais ou adquiridas ao longo da vida, como: sexo, idade, nível de escolaridade, formação profissional, costumes, aumento de idade, além da espacialização dos valores.

Mais homens ou mais mulheres, mais crianças ou mais idosos?

Outra questão relevante quando do estudo da população, independente de ser natural ou não, é o da estrutura sexo-idade. É através do conhecimento dela que um administrador local deve planejar o destino de seus orçamentos, uma vez que as dimensões sexo-idade impõem necessidades diferenciadas. Inicialmente, se considera a dimensão sexo, em seguida a idade, e finalmente, através das pirâmides de idade, as duas associadas.

A Tabela 45 registra os valores absolutos da composição por sexo em 1980 e 2000. Os dados mostrados na tabela evidenciam a predominância de homens na maioria dos pequenos municípios. Em 1980, somente em dois deles as mulheres eram maioria: Campinas do Sul e Nova Araçá e, em 2000, em sete deles, o que significa o avanço desta participação ao longo do tempo. Entretanto, uma análise mais detalhada dos dados revela de certa maneira que as mudanças para o aumento ou para a redução seguem na mesma direção para homens e mulheres. Estas mudanças vinculam-se ao maior número de anos vividos pelas mulheres em relação aos homens, especialmente na faixa etária dos idosos, que é quando elas passam a predominar.

A Tabela 46 apresenta os valores absolutos correspondentes às três grandes faixas etárias da população, o que permite, de forma agregada, tanto para o estado quanto para os pequenos municípios, analisar estas mudanças. Esta diferente forma de agrupamento permite o conhecimento dos níveis de dependência entre os grupos etários e de suas necessidades em especiais investimentos públicos ou privados. A Figura 19 mostra os valores relativos da estrutura etária da população total dos pequenos municípios em 1980 e 2000.

Tabela 45 – Valores absolutos da composição por sexo da população dos pequenos municípios em 1980 e em 2000

Municípios	Pop. total em 1980		Pop. total em 2000	
	H	M	H	M
Braga	2.967	2.813	2090	2.108
Cambará Sul	3.463	3.315	3.487	3.353
Campinas do Sul	4.335	4.345	4.078	4.180
Chiapetta	2.284	2.135	2.268	2.268
Formigueiro	4.014	3.862	3.890	3.708
Herval	3.916	3.364	4.438	4.049
Humaitá	5.029	4.919	2.543	2.685
Lavras do Sul	4.723	4.502	3.984	4.125
M. Moro	1.713	1.632	1.269	1.205
Miraguaí	3.977	3.704	2.477	2.557
Nova Araçá	1.120	1.131	1.595	1.641
Paráí	2.315	2.212	3.059	2.961
Roca Sales	4.414	4.410	4.663	4.621
Santana da Boa Vista	4.540	4.371	4.426	4.195
Selbach	2.262	2.209	2.354	2.507
Total	50.864	48.924	46.820	46.107
Estado	3.852.067	3.921.782	4.994.734	5.193.108

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1980 e 2000.

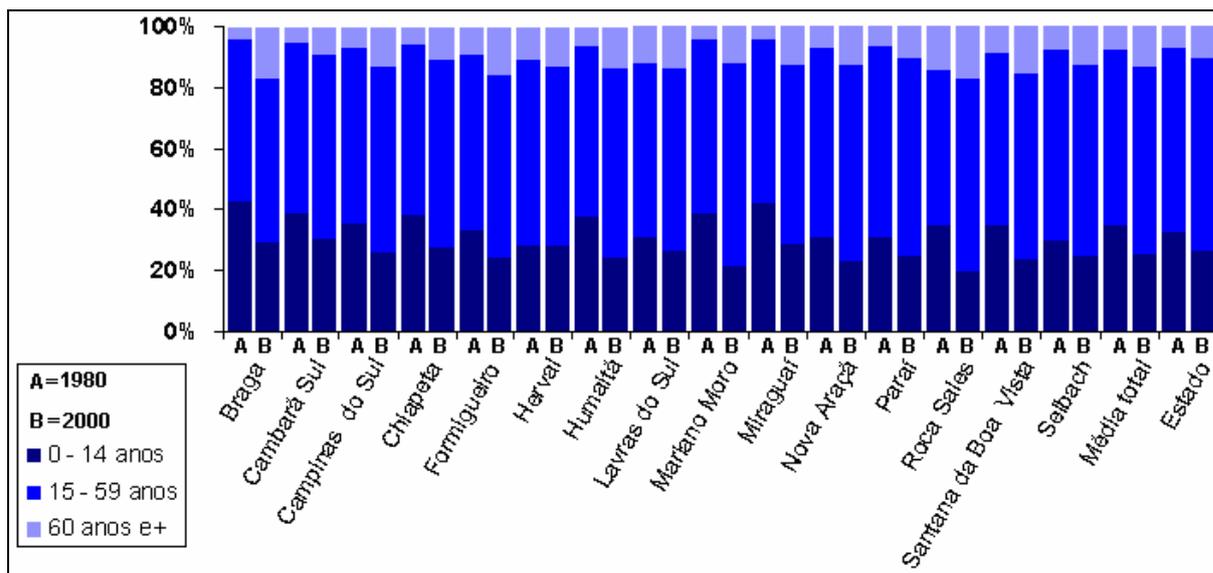
Org.: Autora

Tabela 46 – Valores absolutos da estrutura etária da população total dos pequenos municípios entre 1980 e 2000

Municípios	1980			2000		
	0-14 anos	15-59 anos	60 anos e +	0-14 anos	15-59 anos	60 anos e +
Braga	2.435	3043	307	1211	2.464	523
Cambará Sul	3159	3240	380	2026	4231	583
Campinas do Sul	2863	5219	599	2099	5100	1059
Chiapetta	1670	2474	268	1200	2825	456
Formigueiro	2610	4523	742	1814	4859	925
Herval	2027	4882	372	2301	5611	575
Humaitá	3710	5600	638	1241	3297	690
Lavras do Sul	2841	5620	764	2079	5145	885
M. Moro	1332	1487	155	586	1600	288
Miraguaí	3185	4115	385	2059	2291	684
Nova Araçá	684	1412	163	730	2097	409
Paráí	1395	2906	228	1454	3949	617
Roca Sales	2381	3439	1000	1875	5830	1579
Santana da Boa Vista	3079	5014	823	2038	5297	1293
Selbach	1322	2796	354	1183	3061	617
Média total	34793	59209	7181	24096	58704	11186
Estado	2.519.542	4.693.521	560.774	2.654.645	6.460.039	1.065.117

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1980 e 2000.

Org.: Autora



Fonte: IBGE, Censos demográficos, 1980 e 2000

Org.: Autora

Figura 19 – Valores relativos da estrutura etária da população total dos pequenos municípios em 1980 e 2000.

Os dados absolutos registrados na tabela e os relativos constantes da figura mostram mudanças de comportamento no que se refere à estrutura etária da população do estado e dos municípios estudados. Como aspectos dominantes, observa-se a redução da população jovem e o aumento crescente dos idosos. A população jovem, entre 1980 e 2000, apresentou um perfil de redução de sua participação na totalidade. Para alguns municípios de forma mais acentuada, para outros menos, mas todos na mesma direção. Alguns exemplos destas diferenciações podem ser observados nos municípios de Humaitá e Braga, cujas reduções no período foram de 60,5% e de 50,2%, respectivamente. Herval, Nova Araçá e Paraí foram os únicos a apresentar aumento neste grupo etário de 13,5%, 6,7% e 4,2%, respectivamente. Assim, 80,0% dos municípios apresentaram redução, e 20,0%, aumento. No conjunto eles exibem redução de 30,7%, enquanto o estado, de forma diferenciada, aumentou em 0,5%.

O grupo de idosos apresenta-se em plena expansão e foi o que mostrou crescimento mais expressivo, especialmente nos pequenos municípios. Em 1980, havia nove com valores inferiores ao do estado, e em 2000, apenas três. Neste sentido, os pequenos municípios revelam indicadores de melhoria de qualidade de vida, muito embora, simultaneamente, o aumento do número de idosos signifique novos desafios para as administrações locais.

É evidente que existe uma diferença significativa em relação ao estado, uma vez que nos pequenos municípios a população rural ainda pesa na composição do total,

caracterizando-se pelo envelhecimento decorrente de um somatório de fatores que já foram referidos no Capítulo II deste trabalho.

Estes dados tornam-se mais interessantes para a análise quando transformados em medidas específicas. No caso do sexo, temos o Índice de Masculinidade (IM), e no caso da idade destaca-se o Índice de Envelhecimento (IE). A Tabela 47 mostra estes valores.

Tabela 47 – Índice de Masculinidade e de Envelhecimento da população total e dos pequenos municípios em 1980 e 2000.

Municípios e UF	1980		2000		Crescimento relativo, do IE, 1980-2000 (%)
	IM	IE	IM	IE	
Braga	105,5	12,60	99,1	43,18	242,69
Cambará Sul	104,4	12,03	104,0	28,77	139,15
Campinas Sul	99,7	20,92	97,5	50,45	141,15
Chiapeta	107,0	16,04	100,0	38,0	136,90
Formigueiro	104,0	28,43	105,0	51,0	79,38
Herval	116,4	18,35	109,6	25,0	36,24
Humaitá	102,4	17,19	94,7	55,60	223,44
Lavras Sul	105,0	26,89	96,5	42,56	58,12
M. Moro	105,0	11,63	105,3	49,14	322,52
Miraguaí	107,3	12,08	96,8	33,83	23,18
Nova Araçá	99,0	23,83	97,19	56,60	96,32
Paráí	104,6	16,34	103,3	42,43	159,66
Roca Sales	100,0	42,0	101,0	84,21	100,5
Santana da Boa Vista	103,8	26,73	105,5	63,44	137,33
Selbach	111,5	26,77	93,9	52,15	91,39
Total municípios	104,0	20,78	101,5	47,75	129,78
RS	98,2	16,61	96,1	40,12	141,54

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1980 e 2000.

Org.: Autora

Os dados apresentados evidenciam o nível de masculinização e o grande incremento da população idosa nos pequenos municípios. Quanto ao IM, ele se diferencia muito daquele verificado para o estado, sendo maior em todos os pequenos municípios. Enquanto no estado ele diminui, nos pequenos municípios vem aumentando. O que se observa representa uma importante mudança de comportamento, marcada pela masculinização da população. Permanecendo esta tendência, no futuro poderá ter significativos reflexos nas condições de reprodução da população.

Os exemplos contidos na Tabela 48 ilustram situação observada, ou seja, mostram a forma como homens e mulheres encontram-se distribuídos na zona urbana e na rural, para alguns municípios e para o estado em 1980 e 2000. A tabela, sob a forma de amostra, registra a predominância masculina em todas as áreas rurais, exceto em Mariano Moro, que, em 2000, tinha mais mulheres. Em contrapartida, o componente feminino é predominante na área

urbana. Isto faz com que o IM seja diferenciado entre o urbano e o rural. Na área urbana do estado ele era, em 1980 e 2000, de 93,5% e 93,4%, e na rural de 108,7% e 109,2%, respectivamente. Nestes mesmos anos (1980 e 2000), para Herval, ele foi de 92,0% e 94,5%, na área urbana, e de 134,4% e 129,3%, na rural – este último valor, bem superior àquele verificado no estado e em seus pequenos municípios, o que se reflete em relação a sua população total.

Tabela 48 – Distribuição por sexo da população urbana e rural em pequenos municípios e no estado, em 1980 e 2000

Municípios e UF	1980				2000			
	População urbana		População rural		População urbana		População rural	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Braga	643	651	2324	2162	1153	1187	937	921
Herval	1314	1429	2602	1935	2168	2293	2270	1756
Formigueiro	429	534	3585	3328	1290	1359	2600	2349
Mariano Moro	228	309	1431	1323	531	738	539	666
RS	2.537491	2.712533	1.314576	1.209248	4.018843	4.299825	975891	893283

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1980 e 2000.

Org.: Autora

Quanto ao IE, em 1980, seis municípios apresentaram valores inferiores ao do estado, e em 2000 apenas quatro. Para o estado, estes valores foram de 16,6% e de 40,1% respectivamente, enquanto para os pequenos municípios foram registrados valores máximos de 42,0%, em 1980, e 84,2%, em 2000. Neste ano, em sete deles o índice foi superior a 50,0%, o que representa aumento significativo de idosos, face à redução das crianças na população. Os valores confirmam que o envelhecimento populacional é uma realidade e, ao mesmo tempo, um grande desafio para a sociedade e para os poderes públicos. Não resta dúvida de que estas transformações demográficas aumentarão as demandas sociais, especialmente na área da saúde e também da previdência. Quando comparados com a população total do estado, eles representaram, em 1980, 35,7% e, em 2000, 32,3%. Algumas informações obtidas junto à Chefia de Benefícios da agência do INSS de Ijuí evidenciam que, quanto ao número de pensionistas e aposentados por idade, alguns dos pequenos municípios mostravam diferenciações. Em 2000, em Braga, eles totalizavam 342, compreendendo 8,14% da população total, enquanto em Miraguaí eram 630, representando 12,51%. Na medida em que o IE aumenta, mais pessoas passam a ter direito a este benefício. A Tabela 49 mostra os valores absolutos da população total e da população idosa para 1980 e 2000, além da taxa geométrica de crescimento médio anual para ambas entre 1980 e 2000.

Tabela 49 – Valores absolutos da população total e da população idosa, e taxas de crescimento geométrico médio anual entre 1980 e 2000.

Municípios e UF	População total		Tx. Cresc. geométrico	População idosa		Tx. Cresc. geométrico
	1980	2000		1980	2000	
Braga	5.785	4.198	- 1,61	307	523	2,69
Cambará Sul	6.779	6.840	0,04	382	583	2,16
Campinas Sul	8.681	8.258	- 0,24	599	1059	2,89
Chiapeta	4.412	4.481	0,07	268	456	2,69
Formigueiro	7.875	7.598	-0,17	742	925	5,10
Herval	7.281	8.487	0,77	372	575	2,20
Humaitá	9.948	5.228	-3,16	638	690	0,39
Lavras Sul	9.225	8.109	- 0,64	764	885	0,73
M. Moro	3.341	2.474	- 1,49	155	288	3,14
Miraguaí	7.685	5.034	- 2,09	385	684	2,91
Nova Araçá	2.259	3.236	1,81	163	409	4,70
Paraí	4.529	6.020	1,43	228	617	5,10
Roca Sales	6.820	9.284	1,55	1000	1579	2,31
Santana da Boa Vista	8.916	8.628	-0,16	823	1293	2,28
Selbach	4.472	4.861	0,42	354	617	2,81
Total municípios	98.008	92.726	-0,27	7.180	18.362	4,80
RS	7.773.837	10.179.801	1,35	560.774	1.065.117	4,50

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1980 e 2000.

Org.: Autora

Através dos dados contidos na Tabela 49, podem-se perceber os diferenciais entre as taxas de crescimento geométrico da população total e da população idosa. Enquanto a primeira, na maioria dos municípios, é negativa (60,0% deles), a segunda é positiva em todos eles, e apresenta uma grande distância em relação àquelas referentes ao total. Isto significa que a população idosa está crescendo num ritmo muito acelerado e diferenciado daquele da população total.

O IE, quando espacializado, exhibe as diferenciações significativas existentes. A Figura 20 mostra a distribuição do crescimento relativo do IE nos pequenos municípios do estado e naqueles mais populosos de cada mesorregião, entre 1980 e 2000. Analisando-se a figura deve-se inicialmente destacar que o patamar dos diferentes municípios se altera entre 1980 e 2000. Suas localizações são determinantes dos valores registrados, ou seja, a dinâmica demográfica peculiar de cada um dos municípios guarda relação com a cidade principal e com o contexto no qual estão situados. De uma forma geral, observa-se que as principais cidades de cada mesorregião apresentaram crescimento do IE inferior ou igual àqueles de seus pequenos municípios, o que aponta, mais uma vez, para um envelhecimento mais rápido nestes últimos.

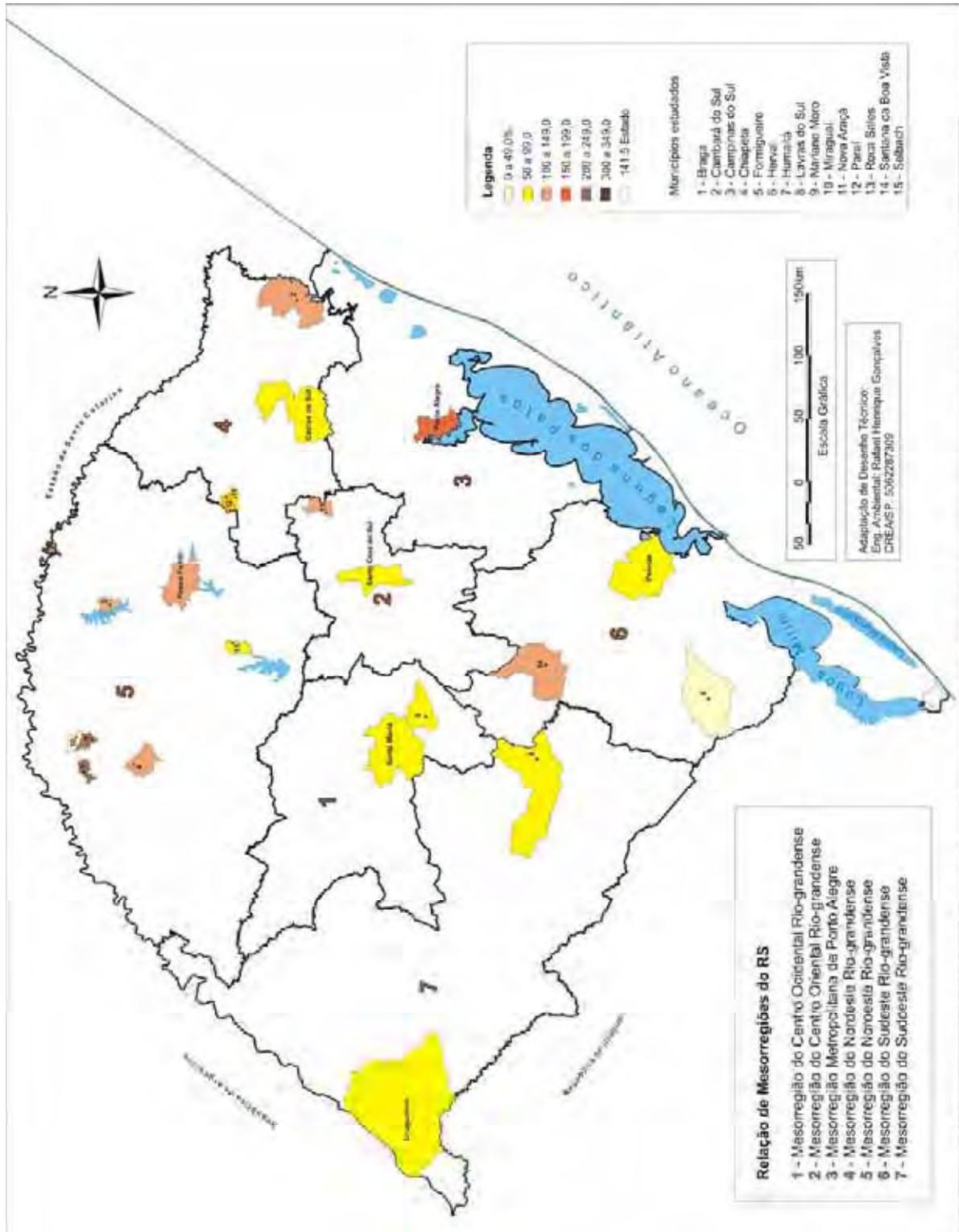


Figura 20. Crescimento relativo do Índice de Envelhecimento (IE) da população dos pequenos municípios estudados, entre 1980 e 2000.

Fonte: IBGE, 2000.
Org.: Autor

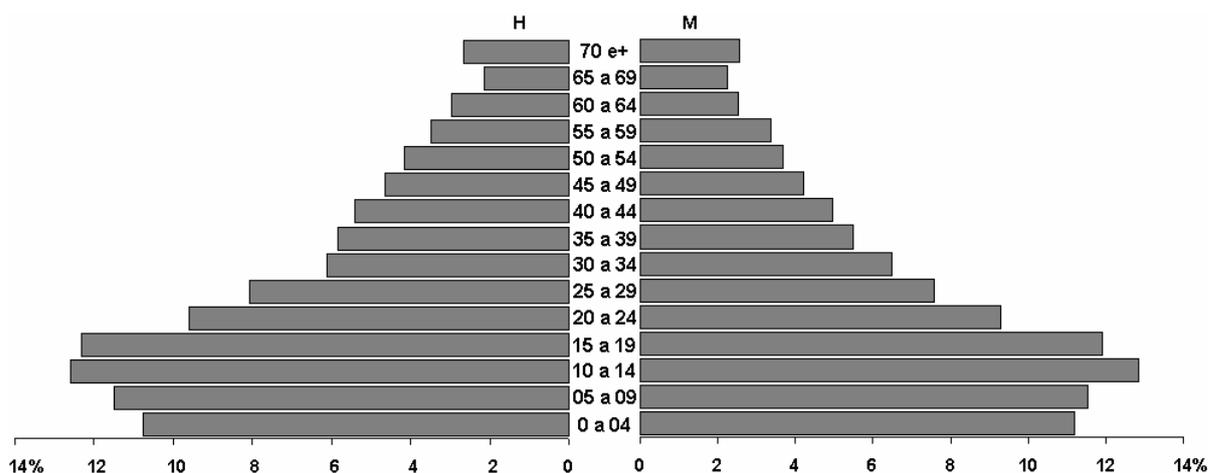
As variáveis sexo e idade fornecem novas informações na medida em que são associadas. A distribuição da população segundo essas duas variáveis, demonstrada na Tabela 50, possibilita a construção de pirâmides etárias, as quais permitem visualizar de forma mais integrada as mudanças que ocorreram na população entre 1980 e 2000. Isto pode ser observado nas Figuras 21 e 22. Esta forma de representação sintetiza os dados referentes ao sexo e à idade, permitindo verificar as mudanças que vêm ocorrendo e indicar tendências futuras. Elas sintetizam as estruturas sexo-idade dos pequenos municípios, as quais, no entanto, decorrem de realidades bem diferenciadas, como, por exemplo: municípios muito dispersos no estado, valores populacionais muito díspares, economia diferenciada, bem como diferentes níveis de desenvolvimento.

Tabela 50 – População total dos pequenos municípios, segundo sexo-idade, em 1980 e 2000

Faixas etárias	1980		2000	
	H	M	H	M
0 a 4 anos	5640	5362	3875	3203
5 a 9	6632	5530	4290	3716
10 a 14	6599	6265	4323	3950
15 a 19	6466	5711	4516	3878
20 a 24	5037	4452	3670	3242
25 a 29	4230	3637	3392	2982
30 a 34	3212	3102	3759	3095
35 a 39	3065	2631	3904	3395
40 a 44	2838	2385	3589	3211
45 a 49	2443	2020	3227	2766
50 a 54	2181	1770	2903	2541
55 a 59	1838	1622	2156	1916
60 a 64	1557	1218	1890	1725
65 a 69	1118	1086	1352	1740
70 ano e +	1393	1234	2365	2728
Total	52.471	49.925	49.511	44.088
Estado	3.852.067	3.921.782	4.994.734	5.193.108

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1970 e 2000.

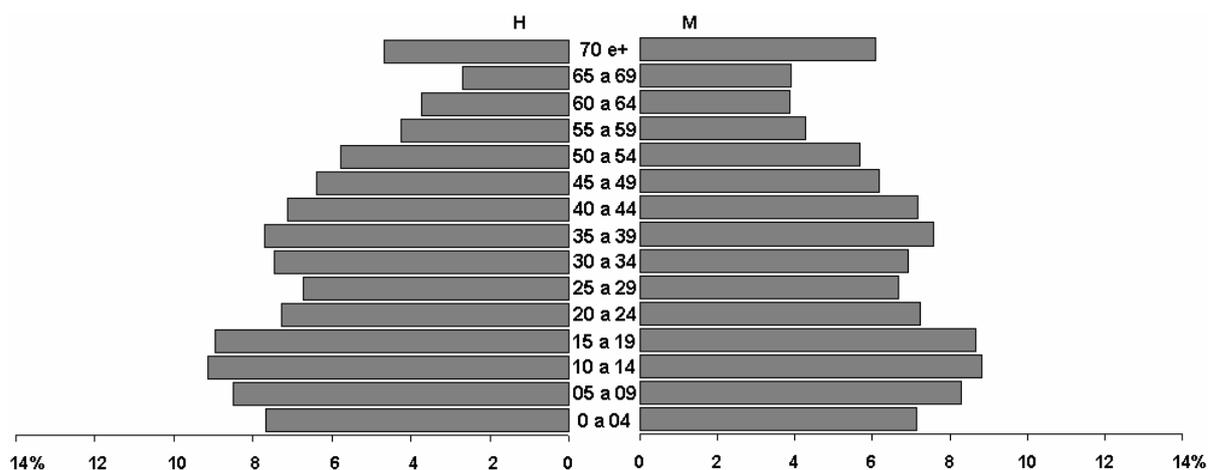
Org.: Autora



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980

Org.: Autora

Figura 21 – Pirâmide etária da população dos municípios estudados em 1980



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000

Org.: Autora

Figura 22 – Pirâmide etária da população dos municípios estudados em 2000

As duas figuras mostram, de forma integrada, a dinâmica demográfica destes municípios entre 1980 e 2000. A comparação entre eles permite observar a redução da fecundidade que já tinha ocorrido, conforme mostram os valores para as idades entre 0 a 4 anos que foram inferiores àqueles de 5 a 9 anos. Quanto à população idosa, em 1980, a participação foi ainda relativamente baixa, indicativo de uma menor expectativa de vida num contexto de pequena significância das migrações. Em 2000, transformações significativas são observadas, marcadas pela redução da população jovem e por um aumento acentuado da

população idosa. Assim, as principais mudanças estão vinculadas à redução da população jovem, que determinou um estreitamento na base da pirâmide, e a um aumento significativo da população idosa, representado pelo alargamento do topo. Essas tendências apontam para o rápido envelhecimento da população destes pequenos municípios, o que se refletirá num novo desenho de suas pirâmides etárias no futuro. Isto pode ser comprovado analisando-se a pirâmide etária de 2000. Nela, os grupos entre 30 e 49 anos são relativamente muito mais significativos do que aqueles de 60 anos e mais. Quando aqueles chegarem a 60 anos e mais, portanto dentro de 10 anos no mínimo e no máximo 30 (idades entre 30 e 39 anos), como se configurarão estas pirâmides?

A título de ampliar a comparação para o ano de 2000, reportam-se ainda as pirâmides do estado e dos 60 municípios que já foram apresentadas no Capítulo II. A comparação entre as três para o ano 2000 mostra uma pequena diferenciação entre elas e a do estado, que apresenta uma estrutura mais homogênea. Entretanto, aquela dos 60 municípios e dos 15 pesquisados são bastante similares, o que aponta, para esta última, uma distribuição etária que se assemelha para todo o conjunto dos pequenos municípios.

Educação como componente do desenvolvimento

A educação é um dos pilares para a promoção do ser humano e o caminho para o desenvolvimento. São notórios os exemplos de países que investiram, maciçamente, em educação, o que reverteu para seu desenvolvimento econômico e para a melhoria da qualidade de vida da população. Neste sentido, o homem é um dos principais recursos de que um país dispõe, mas desde que ele seja transformado pelo processo educativo. Para que ocorra esta transformação é necessário que o estado e/ou os municípios ofereçam as condições necessárias, como: escolas bem equipadas e com bons professores em qualquer nível de ensino, vagas suficientes para atender a demanda escolar, condições de acesso às escolas, oportunidades similares para todos os que desejam cursar o ensino superior, enfim, condições para que o indivíduo esteja preparado para o exercício do trabalho. A importância da educação como indicador de qualidade de vida foi ressaltada no Capítulo I por pesquisadores como Sufian (1993), Almeida (1997) e Figueiredo (2001).

No Rio Grande do Sul, muitas mudanças neste sentido já começaram a ocorrer. A prova disto são as taxas de analfabetismo, que, de uma maneira geral, vêm sendo reduzidas: para todo o estado variou de 17,9%, em 1980, para 6,1%, em 2000 – uma redução de 64,5%.

Entretanto, quando se avalia esta mudança relativamente aos pequenos municípios, os resultados são diferentes. Por exemplo: Santana da Boa Vista declinou em 63,5%, contudo em 2000 registrou 16,0% de analfabetos.

A Tabela 51 mostra a distribuição dos valores totais e segundo o sexo de pessoas com 5 anos ou mais de idade, sem instrução para 1980 e 2000. Os dados apontam para transformações verificadas na questão da escolaridade, o que guarda relação com os investimentos destinados para a educação e com as mudanças que vêm ocorrendo na estrutura etária da população. Com relação aos valores absolutos dos sem instrução, os dados para o estado, para o conjunto dos municípios e também para os municípios individualmente apresentaram redução. Entretanto, o processo de redução não foi uniforme. Isto porque as variáveis responsáveis por estas mudanças não atingiram a todos da mesma forma. Como exemplo disto, tem-se o município de Santana da Boa Vista que, em 2000, foi o que apresentou o maior valor absoluto de analfabetos, 1.473; e Selbach, o menor, 254. Lavras do Sul foi aquele que apresentou no período a maior redução absoluta, que foi de 1.390; e Nova Araçá, o que apresentou a menor, de apenas 06. Quando se analisa a repartição absoluta de analfabetos, segundo o sexo, constata-se que houve redução, porém os valores também não foram homogêneos. Há municípios em que os homens eram a maioria num período e minoria no outro. Da mesma forma ocorreu com as mulheres.

Tabela 51 – Totais de pessoas com 5 anos ou mais de idade, sem instrução, segundo o sexo, no estado e nos pequenos municípios, em 1980 e 2000

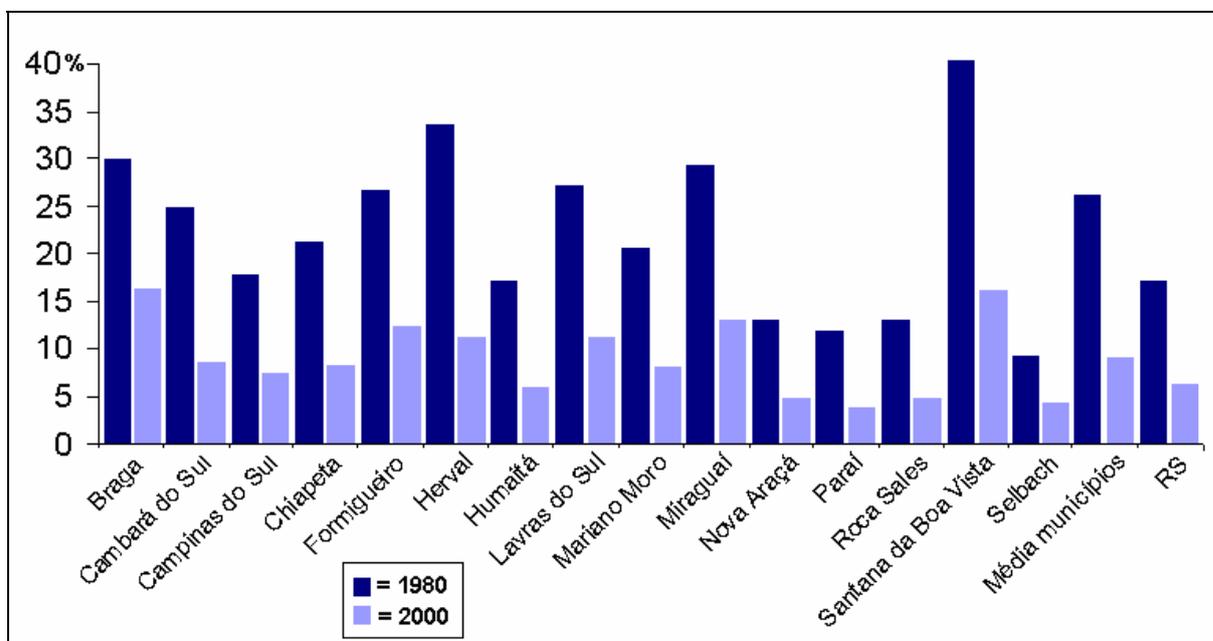
Municípios e UF	Sem instrução em 1980			Sem instrução em 2000		
	Total	H	M	Total	H	M
Braga	1473	713	760	664	354	310
Cambará Sul	1473	738	735	673	310	363
Campinas Sul	1391	623	768	729	320	409
Chiapeta	809	438	371	426	197	228
Formigueiro	1901	963	938	872	410	462
Herval	2227	1259	968	1075	595	476
Humaitá	1499	769	736	262	118	145
Lavras Sul	2277	1241	1032	887	480	407
M. Moro	598	264	334	275	138	138
Miraguaí	1952	922	1030	600	272	328
Nova Araçá	267	140	127	261	146	115
Paraí	484	227	257	473	247	226
Roca Sales	1057	503	554	577	281	296
Santana da Boa Vista	3565	1807	1759	1473	807	666
-Selbach	374	186	188	254	117	137
Total municípios	22.093	10.793	10.557	9.508	4.802	4.706
RS	1.352.377	653.959	698.418	825.320	396.103	429.217

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1980 e 2000

Org.: Autora

Quando se consideraram os valores relativos dos sem instrução para o período compreendido entre 1980 e 2000, os pequenos municípios apresentaram avanços mais significativos do que o verificado no estado. Enquanto nos primeiros a redução dos sem instrução foi de 56,9%, no estado foi de 38,9%. Somente três municípios apresentaram valores inferiores aos do estado: Selbach (32,0%), Nova Araçá (2,3%) e Paraí (2,27%). Os valores relativizados, apresentados na Figura 23, mostram de forma particularizada os valores destas mudanças para o estado e para os pequenos municípios, em 1980 e 2000.

O que se observa na figura é que em todos os municípios houve decréscimo, porém de forma diferenciada entre si e daquela do estado. Do total, 33,3% apresentaram taxas inferiores àquela verificada no estado, e 66,6%, superiores. Entretanto, no caso do estado, trata-se de valores médios. Dentre os municípios, aqueles que em 1980 apresentaram as maiores taxas de analfabetismo foram: Santana da Boa Vista, Miraguai e Herval. Em 2000, os dois primeiros se mantiveram com este perfil. Já, as menores foram registradas em Selbach e Paraí, que mantiveram este perfil em 2000. Deve-se considerar uma elevada proporção de idosos na população como um dos fatores que podem explicar as elevadas taxas de analfabetismo em alguns municípios. Estes idosos nasceram numa época em que a educação era um privilégio de poucas pessoas, o que pode estar se refletindo, ainda hoje, nas taxas de analfabetismo.



Fonte: Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1980 e 2000
Org.: Autora

Figura 23 – Evolução relativa das taxas de analfabetismo no estado e nos pequenos municípios em 1980 e 2000

Outra questão importante é conhecer o diferencial de analfabetismo entre os sexos. A Tabela 52 mostra esta situação para o estado e para os pequenos municípios em 1980 e 2000. Analisando-se os valores registrados, constata-se que há uma grande heterogeneidade, ou seja, que a distribuição da população analfabeta segundo o sexo é diferente para o conjunto do estado e para os pequenos municípios. Assim, enquanto para o estado, tanto em 1980 quanto em 2000 o predomínio era de mulheres, nos pequenos municípios em 1980 era de mulheres e, em 2000, de homens. O predomínio de homens analfabetos nestes últimos tem relação com o fato de estes municípios serem predominantemente rurais, com o envolvimento deles nas tarefas do campo de forma mais intensa do que para as mulheres. Esta situação provavelmente tornou o acesso à escola mais difícil para os homens. Além disto, eles são maioria nestes pequenos municípios, o que pode se refletir num maior número de homens analfabetos. Contudo, o que se observou foi a diminuição da distância entre o analfabetismo masculino e feminino. Isto é um aspecto positivo, uma vez que homens e mulheres devem ter o mesmo tipo de oportunidades. Corroborando esta idéia, Sen (2000) destaca a importância da igualdade entre os sexos, seja no acesso à educação, à saúde, ao mundo do trabalho, etc.

Tabela 52 – Valores relativos, segundo o sexo, de pessoas com 5 anos ou mais de idade, sem instrução para 1980 e 2000.

Municípios e UF	Sem instrução em 1980 (%)		Sem instrução em 2000 (%)	
	H	M	H	M
Braga	48,40	51,60	53,33	46,68
Cambará Sul	50,10	49,90	46,06	53,94
Campinas Sul	44,80	55,20	43,90	56,10
Chiapeta	54,15	45,85	46,24	53,76
Formigueiro	50,65	49,35	47,01	52,99
Herval	56,53	43,47	55,35	44,65
Humaitá	51,30	49,70	45,40	54,60
Lavras Sul	54,40	45,60	54,11	45,89
M. Moro	44,14	55,86	50,18	49,82
Miraguaí	47,23	52,77	45,33	54,67
Nova Araçá	52,24	47,76	55,94	44,06
Paráí	46,90	53,10	52,23	47,77
Roca Sales	47,70	52,30	48,70	51,30
Santana da Boa Vista	50,68	49,32	57,80	42,20
-Selbach	49,73	50,27	46,06	53,94
Total municípios	48,85	51,15	50,50	49,50
RS	48,35	51,65	48,0	52,0

Fonte: Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1980 e 2000
Org.: Autora

A análise individualizada dos municípios mostra que para ambos os sexos houve redução do número de analfabetos, porém com diferenciações entre eles. Em 1980 em oito deles predominavam os homens e, em 2000, em oito predominavam as mulheres. Esta redução que se verificou no período analisado pode ser explicada por dois fatores: a mortalidade de pessoas analfabetas com idade mais avançada, ou então os programas que foram criados pelo governo (políticas públicas) para ampliar a educação de jovens e adultos (EJA), que beneficiaram também os analfabetos.

Com relação à população alfabetizada, os dados de 2000 revelam uma situação privilegiada entre a população gaúcha. Isto pode ser confirmado através dos valores constantes da Tabela 53, que mostra o perfil da população de 10 anos ou mais de idade, segundo a natureza do curso freqüentado.

Tabela 53 – Total da população de 10 anos e mais e aquelas que freqüentavam escola, por nível de ensino, segundo os municípios e o estado em 2000

Municípios	População de 10 anos e mais	Nível de ensino				
		Total nos três níveis	% rel. pop. 10 anos e +	Fundamental	Médio	Superior de graduação
Braga	3.409	1.117	32,76	870	167	80
Cambará Sul	5.471	1.551	28,35	1355	167	29
Campinas Sul	6.931	1.908	27,50	1283	454	169
Chiapeta	3.695	1.137	30,77	838	200	99
Formigueiro	6.484	1.641	25,30	1291	291	59
Herval	6.964	1.789	25,69	1410	320	59
Humaitá	4.495	1.329	29,41	958	267	104
Lavras Sul	6.747	1.935	28,70	1459	391	85
M. Moro	2.114	534	25,26	381	112	41
Miraguaí	4.131	1.398	33,84	1017	296	85
Nova Araçá	2.774	626	22,56	388	153	85
Paráí	5.113	1.800	35,20	1403	285	112
Roca Sales	8.134	1.775	21,82	1.276	350	149
Santana da Boa Vista	7.283	1.852	25,43	1420	337	95
Selbach	4.125	1.175	28,48	794	219	162
Total municípios	77.870	21.627	27,78	16.143	4.009	1.434
RS	8.445.151	2.475.369	29,31	1.731.378	489.279	254.712

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2000

Org.: Autora

Através destes dados evidencia-se que os valores relativos de pessoas de 10 anos e mais que freqüentavam escola nos três níveis são relevantes, tanto para o estado quanto para os pequenos municípios. Os dados indicam também que tanto para o conjunto dos pequenos municípios quanto para os municípios de forma individualizada é no ensino fundamental que se insere a maioria daqueles que freqüentam escola. Isto decorre do fato de a educação básica

ser obrigatória. Os percentuais neste nível de ensino variam entre os municípios estudados de 87,3%, em Cambará do Sul, a 61,0%, em Mariano Moro. Este fato tem relação com o número da população jovem (0-14 anos).

Quanto à inserção no ensino médio, os valores menores vinculam-se ao fato deste nível de ensino não ser obrigatório. Além disto, influi a necessidade de muitos jovens trabalharem desde cedo para se manter face à baixa renda da família, a falta de recursos para se manter na escola, que mesmo sendo pública demanda gastos com material escolar, deslocamento, etc. Seus valores variam de 23,8%, em Campinas do Sul, a 10,7%, em Cambará do Sul.

Com relação ao nível superior, relevante como instrumento de formação dos quadros para o desenvolvimento, desde que as especialidades atendam às diretrizes do desenvolvimento desejado, os níveis de participação são os mais baixos dentre os três. Isto porque este também não é obrigatório e além disso, em muitas situações, é elitista. Neste nível, como nos demais, as diferenciações são significativas. Por exemplo: em Cambará do Sul, somente 1,8% das pessoas freqüentavam o nível superior, em 2000, enquanto em Campinas do Sul, este percentual era de 8,8%.

Trabalho e renda

No estudo sobre qualidade de vida, um aspecto fundamental é conhecer a inserção das pessoas no mercado de trabalho, pois este se constitui na principal forma de obtenção de renda para a maioria da população. A importância do trabalho para a qualidade de vida há bastante tempo já havia sido destacada por autores como Kuz (1977/78) e Calsing (1980). O primeiro evidenciou a importância da geração de empregos locais para evitar as migrações para cidades maiores. O segundo enfatizou que o elemento principal no suprimento das necessidades básicas é, sem dúvida, o emprego produtivo, porque é através dele que se torna possível o acesso aos bens e serviços que dependam da renda. É relevante considerar que a renda guarda relação com as questões da dinâmica demográfica, como o tamanho, a estrutura sexo-idade e as taxas de crescimento. É este conjunto que se reflete no tamanho e composição da PIA, e esta, qualificada pelo emprego, na PEA, conforme o registrado na Tabela 54.

Tabela 54 – Totais de pessoas que faziam parte da PEA ocupada e da PIA e seu crescimento, no estado e nos municípios estudados, em 1980 e 2000

Municípios e UF	1980			2000			Cresc. rel. PIA 1980-2000	Cresc. rel. PEA 1980-2000
	Pop. total	PIA	PEA	Pop. total	PIA	PEA		
Braga	5.785	4.112	2.088	4.198	3409	1.743	-17,09	-16,52
Cambará Sul	6.779	5084	2.374	6.840	5471	2.724	7,61	14,74
Campinas do Sul	8.681	6936	2.995	8.258	6931	3.938	-0,07	31,48
Chiapetta	4.412	3.281	1.851	4.481	3695	1.928	12,62	4,16
Formigueiro	7.875	6.257	2.481	7.598	6484	2.588	3,62	4,31
Herval	7.281	5992	2.755	8.487	6964	3.483	16,22	26,42
Humaitá	9.948	7569	4.252	5.228	4495	3.128	-40,61	-26,43
Lavras do Sul	9.225	7271	3.162	8.109	6747	3.088	-7,20	-2,34
M. Moro	3.341	2491	1.674	2.474	2114	1.404	-15,13	-16,13
Miraguaí	7.685	5615	3.230	5.034	4131	2.951	-26,43	-8,64
Nova Araçá	2.259	1819	1.170	3.236	2774	1.666	52,55	42,39
Paráí	4.529	3705	2.204	6.020	5113	3.819	38,00	73,27
Roca Sales	6.820	7296	4.346	9.284	8134	5.315	11,48	22,29
Santana da Boa Vista	8.916	8320	2.660	8.628	7283	3.240	-12,46	21,80
Selbach	4.472	3698	1.696	4.861	4125	2.605	11,54	53,59
Total	98.008	79.346	38.938	92.726	77.870	43.620	-1,86	12,02
RS	7.773.837	6097768	3204117	10.179.801	8445096	5164528	61,18	38,49

Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1980 e 2000.

Org.: Autora

Os dados apresentados na tabela mostram os valores absolutos da população total, da PIA e da PEA ocupada. Avaliando-se os valores da PIA, percebe-se um decréscimo que acompanha o da população total. Formigueiro é a única exceção, o que se justifica pelo elevado percentual de população de 10 anos e mais de idade que, em 2000, era de 82,3%. Todos os municípios que aumentaram sua população total aumentaram também a PIA. Contudo, observa-se na maioria dos pequenos municípios um grande distanciamento entre a PIA e a PEA ocupada. Isto é negativo, pois é um indicativo de que muitas pessoas encontram-se excluídas do mercado de trabalho. Esta é uma das razões que faz com que as pessoas busquem oportunidades em outras cidades.

A PEA, como já indicado, envolve outras variáveis que não apenas o crescimento demográfico. Neste caso, o preparo para o trabalho, os níveis de crescimento e de desenvolvimento econômico, a natureza da atividade econômica, etc. fazem variar os números da população inserida no mercado de trabalho. O analfabetismo e a baixa escolaridade são fatores que limitam a inserção nesse mercado. A forma como as atividades econômicas são desenvolvidas também pode ser um fator limitador do número de postos de trabalho, como, por exemplo, a mecanização da lavoura.

De uma forma geral, o aumento da PEA nem sempre está vinculada ao crescimento da população. A exemplo disto tem-se municípios como Campinas do Sul e Formigueiro, que, apesar de terem apresentado redução da população total, apresentaram crescimento da PEA. São as mudanças nos rumos da economia que contribuem para o aumento da PEA. Roca Sales foi um dos municípios que apresentaram maior PEA em relação à população total. Isto é uma consequência de seu desempenho econômico, com forte vínculo também com o setor industrial.

Relativamente, ao se considerar a condição de trabalho ou de atividade nestes pequenos municípios, observou-se que, em 1980, 49,1% das pessoas de 10 anos ou mais de idade e, em 2000, 60,8% eram economicamente ativas, contra respectivamente 53,0% e 61,2% no estado. Os pequenos municípios que apresentaram os mais elevados percentuais de PEA em 1980 foram Mariano Moro, com 67,2%, e Nova Araçá, com 64,2%; e em 2000 foram Paraí, com 76,4%, e Humaitá, com 72,5%. Os que apresentaram os menores percentuais em 1980 foram Formigueiro, com 40,1%, e Santana da Boa Vista, com 27,5%, mantendo-se em 2000 com os menores percentuais, respectivamente 47,4% e 50,7%, embora em ambos tenha-se verificado um aumento do número de pessoas que trabalham, sendo este bastante grande em Santana da Boa Vista.

A Figura 24 mostra a distribuição espacial do crescimento relativo da PEA, segundo os pequenos municípios e aqueles principais de cada mesorregião, entre 1980 e 2000. Através da figura pode-se observar que são as cidades principais que se caracterizam por apresentar os maiores valores relativos, com exceção de Santa Cruz do Sul, que apresentou crescimento negativo. Trata-se de área produtora de tabaco, que vem enfrentando crise. O destaque positivo continua sendo Caxias do Sul, com todos os seus pequenos municípios. Quanto às demais cidades, apresentaram variações peculiares às situações econômicas de cada uma. O crescimento negativo da PEA, nestes municípios, tem vinculação com a redução da população total e conseqüentemente da PIA, ao lado das mudanças nos processos econômicos.

As pessoas inseridas no mercado de trabalho distribuem-se em diferentes setores e, dentro destes, em várias atividades. A Figura 25 mostra a distribuição da PEA segundo os grandes setores, com destaque para a administração pública. Esta atividade desempenha um importante papel na geração de empregos, cujos salários são normalmente mais altos do que os demais e, por isto, objetos de muitas críticas. Além disto, o excesso de postos de trabalho no funcionalismo público pode ser um indicador de uma deficiência nas administrações locais.

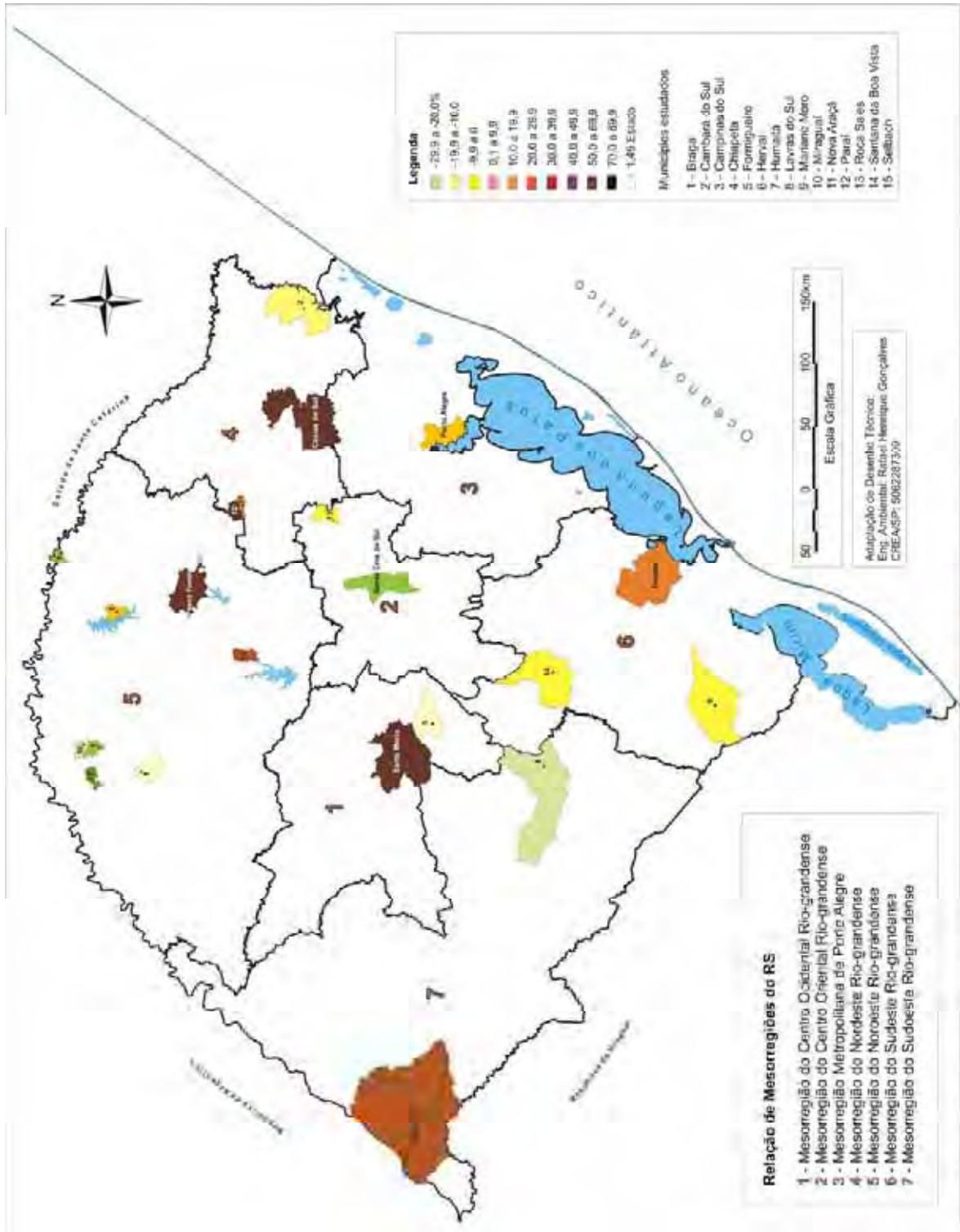
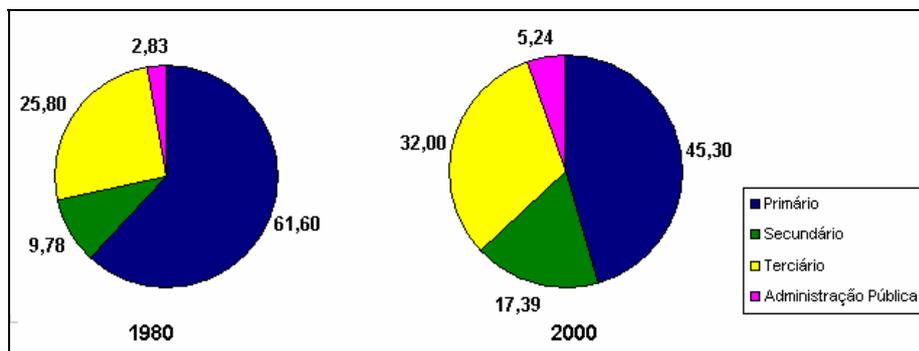


Figura 24. Crescimento relativo da PEA no estado e nos pequenos municípios estudados, entre 1980 e 2000.
Fonte: IBGE, 2000.
Org.: Autor



Fonte: Censos demográficos, IBGE, 1980 e 2000.
Org.: Autora

Figura 25 – Distribuição das pessoas ocupadas por setor de atividade nos pequenos municípios, em 1980 e 2000.

Como pode ser observado através das figuras, é no setor primário da economia que a maior parcela da PEA está incluída. Isto decorre da importância deste setor na economia destes municípios. Entretanto, essa participação vem diminuindo como consequência da expansão de outros setores que também são empregadores, como o secundário e o terciário, os quais apresentaram crescimento no período.

Também é interessante observar, de forma individualizada, o crescimento da PEA na administração pública, mesmo que tenha havido redução da população. Sabe-se que um número muito elevado de pessoas trabalhando no setor público pode comprometer o repasse de recursos para outros setores que poderiam beneficiar a sociedade de uma forma geral. Neste sentido, as administrações locais devem necessariamente ter este tipo de preocupação promovendo um “enxugamento” da máquina administrativa.

As Tabelas 55 e 56 mostram de forma mais detalhada a distribuição das pessoas que trabalhavam por seção ou setor de atividade, em 1980 e em 2000. As tabelas foram organizadas conforme a estrutura apresentada por Koucher (2006), cuja análise consta no Capítulo II. Como já referido, elas tratam da distribuição detalhada das pessoas por setor de atividade, em 1980 e 2000.

Tabela 55 – Total de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal, segundo o município, em 1980

Municípios	Agropec.	Ind. Transf.	Ind. Constr.	Outras ativ. Ind.	Comércio	Prest. Serviços	Adm. Pública	Outras ativ.	Total
Braga	1667	49	07	09	71	222	34	29	2.088
Cambará Sul	838	638	27	08	129	615	67	52	2.374
Campinas Sul	2177	61	58	-	224	392	68	15	2.995
Chiapeta	1243	89	43	-	99	310	54	13	1.851
Formigueiro	1715	57	97	-	98	416	48	50	2.481
Herval	1746	13	134	12	167	541	99	43	2.755
Humaitá	3042	156	104	10	191	637	82	30	4.252
Lavras Sul	1544	117	106	64	186	733	327	85	3.162
M. Moro	1342	43	09	04	55	191	22	08	1.674
Miraguaí	2764	27	15	09	89	269	44	13	3.230
Nova Araçá	738	135	27	-	38	210	19	03	1.170
Paraí	1276	154	77	282	66	286	33	30	2.204
Roca Sales	2681	637	98	24	162	606	92	46	4.346
Sant. Boa Vista	1972	68	84	26	76	335	71	28	2.660
Selbach	873	136	75	24	145	365	42	36	1.696
Total	23.988	2.380	961	472	1.796	6.128	1.102	481	38.938
%	61,60	6,11	2,46	1,21	4,61	15,73	2,83	1,23	100,0
Estado	903.641	549.155	219.392	44.091	316.964	889.009	131.198	100.726	3154146
% do estado	28,64	17,41	6,95	1,39	10,05	28,18	4,16	3,19	100,0

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1980.

Org.: Autora

Tabela 56 – Total de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade do trabalho principal, segundo o município, em 2000

Municípios	Agropec.	Ind. Transf.	Ind. Constr.	Outras ativ. Ind.	Comércio	Prest. Serviços	Adm. Pública	Outras ativ.	Total
Braga	951	71	43	11	128	320	143	76	1.743
Cambará Sul	729	663	112	04	307	642	126	145	2.724
Campinas Sul	2.043	243	162	10	503	677	73	227	3.938
Chiapeta	1.062	59	74	21	138	401	123	69	1.928
Formigueiro	1.094	136	185	06	330	536	195	106	2.588
Herval	1.738	111	167	34	358	692	266	117	3.483
Humaitá	2.025	189	89	13	185	443	97	87	3.128
Lavras Sul	869	107	140	46	389	993	402	142	3.088
M. Moro	884	52	47	-	87	207	71	56	1.404
Miraguaí	1.979	24	33	11	156	560	134	54	2.951
Nova Araçá	485	512	106	03	149	284	44	83	1.666
Paraí	1.142	929	220	501	396	475	65	91	3.819
Roca Sales	1.851	1.774	146	04	585	627	175	153	5.315
Sant. Boa Vista	1.791	114	138	14	266	580	285	52	3.240
Selbach	1.118	203	206	05	442	427	165	39	2.605
Total	19.761	5.187	1.720	683	4.419	7.862	2.364	1.471	43.620
%	45,30	11,89	3,94	1,56	10,13	18,02	5,42	3,37	100,0
Estado	910.941	778.566	295.000	33.453	718.983	1218902	225.184	352.739	4533308
% do estado	20,94	17,17	6,50	0,73	15,86	26,88	4,96	7,78	100,0

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2000.

Org.: Autora

Os dados registrados permitem verificar a importância da agropecuária na geração de empregos para a população destes municípios. Em 1980, 61,6% das pessoas estavam inseridas neste setor. Em 2000 elas significavam apenas 45,3%. Embora declinante, este percentual de pessoas dedicadas à agropecuária é significativo e se justifica pelo fato de esta atividade ser ainda dominante, refletindo na composição dos diferentes PIBs locais. Em 1980, os municípios que possuíam maior percentual de empregados na agropecuária eram Miraguai, com 85,5%, e Mariano Moro, com 80,1%. Em 2000, o primeiro continuou com o maior percentual, mas com 67,1%. No conjunto, aqueles que mais reduziram a PEA rural foram: Humaitá (35,4%), Roca Sales (30,3%) e Miraguai (26,6%). Dentre os fatores que explicam esta redução, pode-se destacar a intensificação da mecanização da lavoura como um dos principais. Além disto, deve-se considerar também a atração que as pessoas sentem pelas cidades, por encontrarem nelas muitos dos serviços que não estão disponíveis no meio rural.

Não obstante, há municípios onde a parcela mais significativa da PEA está inserida em outras atividades. Como exemplo tem-se Cambará do Sul, Nova Araçá, Paraí e Roca Sales, que em 2000 tinham, respectivamente, 28,9%, 37,3%, 43,2% e 36,2% da PEA ocupada no setor industrial. Lavras do Sul destacou-se pelo maior percentual vinculado ao setor de serviços (32,1%). Isto se justifica pelo fato de o município ter-se tornado, desde 1980, aquele que apresentava o maior número absoluto de população urbana; como consequência, esta urbanização estimulou o setor de serviços.

Quando se analisa o conjunto dos municípios, tanto em 1980 quanto em 2000, observa-se que o setor industrial, de uma maneira geral, apresentou um crescimento de 99,0%. Dentro dele a indústria de transformação apresentou resultado mais significativo, com 117,9%. Dessa forma, o setor passa a assumir relevada importância na geração de empregos.

O setor terciário, que tem sido o caracterizador da evolução e do desenvolvimento urbano, mostrou sua vitalidade, ainda que em posição menos expressiva do que o setor industrial. Alguns municípios se destacaram no período, como: Roca Sales, Campinas do Sul e Paraí. Esta diferenciação pode ser explicada pelas demandas da população urbana como resultado de seu crescimento acelerado.

É através do trabalho produtivo que é gerada a renda das pessoas, o que lhes permite a satisfação de suas necessidades. Neste sentido a renda é outro importante indicador da qualidade de vida de uma população. Ela possibilita o acesso a bens e serviços, de modo que a manutenção de um padrão de vida está intimamente ligada à renda das pessoas.

Num contexto geral, os dados sobre a variável renda são mais desafiadores do que os demais. Isto porque se trata de informação pessoal cuja leitura pode ser distorcida, pois os

respondentes dos censos nem sempre informam, com fidedignidade, suas rendas. As razões para isto são bem conhecidas. Embora se reconheça a existência de problemas, deve-se considerar que eles são dados oficiais e são aqueles de que se dispõe. Os dados apresentados na Tabelas 57 e 58 mostram o percentual de pessoas de 10 anos e mais de idade por classe de rendimento nominal mensal, o valor médio da totalidade dos municípios e o resultado para municípios, de forma individualizada, em 1980 e 2000.

Os dados das tabelas, inicialmente, mostram, tanto para o estado quanto para os pequenos municípios, o grande percentual de pessoas sem rendimento. Estes valores tornam-se mais significativos quando se constata que 15 municípios em 1980 e nove em 2000 apresentaram a classe ‘sem rendimento’ superior às médias do estado. Quanto ao conjunto dos municípios, em 1980, eram 10 e, em 2000, 9 nesta situação. Este é um dado preocupante, uma vez que estas pessoas necessitam viver às expensas de outras, aumentando assim a razão de dependência. Entretanto, deve-se considerar que, entre estas pessoas, há aquelas que não tem rendimento porque ainda são muito jovens para trabalhar, mas há também as que não conseguem uma colocação no mercado de trabalho. Do conjunto, apenas Nova Araçá, Paraí, Roca Sales e Selbach apresentaram um percentual de desempregados inferior àquele do estado. Embora o valor do estado seja uma média de categorias muito diversas de muitos municípios, pode-se considerar que estes valores significam algum progresso em relação a 1980.

Tabela 57 – Totais relativos de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal (salários mínimo) em 1980.

Municípios e UF	Até 1	+ de 1 a 2	+ de 2 a 3	+ de 3 a 5	+ de 5 a 10	+ de 10 a 20	+ de 20	Sem rend.
Braga	11,22	8,88	3,45	3,24	3,84	0,68	0,75	62,21
Cambará Sul	6,72	17,03	5,31	5,13	7,53	1,91	0,60	50,75
Campinas Sul	6,27	11,17	6,61	5,22	9,22	1,24	0,76	61,30
Chiapetta	7,77	13,0	3,78	4,32	7,31	1,40	1,18	53,44
Formigueiro	13,93	13,61	3,15	4,19	5,41	0,65	0,54	55,0
Herval	16,45	15,37	5,22	3,90	6,24	1,67	0,36	44,81
Humaitá	8,61	10,71	4,34	4,49	7,68	1,24	0,35	57,99
Lavras Sul	18,32	12,09	5,64	3,96	6,49	1,27	0,47	47,97
M. Moro	7,42	7,02	7,34	6,50	9,67	1,40	0,16	58,53
Miraguaí	9,68	9,38	5,30	3,27	4,84	0,92	0,07	62,95
Nova Araçá	8,13	12,81	8,02	7,10	9,23	1,21	0,16	54,20
Paraí	5,31	14,14	5,96	5,72	9,63	0,45	0,13	58,54
Roca Sales	9,62	16,95	6,38	5,92	9,38	1,15	0,57	47,31
Sant. Boa Vista	11,76	9,05	2,53	1,83	2,35	0,29	0,18	55,96
Selbach	9,08	11,30	4,59	5,46	11,62	4,10	1,75	51,78
Total	10,02	12,16	5,17	4,68	7,36	1,30	0,53	52,58
RS	10,97	18,17	7,10	6,24	4,06	1,74	0,77	43,54

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2000

Org.: Autora

Tabela 58 – Totais relativos de pessoas de 10 anos ou mais de idade por classes de rendimento nominal mensal (salários mínimo) em 2000.

Municípios e UF	Até 1	+ de 1 a 2	+ de 2 a 3	+ de 3 a 5	+ de 5 a 10	+ de 10 a 20	+ de 20	Sem rend.
Braga	31,76	15,02	5,31	4,43	1,43	0,64	0,14	41,21
Cambará Sul	19,72	19,97	8,46	6,69	4,15	2,15	0,51	38,34
Campinas Sul	21,36	16,88	7,44	6,23	6,22	1,93	0,83	40,25
Chiapetta	22,89	15,80	4,57	5,50	4,54	0,92	0,59	45,19
Formigueiro	29,19	13,74	4,76	5,20	3,80	1,05	0,43	41,87
Herval	30,49	16,27	5,47	4,75	3,01	0,99	0,47	38,78
Humaitá	24,18	15,60	5,10	8,0	5,82	1,64	0,51	39,70
Lavras Sul	28,62	16,76	5,06	7,30	4,73	1,82	0,97	34,72
M. Moro	22,0	18,82	6,33	5,91	5,91	1,46	1,56	30,03
Miraguaí	34,08	12,69	4,23	4,23	3,34	0,65	0,0	37,10
Nova Araçá	20,43	16,90	9,30	12,04	7,10	2,30	3,64	27,54
Paráí	17,01	18,54	12,84	12,67	7,68	3,50	1,85	25,89
Roca Sales	19,20	26,75	12,84	9,66	7,04	1,82	0,75	24,85
Sant. Boa Vista	32,51	11,64	4,10	2,85	2,10	1,21	0,53	45,02
Selbach	16,75	18,81	11,30	9,10	10,01	2,66	1,81	29,52
Total	25,00	17,34	6,91	6,81	5,00	1,67	0,85	36,40
RS	15,93	17,04	9,31	9,44	8,44	3,52	1,81	35,0

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2000

Org.: Autora

A comparação das duas tabelas permite verificar que, entre 1980 e 2000, houve aumento da participação nas classes que recebiam até 2 SM; aquelas sem rendimento, por sua vez, diminuiram. Estes valores indicam que, apesar da baixa remuneração, mais pessoas foram inseridas no mercado de trabalho.

A análise da distribuição da renda em salários mínimos em 2000 permite constatar que aqueles na classe de até 2 SM compõem a maioria da população nos diferentes municípios. Todos os municípios estudados têm nesta categoria pelo menos 30,0% de sua população. Este é um dado desafiador se considerados aqueles sem rendimento associados ao volume da população com até 10 anos de idade. Por exemplo, o limite daqueles que percebem até um salário mínimo varia de 34,8%, em Miraguaí, a 16,7%, em Selbach. Mesmo considerando-se os vários programas oferecidos pelo estado para estas populações, estes baixos salários têm efeitos negativos, uma vez que limitam muito o acesso destas pessoas aos bens e serviços, podendo ter relação com vários aspectos da qualidade de vida das mesmas.

No que se refere à distribuição da renda nas faixas de mais de 2 SM, constatou-se que a média do estado era superior à dos pequenos municípios. Na faixa entre 2 até 3 salários mínimos, o estado detinha 9,31% da população, enquanto os pequenos municípios, 6,9%. Nesta faixa, apenas três municípios possuíam valores superiores ao do estado, o que se explica pelo nível de desenvolvimento econômico dos mesmos. De uma maneira geral, o que se observa nos pequenos municípios é uma participação mais significativa das rendas mais

baixas e menor participação nas mais elevadas. Isto agrava a distribuição pessoal da renda. Em resumo, baixos salários representam privações em todos os níveis: nas condições de alimentação, habitação, educação, saúde, poupança, capacidade de compra e de investimento. Este perfil afeta a qualidade de vida de qualquer população.

Além destas variáveis, outras com perfil de síntese são importantes para se avaliar as significâncias e contrastes dos municípios estudados. Dentre elas o IDH, a renda *per capita*, o PIB, etc.

IDH-M

Uma forma que se universaliza para medir a qualidade de vida da população municipal é o IDH-M. Ele resulta da associação de três variáveis: renda, educação e longevidade. Sobre este tema, tem-se as considerações teóricas e práticas desenvolvidas no Capítulo I.

Inicialmente pretendia-se analisar de forma comparativa os valores de 1980 e 2000; entretanto os primeiros não foram utilizados nesta análise, uma vez que não permitiam a comparabilidade, pois a metodologia utilizada para este cálculo a partir da década de 1990 foi alterada. Por isto, a análise de 1980 foi substituída pela de 1991. A Tabela 59 mostra os valores do IDH-M e a posição dos municípios no estado, em 2000, e o crescimento relativo, para os pequenos municípios e para o estado, entre 1991 e 2000.

Tabela 59 – Valores do IDH-M, posição no estado em 2000 e crescimento relativo entre 1991 e 2000

Municípios e UF	IDHM		Posição no IDHM-2000	Crescimento relativo do IDHM, 1991-2000
	1991	2000		
Braga	0.616	0.705	462	14,44
Cambará Sul	0.676	0.780	343	15,38
Campinas do Sul	0.716	0.789	219	10,30
Chiapeta	0.715	0.760	371	6,30
Formigueiro	0.693	0.741	416	6,92
Herval	0.700	0.754	364	7,71
Humaitá	0.735	0.802	162	9,11
Lavras do Sul	0.695	0.772	292	11,08
M. Moro	0.720	0.797	182	10,70
Miraguaí	0.647	0.726	438	12,21
Nova Araçá	0.716	0.789	32	10,20
Paráí	0.715	0.760	22	6,30
Roca Sales	0.742	0.812	114	9,43
Santana da Boa Vista	0.635	0.724	447	14,0
Selbach	0.796	0.856	7	7,53
Média municípios	0.701	0.771	-	9,98
RS	0.753	0.814	-	8,10

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2005

Org.: Autora

Deve ser destacada uma mudança em cinco municípios pela perda de territórios decorrente da criação de novos municípios. Esta alteração afeta a comparabilidade do IDH-M entre 1991 e 2000, razão pela qual apenas a posição de 2000 é exibida. Entretanto foi possível identificar que apenas os municípios de Monte Belo do Sul, Bento Gonçalves, Nova Pádua, Porto Alegre, Carlos Barbosa e Caxias do Sul se posicionaram de forma melhor que a de Selbach, muito embora os seis primeiros não façam parte dos municípios estudados.

Os dados registrados na tabela mostram que em 1991 e em 2000 havia somente um município cujo IDH-M era superior ao do estado: Selbach. Entretanto todos eles apresentaram algum aumento. De forma geral, percebe-se que a maioria dos municípios, segundo dados de 2000, situam-se em posição mais negativa quanto ao IDH-M, mas todos apresentaram algum crescimento. Os mais significativos ocorreram em Braga e Cambará do Sul, e os menos em Paraí e Chiapeta.

A tabela mostra ainda a posição destes municípios no conjunto do estado para 2000. Nele podem-se observar valores extremos. De um lado municípios muito bem posicionados, como Selbach, Paraí, Nova Araçá. De outro lado, Braga e Miraguá, que se encontram nas últimas posições. Isto é o resultado de um conjunto de carências ainda não superadas e que importam para a definição do IDH-M. Assim, a baixa escolaridade, o baixo nível de renda e a esperança de vida compõem o referencial das mudanças. Esta última é a que mais tem evoluído positivamente. A Figura 26 mostra a espacialização do crescimento relativo do IDH-M dos pequenos municípios entre 1991 e 2000.

Espacialmente, os dados revelam diferenciações que, ao incluírem as cidades principais, mostram os diferenciais do desenvolvimento do território gaúcho. É interessante verificar que existem mesorregiões nas quais pequenos municípios avançaram mais que sua cidade principal, como a de Caxias do Sul; em outras tem-se similaridades no crescimento, como na de Santa Maria e Passo Fundo. É relevante destacar que o limite máximo do IDH-M é 1,00. Assim, à medida que os municípios crescem, vai-se tornando mais desafiador que logrem continuar aumentando o índice na mesma velocidade.

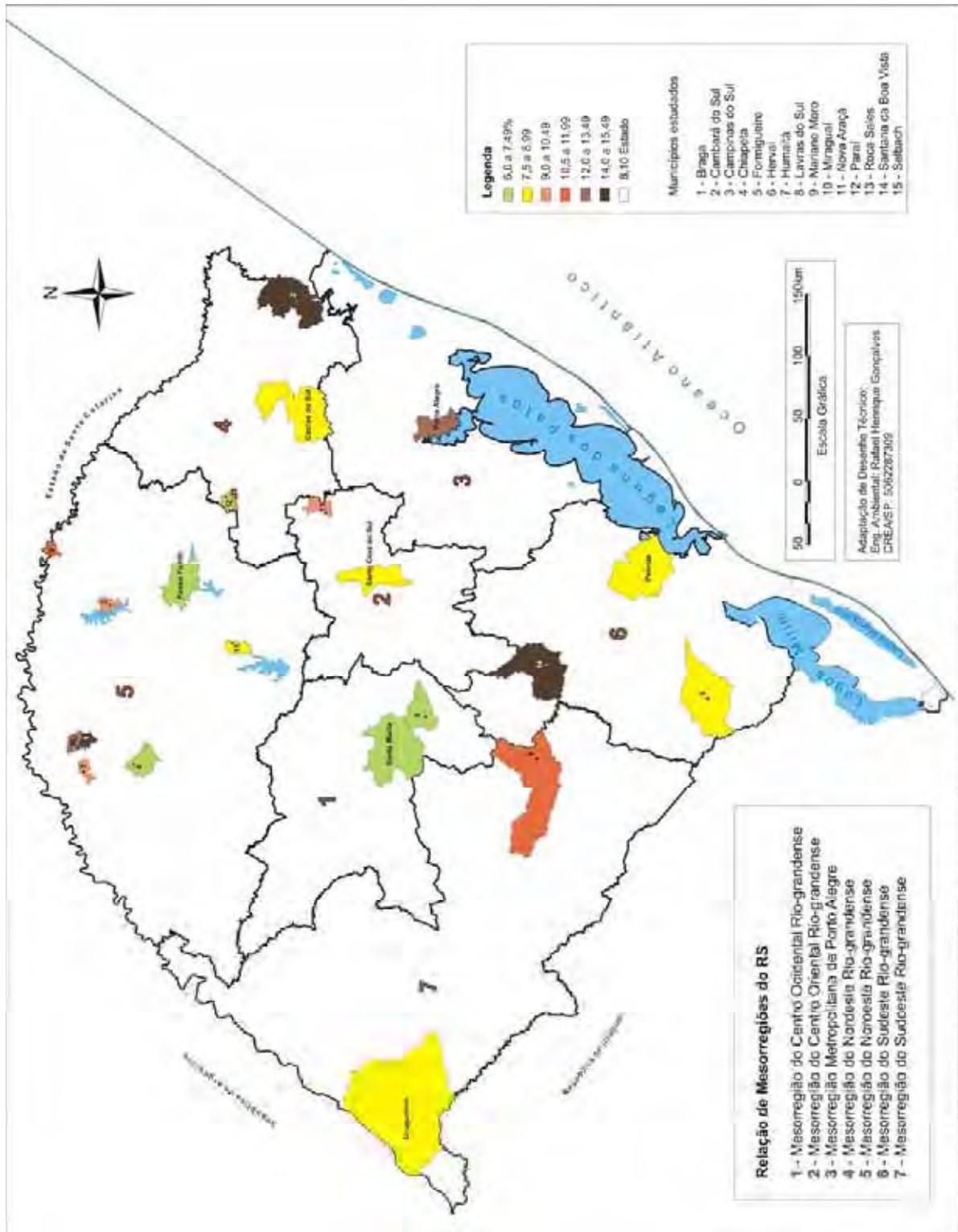


Figura 26. Crescimento relativo do IDH-M dos pequenos municípios estudados, entre 1991 e 2000.

Fonte: IBGE, 2000.
Org.: Autor

Participação Política

Como o IDH é considerado um indicador objetivo da qualidade de vida, e nos estudos mais modernos a dimensão subjetiva também é relevante, considerou-se mais uma variável para a análise, que é a participação popular na escolha dos representantes políticos, mostrada através do exercício do voto. Assim, uma questão importante quando ocorre uma eleição é o volume de participação dos eleitores, pois votar significa exercer a cidadania. A Tabela 60 mostra o número de eleitores e o percentual de abstenções nas eleições municipais para prefeito em 1996, 2000 e 2004.

Tabela 60 – Total de eleitores e percentual de abstenções nas eleições municipais de 1996, 2000 e 2004

Municípios	1996		2000		2004	
	Número de eleitores	% abstenções	Número de eleitores	% abstenções	Número de eleitores	% abstenções
Braga	3.442	15,51	2.718	12,06	2.605	3,02
Cambará Sul	5.340	17,15	5.193	10,48	5.427	11,46
Campinas Sul	6.264	7,77	4.426	5,63	4.603	8,49
Chiapeta	3.749	12,16	3.136	3,22	3.419	7,34
Formigueiro	6.019	11,81	6.298	10,05	5.423	5,29
Herval	5.861	14,36	5.753	12,25	5.270	6,38
Humaitá	4.646	9,68	4.528	7,69	4.012	3,22
Lavras Sul	6.479	14,23	6.854	12,99	5.676	5,55
M. Moro	2.227	6,87	1.884	1,11	1.895	1,32
Miraguaí	5.037	19,55	4.591	17,14	3.424	3,68
Nova Araçá	2.465	4,42	2.647	3,74	2.680	1,42
Paráí	4.053	3,92	4.398	4,25	4.885	4,32
Roca Sales	7.377	10,26	7.411	9,35	7.654	8,79
Santana da Boa Vista	7.408	13,01	7.698	11,90	6.514	5,39
Selbach	3.626	5,73	3.727	6,52	3.993	6,19
Total	73.993	12,14	69.262	8,62	62.737	6,82
RS	6.594.884	12,58	7.112.134	11,07	7.543.188	10,97

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE), 1996, 2000 e 2004

Org.: Autora

Os dados da tabela mostram que entre 1996 e 2000 os valores foram diferenciados entre os municípios. Um número expressivo deles apresentou altas taxas de abstenções para 1996. Na maioria deles houve uma redução nas eleições que se sucederam. No conjunto tem-se oscilações em diferentes direções, o que certamente reflete papéis e influências do poder local no processo. Nas três eleições analisadas, a média de abstenções no estado foi superior àquela do conjunto dos pequenos municípios, mas em ambos ocorreu declínio. As abstenções

em uma eleição representam o desinteresse dos eleitores, a desesperança, a falta de credibilidade em relação aos políticos e também a falta de consciência coletiva. Devem-se somar a elas também os votos brancos e nulos, que de certa forma são uma maneira de manifestar a insatisfação com as administrações locais. Esta omissão acaba contribuindo para que, em alguns casos, políticos que não têm como meta principal o bem-estar da comunidade, mas sim o atendimento a seus próprios interesses, continuem se mantendo no poder. Neste sentido, o descaso na participação política pode se constituir num dos problemas que afetam a vida das pessoas nas pequenas cidades. Há a necessidade de que os munícipes desenvolvam uma consciência do papel da coletividade.

Produto Interno Bruto – PIB

O PIB é um indicador da evolução das atividades econômicas (agropecuária, indústria, serviços, etc.) que permite avaliar, dentre outros aspectos, a espacialização do desenvolvimento do estado. Em 2003, no Rio Grande do Sul, apenas cinco municípios (Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul, Triunfo e Rio Grande) concentravam 29,5% do PIB de todo o estado, o que mostra a sua grande concentração naquelas áreas mais industrializadas. Em contrapartida os municípios estudados registraram uma participação de apenas 0,86%.

A análise dos pequenos municípios mostra não só o seu perfil particular segundo as diferentes atividades, mas também seu posicionamento no conjunto. Destaque-se que os dados do PIB não seguem o referencial de tempo dos demais dados analisados na pesquisa porque, a partir da década de 1980, seis destes municípios foram submetidos à partilha territorial, constituindo-se em novas unidades municipais. Além disto, os novos municípios, embora pertencentes à mesma categoria de tamanho, não foram escolhidos na amostra. Esta perda deve ser agregada à perda econômica e, conseqüentemente, perda do PIB. Assim, optou-se por analisar os dados de 2000 e 2003, tendo em vista que, a partir de 2000, não houve mais nenhum caso de criação de novos municípios. Desta maneira as comparações tornaram-se mais consistentes. A Tabela 61 mostra a distribuição do PIB *per capita* segundo o estado e os pequenos municípios, em 2000 e 2003.

Tabela 61 – Distribuição do Produto Interno Bruto a preços correntes (1.000 R\$) e Produto Interno Bruto *per capita* (R\$), segundo o estado e os pequenos municípios, em 2000 e 2003

Municípios	Produto Interno Bruto					Participação PIB municípios em relação ao do estado	
	2000		2003			2000	2003
	A preços correntes	Per capita	A preços correntes	Per capita	Cresc.PIB 2000/03	%	%
Braga	17.330	4.175	31.718	8.116	83,5%	0,020	0,025
Cambará Sul	54.333	7.962	86.395	12.820	59,0	0,063	0,067
Campinas Sul	51.420	6.251	78.696	13.985	53,0	0,060	0,061
Chiapeta	31.083	6.927	69.993	15.489	125,1	0,036	0,054
Formigueiro	39.678	5.226	72.088	9.537	81,7	0,046	0,056
Herval	46.138	5.382	52.455	7.211	13,7	0,054	0,041
Humaitá	34.878	6.734	60.426	12.269	73,2	0,041	0,047
Lavras do Sul	49.093	6.089	98.283	12.568	100,2	0,058	0,076
M. Moro	15.374	6.301	19.488	8.604	26,7	0,018	0,015
Miraguaí	18.194	3.659	26.079	5.611	43,3	0,021	0,021
Nova Araçá	34.637	10.625	73.767	21.805	113,0	0,040	0,057
Paraí	54.356	8.942	114.119	17.876	110,0	0,064	0,089
Roca Sales	127.817	13.756	186.357	19.985	45,8	0,150	0,145
Santana da Boa Vista	35.597	4.122	54.830	6.298	54,4	0,042	0,043
Selbach	39.611	8.119	74.356	14.949	87,7	0,046	0,058
Total	649.536	6.951	1.099.050	12.474	71,35	0,76	0,86
RS	85.137.543	8.302	128.039.611	12.071	69,2	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Produto interno bruto dos municípios: 1999-2003

Org.: Autora

Os valores contidos na tabela evidenciam que, tanto no estado quanto nos pequenos municípios, houve crescimento tanto do PIB a preços correntes⁹, quanto do PIB *per capita*¹⁰ para o período. A razão disto vincula-se ao bom desempenho da safra agrícola que atingiu valores mais significativos no estado no período 2002/2003 e por extensão em seus pequenos municípios. Além disto deve-se salientar que, em alguns destes municípios, a atividade industrial está presente. Entre os municípios, os valores são bastante diferenciados. O maior valor do PIB no período considerado (2000-2003) foi registrado em Roca Sales, e o menor em Mariano Moro. Estes valores tão distantes entre os dois municípios citados vinculam-se à significância da atividade industrial em Roca Sales, o que contribui para elevar o seu PIB, ao contrário do que ocorre em Mariano Moro, onde a indústria tem um peso pouco significativo na economia do município.

⁹ O PIB a preços correntes refere-se aos valores monetários das rubricas do PIB com os valores correntes da data, sem atualizações ou correções monetárias.

¹⁰ O PIB *per capita* é o resultado da divisão da renda gerada numa região pelo total da população.

Quanto ao PIB *per capita* em 2000, o maior foi verificado em Nova Araçá, e o menor em Miraguaí. É importante destacar que os municípios com PIB mais ou menos elevados não são os mesmos quando se considera o PIB *per capita*. Isto tem relação com o tamanho da população de cada município, uma vez que o PIB *per capita* resulta da divisão do PIB pelo total da população do município, mas depende também do desempenho da economia. Observa-se, assim, que o fato de um município possuir o maior PIB nem sempre é um indicativo de maior renda *per capita*, pois esta depende do desempenho econômico e também do volume da população. Quanto ao PIB *per capita* em 2000, somente três municípios apresentaram valores superiores ao do estado; em 2003 eles eram nove, o que demonstra um crescimento no desempenho econômico dos mesmos.

Do ponto de vista relativo, em 2000, o PIB a preços correntes dos pequenos municípios representava 0,7% da totalidade do estado. Em 2003, este valor passou para 0,86%. Apesar de terem apresentado algum crescimento, percebe-se que possuem uma pequena participação no PIB total do estado, não atingindo 1%. Porém, quando se analisa o crescimento do PIB no conjunto dos municípios, percebe-se que ele foi superior ao verificado no estado. Entretanto, nem todos os municípios apresentaram esta característica. Em oito deles, foi superior; nos demais, inferior.

Quanto ao PIB *per capita*, constata-se que em 2000 a média do estado era superior à dos pequenos municípios, e que somente em três deles a média foi superior à do estado. Entretanto, em 2003 a média do estado se tornou inferior à dos municípios estudados, sendo que 10 deles apresentaram média superior à do estado. Estas mudanças verificadas no estado estão relacionadas ao grande número de municípios que possuem um fraco desempenho econômico, e também ao ritmo de crescimento de suas populações.

O PIB é o resultado do desempenho econômico dos municípios nos diferentes setores da economia, os quais somados compõem a totalidade do estado. Entretanto, é interessante conhecer qual a participação de cada um destes setores da economia na composição do PIB total. Isto é possível através do estudo do Valor Adicionado Bruto (VAB). As Tabelas 62 e 63 detalham a contribuição ao PIB segundo as atividades econômicas nos municípios e no estado, em 2000 e 2003.

Tabela 62 – Totais do Valor Adicionado Bruto (VAB) e relativo da agropecuária, indústria e serviços, a preço básico dos pequenos municípios e do estado em 2000

Municípios	Valor Adicionado Bruto em 2000					
	Agropecuária (R\$ mil)	%	Indústria (R\$ mil)	%	Serviços (R\$ mil)	%
Braga	8.046	46,47	707	4,08	8.559	49,44
Cambará Sul	12.449	24,07	22.459	43,42	16.810	32,50
Campinas Sul	25.045	48,33	4.158	8,02	22.614	43,64
Chiapeta	18.385	59,16	1.101	3,54	11.590	37,29
Formigueiro	16.032	42,18	6.299	16,57	15.676	41,24
Herval	27.377	59,43	2.071	4,50	16.616	36,07
Humaitá	18.305	52,75	3.547	10,22	12.849	37,02
Lavras do Sul	27.960	57,28	1.953	4,0	18.894	38,71
M. Moro	9.056	59,12	741	4,83	5.520	36,04
Miraguaí	8.175	44,90	635	3,48	9.393	51,60
Nova Araçá	8.914	26,65	14.296	42,75	10.229	30,59
Paráí	15.055	28,81	20.398	39,03	16.800	32,15
Roca Sales	25.408	20,60	68.647	55,67	29.254	23,72
Santana da Boa Vista	16.018	45,15	1.569	4,42	17.885	50,41
Selbach	16.774	43,07	6.232	16,0	15.930	40,90
Total	252.999	40,06	154.813	24,32	540.243	35,92
RS	9.531.588	11,95	32.683.500	41,02	37.552.003	47,07
Relação ao do estado	-	2,65	-	0,47	-	0,61

Fonte: FEE / Núcleo de Contabilidade Social

Org.: Autora

Tabela 63 – Totais do Valor Adicionado Bruto (VAB) total e relativo da agropecuária, indústria e serviços, a preço básico dos pequenos municípios e do estado em 2003

Municípios	Valor Adicionado Bruto em 2003					
	Agropecuária (R\$ mil)	%	Indústria (R\$ mil)	%	Serviços (R\$ mil)	%
Braga	18.641	60,0	790	2,54	11.651	37,48
Cambará Sul	25.897	30,40	36.415	42,74	22.882	26,85
Campinas Sul	41.006	54,0	5.309	6,87	30.911	40,02
Chiapeta	47.076	71,49	1.468	2,23	17.299	26,62
Formigueiro	37.723	53,92	10.889	15,56	21.348	30,51
Herval	32.994	62,37	2.567	4,85	17.332	32,76
Humaitá	35.987	60,52	5.507	10,41	17.967	30,21
Lavras do Sul	71.471	71,44	2.340	2,34	26.227	26,21
M. Moro	12.302	62,44	945	4,79	6.452	32,75
Miraguaí	14.312	53,52	847	3,16	11.578	43,30
Nova Araçá	34.468	47,50	24.392	33,61	13.702	18,83
Paráí	48.573	44,12	36.874	33,49	24.636	22,38
Roca Sales	48.159	27,05	93.392	52,46	36.469	20,48
Santana da Boa Vista	31.119	56,36	2.003	3,62	22.087	40,0
Selbach	40.514	55,68	5.128	7,04	27.119	37,27
Total	540.246	50,17	228.866	21,25	307.660	28,57
RS	22.609.487	18,68	48.797.856	40,33	49.593.434	41,32
Relação ao estado	-	2,39	-	0,47	-	0,62

Fonte: FEE / Núcleo de Contabilidade Social

Org.: Autora

A dinâmica dos dados evidencia, para a quase totalidade, crescimento. No entanto este crescimento revelou-se diferenciado, sendo que o setor da agropecuária mostrou os valores mais significativos. As razões para tanto se vinculam à vocação econômica destes municípios. Os valores relativos do VAB, apresentados nas tabelas, mostram, de forma diferenciada, o peso de cada setor de atividade na geração do VAB, bem como o seu crescimento entre 2000 e 2003.

Com relação ao VAB na indústria, a média do estado é superior à do conjunto dos pequenos municípios. Entretanto, três deles apresentaram valores do VAB superiores ao do estado: Cambará do Sul, Nova Araçá e Roca Sales, os dois primeiros localizados dentro da mesorregião sob a influência de Caxias do Sul e o último nos limites desta mesorregião, o que justifica o seu peso no setor industrial. Quanto ao VAB dos serviços, a média do estado é superior à dos pequenos municípios. Observou-se um aumento em todos eles, com um comportamento oposto ao do estado.

O crescimento do PIB e da renda *per capita* nestes municípios deveria representar melhoria na qualidade de vida de suas populações, o que nem sempre se verifica. A renda *per capita* é uma média evidenciando uma falsa impressão da sua distribuição. Em análises anteriores foi verificado que mais de 30,0% das pessoas que trabalhavam em 2000 possuíam renda de até 2 SM, o que comprova esta falsa idéia de distribuição de renda.

Desenvolvimento dos pequenos municípios: o papel das administrações locais

Até aqui a análise contemplou, predominantemente, as características demográficas e não demográficas das populações municipais. A elas, agregaram-se ainda algumas medidas de síntese igualmente relevantes para a compreensão dos contrastes entre os municípios e o estado. De uma maneira geral, o que se encontrou foram distâncias, maiores ou menores, mas distâncias.

Por melhores que tivessem sido todas as análises feitas, elas seriam incompletas se não se considerasse o perfil do poder local e a natureza de suas ações. Esta é uma outra face da avaliação da qualidade de vida nestes municípios. Assim avaliou-se o perfil da representação política, alguns aspectos da estrutura administrativa, a relevante questão dos orçamentos municipais e uma dimensão fundamental dos serviços básicos de qualquer município: saneamento básico em termos de abastecimento de água, rede de esgoto e coleta do lixo.

Prefeitos municipais exercem o poder localmente. No caso brasileiro, tem-se uma significativa pluralidade de partidos políticos. O que se tem verificado na prática é que, analisada com mais detalhe, esta inflação de siglas de partidos políticos pouco significa. Nem sempre o fato de o prefeito estar vinculado a determinado partido é indicador de uma direção mais precisa nos projetos e ações de governo. O que ocorre é uma diversidade de nomenclaturas ao lado da falta de diferenciações que mostrem caminhos diferentes. A Tabela 64 mostra a vinculação político-partidária das administrações locais nas três últimas eleições.

Tabela 64 – Partido do prefeito eleito e composição partidária da câmara de vereadores em 1996, 2000 e 2004

Municípios	1996		2000		2004	
	Partido Prefeito	Composição da Câmara Vereadores	Partido Prefeito	Composição da Câmara Vereadores	Partido Prefeito	Composição da Câmara Vereadores
Braga	PPB/PDT	PPB/PDT (4) PMDB (3) PT (2)	PPB	PDT (3) PMDB (2) PPB (2) PT (1)	PPB	PDT (2) PMDB (3) PPB (3) PT (1)
Cambará Sul	PMDB	PMDB (4) PDT (2) PT/PTB (3)	PPB	PDT (2) PPB (3) PMDB (2) PSDB (1)	PPB	PDT (1) PPB (5) PMDB (1) PSDB (1) PTB (1)
Campinas do Sul	PDT/PMDB	PPB (5) PDT/PMDB (5)	PPB	PDT (1) PPB (4) PMDB (3)	PDT	PDT (1) PPB (3) PMDB (3) PT (2)
Chiapeta	PDT/PMDB	PPB (4) PDT/PMDB (5)	PPB (PP)	PDT (1) PPB (4) PMDB (2)	PPB (PP)	PDT (2) PPB (4) PMDB (2) PT (1)
Formigueiro	PMDB	PMDB (5) PPB (2) PDT (2)	PPB (PP)	PDT (1) PPB (3) PMDB (4)	PPB (PP)	PPB (6) PMDB (3)
Herval	PPB/PTB/PMDB/PFL/PSDB	PDT (5) PPB (3) PMDB (2) PTB (1)	PTB	PDT (4) PPB (1) PMDB (2) PTB (2)	PDT	PDT (5) PMDB (3) PT (1)
Humaitá	PPB/PTB	PPB/PTB (5) PDT/PMDB (4)	PPB	PDT (1) PPB (4) PMDB (2) PTB (1)	PTB	PDT (2) PPB (4) PMDB (2) PTB (1)
Lavras do Sul	PPB	PFL (3) PPB (3) PMDB (3)	PDT/PFL	PDT (3) PMDB (2) PPB/PSDB (2) PFL (1) PT (1)	PP	PDT (1) PP (2) PMDB (2) PL (1) PSDB (1) PFL (1) PT (1)
Mariano Moro	PPB/PTB/PMDB	PPB/PTB/PMDB (5) PDT/PT (4)	PDT	PPB (2) PTB (1) PMDB (3) PDT (1) PT (1)	PDT	PPB (1) PTB (1) PMDB (3) PDT (2) PT (2)
Miraguaí	PDT/PTB/PMDB	PDT/PTB/PMDB (6) PFL (2) PT (1)	PMDB/PTB/PSDB	PMDB/PDT/PSDB (6) PDT/PPB/PFL (3)	PMDB	PMDB (4) PDT (3) PTB (1) PT (1)
Nova Araçá	PTB/PMDB	PTB/PMDB (5) PPB/PDT/PSDB (4)	PPB (PP)	PPB (3) PSDB (1) PTB (2) PMDB (2)	PMDB	PPB (2) PSDB (2) PTB (2) PMDB (2)
Paraí	PTB/PMDB	PTB/PMDB (5) PPB/PDT/PSDB (4)	PMDB	PMDB (4) PPB (4)	PPB	PMDB (3) PPS (1) PPB (3) PT (1) PTB (1)
Roca Sales	PPB/PDT/PTB	PTB (4) PDT (2) PMDB (3)	PPB	PDT (2) PPB (1) PMDB (2) PTB (2)	PDT	PDT (4) PMDB (3) PTB (2)
Santana da Boa Vista	PMDB/PL	PPB (4) PL (1) PMDB (4)	PTB	PPB (2) PMDB (2) PTB (3)	PMDB	PPB (3) PMDB (3) PTB (3)
Selbach	PPB/PDT	PPB/PDT (4) PMDB (5)	PMDB	PDT (1) PPB (2) PMDB (5) PTB (1)	PPB	PPB (4) PMDB (5)

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral (TRE), 1996, 2000 e 2004

Org.: Autora

A tabela mostra dois aspectos relevantes: 1º) a hegemonia de alguns partidos, no caso o PPB e o PDT; 2º) uma rotatividade muito grande quanto aos partidos políticos que assumiram as prefeituras nestes municípios.

A eleição de 1996 caracterizou-se pelas coligações partidárias, pois foram poucos os partidos que concorreram isoladamente. As coligações tiveram, como meta principal, fortalecer as bases partidárias e, com isto, viabilizar a vitória nas eleições. É interessante ressaltar o papel do PPB na eleição municipal de 1996, quando concorreu de forma coligada, em seis municípios, e em apenas um isoladamente. Em 2000, o mesmo partido conquistou cinco prefeituras de forma independente e três através de coligação. Porém nas eleições de 2004 revelou algum declínio nos pequenos municípios, mantendo-se em apenas quatro dos oito municípios que anteriormente administrava, e vencendo em mais um, antes administrado por outro partido.

O que a tabela mostra é que, na prática, não mais existe a fidelidade partidária. Os eleitores, ao elegerem seus representantes, esperam que eles correspondam aos seus anseios. Se isto não ocorre, eles não hesitam em fazer novas escolhas; é o que se verifica na maioria destes pequenos municípios. Ao lado disto tem-se a tradição política de voto na oposição a partir da dominância de um partido por período mais prolongado. Nas eleições de 2000 e 2004, seis municípios mantiveram o prefeito do mesmo partido. Avaliando-se demograficamente, em 2000, o PPB isolado ou em conjunto com outros partidos políticos, administrava oito municípios. Considerando-se a totalidade dos municípios administrados por este partido, constata-se que eles representavam 53,3% do total. Ao mesmo tempo, estes oito municípios administravam 53,0% do total da população dos pequenos municípios. Entretanto, também administravam 48,0% dos analfabetos; 54,6% do volume do PIB do conjunto dos municípios e apenas 55,2% dos domicílios ligados à rede geral de água. Esta análise específica mostra o significado das ações dos administradores locais, o que não mostra grandes diferenças quando se consideram municípios administrados por outros partidos políticos.

Outro aspecto que deve ser salientado é o perfil dos prefeitos eleitos. Os resultados das eleições de 2004 mostram que: são, predominantemente, do sexo masculino, exceto em Miraguá, onde se tem uma prefeita; e têm idade variável, sendo que três deles têm entre 31 e 40 anos, nove entre 41 e 50, e três entre 51 e 60 anos. Quanto ao nível de escolaridade, onze possuíam curso superior completo ou incompleto, e quatro, curso médio completo ou incompleto. No conjunto estes dados são qualitativamente positivos, tendo-se como referência os níveis de analfabetismo e de baixa escolaridade identificados.

A câmara de vereadores, como um dos poderes da administração local, também está sujeita a mudanças de um mandato para outro. Isto também é reflexo não só da atuação dos vereadores como também do partido que assume o poder executivo. Considerando-se este aspecto, as câmaras de vereadores revelaram a sintonia mencionada.

Através da pesquisa, também foi possível constatar uma forte presença masculina na composição das câmaras de vereadores e uma presença escassa de mulheres. Em 2000, elas representavam apenas 10,3% do total e em 2004, 11,9%. Apesar de ter havido crescimento, esta representatividade ainda é pouco expressiva, mesmo se considerada a legislação eleitoral recente quanto à presença de mulheres nas listas eleitorais.

Mesmo sendo pequenos municípios com pouca população, os perfis destas administrações locais não guardam muita diferença daquelas das médias e grandes cidades. A Tabela 65 mostra, sob a forma de síntese, a estrutura básica de cada poder executivo local.

Tabela 65 – Quantidade e natureza das Secretarias Municipais dos municípios, em 2006

Municípios	Total de Secretarias	Secretarias existentes
Braga	08	Administração; Coordenação e Planejamento; Finanças; Agropecuária e Desenvolvimento; Habitação e Ação Social; Saúde e Meio Ambiente; Educação e Cultura; Obras, Viação e Saneamento.
Cambará Sul	08	Administração; Fazenda; Agricultura; Obras e Viação; Turismo, Desenvolvimento Econômico, Cultura e Desporto; Educação; Meio Ambiente; Saúde e Assistência Social
Campinas do Sul	-	-
Chiapeta	07	Administração; Fazenda; Agricultura; Saúde; Assistência Social; Obras Públicas; Planejamento
Formigueiro	06	Administração; Fazenda; Educação, Cultura e Desporto; Saúde e Assistência Social; Agricultura e Meio Ambiente; Obras e Trânsito
Herval	-	-
Humaitá	05	Administração; Educação e Cultura; Obras e Viação; Agricultura; Saúde.
Lavras do Sul	09	Administração; Finanças; Indústria e Comércio; Planejamento; Educação; Saúde; Turismo; Obras e Transportes; Meio Rural.
M. Moro	-	-
Miraguaí	09	Fazenda; Planejamento; Educação e Cultura; Saúde; Habitação; Obras; Obras Urbanas; Agricultura; Esportes.
Nova Araçá	-	-
Paraí	07	Administração; Saúde e Assistência Social; Agricultura e Meio Ambiente; Educação e Cultura; Indústria, Comércio e Turismo; Obras e Viação; Administração e Transportes.
Roca Sales	06	- Administração; Fazenda; Obras, Viação e Serviços Urbanos; Educação e Cultura; Agricultura e Desenvolvimento; Saúde e Assistência Social.
Santana da Boa Vista	-	-
Selbach	05	Administração, Fazenda e Planejamento; Desenvolvimento Econômico e Agropecuário; Saúde e Assistência Social; Obras e Serviços Urbanos; Educação, Desporto, Cultura e Lazer.

Fonte: Informações obtidas junto as Prefeituras Municipais, 2006

Org.: Autora

Inicialmente, deve-se destacar que algumas prefeituras não responderam ao questionário encaminhado. De uma forma geral, o que se tem pode ser caracterizado por um excesso administrativo, uma vez que se devem considerar três dimensões importantes: primeiro, o tamanho demográfico do município e, em especial, o da cidade; segundo, em muitos casos, a indefinição daquilo que corresponderia à responsabilidade de cada secretaria – a título de exemplo, segundo informações fornecidas, tem-se Miraguaí, com duas secretarias de obras, uma denominada apenas de obras e outra de obras urbanas; terceiro, os orçamentos municipais marcados todos eles pela escassez de recursos próprios ao lado da importância das transferências constitucionais. Como já apontado, na maioria destes municípios, a PEA referente às pessoas envolvidas na administração pública cresceu, entre 1980 e 2000, 114,6% face a uma redução da população total em 5,40%.

Existem secretarias que são indispensáveis, independentemente da vocação dos municípios, como por exemplo: as de saúde e de educação. Outras, porém, só se justificam se houver no município atividades que exijam a sua existência, como é o caso da secretaria de turismo, constante nas administrações de Cambará do Sul e de Paraí. Da análise do conjunto fica uma indagação: Qual é a necessidade desta estrutura no contexto destes pequenos municípios?

Orçamentos municipais: insuficiências e problemas

Outra questão relevante, quando se trata das administrações municipais, é a relativa aos orçamentos que contemplam receitas e despesas de tal sorte a apresentar equilíbrio nas finanças públicas e, assim, poder oferecer aos munícipes o atendimento de suas demandas. Neste sentido, os municípios necessitam gerar receitas, e estas aparecem sob a forma de receitas correntes e de capital. As receitas correntes compreendem as receitas tributárias, de contribuições (patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras) e ainda as oriundas de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinados a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes). As receitas de capital são aquelas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão em espécie de bens e direitos; dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital (IBGE, 2004, p. 123). Assim, a receita total dos municípios resulta da soma das Receitas Correntes e de Capital.

As Receitas Tributárias são aquelas de competência dos municípios constituídas pelo imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Incidente sobre a Transmissão ou Cessão “Inter vivos” (ITBI), Imposto Incidente sobre a Prestação de Serviços (ISS), tributos arrecadados pelos municípios no âmbito de suas atribuições (taxas) e impostos da competência do município não incluídos nos itens anteriores (outros tributos). Estas são as principais fontes de geração própria de recursos de um município. É justamente neste aspecto que reside um grave problema da maioria dos municípios brasileiros e, portanto, dos municípios estudados. Isto porque, na composição desta dimensão ‘receitas’, tem-se o papel das transferências da União e do estado como transferências correntes. Aquelas da União envolvem o repasse federal para os municípios e incluem Transferências Constitucionais, como: Fundo de Participação dos Municípios (FPM); Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); Imposto de Renda (IR); Imposto Territorial Rural (ITR); Transferências Negociadas (Sistema Único de Saúde – SUS, Salário Educação, etc.). As Transferências do Estado compreendem as receitas de transferências efetuadas pela administração estadual para os municípios. Elas incluem os Impostos sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA); sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); sobre Produtos Industrializados (IPI), FUNDEF, etc. As Tabelas 66 e 67 mostram a participação das receitas tributárias e de transferências correntes, segundo os municípios em 2000 e em 2003.

Tabela 66 – Distribuição total (em reais) e proporcional das receitas de pequenos municípios do estado do Rio Grande do Sul em 2000 em relação à receita total

Municípios	Receita Total	Receitas Tributárias	%	Transfer. União	%	Transfer. Estado	%	Outras receitas	%
Braga	2.653.217,51	40.669,31	1,53	1.363.613,71	51,39	727.058,02	27,40	521.889,05	19,68
Cambará Sul	3.915.711,45	104.515,29	2,66	1.524.226,30	38,92	1.799.954,09	45,96	487.020,13	12,46
Campinas Sul	4.669.406,00	168.986,00	3,62	2.324.279,00	49,77	1.787.994,00	38,29	338.147,00	8,32
Chiapeta	3.154.436,95	189.995,37	6,02	1.483.992,94	47,04	1.038.051,54	32,90	442.409,85	14,04
Formigueiro	3.442.227,00	130.674,00	3,79	1.353.784,00	39,32	1.547.947,00	44,96	409.822,00	11,93
Herval	5.113.060,85	177.822,47	3,47	2.306.482,22	45,10	2.174.851,32	42,53	453.906,01	8,90
Humaitá	3.080.872,56	237.049,22	7,69	1.491.042,60	48,39	1.022.567,61	33,19	330.215,43	10,73
Lavras do Sul	5.154.948,13	255.194,42	4,95	1.904.009,36	36,93	2.362.675,28	45,32	633.071,06	12,80
M. Moro	2.562.956,69	51.714,57	2,02	1.405.871,98	54,85	678.373,20	26,46	426.991,75	16,67
Miraguaí	2.609.195,18	12.205,73	0,46	1.223.782,78	46,90	906.685,50	34,75	466.522,21	17,89
Nova Araçá	2.612.770,77	68.676,50	2,63	1.302.901,58	49,86	1.066.404,88	40,81	227.682,19	6,70
Paráí	3.656.242,08	241.784,49	6,61	1.377.479,49	37,67	1.411.546,91	38,60	625.432,81	17,12
Roca Sales	4.238.929,83	199.825,18	4,71	1.569.322,97	37,02	2.132.501,66	50,30	337.281,98	7,97
Sant. Boa Vista	4.152.442,42	161.080,19	3,87	2.053.350,18	49,45	1.545.117,87	37,21	392.895,82	9,47
Selbach	3.100.215,86	173.877,54	5,61	1.426.477,80	46,01	1.091.115,84	35,19	408.747,32	13,19
RS	5.477.530.580,19	747.714.006,40	13,65	1.800.896.597,62	32,90	1.989.984.198,69	36,87	942.035.777,46	17,20

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional / Rede MuniNet.

Org.: Autora

Tabela 67 – Distribuição total (em reais) e proporcional das receitas de pequenos municípios do estado do Rio Grande do Sul em 2003 em relação à receita total

Municípios	Receita Total	Receitas Tributárias	%	Transfer. União	%	Transfer. Estado	%	Outras receitas	%
Braga	3.414.541,00	69.931,00	2,05	1.920.168,00	56,23	933.646,00	27,34	490.796,23	14,38
Cambará Sul	6.615.064,41	509.040,00	7,69	2.858.202,09	43,20	2.882.958,32	43,58	404.273,02	5,53
Campinas Sul	6.464.250,22	373.488,46	5,77	2.841.774,01	43,96	2.201.784,21	34,06	1.047.854,90	16,21
Chiapeta	4.290.256,97	244.430,83	5,70	2.189.423,58	51,03	1.767.264,85	41,19	101.586,84	20,80
Formigueiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Herval	5.308.613,73	318.628,58	6,0	2.181.018,22	41,08	2.117.696,70	39,90	684.272,09	13,02
Humaitá	5.050.104,18	169.068,81	3,34	2.121.827,35	42,01	1.433.014,89	28,37	1.326.191,87	26,38
Lavras do Sul	7.479.452,00	341.809,00	4,56	2.505.947,00	33,50	2.936.518,00	39,26	1.695.178,00	22,69
M. Moro	3.690.603,98	47.513,71	1,28	1.995.465,94	54,06	865.090,74	23,44	783.5354,41	21,22
Miraguaí	4.616.438,65	91.530,19	1,98	2.049.745,66	44,40	759.166,09	16,44	1.675.997,94	37,18
Nova Araçá	4.675.074,53	137.196,64	2,93	1.998.795,53	42,27	2.037.754,53	43,58	501.3230,17	11,22
Paraí	6.144.967,33	395.218,00	6,43	2.202.991,76	35,85	2.620.264,91	42,64	926.495,34	15,08
Roca Sales	7.829.625,01	521.480,94	6,66	2.438.496,75	31,14	4.429.531,46	56,57	440.632,14	5,69
Sant. Boa Vist	5.857.506,32	282.838,01	4,82	2.371.984,15	40,49	2.058.019,08	35,13	1.144.665,58	19,58
Selbach	4.969.524,77	326.630,19	6,57	2.070.972,19	41,67	2.026.508,07	40,77	589.414,45	10,99
RS	8.405.802.734,38	1.382.124.054,69	16,44	2.251.913.322,85	26,78	2.683.119.539,09	28,35	2.078.743.817,75	28,43

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional / Rede MuniNet.

Org.: Autora

Os dados apresentados nas tabelas mostram de forma clara a fraca participação das receitas tributárias próprias nos pequenos municípios. De uma forma geral, o volume da arrecadação tributária reflete o desempenho econômico de um município. Se este é pequeno, a arrecadação também se torna reduzida, obrigando o município a se submeter a uma grande dependência das Transferências Constitucionais. Estas transferências são direito dos municípios, mas a forma e o volume delas tornam os municípios profundamente dependentes de decisões externas, as quais inclusive têm muitas vezes um viés político-partidário.

Quando se considera a participação das receitas de transferências constitucionais nestes municípios, constata-se que ela é bastante significativa. Em 2000, dentre os 15 municípios, apenas três tinham uma participação que variava entre 69,9 e 80,0%, 11 tinham uma participação que se situava entre mais de 80,0% e menos de 90,0%, e num deles esta era de mais de 90,0%. Em 2003, havia sete municípios cuja participação situava-se entre 61,0% e 80,0%, seis possuíam uma participação que variava entre 80,0% e 90,0%, e um com participação superior a 90,0%. Isto significa que a arrecadação própria destes municípios é muito pequena e que eles só conseguem se manter em função destas transferências. Apesar da grande importância que elas assumem nestes municípios, observou-se que, de 2000 para 2003, em oito deles houve uma redução do peso das transferências, embora de pouca monta. As

indagações que se colocam são: O que seria destes municípios sem as transferências constitucionais? Certamente, não sobreviveriam nesta condição. Mas também é relevante indagar: Por que não tendo condições de se manter eles foram criados?

Outra questão importante para as municipalidades é a relativa às suas despesas, tendo em vista que os municípios devem cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, ou seja, não podem gastar mais do que arrecadam. Desde que esta Lei foi aprovada, houve a necessidade de os municípios melhor organizarem suas administrações no que se refere às suas despesas. Na Tabela 68 apresentam-se as receitas e despesas dos pequenos municípios do estado em 2000 e 2003.

Tabela 68 – Receitas e despesas dos pequenos municípios em 2000 e 2003

Municípios	2000		2003	
	Receita Total	Despesa Total	Receita Total	Despesa Total
Braga	2.653.217,51	2.450.627,57	3.414.541,00	3.363.991,00
Cambará Sul	3.915.711,45	4.011.558,15	6.615.064,41	5.741.160,47
Campinas Sul	4.669.406,00	4.854.479,00	6.464.250,22	6.331.190,37
Chiapeta	3.154.436,95	2.850.788,87	4.290.256,97	4.637.571,83
Formigueiro	3.442.227,00	3.851.322,00	-	-
Herval	5.113.060,85	5.715.435,31	5.308.613,73	5.117.326,08
Humaitá	3.080.872,56	3.016.676,80	5.050.104,18	4.402.624,73
Lavras do Sul	5.154.948,13	4.707.875,60	7.479.452,00	7.150.531,00
M. Moro	2.562.956,69	2.315.031,88	3.690.603,98	4.185.081,10
Miraguaí	2.609.195,18	2.309.125,86	4.616.438,65	4.045.887,83
Nova Araçá	2.612.770,77	2.699.424,89	4.675.074,53	4.391.584,98
Paráí	3.656.242,08	3.688.851,61	6.144.967,33	5.779.736,16
Roca Sales	4.238.929,83	4.422.638,63	7.829.625,01	7.616.224,78
Santana da Boa Vista	4.152.442,42	3.957.431,97	5.857.506,32	5.250.203,50
Selbach	3.100.215,86	3.063.010,53	4.969.524,77	4.864.222,96
Média dos municípios	3.607.775,46	3.594.287,59	5.476.858,49	5.205.452,50

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional / Rede MuniNet.

Org.: Autora

A análise orçamentária implica considerar que as fontes de receitas do estado e dos municípios são bastante diversas. Isto significa que não há uma comparabilidade absoluta entre uma e outra. Em razão disto, o que se discute aqui são os orçamentos municipais vistos na perspectiva da individualidade dos municípios estudados.

O exame da tabela permite observar a distribuição das receitas e das despesas totais, segundo os pequenos municípios. Tanto as receitas quanto as despesas aumentaram entre 2000 e 2003. Entretanto, neste período, nos pequenos municípios as despesas tiveram um crescimento maior (52,9%) do que as receitas (40,8%). Esta situação econômica desfavorável

destes pequenos municípios é evidenciada pelas receitas insignificantes, ao mesmo tempo em que, em 2001, ocorreu a instalação de 70 novos municípios, o que se refletiu na dispersão das receitas originárias das transferências constitucionais.

O saneamento básico como indicador de qualidade de vida

O saneamento básico – que envolve o esgoto sanitário, o abastecimento de água e a coleta de lixo – é um importante indicador das condições ambientais e da qualidade de vida de uma população. Esta importância foi destacada no Capítulo I por pesquisadores como Soares, Silva e Abdo (1984), Figueiredo (2001) e Queiroz et al. (2004). Os dados apresentados na Tabela 69 envolvem os censos de 1980 e 2000. A ausência de dados quanto ao esgoto significa que, para nenhum dos municípios, os domicílios estavam ligados à rede. Para 1980, tem-se a ausência de informações para a coleta de lixo. Em decorrência disto, a comparabilidade envolve apenas a questão da rede geral de água.

Tabela 69 – Total de domicílios particulares permanentes por tipo de esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo, no estado e nos pequenos municípios, em 1980 e 2000

Município e UF	1980			2000			
	Total de domicílios	Rede geral esgoto	Rede geral água	Total domicílios	Rede geral esgoto	Rede geral água	Lixo coletado
Braga	1202	-	132	1225	03	704	574
Cambará Sul	1537	-	747	1982	393	1239	1652
Campinas Sul	1794	-	356	2322	583	1331	1281
Chiapeta	947	-	215	1297	03	775	788
Formigueiro	1718	-	167	2192	210	813	1014
Herval	1934	-	668	2756	348	1403	1464
Humaitá	2069	-	299	1607	-	860	930
Lavras Sul	2247	-	766	2496	1099	1850	1851
M. Moro	664	-	76	686	79	346	332
Miraguaí	1519	-	186	1461	14	567	561
Nova Araçá	469	-	-	905	14	749	621
Paráí	844	-	173	1623	68	1168	872
Roca Sales	2174	-	491	2913	181	2412	1802
Santana da Boa Vista	1974	-	237	2682	656	1175	1210
Selbach	889	-	308	1423	72	708	905
Total	21.981	-	4.821	27.570	3.950	16.100	15.857
Estado	1.831.242		1.095.649	3.040.039	834.294	2423264	2558120

Fonte: IBGE, Censos demográficos, 1980 e 2000

Org.: Autora

Considerando-se a rede geral de água, percebe-se uma mudança bastante positiva, uma vez que, em 1980, 4.821 domicílios estavam ligados a ela, e, em 2000, este total era de 16.100. Esta mudança significou um incremento de 234,0%. Este é um dado relevante quando se verifica que o total dos domicílios teve um crescimento de apenas 25,4%. Para o conjunto de municípios, alguns apresentaram um aumento superior àquele verificado para a totalidade – por exemplo: os municípios de Braga, com 433,3%, e Mariano Moro, com 355,2%.

A análise do serviço de abastecimento de água torna-se mais detalhada a partir da Figura 27, que registra a participação relativa dos domicílios no sistema. Nela apresentam-se os municípios principais de cada mesorregião e o conjunto daqueles estudados. Os resultados mostram que apenas três municípios registraram uma participação inferior a 50,0%. Contudo, considerando-se que o ideal seria que todos tivessem o serviço, verifica-se que a situação ainda é insatisfatória, uma vez que nenhum deles apresenta sequer valores superiores a 90,0%.

Com relação à rede geral de esgoto, os dados de 2000 revelam a presença de valores muito irregulares. Por exemplo, Lavras do Sul, que possuía 2.247 domicílios em 1980 – nenhum deles ligados a rede de esgoto –, registrou em 2000 um total de 1.099 ligados à rede. Entretanto, isto é uma exceção, uma vez que a maioria apresenta percentuais muito baixos de domicílios com este serviço.

A coleta do lixo é um fator que contribui para a higidez ambiental, para a melhoria da saúde e, conseqüentemente, para a qualidade de vida da população. Neste aspecto, os dados evidenciam que, em 2000, 72,2% dos domicílios eram atendidos diferentemente com este serviço. Em termos quantitativos a maior cobertura verificou-se em Cambará do Sul e a menor em Miraguaí. Os valores apresentados indicam um progresso significativo, uma vez que, no censo de 1980, inexistiam registros para o serviço. Para tornar mais compreensíveis estas dimensões, a Tabela 70 registra os percentuais de domicílios ligados à rede geral de água, de esgoto, com coleta de lixo, e o crescimento relativo dos domicílios ligados à rede geral de água entre 1980 e 2000.

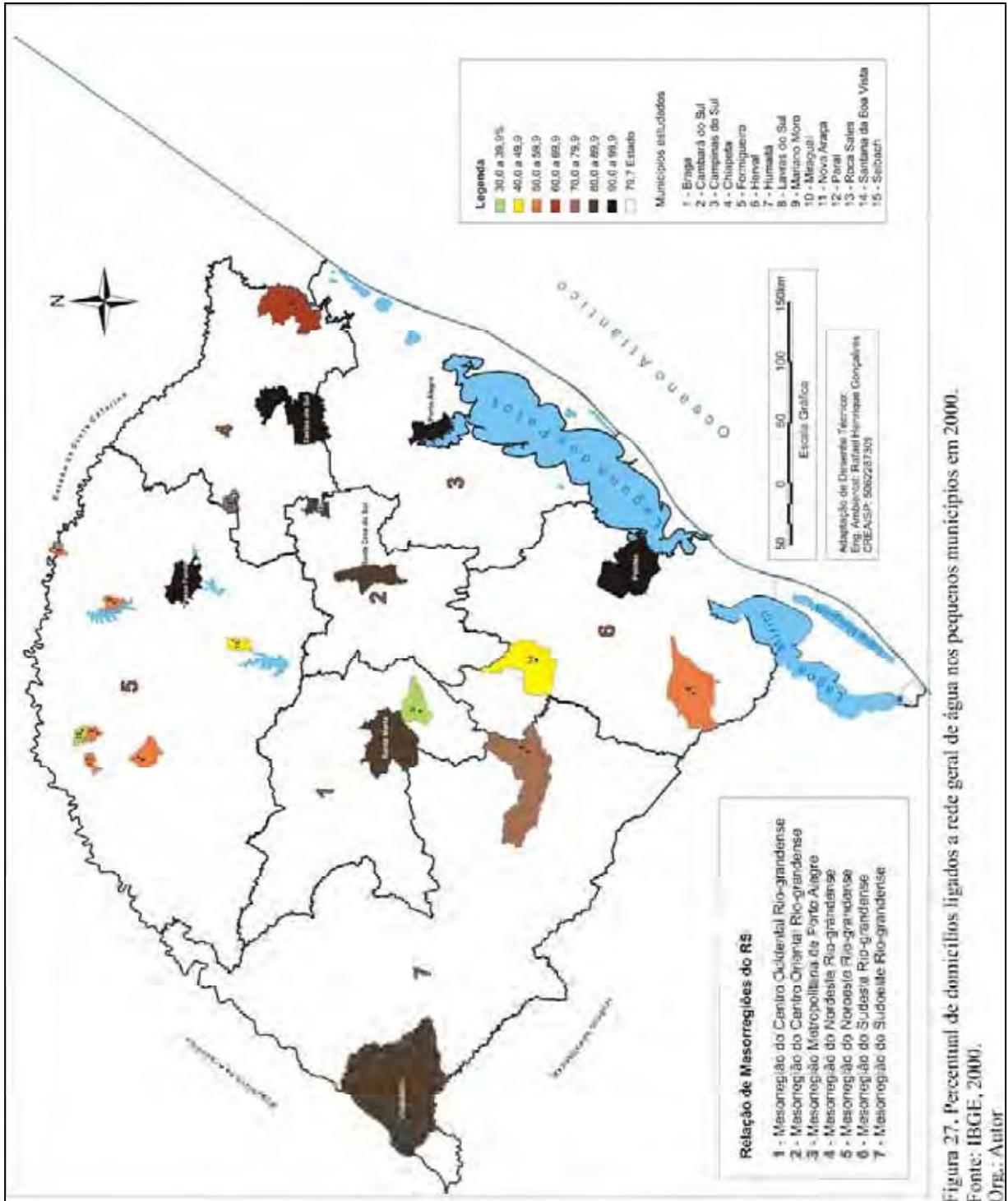


Figura 27. Percentual de domicílios ligados a rede geral de água nos pequenos municípios em 2000.

Fonte: IBGE, 2000.

Org.: Autor

Tabela 70 – Percentual de domicílios ligados à rede geral de água, esgoto e com coleta de lixo, e crescimento relativo no abastecimento de água, em 1980 e 2000

Municípios e UF	1980	2000	Cresc. rel. abast. água 1980-2000	2000	
	Rede geral de água	Rede geral de água		Rede de esgoto	Com coleta de lixo
Braga	10,98	57,47	423,40	0,24	46,85
Cambará Sul	48,47	62,25	29,68	19,82	83,36
Campinas Sul	19,84	57,32	295,46	25,10	55,16
Chiapeta	22,70	59,75	163,21	0,23	60,07
Formigueiro	9,72	37,09	293,73	9,59	46,26
Herval	34,81	50,90	46,22	12,62	53,12
Humaitá	14,45	53,51	270,31	0	57,87
Lavras Sul	34,09	74,19	117,63	44,03	74,41
M. Moro	11,44	50,49	341,34	11,51	48,36
Miraguaí	12,24	38,81	217,07	0,96	38,40
Nova Araçá	-	82,75	100,0	1,54	68,61
Paráí	20,50	71,96	255,90	4,19	53,72
Roca Sales	22,58	82,80	266,69	6,21	68,20
Santana da Boa Vista	12,0	43,81	265,08	24,46	45,11
Selbach	34,04	49,75	46,15	5,06	63,36
Total	21,93	58,39	71,53	14,32	57,65
Estado	59,84	79,71	27,13	27,42	84,14

Fonte: IBGE, Censos demográficos, 1980 e 2000

Org.: Autora

Os dados constantes na tabela mostram que estes serviços ainda estão longe de atender a demanda de toda a população. O mais deficitário deles é o de esgoto; apesar de ter avançado muito lentamente e de forma contrastante entre os municípios, verifica-se que, na maioria deles, a maior parcela dos domicílios ainda não foi incluída neste serviço. Neste sentido, observam-se grandes diferenças entre os municípios. Cambará do Sul é aquele que apresenta a maior cobertura, ao contrário de Braga, Chiapeta, Miraguaí e Nova Araçá, nos quais ele é insignificante ou inexistente. Quanto à rede de água e coleta de lixo, as avaliações feitas anteriormente e os dados mostrados permitem uma comparação adequada, oferecendo uma imagem mais compreensível da situação. Considerando que estes serviços são de fundamental importância para a saúde pública, os governos municipais deveriam implementar políticas que visassem a ampliar o atendimento dos mesmos, pois a melhoria deles implica menores gastos com a saúde, como também melhor qualidade de vida da população.

Se a descontinuidade territorial destes municípios não fosse tão grande, uma alternativa para melhorar estes serviços seria o compartilhamento deles, a exemplo do que ocorre em pequenas comunidades nos EUA. Conforme abordagem de Katz (2004), referida no Capítulo I, aquelas que não têm condições de manter alguns dos serviços necessários se associam a outras com o objetivo de fornecer melhores serviços a seus residentes.

Para finalizar esta análise envolvendo o perfil destes municípios, acrescentam-se mais algumas variáveis que também são importantes para a composição da qualidade de vida, uma vez que mostram a inserção da população em serviços específicos que são úteis e alguns deles necessários para a vida atual.

Primeiramente, a energia elétrica e o sistema de telefonia assumem especial importância. O primeiro, por permitir o funcionamento de uma série de bens que facilitam a vida. O segundo, por permitir a comunicação a pequenas ou grandes distâncias sem a necessidade de deslocamento e com um ganho de tempo bastante grande. Na verdade, o sistema de comunicações é a base do funcionamento da economia mundial e é responsável pela rápida difusão das informações, contribuindo para a globalização.

A Tabela 71 mostra alguns serviços e bens duráveis disponíveis em domicílios nos pequenos municípios em 1980 e 2000. Seus valores mostram os municípios, o número de domicílios e a cobertura referente a serviços de energia elétrica e telefonia, bem como à presença de TV e microcomputador.

Tabela 71 – Domicílios particulares permanentes, por serviços e alguns bens duráveis existentes, segundo os municípios, em 1980 e 2000

Municípios	1980				2000				
	Domic.	Ilum. Elétrica	Linha Telefôn	TV	Domic.	Ilum. Elétrica	Linha telefôn.	TV	Micro comput.
Braga	1202	325	-	172	1225	1145	101	806	15
Cambará Sul	1537	940	106	819	1982	1875	309	1676	57
Campinas Sul	1794	1193	100	1018	2322	2313	524	2162	81
Chiapeta	947	518	30	383	1297	1266	278	1120	40
Formigueiro	1718	605	52	598	2192	2046	431	1855	69
Herval	1934	809	81	789	2756	2344	394	2160	47
Humaitá	2069	1268	160	662	1607	1587	405	1435	48
Lavras do Sul	2247	1030	110	919	2496	2248	394	2158	104
M. Moro	664	292	04	138	686	673	159	615	19
Miraguaí	1519	325	25	186	1461	1331	221	992	35
Nova Araçá	469	414	28	280	905	905	571	886	49
Paráí	844	536	15	392	1623	1623	1068	1596	99
Roca Sales	2174	1780	103	1329	2913	2896	1126	2700	145
Sant. Boa Vista	1974	340	75	292	2682	1666	241	1536	41
Selbach	889	804	48	715	1423	1412	425	1376	124
Total	21.981	11.139	937	8.692	27.570	25.330	6.647	23.073	973
RS	1831242	1390844	148175	1202966	10114382	9896145	4109861	9468114	614198

Fonte: IBGE, Censos demográficos, 1980 e 2000

Org.: Autora

Quanto à energia elétrica, apenas 50,7% dos domicílios usufruíam deste serviço, que até 1980 era mais utilizado na zona urbana. Em 2000 houve um crescimento bastante significativo, especialmente neste serviço, que passou a cobrir 91,9% dos domicílios. No que tange ao serviço de telefonia, a questão era muito mais problemática. Em 1980 somente 4,2% dos domicílios possuíam linha telefônica. Isto porque, até a década de 1990, o custo para se obter uma linha telefônica era bastante alto. O sistema até 2000 tinha uma cobertura bastante precária, envolvendo somente 24,0%.

Quanto à televisão, em 1980, 39,5% dos domicílios possuíam o aparelho, saltando em 2000, para 83,7%. Observa-se assim que houve um crescimento expressivo quanto ao uso de TV nestes municípios. Tanto em 1980 quanto em 2000, o que limitava o uso da TV era, entre outros fatores, a falta de energia elétrica, além da falta de recursos de algumas famílias. O uso do computador é uma inovação mais limitada ainda e, conforme o censo de 2000, apenas 3,5% possuíam o equipamento. Estes dados mostram que uma grande parcela da população nestes pequenos municípios ainda se encontra excluída destas tecnologias que hoje estão se tornando corriqueiras e que permitem que se tenha uma grande quantidade de informações que podem trazer benefícios para a vida destas comunidades. Estes dados reforçam o que foi constatado por Gomes et al. (2004) ao estudar a capacidade tecnocrática (acesso à telefonia, televisão e informática) em pequenos municípios e pequenas cidades no Rio Grande do Norte, quando verificou neles também um uso bastante restrito destas novas tecnologias.

Com base nas análises efetuadas, pôde-se obter um panorama deste conjunto de municípios. São municípios que estão gradativamente reduzindo suas populações e que cada vez mais estão se urbanizando. Caminham rapidamente para o envelhecimento de suas populações e para a masculinização delas.

A PEA apresentou crescimento entre 1980 e 2000. Grande parte dela ainda está inserida no setor primário da economia, conseqüência da vocação econômica destes municípios. Quanto à renda, a maioria da população insere-se nas classes de rendimentos mais baixos, ou seja, até 2 salários mínimos. Para que se tenha municípios financeiramente fortes é preciso antes que a população melhore seu nível de renda. Só assim poderão se constituir verdadeiros cidadãos contribuintes do fisco.

Quanto ao PIB e ao PIB *per capita*, houve crescimento entre 2000 e 2003. O setor que mais contribuiu na composição do PIB foi o agropecuário. É neste setor que os pequenos municípios apresentam importância no contexto do desenvolvimento do estado. Não se pode ignorar que, além destes 15 estudados, há no estado mais 290 que, somados, são responsáveis por uma boa parcela da produção agrícola do estado, o que repercute no valor do PIB total.

No conjunto, os pequenos municípios estudados se mantêm com mais de 80,0% de transferências constitucionais, o que indica que a arrecadação própria é muito pequena, e por isto a sua dependência em relação aos recursos provenientes da União e do estado é grande. O grande problema nesta questão é o grau de centralização de recursos por parte da União e do estado e a forma pouco democrática no repasse dos mesmos, que ocorre de maneira parcelada e com significativa demora.

No que se refere ao saneamento básico, importante indicador de qualidade de vida, verifica-se uma situação ainda bastante precária. O abastecimento de água ligada à rede geral contempla 58,5% dos domicílios, a coleta de lixo, 57,5%, e a rede de esgoto, apenas 14,3%. A maioria dos domicílios tem acesso à energia elétrica. O uso da TV está praticamente generalizado. Porém o acesso ao telefone e ao computador ainda é bastante restrito, pois apenas 24,0% dos domicílios dispunham de telefone e apenas 3,5%, de computador.

A análise individualizada permitiu verificar que há diferenças entre os municípios. Alguns demonstraram situações mais privilegiadas do que outros, e o que faz a diferença tem vinculação com o nível de desenvolvimento maior ou menor, que por sua vez se reflete também na melhor ou pior qualidade de vida. Assim é que Paraí e Roca Sales estão entre os municípios que apresentaram os melhores indicadores de qualidade de vida, enquanto Miraguai e Santana da Boa Vista, os piores. Isto evidencia que existe relação entre desenvolvimento e qualidade de vida.

Este cenário que se apresenta mostra que os pequenos municípios e pequenas cidades estudados também apresentam problemas que de certa maneira afetam não só qualidade de vida de suas populações, mas também o próprio desenvolvimento destes municípios e do estado como um todo.

No conjunto, pode-se dizer que antigos e novos desafios se colocam para a totalidade dos pequenos municípios no estado e não apenas para aqueles estudados. Isto representa um grande desafio, especialmente, para as sociedades e governos locais que desejam mudanças, as quais exigem, em primeiro lugar, que os problemas sejam conhecidos para depois serem resolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término de uma pesquisa, independentemente do tema tratado, não se pode pensar em conclusões definitivas, em respostas acabadas. Isto porque as questões que lhe deram os fundamentos freqüentemente se renovam e, em novas bases, a temática permanece em aberto. O mundo da geografia é dinâmico; tudo à nossa volta está em constante mudança. Esta foi a linha de raciocínio seguida para o desenvolvimento desta pesquisa. Assim, escrever de forma reflexiva e crítica sobre um trabalho que se acabou de concluir implica uma avaliação que considere, pelo menos, três etapas distintas.

A primeira consiste num resgate da temática da pesquisa, mostrando um perfil daquilo que foi realizado. Na segunda faz-se um balanço crítico do próprio trabalho, destacando-se as dificuldades, aspectos positivos, negativos, enfim, os desafios que a permearam. Por último, caminha-se para a apresentação de sugestões de temas e procedimentos que poderiam dar continuidade ao trabalho. Esta é uma característica relevante de qualquer pesquisa: ter questões que permanecem em aberto, abrindo, desta forma, caminho para que outros pesquisadores dêem seguimento ao estudo do tema.

Quanto aos temas, a pesquisa esteve centrada em dois principais: qualidade de vida, e pequenos municípios e pequenas cidades. Afinal, porque estudar qualidade de vida em pequenos municípios e pequenas cidades? O interesse surgiu a partir da constatação de que esta categoria de cidades não tem sido objeto de interesse por parte dos pesquisadores. De uma maneira geral o centro de preocupação dos estudos de qualidade de vida têm-se voltado para médias e grandes cidades. Neste contexto os pequenos municípios e cidades parecem não existir, ou não apresentar nenhuma importância. Entretanto, não se pode desconsiderar que, em termos numéricos, eles são muito representativos, tanto nos países desenvolvidos, quanto nos menos desenvolvidos. Nos Estados Unidos, com o tamanho demográfico que possui e com o nível de urbanização que apresenta, eles são muito importantes. No Brasil a situação não é diferente, quer se considere a totalidade do país, quer seus estados, como é o caso do Rio Grande do Sul. A Tabela 72 mostra a significância quantitativa deles dentro do estado. Seus dados registram, numa seqüência histórica, que, em algumas categorias de tamanhos (até 5.000), em que não existiam municípios, eles passam a existir a partir da década de 70, ao mesmo tempo em que o número dos já existentes cresce de maneira contundente. Isto pode

ser observado nas mudanças ocorridas entre 1970-2000: para os municípios com população entre 2.001 e 5.000 habitantes, o aumento foi de 341,5%. Assim, no estado, o que fazer com tantos “novos atores” em seu cenário? Isto é relevante, porque, além de numerosos, eles apresentam características diferenciadas dos demais municípios e cidades de maior dimensão demográfica, e diversidades sócio-econômicas, o que faz com que a realidade da vida de seus residentes também seja, às vezes, muito desigual.

Tabela 72 – Número de municípios e as classes de população no estado do Rio Grande do Sul, em 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

Classes de população	Número de municípios					
	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Até 2000	-	-	-	-	7	17
De 2001 a 5000	-	-	9	11	59	177
De 5001 a 10000	2	9	56	54	97	110
De 10001 a 20000	17	52	79	74	80	70
De 20001 a 50000	48	59	58	55	51	51
De 50001 a 100000	19	24	24	25	23	25
Mais de 100000	6	6	6	13	16	17
De 100001 a 500000	6	5	5	12	15	16
Mais de 500000	-	1	1	1	1	1
Total	92	150	232	232	333	467

Fonte: IBGE, Censo Demográfico do Brasil, 2000
Org.: IBGE

Assim, entendeu-se ser de extrema importância estudar a qualidade de vida também nestes espaços, pois eles concentram uma forma de economia, uma população, além de ocupar uma significativa área do território gaúcho. Se não se estuda, se não se compreende, como fazer para melhorá-los? Pensar sobre isso foi possível a partir da análise de suas dinâmicas demográfica, social, política e econômica, o que permitiu conhecer um pouco da realidade de vida de seus moradores.

O referencial bibliográfico que dá suporte à pesquisa é outra dimensão com a qual o autor deve se preocupar para com ela se envolver de maneira adequada. Neste caso, a revisão de literatura contemplou questões relativas ao conceito de cidades, de pequenas cidades e de qualidade de vida, tendo como propósito substanciar teórica e metodologicamente as questões propostas. Inicialmente procurou-se fazer uma reflexão sobre o conceito de cidades. Os resultados geraram certa perplexidade. Parece não haver dúvidas sobre o que elas são; entretanto, na prática, as cidades exibem tantas e tão variadas questões que desafiam o pesquisador na busca de resposta para uma simples indagação: O que é uma cidade? Nesta situação, pequenas cidades representam um desafio similar: O que são pequenas cidades?

Quais são os critérios utilizados para distingui-las das demais? O que elas significam na prática? Neste aspecto, o grande desafio para a pesquisa foi aquele relativo à bibliografia sobre pequenas cidades, que se caracterizou pela escassez, tanto no Brasil, quanto no exterior. Isto permitiu perceber a pouca atenção dos pesquisadores com relação a este tema. É como se elas não fossem importantes por abrigarem pequenos contingentes populacionais, ainda que às vezes em grandes espaços.

Mesmo nos países desenvolvidos, onde elas também são a maioria, registrou-se dificuldade em identificar trabalhos que tratassem desta categoria de cidades, e isto não foi diferente nos países menos desenvolvidos. Nestes últimos constatou-se a falta de visão dos pesquisadores sobre a realidade que cerca essas categorias de cidades, o que leva a marginalizar suas populações. É interessante destacar que é nas pequenas cidades destes países que os problemas são mais marcantes. Se elas existem, e são a maioria, devem fazer parte do cenário das pesquisas científicas. Entretanto a realidade observada foi outra. Os textos encontrados foram pouco numerosos e houve dificuldade em encontrá-los. Isto ocorreu tanto na literatura estrangeira quanto na nacional, mostrando que a pouca importância que é dada ao tratamento deste tema não é uma característica peculiar dos países menos desenvolvidos. Entretanto, registrou-se um embrião de pesquisas desta natureza se desenvolvendo junto à Universidade Federal de Uberlândia. Ainda que de forma modesta, isto se constitui num avanço em direção a estes estudos.

Qualidade de vida é tema atual que vem crescentemente sendo considerado pela Geografia no contexto de sua renovação temática. Sobre ele buscou-se abordar a evolução conceitual e verificar quais variáveis e formas de mensuração eram utilizadas e, assim, identificar quais poderiam ser usadas para o estudo dos pequenos municípios do estado do Rio Grande do Sul. A literatura, tanto nacional quanto estrangeira, mostrou a existência de muitos estudos teóricos e empíricos, porém mais voltados para grandes e médias cidades, cujas realidades são bastante diferenciadas das pequenas. Desta forma, nem sempre aqueles indicadores que se prestam para identificar a qualidade de vida nas maiores se ajustam às menores. A concepção de qualidade de vida num nível macro é diferente daquela de um nível micro.

Apesar de todos estes desafios quanto ao acesso à literatura, os artigos analisados foram muito contributivos para a pesquisa, tanto do ponto de vista teórico quanto do metodológico. Contudo, pensando no futuro, é mister destacar a necessidade de que mais estudos sejam desenvolvidos, uma vez que estes municípios e cidades representam uma realidade inegável. Nesta perspectiva, esses estudos poderiam contribuir para que a sociedade e as administrações

locais tivessem um conhecimento mais amplo da realidade circundante e a partir daí se tornassem capazes de traçar trajetórias adequadas ao desenvolvimento desses municípios. Neste âmbito, a grande questão que se coloca diz respeito inclusive à conveniência de se manter esses municípios como unidades independentes ou reincorporá-los a um outro município mais próspero. Da forma como este quadro vem se desenhando para alguns dos pequenos municípios, o futuro aponta para a segunda opção, ou seja, a do desaparecimento. Entretanto, como caminhar nesta direção? Há, sem dúvida, um grande desafio.

Pesquisas envolvem, necessariamente, desafios. Um deles foi o relativo, primeiro, à obtenção de dados e, segundo, ao seu tratamento. Embora as grandes instituições geradoras de dados busquem sempre manter séries históricas, mudanças na conceituação, por exemplo, passam a representar um novo obstáculo. Assim, seria relevante que o IBGE, como o principal órgão oficial produtor e disseminador de dados do Brasil, tenha a preocupação de que comparações possam ser feitas, uma vez que estes dados se constituem em importantes fontes de pesquisa no meio acadêmico ou não. Entretanto, não se pode ignorar igualmente o preparo do pesquisador para se envolver com o universo tão variado de dados. Neste aspecto, contemplar a análise de dados na atividade de pesquisa é indispensável.

Como aspecto positivo da pesquisa, destaca-se a grande quantidade de dados que vêm sendo produzidos e disponibilizados, de forma mais eficiente, sob a forma impressa ou *on-line*, permitindo acessos mais ágeis. No estado do Rio Grande do Sul, além daqueles fornecidos pelo IBGE, tem-se a FEE e a Federação das Administrações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (FAMURS). A FAMURS divulga de forma *on-line* dados demográficos, sociais, econômicos e políticos sobre todos os municípios gaúchos, porém a maioria deles são bastante agregados. A FEE, órgão oficial do estado na produção de dados, divulga material impresso e também *on-line*. Neste último formato existe uma grande quantidade e variedade de informações disponíveis, porém nem sempre a forma como elas são disponibilizadas para a sociedade favorece a obtenção dos dados.

Outra questão relevante que necessitou ser considerada foi aquela relativa aos diferentes significados de estudar qualidade de vida tendo o espaço geográfico como referência. Esta dimensão tem leitura diferente para espaços macro, como o país, região ou uma grande cidade, e para espaços micro, como os das pequenas cidades. Nos primeiros, para que estudos sejam viáveis, há a necessidade de uma limitação quanto ao número de indicadores utilizados. Esta é a situação do IDH, baseado em apenas três. Para esta escala, fica mais difícil o uso de muitos indicadores. Assim, o uso de poucos indicadores na maioria das vezes mascara a

verdadeira qualidade de vida das populações. Além disso, muitos dos indicadores utilizados para escalas macro não servem para expressar a realidade na escala micro.

Para a totalidade do estudo desenvolvido, conclui-se que há muitos municípios em que uma parcela significativa da população não tem emprego ou os tem com uma baixa remuneração no contexto de um significativo percentual de analfabetos, baixo nível de escolaridade e ainda uma carência muito grande de serviços de saneamento básico, pequena inserção da população nos meios de comunicação mais modernos e baixos níveis de participação social. Diante disso, cabe perguntar: Poder-se-ia entender estes espaços como os espaços dos excluídos? Seria possível considerar esta como uma nova forma de segregação sócio-espacial urbana? São questões que, nas áreas mais desenvolvidas do mundo, foram sanadas há muito tempo, mas que perduram em muitos espaços menos desenvolvidos. Isto faz com que muitas pessoas ainda estejam submetidas a uma série de limitações, o que tem contribuído para a deterioração da qualidade de vida. Deve-se, portanto, considerar que, no mundo menos desenvolvido, os espaços são heterogêneos, ou seja, diferenciados, o que faz com que existam lugares que apresentam condições mais favoráveis de vida, e outros que não. Foi isto que se verificou, na maioria das principais cidades de cada mesorregião do estado. Elas, de forma geral, apresentaram situações mais propícias do que aquelas verificadas em suas pequenas cidades.

Os resultados da pesquisa mostraram que os pequenos municípios e pequenas cidades não são espaços homogêneos, pois apresentam múltiplas diferenciações que aparecem entre os diversos indicadores de qualidade de vida. Quanto à posição do IDH-M no estado, em 2000, observaram-se entre os municípios valores extremos que variaram de 7 em Selbach a 462 em Braga. Em oito deles o Ranking encontrava-se muito distante de um bom desempenho. Em alguns municípios foram registradas altas taxas de analfabetismo e baixa escolaridade e renda *per capita*. Esta associação de características faz com que, na maioria deles, exista pouca vitalidade no que se refere à indústria, ao comércio e aos serviços. Entretanto existem diferenças entre eles, mesmo que não sejam muito acentuadas.

Quanto aos serviços, alguns deles são inexistentes, como por exemplo: instituições de ensino superior, hospitais, cinemas, etc. A maior parcela do PIB destes municípios é originária da agropecuária, principal atividade econômica da maioria deles. Porém na totalidade do estado ela é pouco significativa. Este foi mais um contraste dentre tantos outros que caracterizam uma vida com privações.

Diante do quadro que se apresenta para os pequenos municípios, se propõe algumas estratégias de ação julgadas importantes para o futuro:

1- Desenvolvimento de políticas sociais visando à melhoria nas áreas da saúde, educação, assistência social, lazer, etc. como forma de reter a população nestes municípios.

2- Formação de um comitê de pequenos municípios que apresentem problemas similares (fraco desenvolvimento e perda de população) articulado com prefeitos e representantes da sociedade e da iniciativa privada. Este comitê teria como finalidade discutir os problemas de cada município, elaborar projetos e juntos buscar caminhos para o desenvolvimento.

3- Ao estado cabe também realizar estudos e elaborar propostas para estes municípios no sentido de estimular o seu crescimento para que se gerem as condições necessárias ao desenvolvimento. Não é possível pensar o desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul esquecendo os pequenos municípios. Por isto eles devem ser incorporados num contexto de reflexão.

4- Criação de estratégias de desenvolvimento local embasadas nas potencialidades locais, perseguindo o aumento da renda e da riqueza, através de atividades econômicas possíveis e competitivas, ou seja, com capacidade de concorrer em mercados com diferentes escalas de abrangência. Para os municípios basicamente rurais, uma saída seria o beneficiamento de produtos oriundos da agropecuária, o que contribuiria para a agregação de mais valor, tornaria os municípios mais competitivos e geraria mais renda e empregos. Como corolário, a população disporia de uma melhor qualidade de vida.

A melhoria da qualidade de vida das populações que vivem nos pequenos municípios deve ser um objetivo comum para as administrações locais, as sociedades que nelas habitam e os agentes econômicos neles localizados. Entretanto, necessita ser também objetivo das administrações das médias e grandes cidades, do governo estadual e federal. Há que se considerar o futuro destes lugares não por eles mesmos, mas pelos papéis, às vezes negativos, mas principalmente positivos que podem desempenhar se forem considerados em outras perspectivas. Será que as administrações locais conhecem efetivamente outras carências dos espaços e pessoas que governam? Se conhecem, têm assumido as responsabilidades que lhes competem? À sociedade cabe lutar por estas mudanças se envolvendo mais no destino destes municípios. A integração entre a sociedade e as administrações municipais na busca de soluções pode ser o caminho para reverter a situação de muitos problemas. Para tanto é preciso que a primeira saiba reivindicar não apenas mais do mesmo e sim mais do novo.

Com base nas constatações efetuadas, espera-se que este trabalho, em sentido prático, possa servir de referência para as necessárias intervenções públicas na busca de soluções para resolver os problemas detectados e, com isto, lograr melhorar a qualidade de vida da população. Além disto, para aqueles municípios que estão gradativamente reduzindo suas

populações (e são muitos), que ele sirva de alerta para que seus administradores repensem a situação, no sentido de reverter este processo, caso contrário, a tendência será a do seu desaparecimento como unidade política independente. Conforme já foi afirmado, é provável que, no futuro, ações sejam implementadas a fim de torná-los integrantes de outros municípios (voltando à condição de distritos), a exemplo do que ocorreu na Espanha, ao longo do século XX. Este poderá ser também o caminho a ser trilhado por alguns dos pequenos municípios do estado do Rio Grande do Sul, uma vez que, além do fraco desenvolvimento econômico que apresentam, muitos deles estão caminhando rapidamente para o envelhecimento e redução de suas populações.

A importância científica desta pesquisa no contexto dos estudos geográficos advém do fato de que este trabalho, ao mesmo tempo em que buscou suporte na literatura existente, poderá, a partir de suas análises críticas, servir de referência teórico-metodológica para o desenvolvimento de outros trabalhos voltados para a temática aqui abordada. Além disto, traz como contribuição a recuperação dos estudos de demografia na Região Sul uma vez que a mesma carece de um órgão de pesquisa envolvendo estudos desta natureza.

Outro aspecto que deve ser relevante em qualquer pesquisa vincula-se aos efeitos positivos sobre o corpo do conhecimento, abrindo outras perspectivas com vistas a novos estudos envolvendo quaisquer temas – o de pequenas cidades é um exemplo. Assim, a pesquisa apontou problemas, caminhos e a necessidade premente de que mais estudos sejam realizados privilegiando os pequenos municípios e pequenas cidades, especialmente aqueles que estão reduzindo gradativamente suas populações e seus significados político, econômico e social. Um caminho neste sentido poderia ser iniciado com uma questão: como os moradores destas cidades se vêem no contexto em que vivem? Satisfeitos ou insatisfeitos, felizes ou infelizes? Bem, esta é já uma outra pesquisa...

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABALERON, C. A. Condicionantes objetivos y percepción subjetiva de calidad de vida en áreas centrales y barrios o vecindarios. **Revista de Geografia**, São Paulo, n. 5/6, p. 103-142, 1986/1987.

ABALERON, C. A.; ACEVEDO, S. E.; PARONZINI, J. D. Calidad de vida y vivienda precaria en clima frío. Triangulación Metodológica en Bariloche, Argentina. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 13, p. 51-75, 1996.

ACIOLY, C.; DAVIDSON, F. **Densidade urbana: um instrumento de planejamento e gestão urbana**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 104 p.

ACOSTA-HOYOS, L. E. **Tecnologia e qualidade de vida** (uma polêmica de nosso tempo). Viçosa: UFV. Impr. Univ., 1985. 112 p. Ilust.

ALBA, L. G. G. de. Las ciudades pequeñas y medianas dentro del sistema urbano nacional: el caso de México. **Revista Interamericana de Planificación**, v. 15, n. 71. p. 84-95, set. 1984.

ALMEIDA BACELAR, W. K. de. As dualidades das pequenas cidades: as cidades com menos de 10.000 habitantes do Cerrado Triangulino. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 2.; 2003, Uberlândia – Minas Gerais. **Anais...** Uberlândia, p. 1-10, 2003.

ALMEIDA, C. A. **A qualidade de vida no estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 1997. 128 p.

AMORIM FILHO, O. B. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. **Revista Geografia e ensino**. n. 5, p. 5-34, 1984.

AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.

ANDRADE, M. C. de. **Geografia econômica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1981. 288 p.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. 393 p.

_____. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 19-43, 2001.

AZEVEDO, A. **Brasil a terra e o homem: a vida humana**. v. 2. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1970. 490 p.

AZZONI, C. A. Quão grande e exagerado? Dinâmica populacional, eficiência econômica e qualidade de vida na cidade de São Paulo. **Revista EURE**, Santiago, v. 25, n. 76, dec. 1999.

BARBOSA, O. G. Problemas metodológicos y teóricos del concepto de calidad de vida. **Revista Eure**, Chile, v. 8, n. 34, p. 49-60, 1982.

BAVA, S. C. Desenvolvimento local: uma alternativa para a crise social? **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 53-59, jul./set. 1996.

BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980. 444 p.

BELTRÃO SPOSITO, M. E. (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, 2001. 643 p.

BERGUE, S. T.; KLERING, L. R.; PICCININI, V. C. **O desempenho de cargos no executivo municipal: estudos de caso em localidades de pequeno porte**. Disponível em: <<http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/cargosexec.html>>. Acesso em: 21 jul. 2006.

BERTÊ, A. A. M. de. Problemas ambientais no Rio Grande do Sul: uma tentativa de aproximação. In: VERDUM, M; BASSO, L. A; SUERTEGARAY, D. M. (Org.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: UFRS, 2004. 319 p.

BESSA, K.C.F.O.; BORGES, G.V.; SOARES, B. R. Dinâmica sócio-econômica das “cidades locais” situadas em áreas do cerrado mineiro. **Caminhos de geografia**, Uberlândia, v. 3, n. 5, fev. 2002.

BORSODORF, A. Quality of life in alpine towns-with examples from Innsbruck and Bregenz. **Revue de Géographie Alpine**, Grenoble, v. 87, n. 2, p. 153-164, 1997.

BRAGA, R.; PATEIS, C. da S. Criação de municípios: uma análise da legislação vigente no estado de São Paulo. **Revista Geografia**, Campo Grande, MS, n. 17, p. 7-14, jan./mar, 2003.

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRAVO, M. T. D. de; VERA, S. F. Consideraciones metodológicas: una operacionalización del concepto de calidad de vida. **Revista Geográfica Venezolana**, Mérida, v. 34, n. 1, p. 43-53, 1993.

BREMAEKER, F. E. J. de. Os novos municípios brasileiros. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro. v. 38, n. 200, p. 82-92, jul./set. 1991.

BRIDI, J.; SOARES, B. R. Transformações sócio-espaciais nas pequenas cidades do Triângulo Mineiro; um estudo em Tupaciguara. In: SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, 2., 2003, Uberlândia, Minas Gerais. **Anais...** Uberlândia, 2003.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 180 p.

CAIADO, A. S. C. Metrôpoles, cidades médias e pequenos municípios paulistas: estudo comparado da qualidade de vida e dinâmica socioespacial. In: PATARRA, N. et al. (Org.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana**. São Paulo: UNICAMP/IE, 1997. 574 p.

CALSING, E. F. Política social e qualidade de vida. In: SEMINÁRIO NACIONAL, 1., 1980, Aracaju. **Trabalhos apresentados...** Aracaju: UFSE, dez. 1980. p. 125-131.

CAPINERE, C. Il caso de Porreta Terme (Bologna). **Rivista Geografica Italiana**, Itália, n. 2, p. 177-192, Giugno, 1988.

CARLOS, A. F. A. A. (Org.). **Os caminhos da reflexão sobre as cidades e o urbano**. São Paulo: Editora da USP, 1994. 390 p.

CARVALHO, A. P. A. de. **Meio ambiente urbano e saúde no município de Salvador**. 1997, 246 p. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-graduação em Geografia, UNESP, Rio Claro, SP, 1997.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Trad. Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, M. **Sociedade em rede**. Trad. Roneide V. Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 617 p.

CIDADE, L. C. M.; MORAES, L. B. de. Metropolização, Imagem Ambiental e identidade de cidade no Distrito Federal. **Geografia**, Rio Claro, v. 20, n. 1, p. 21-37, jan./abr. 2004.

COLL, A. G.; AGUILERA, D. S. Población y tamaño municipal: reflexiones a partir del censo de 1991. **Estudios Geográficos**, Barcelona, v. 43, n. 229, p. 593-623, oct./dec. 1997.

CORDEIRO, H. de A. Qualidade de vida urbana e as condições de saúde: o caso do Rio de Janeiro. In: SOUZA, A. de (Org.). **Qualidade de vida urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984. p. 57-77.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. 94 p.

COSTA NETO, P. L. **Estatística**. São Paulo: Edgard Blucher, 1977. 264 p.

DÍAZ, K. Los estudios geográficos sobre la calidad de vida en Venezuela. **Revista Geográfica**, México, n. 102, p. 56-72, jul./dic. 1985.

DOLFUS, O. **O espaço geográfico**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1982. 121 p.

FAISSOL, S. A estrutura urbana brasileira: uma visão ampliada no contexto do processo brasileiro de desenvolvimento econômico. **Revista brasileira de geografia**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 19-123, jul./set. 1972.

FAPESP. O DNA do Brasil. **Pesquisa FAPESP**, n. 104, p. 28-29, out. 2004.

FARIAS, O. D. Percepción del habitante en la calidad de vida em ciudades intermédias de Chile. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 6., 1997, Buenos Aires, Argentina. **Trabalhos apresentados...** Buenos Aires, mar. 1997. 1 CD-ROM.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS (FAMURS). Portal Municipal 2007. Disponível em: <www.portalmunicipal.org.br/entidades/famurs/municipio>. Acesso em: 01 mar. 2007.

FELIZZARDO, J. N. (Org.). **Evolução administrativa do Rio Grande do Sul: criação dos municípios**. Rio Grande do Sul: IGRA, s/d.

FERNANDES, M. A. **Indicadores de qualidade de vida: um estudo de caso em quatro áreas periféricas do Distrito Federal**. Brasília: IBAMA, 1998.

FERREIRA NETTO, L. Gestão municipal e desenvolvimento. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 213, p. 11-29, out./dez. 1994.

FIGUEIREDO, V. D. M. **População e qualidade de vida urbana em Santa Maria – RS. Estudo de caso: Bairro Urlândia**. 197 p. Dissertação. (Mestrado Org. do Espaço) – UNESP, Rio Claro, 2001.

FREITAS, S. R. de. **Estudos rio-grandenses**. Porto Alegre: Globo, 1980. 149 p.

FRESCA, T. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de geografia. **Geografia**, Londrina, n. 1, v. 10, p. 27-34. jan./jun. 2001.

FRIGORÍFICO investirá 80 milhões de reais. **Jornal A Razão**, Santa Maria, 3 e 4 jun., 2006. Economia, p. 14.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro ao estado do Rio Grande do Sul – Censos do Rio Grande do Sul: 1803-1950**. Porto Alegre: FEE, 1981. 330 p.

_____. **Municípios, 2005**. Porto Alegre: FEE, 1981.

_____. Relações entre o fenômeno demográfico e a evolução econômica do Estado do Rio Grande do Sul. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro. v. 35, n. 253, p. 23-52, abr./jun. 1977.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico do Brasil**. Características da população e dos domicílios. Resultados do Universo. Rio de Janeiro. 2000.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico do Rio Grande do Sul**. Características gerais da população. Rio de Janeiro. 1980.

_____. **Censo demográfico do Rio Grande do Sul**. Dados Gerais. Migrações. Instrução. Fecundidade. Mortalidade. Rio de Janeiro. 1980.

_____. **Censo demográfico do Rio Grande do Sul**. Mão-de-obra. Rio de Janeiro. 1980.

_____. **Censo demográfico do Rio Grande do Sul**. Características Gerais da população. Rio de Janeiro. 1991.

_____. **Censo demográfico do Rio Grande do Sul**. Características gerais da população. Rio de Janeiro. 2000.

_____. **Sinopse preliminar do censo demográfico do Rio Grande do Sul - 1980**. Rio de Janeiro. v. 1, n. 21, 1981.

_____. **Produto interno bruto dos municípios: 1999-2003**. IBGE. Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

GALLOPIN, G. Calidad de vida y necesidades humanas. **MARNS, Proyecto Sistemas Ambientales Venezolanos**, Doc. 1-2, Caracas, 1982.

GARRIDO, M. D. P. Capital social y territorio. **Cuadernos de Geografía**, Valência, n. 78, p. 149-153, 2005.

GEISSE, M. G.; ARENAS, H. S. Reflexiones en torno de los conceptos de “medio” y “calidad de vida” desde la perspectiva de la ciencia geográfica. **Revista de Geografía Norte Grande**, Chile, n. 23, p. 47-53, 1996.

GEORGE, P. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983. 236p.

GEORGE, P. Pour une étude systématique des petites villes. **Annales de Géographie**, n. 424, 1968, p. 745.

GERARDI, L. H. de O.; SILVA, A. B. N. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: Difel, 1981. 161 p.

GOHN, M. da G. O futuro das cidades. **Nas redes da educação, revista eletrônica**. Disponível em: <<http://www.life.fac.unicamp.br/revista/art103.htm>>. Acesso em 07 abr. 2004.

GOMES, R. de C. da C. et. al. Novas tecnologias na gestão pública das pequenas cidades do Rio Grande do Norte. **Revista eletrônica de geografia y ciências sociais**, Barcelona, v. VIII, n. 170 (28), ago. 2004. 13 p. Disponível em: <<http://www.ub/geocrit/sn/sn-170-28.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2005.

_____. Fundação de Economia e Estatística. **Um século de população do Rio Grande do Sul, 1900-2000**. Porto Alegre: FEE, 2000. 1 CD ROM.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento. **Atlas sócio-econômico do estado do Rio Grande do Sul**. s/d.

GUIDUGLI, O. S. Espacialização do crescimento urbano como fator gerador de problemas: o exemplo da vila industrial em Rio Claro-SP. **Revista de Geografia**, São Paulo, v. 10, p. 125-136, 1991.

GUIMARÃES, R. P. Ecopolítica em áreas urbanas: a dimensão política dos indicadores de qualidade ambiental. In: SOUZA, A. (org.). **Qualidade de vida urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984, p. 21-33.

HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2000. 212 p.

HERCULANO, S. C.; SOUZA PORTO, M. S. de; FREITAS, C. M. de. **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: EDUF, 2000. 334 p.

IPEA, IBGE, UNICAMP, IPARDES.(org.). **Série: caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: Redes urbanas regionais: Sul**. v. 6. Brasília: BOOK, RJ, 2000. 206 p.

JACOBI, P. **Cidade e meio ambiente: percepção e práticas em São Paulo**. São Paulo: Anablume, 1999. 191 p.

JARDIM, M. de L. T. Utilização de variáveis sintomáticas para estimar a distribuição espacial de populações: aplicação aos municípios do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1., 1992, São Paulo, **Anais...** São Paulo: ABEP, 1992. p. 39-54.

JORDAN, M. I.; SIMIONI, D. **Ciudades intermedias en América Latina y el Caribe: propuesta para la gestión urbana**. Santiago do Chile: CEPAL, 1998. 460 p.

JUANICO, M. B. O. O desenvolvimento de pequenas cidades no Terceiro Mundo. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 252, p. 24-35, jan./mar. 1997.

KATZ, E. **Governo local autônomo nos EUA**. Disponível em <<http://www.usinfo.state.gov/journals/itdhr/0449/ijdp/Katz.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2004.

KOUCHER, A. B. **Migrações internas no Rio Grande do Sul: os novos cenários da desconcentração espacial urbano-regional**. 171 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre, 2006.

KUZ, T. J. Quality of life, a subjective variable analysis. **Regional Studies**, Manitoba, v. 12, p. 409-417, 1978.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 270 p.

LOPES, R. **A cidade intencional: o planejamento estratégico de cidades**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 184 p.

LÓPEZ, L.E.; MÉNDEZ, V. P.; PIERRE, L. A. Importancia creciente de la mujer en la estructura geodemografica mundial. **Geodemos**. Programa de Investigaciones Geodemográficas, Buenos Aires, n. 1, 1993.

MACHADO, L. M. C. P. **Qualidade ambiental e urbana: percepções e estratégias para uma cidade de porte médio**. Rio Claro: Departamento de Geografia / IGCE-UNESP, 1993.

MAGNOLI, D.; OLIVEIRA, G.; MENEGOTTO, R. **Cenário gaúcho: representações históricas e geográficas**. São Paulo: Moderna, 2001. 127 p.

MANSILLA, S. L. Diferenciación socio espacial em San Miguel de Tucumán. El paisaje urbano como indicador de calidad de vida. In: ENCONTRO DE GEOGRAFOS DA AMERICA LATINA, 6., 1997, Buenos Aires, Argentina. **Trabalhos apresentados...** Buenos Aires, mar. 1997. 1 CD-ROM.

MARQUES DA COSTA, E. Cidades médias. Contributos para a sua definição. **Finisterra**, Lisboa, v. XXXVII, n. 74, 2002, p. 101-128, 2002.

MÁRQUES, D. ; FORONDA, C. El capital social eje del desarrollo em espacios rurales. **Cuadernos de Geografia**, Valência. n. 78, p. 155-176, 2005.

MAZETTO, F. de A. P. **Análise da qualidade de vida urbana através do indicador saúde (Doenças Transmissíveis): O exemplo de Rio Claro, SP.** 1996. 187 p. Dissertação (Mestrado Org. do Espaço) – IGCE/UNESP, Rio Claro, 1996.

MELLO, D. L. de. A multiplicação nos municípios no Brasil. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro. v. 9, n. 203, p. 23-28, abr./jun. 1992.

MENEGATI, R. A. Os papéis urbanos das pequenas cidades: um estudo sobre a cidade de Indiana/SP. In: VII COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2005, Santiago do Chile – Chile. **Trabalhos apresentados...** Santiago do Chile, mai. 2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/7-colmenegati.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2005. 8 p.

MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z.M.A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e saúde coletiva**, v. 5, n. 1, p.7-18, 2000.

MONBEIG, P. **O estudo geográfico das cidades.** Novos estudos de geografia humana brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957. p. 33-77.

MOREIRA, I. **O espaço rio-grandense.** São Paulo: Ática, 2000. 96 p.

MOREIRA, I.; COSTA, R. H. da. **Espaço & sociedade no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. 109 p.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. de S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, mai./dez. 2003.

OLIVEN, R. G. **A antropologia de grupos humanos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. 53 p.

PAIVA, P. T. A.; WAJNMAN, S. Das causas às conseqüências econômicas da transição demográfica no Brasil. **Revista brasileira de estudos de população**, v. 22, n. 2, jul./dez. 2005.

PAULA, J. C. M. de. **População, poder local e qualidade de vida no contexto urbano de Ponta Grossa, PR.** 1993. 192 p. Dissertação (Mestrado Org. do Espaço) – UNESP, Rio Claro, 1993.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul.** 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. 142 p.

PRED, A. **Sistemas de cidades em economias adiantadas: crescimento passado, processos presentes e opções de desenvolvimento futuro.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

QUEIROZ, C. M. B et al. Qualidade de vida e políticas públicas no município de Feira de Santana. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 9, n. 2, p. 411-421, 2004.

RODRIGUES, A. M. Habitat II: o futuro das cidades brasileiras. **Revista de Geografia**, São Paulo: UNESP, v. 14, p. 131-151, 1997.

ROGERSON, R. J. et al. Indicators of quality of life: some methodological issues. **Environment and Planning A**, Inglaterra, n. 21, p. 1655-1666, 1989.

RUCKERT, A. A. As pequenas cidades coloniais do norte do Rio Grande do Sul. **Boletim Gaúcho de Geografia**, AGB – Seção Porto Alegre, n. 9, p. 25-30, 1981.

SALGADO, S. R. da C. Experiências municipais e desenvolvimento local. **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 13, p. 48-52, jul./set. 1996.

SANCHES, M. M.; BORJA, J. F. C. Relaciones entre la calidad ambiental y la calidad de vida, um método para su evaluación. **Boletín del Instituto de Geografía**, México. n. especial, p. 49-65, 1993.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia**. 2. ed. São Paulo: Best Seler, 1989. 331 p.

SANTOS, L. D.; MARTINS, J. **A qualidade de vida urbana: o caso da cidade de Porto** [Trabalhos em curso, maio 2002]. Faculdade de Economia. Universidade do Porto, Portugal, 2002. 24 p.

SANTOS, M. **As cidades locais do Terceiro Mundo: o caso da América Latina: espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. **Espaço & método**. São Paulo: Nobel, 1985. 88 p.

SANTOS, M. **Manual de Geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981. 203 p.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade: O caso de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/EDUC, 1994. 145 p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471 p.

SÃO MARTINHO, C. M. As cidades milionárias do Terceiro Mundo. A noção de macrocefalia. In: SANTOS et al. (Org.). **O novo mapa do mundo**. São Paulo: Hucitec-Anpur, p. 99-105, 1995.

SCARLATO, F. C. População e urbanização brasileira. In: ROOS, J.L.S. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 381-463.

SCP. **Atlas Sócio Econômico do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre: SCP, 2002.

SEIK, F. T. Subjective assessment of urban quality of life in Singapore (1997-1998). **Habitat Internacional**, Austrália, v. 24, n. 1, p. 31-49, 2000.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

SENHORAS, E. M. Caminhos bifurcados do desenvolvimento local: as boas práticas de gestão pública das cidades entre a competição e a solidariedade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, p. 3-26, mai./ago. 2007.

SHIN, et al. Environmental effects on perceptions of life quality in Korea. **Social Indicators Research**, Boston, n. 12, p. 393-416, 1983.

SILVA, A. C. da. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1978. 128 p.

SILVA, H da. Mudanças de população: um estudo de pequenas cidades nos estados do Maranhão, Pernambuco e São Paulo. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 250, 1976.

SILVA, M. A. **A dinâmica populacional e a administração municipal: uma revisão de literatura corrente na análise de experiências**. 154 p. Dissertação (Mestrado Org. do Espaço) – UNESP, Rio Claro, 2000.

SILVA, N. C.; SOARES, B. R. **Crescimento populacional de pequenas cidades: o exemplo de Machado – MG**. Disponível em: <<http://www.ufop.br/ichs/conifest/anais/PES0502.htm>>. Acesso em: fev. 2004.

SILVA, W. R. da. Novos centros, novas centralidades, novas diferenças. A fragmentação do espaço urbano de Londrina. **Geografia**, Rio Claro, v. 29, n. 1, p. 55-70, jan./abr. 2004.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, 156 p.

SIQUEIRA, L. de M. et al. Geoprocessamento e a análise da qualidade de vida de São José dos Campos: um estudo de caso. In: XI SBSR, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, p. 1951-1958, 2003.

SOARES, M. T.; SILVA, J. X. da; ABDO, O. I. Um indicador de qualidade de vida nas favelas do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 4., 1984, São Paulo. **Anais...** São Paulo, v. 1, p. 225-239, 1984.

SOUZA, A. O. O uso do tempo como medida da qualidade de vida urbana. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 51-75, jan./mar., 1972.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e urbanização**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 1997. 80 p.

SUFIAN, A. J. M. A multivariate analysis of the determinants of urban quality of life in the world's largest metropolitan áreas. **Urban Studies**, Arábia Saudita, v. 30, n. 8, p.1319-1329, 1993.

TUAN, Y. F. Geografia humanística. In: CRISTOFOLETTI, A. (Org.). **Perspectivas da Geografia**. 2. ed. São Paulo: Difel, p. 143-164, 1985.

TUBINO, N. (Org.) **Enciclopédia dos municípios do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ALMURS, 2006. 1 CD-ROM.

VALLEGA, A. **Geografia degli anni novanta**. Milano: le Monnier – Telespazio, 1995.

VERDUM, M.; BASSO, L. A.; SUERTEGARAY, D. M. (Org.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. 319 p.

VIEIRA, E. F.; RANGEL, S. R. S. **Rio Grande do Sul: geografia da população**. Porto Alegre: Sagra, 1985. 190 p. Ilust.

WANDERLEY, M. de N. B. **A urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural; estudo preliminar sobre pequenos municípios em Pernambuco**. Recife, 2001. 33 p.

ANEXO 01

Municípios do estado do Rio Grande do Sul com população total e urbana de até 10.000 habitantes em 1980 e 2000.

Classe de População	Municípios	1980		2000	
		Pop. Tot.	Pop. Urb.	Pop. Tot.	Pop. Urb.
0 – 3.000	Nova Araçá	2.259	1.023	3.236	2.010
Total	01				
3.001 - 5.000	Chiapeta	4.412	1.376	4.481	2.546
	Colorado	4.484	1.088	4.072	1.919
	Dona Francisca	3.121	1.014	3.902	2.324
	Mariano Moro	3.341	586	2.474	1.070
	Paráí	4.529	817	6.020	2.823
	Pejuçara	3.571	1.552	4.189	2.668
	Selbach	4.472	847	4.861	2.718
	Severiano de Almeida	4.436	485	4.153	1.165
	Victor Graeff	4.122	666	3.924	1.366
Total	09				
5001 – 10.000	Anta Gorda	7.135	924	6.327	1.821
	Arroio dos Ratos	9.577	8.045	13.335	12.528
	Augusto Pestana	8.923	2.087	8.179	3.328
	Barão de Cotegipe	7.508	1.756	6.927	3.287
	Barracão	7.145	1.745	5.592	2.755
	Boa Vista do Buricá	8.827	1.747	6.587	3.663
	Bom Retiro do Sul	8.852	3.529	10.729	8.279
	Bossoroca	7.435	2.489	7.757	4.015
	Braga	5.785	1.304	4.198	3.340
	Cacique Double	5.985	1.112	4.470	1.496
	Caibaté	8.388	2.032	7.243	2.944
	Caíçara	6.938	1.036	5.580	1.489
	Cambará do Sul	6.779	2.904	6.840	3.047
	Campina das Missões	8.272	1.354	7.014	2.275
	Campinas do Sul	8.681	2.560	8.258	4.431
	Cândido Godói	8.005	1.007	7.092	1.630
	Ciríaco	7.796	1.275	5.252	2.069
	Condor	6.406	1.742	6.491	3.420
	Coronel Bicaco	9.232	3.041	8.435	4.283
	Cruzeiro do Sul	9.341	2.052	11.664	6.172
	David Canabarro	5.297	483	4.740	1.225
	Herval	7.281	2.759	8.487	4.461
5001 – 10.000	Ervál Grande	7.977	1.391	5.647	2.109
	Esmeralda	6.399	1.794	5.521	2.415
	Faxinal do Soturno	8.782	3.390	6.841	4.097
	Formigueiro	7.875	977	7.598	2.649
	Humaitá	9.948	2.916	5.228	2.666
	Ibiaçá	6.735	1.747	5.233	2.676
	Ibiraiaras	7.615	1.383	7.163	3.119

	Independência	8.317	2.306	7.308	3.984
	Itatiba do Sul	6.677	1.151	5.252	1.793
	Ivoti	8.874	3.882	15.318	13.785
	Jacutinga	6.535	1.120	4.248	2.134
	Lavras do Sul	9.225	4.251	8.109	4.828
	Machadinho	8.099	2.003	5.720	2.780
	Marcelino Ramos	7.769	3.112	6.108	3.087
	Mata	6.168	2.070	5.575	2.526
	Maximiliano de Almeida	6.952	2.080	5.651	2.648
	Miraguaí	7.685	1.768	5.034	1.786
	Muçum	7.904	2.796	4.720	3.675
	Nova Bassano	6.272	1.558	7.836	3.958
	Nova Bréscia	6.995	983	4.564	1.486
	Nova Palma	8.030	1.465	6.312	2.664
	Putinga	6.144	766	4.629	1.358
	Roca Sales	6.820	2.271	9.284	4.571
	Rondinha	8.498	1.632	6.107	2.001
	Roque Gonzales	9.758	1.585	7.799	2.738
	Santana da Boa Vista	8.916	1.759	8.628	3.818
	São Martinho	8.035	2.232	6.321	3.010
	São Paulo das missões	9.567	1.176	7.187	1.996
	São Vicente do Sul	7.344	3.242	8.366	5.292
	Serafina Correa	9.323	3.777	10.894	8.416
	Sertão	9.039	2.228	7.466	3.697
	Viadutos	8.761	1.686	6.087	2.434
	Vicente Dutra	8.585	1.692	6.128	2.307
Total	55				
Total geral	65 - 5= 60				

Fonte: Censos Demográficos, 1980–2000, IBGE

Org.: Autor